UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

FÁBIO LUCAS DA CRUZ

**Brasileiros no exílio: Argel como local estratégico para a militância
política (1965-1979)**

[Versão Corrigida]

São Paulo
2016

FÁBIO LUCAS DA CRUZ

Brasileiros no exílio: Argel como local estratégico para a militância política (1965-1979)

Tese apresentada à Faculdade de Filosofia,
Letras e Ciências Humanas da Universidade de
São Paulo para obtenção do título de Doutor
em História.

Área de concentração: História Social

Orientadora: Profa. Dra. Elizabeth Cancelli

De acordo: _____

[Versão corrigida]

São Paulo

2016

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

Cb Cruz, Fábio Lucas
Brasileiros no exílio: Argel como local
estratégico para a Militância Política (1965-1979) /
Fábio Lucas Cruz ; orientadora Elizabeth Cancelli. -
São Paulo, 2016.
262 f.

Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia, Letras
e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
Departamento de História. Área de concentração:
História Social.

1. Exílio. 2. Argélia. 3. Ditadura. 4. Esquerda.
5. Frente Brasileira de Informação. I. Cancelli,
Elizabeth, orient. II. Título.

Nome: Fábio Lucas da Cruz

Título: **“Brasileiros no exílio: Argel como local estratégico para a militância política (1965-1979) ”.**

Tese apresentada à Faculdade de Filosofia,
Letras e Ciências Humanas da Universidade de
São Paulo para obtenção do título de Doutor
em História.

Aprovado em: _____

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Agradecimentos

À Professora Dra. Elizabeth Cancelli, por conceder-me a oportunidade de realizar este trabalho. Agradeço pela constante compreensão e apoio no desenvolvimento da pesquisa.

A Wanderson da Silva Chaves e Roberto Baptista Junior, pelas sugestões apresentadas no exame de qualificação.

Aos funcionários dos arquivos consultados, que prontamente colaboraram com a pesquisa nos acervos.

A todos aqueles que vivenciaram as dificuldades do exílio e compartilharam suas experiências para auxiliar-nos a compreender a história recente do Brasil.

Aos alunos, professores e professoras com os quais trabalhei, pelo incentivo para superar todas as dificuldades e por acreditarem no papel transformador da escola pública.

E aos meus pais, Francisco Lucas e Edna Ebúrneo, que lutaram incessantemente por minha educação e foram sempre o forte suporte de todos os momentos da minha vida.

Não existe pátria para quem desespera e, quanto a mim, sei que o mar me precede e me segue, e minha loucura está sempre pronta. Aqueles que se amam e são separados podem viver sua dor, mas isso não é desespero: eles sabem que o amor existe. Eis porque sofro, de olhos secos, este exílio. Espero ainda. Um dia chega, enfim...

Albert Camus (*Do mar bem perto*)

Os exilados se alimentam de esperança.

Ésquilo (*Agamêmnon*)

Resumo

CRUZ, Fábio Lucas. **Brasileiros no exílio: Argel como local estratégico para a militância política (1965-1979)**. 2016. Tese (Doutorado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

O objetivo deste estudo é compreender as principais características da militância política contra a ditadura civil-militar no Brasil realizada por brasileiros exilados em Argel entre 1965 e 1979. O trabalho almeja mostrar que Argel transformou-se em local estratégico para a composição de *redes transnacionais* de oposição à ditadura, pois os brasileiros que se exilaram na capital argelina mantinham contatos com lideranças de esquerda na Europa, com integrantes de movimentos em prol da independência africana e com instituições de defesa dos direitos humanos. Sob liderança do ex-governador de Pernambuco, Miguel Arraes, um grupo de exilados criou a *Frente Brasileira de Informação*, que interligou exilados brasileiros em países europeus e americanos para divulgar boletins com denúncias sobre a desigualdade social, a censura e a tortura na ditadura brasileira. Argel também foi incluída na rota de exilados que queriam chegar à Europa, especialmente em Paris, onde estava a maior quantidade de exilados brasileiros, e Cuba, onde se realizavam treinamentos para a luta armada dos integrantes das organizações de esquerda como ALN (Ação Libertadora Nacional), MR-8 (Movimento Revolucionário Oito de outubro) e VPR (Vanguarda Popular Revolucionária). Toda a movimentação dos exilados na Argélia foi acompanhada atentamente pelos departamentos de investigação da ditadura e por meio da colaboração entre agentes diplomáticos brasileiros, franceses e norte-americanos. As investigações sobre as ações dos exilados na Argélia visavam principalmente à contenção das críticas promovidas em âmbito internacional por membros da *Frente Brasileira de Informação* e reprimir a organização de guerrilhas com possível participação dos quarenta banidos para Argel após o sequestro do embaixador alemão, Ehrenfried Von Holleben.

Palavras-chave: Exílio. Argélia. Ditadura. Esquerda. *Frente Brasileira de Informação*.

Abstract

CRUZ, Fábio Lucas. **Brazilians in exile: Algiers as a strategic place for political activism (1965-1979)**. 2016. Thesis (Doctoral Program). School of Philosophy, Letters and Human Sciences. University of São Paulo, São Paulo, 2016.

The objective of this study is to understand the main characteristics of political activism against the civilian-military dictatorship in Brazil carried out by Brazilian exiles in Algiers between 1965 and 1979. The research aims to show that Algiers has become a strategic location for the composition of *transnational networks* of opposition to the dictatorship, because the Brazilians who were exiled in the Algerian capital maintained contacts with left-wing leaders in Europe, with movements of members in favor of African independence and human rights institutions. Under the leadership of former governor of Pernambuco, Miguel Arraes, a group of exiles created the *Brazilian Information Front*, which interconnected Brazilian exiles in European and American countries to disseminate bulletins with reports on social inequality, censorship and torture in Brazilian dictatorship. Algiers was also included in the route of exiles who wanted to reach Europe, especially Paris, where there was the largest amount of Brazilian exiles, and Cuba, where happened training for armed struggle of members of leftist organizations as ALN (National Liberation Alliance), MR-8 (Revolutionary Movement Eight October) and VPR (Popular Revolutionary Vanguard). The whole movement of exiles in Algeria was carefully monitored by the research departments of the dictatorship and through collaboration between Brazilian diplomatic agents, French and American. Investigations into the actions of the exiles in Algeria aimed mainly at curbing criticism promoted internationally by members of the *Brazilian Information Front* and repress the organization of guerrillas with a possible participation of forty banished to Algiers after the kidnapping of the German ambassador, Ehrenfried von Holleben.

Keywords: Exile. Algeria. Dictatorship. Left. *Brazilian Information Front*.

Lista de siglas

ACNUR: Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados

ALN: Ação Libertadora Nacional

AP: Ação Popular

ASMOB: Arquivo Histórico do Movimento Operário Brasileiro

BID: Banco Interamericano de Desenvolvimento

CIIDD: Centro Intercultural de Información, Documentación y Difusión (Lima - Peru)

CDRB: Comitê de Denúncia da Repressão no Brasil

CEDEM: Centro de Documentação e Memória (pertencente à Universidade Estadual Paulista - UNESP)

CEPAL: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe

CGT: Confederação Geral dos Trabalhadores

CIE: Centro de Informações do Exército

CIEX: Centro de Informações do Exterior

CGT: Comando Geral dos Trabalhadores

CNA: Congresso Nacional Africano

CENIMAR: Centro de Informações da Marinha

CISA: Centro de Informações da Aeronáutica

CNBB: Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

COLINA: Comando de Libertação Nacional

COMEDOR: Comitê Permanente de Estudo de Desenvolvimento da Organização e do Planejamento de Argel

CRUA: Comitê Revolucionário de Unidade e Ação (Argélia)

DEOPS: Departamento Estadual de Ordem Política e Social

DOI-CODI: Destacamento de Operações de Informações e Centro de Operações de Defesa Interna

DSI: Divisão de Segurança e Informações

ESG: Escola Superior de Guerra

ETA: Pátria Basca e Liberdade (Euskadi Ta Askatasuna)

FBI: Frente Brasileira de Informação / Frente Brasileiro de Informaciones/ Front Brésilienne de Information

FGV: Fundação Getúlio Vargas

FLN: Frente de Libertação Nacional (Argélia)
FLQ: Frente de Libertação de Quebec
FNLA: Frente Nacional de Libertação de Angola
FRELIMO: Frente de Libertação de Moçambique
FUNK: Frente do Khmer Unidade Nacional (Camboja)
GPRA: Governo Provisório da República Argelina
IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPM: Inquérito Policial Militar
JUC: Juventude Universitária Católica
MIR: Movimiento de Izquierda Revolucionaria
MOLIPO: Movimento de Libertação Popular
MDB: Movimento Democrático Brasileiro
MPLA: Movimento Popular de Libertação de Angola
MR-8: Movimento Revolucionário Oito de Outubro
MRE: Ministério das Relações Exteriores
MPL: Movimento Popular de Libertação
MRT: Movimento Revolucionário Tiradentes
MTLD: Movimento pelo Triunfo das Liberdades Democráticas (França)
OBAN: Operação Bandeirantes
ONU: Organização das Nações Unidas
OAS: Organisation Armée Secrète (Organização do Exército Secreto)
OS: Organisation Spéciale (Organização Especial)
OUA: Organização de Unidade Africana
PAC: Pan African Congress (Congresso Pan-Africano)
PAIGC: Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde
PFLOAG: Popular Front for the Liberation of the Occupied Arabian Gulf (Frente popular para a Libertação do Golfo Árabe Ocupado)
PCB: Partido Comunista Brasileiro
PCBR: Partido Comunista Brasileiro Revolucionário
PC do B: Partido Comunista do Brasil
POC: Política Operária Católica
POLOP: Organização Revolucionária Marxista Política Operária
PRG: Provisional Revolutionary Government of South Vietnam (Governo Revolucionário Provisório do Vietnã do Sul)

PSD: Partido Social Democrata
PST: Partido Social Trabalhista
PTB: Partido Trabalhista Brasileiro
PUA: Pacto de Unidade e Ação
PUC: Pontifícia Universidade Católica
SERT: Sociedade de Estudos e Realizações Técnicas Limitada
SIRAG: Serviço de Irrigação, Agricultura e Colonização
SNI: Serviço Nacional de Informações
SWAPO: South West Africa People's Organization (Organização do Povo do Sudoeste Africano- Namíbia)
UERJ: Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UDMA: União Democrática do Manifesto Argelino
UnB: Universidade de Brasília
UNE: União Nacional dos Estudantes
UNEF: União Nacional dos Estudantes da França
UNIRIO: Universidade Federal do Rio de Janeiro
URSS: União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
VAR - Palmares: Vanguarda Armada Revolucionária Palmares
VPR: Vanguarda Popular Revolucionária
ZAPU: Zimbabwe African People's Union (União do Povo Africano do Zimbábwe)

Sumário

INTRODUÇÃO.....	13
Capítulo I - OS SIGNIFICADOS DO EXÍLIO.....	26
1. Aspectos subjetivos do exílio	28
2. Aspectos políticos do exílio.....	31
3. Memórias e exílio.....	38
4. O exílio brasileiro durante a ditadura civil-militar.....	43
Capítulo II - ARGEL: "A MECA REVOLUCIONÁRIA"	51
1. A guerra de independência.....	52
2. O modelo socialista argelino e a política externa.....	58
3. Os exilados em Argel.....	64
4. A influência da experiência argelina.....	72
Capítulo III - OS BRASILEIROS EM ARGEL.....	76
1. O grupo de Miguel Arraes.....	80
2. Banidos para a Argélia.....	87
3. Viver em Argel.....	93
Capítulo IV - INVESTIGAÇÃO E CONTROLE SOBRE A CIRCULAÇÃO DOS BRASILEIROS EXILADOS NA ARGÉLIA.....	111
1. Os exilados sob investigação.....	112
2. As relações diplomáticas entre Brasil e Argélia.....	118
3. Colaborações entre embaixadas.....	125

Capítulo V - MILITÂNCIA POLÍTICA DOS BRASILEIROS EM ARGEL.....	132
1. O Movimento Popular de Libertação.....	134
2. A Frente Brasileira de Informação.....	140
3. O Tribunal Bertrand Russell II.....	159
4. Divergências no <i>Front</i>	169
5. Aproximações com a realidade africana.....	176
6. Cartas internacionais.....	181
 Capítulo VI- A MILITÂNCIA POLÍTICA TRANSNACIONAL DOS EXILADOS NA ARGÉLIA.....	 209
1. Reflexões sobre a liderança política de Miguel Arraes.....	215
2. Conflitos e discursos de poder no exílio.....	219
3. A importância de Argel para o exílio brasileiro.....	221
 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	 231
NOMES DOS PRINCIPAIS BRASILEIROS EXILADOS EM ARGEL.....	232
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	244

Introdução

Em 2005, o presidente da Argélia, Abdelaziz Bouteflika, fez uma visita oficial ao Brasil com o intuito de discutir a criação de parcerias comerciais e tecnológicas com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Em retribuição, no ano seguinte, o presidente Lula visitou a Argélia. Os discursos oficiais sobre a aproximação destes países enfatizaram os laços históricos entre Brasil e Argélia. A experiência de exílio de brasileiros naquele país entre 1965 e 1979 foi lembrada pelos presidentes como o auge da solidariedade entre as duas nações. Em discurso, o presidente Lula afirmou:

Desde os primeiros dias da heroica luta pela independência deste país, o povo brasileiro aprendeu a admirar uma Nação determinada a tomar seu destino nas próprias mãos. Admiração que só fez crescer diante da generosidade da Argélia ao acolher brasileiros perseguidos durante os tempos sombrios da repressão e autoritarismo que meu país atravessou. Relembro aqui, em particular, e com gratidão, a acolhida que a Argélia deu a este grande brasileiro que foi Miguel Arraes.¹

A visita de Bouteflika ao Brasil ocorreu no mesmo ano em que faleceu Miguel Arraes, líder político exilado que foi recordado com destaque no discurso de Lula. Miguel Arraes governou Pernambuco entre 31 de janeiro de 1963 e 02 de abril de 1964 e, após o golpe militar, foi destituído do cargo e preso. Exilou-se na Argélia a partir de 1965 com amplo apoio de Abdelaziz Bouteflika, que na época era Ministro das Relações Exteriores da Argélia e intermediava as relações de Arraes com o presidente Houari Boumediene. Em seus 14 anos de exílio em Argel, Miguel Arraes obteve apoio do governo argelino para que outros brasileiros conseguissem refúgio na Argélia e continuou a exercer liderança política por meio do envio de cartas, da publicação de textos e de boletins informativos, e de encontros com lideranças do Brasil e do exterior.

As relações entre Brasil e Argélia durante a ditadura civil-militar² constituem uma importante parte da história recente do país ainda pouco estudada. Os brasileiros que se

¹ Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião do almoço oferecido pelo Presidente da República Argelina Democrática e Popular, Abdelaziz Bouteflika. Disponível em: <<<http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/discursos-artigos-entrevistas-e-outrascomunicacoes/presidente-da-republica-federativa-do-brasil/0757744586975-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio>>>. Acesso em: 12 dez. 2012.

² Utilizamos a expressão *ditadura civil-militar* pois o regime autoritário instaurado em 1964 também foi apoiado por setores civis, ou seja, não decorreu apenas de uma imposição da vontade dos militares. Empresários e membros da classe média, dentre os quais religiosos, jornalistas, advogados e políticos

exilaram naquele país e que exerceram cargos políticos importantes após a democratização do Brasil realizaram ações relevantes de oposição ao regime ditatorial, estabelecendo contatos com lideranças europeias e africanas de esquerda e organizações mundiais de defesa dos direitos humanos. Além de Miguel Arraes, exilaram-se inicialmente na Argélia pessoas próximas ao ex-governador, o deputado Maurílio Ferreira Lima, o poeta Everardo Norões e o padre Almeri Bezerra de Mello.

Em 1964, enquanto se instaurava no Brasil uma ditadura que perdurou até 1985, a Argélia estruturava-se como nação independente após uma violenta guerra contra a França (entre 1954 e 1962). O país também vivenciava um golpe de Estado. O presidente Ben Bella foi destituído e Houari Boumediene assumiu o controle nacional pregando um socialismo que valorizava a cultura árabe e a luta pela independência dos povos. Miguel Arraes e sua esposa chegaram a Argel três dias após o golpe de Estado de 19 de junho de 1965.

Com a promulgação do AI-5 em 13 de dezembro de 1968, a repressão no Brasil aumentou, influenciando novos exílios. As relações entre Miguel Arraes e o governo de Boumediene e a premissa assumida pela política externa argelina de defender a luta pela autonomia dos povos contribuíram para a recepção de outros brasileiros em Argel.

Em 1970, quarenta brasileiros foram banidos do território nacional após o sequestro do embaixador alemão Ehrenfried von Holleben. Organizado por membros das organizações defensoras da guerrilha armada - VPR (Vanguarda Popular Revolucionária) e ALN (Ação Libertadora Nacional) -, o sequestro possibilitou a soltura de presos políticos como Fernando Gabeira, Apolônio de Carvalho, Maria do Carmo Brito e Ladislau Dowbor.

O asilo concedido a Miguel Arraes e a recepção dos 40 brasileiros suscitam dúvidas sobre a relevância da Argélia para a história do exílio brasileiro. Por que a Argélia se dispôs a receber estes exilados e como foi a vida dos brasileiros naquele país? Este trabalho partiu desta questão inicial, que surgiu durante as pesquisas para a dissertação de mestrado intitulada *Frente Brasileiro de Informaciones e Campanha: os jornais de*

participaram de manifestações de rua, expressaram apoio escrito, teceram acordos políticos ou fizeram parte dos setores do governo ditatorial. Cf. REIS, Daniel Aarão. "A ditadura civil-militar". O Globo, 31 de março de 2012. Disponível em: <<http://www.historia.uff.br/nec/sites/default/files/O_Globo_Daniel.pdf>>. Acesso em: 12.01.2014.

brasileiros exilados no Chile e na França.³ Ao estudar os boletins, especialmente o *Frente Brasileiro de Informaciones*, observamos que havia uma associação de exilados cujo objetivo era divulgar dados sobre a repressão no Brasil e que fora organizada em 1969 por Miguel Arraes, então exilado na Argélia.

A partir da análise de documentos produzidos pelo Serviço Nacional de Informações, observamos que a *Frente Brasileira de Informação* funcionava no exterior como órgão de oposição à ditadura brasileira. Também analisamos fontes no *Arquivo Nacional* que indicavam constantes viagens de brasileiros exilados na Argélia para Paris, Havana e Chile. Tais dados já indicavam a militância política de exilados a partir da capital Argel.

Em pesquisa no *Instituto Miguel Arraes*, encontramos cartas, boletins e outros documentos que comprovaram a existência de ações em Argel voltadas ao combate à ditadura brasileira, com participação de exilados de diferentes organizações de esquerda. A partir deste material, estabelecemos como objetivo de pesquisa compreender como foi a militância política dos exilados em Argel entre 1965, quando Miguel Arraes chegou à Argélia, e 1979, quando foi aprovada a Lei de Anistia e a maioria dos brasileiros exilados retornou ao país.

Como referencial teórico de pesquisa, baseamo-nos nos estudos de Luiz Roniger e Mario Sznajder. Estes sociólogos afirmam que o exílio reflete uma *lógica de exclusão e deslocamento de cidadãos e residentes para fora das esferas públicas de um Estado*.⁴ O exílio é uma migração forçada imposta pelos grupos dominantes a quem se oponha ao modelo político adotado pelo Estado. Embora seja uma forma de reprimir as oposições em um regime autoritário, o exílio também pode transformar-se num momento de militância política: o exilado pode reorganizar e ampliar a oposição no exterior por meio da união com outros exilados ou estrangeiros, difundindo críticas à política do seu país.

Os exilados brasileiros eram considerados “subversivos” e foram banidos ou obrigados a deixar o país devido às prisões arbitrárias, à censura e à violência. Embora seja difícil precisar o número, estima-se que entre dez e vinte mil pessoas⁵ deixaram o Brasil

³ Dissertação (Mestrado em História). 2010. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

⁴ RONIGER, Luis; SZNAJDER, Mario. *The Politics of Exile in Latin America*. New York: Cambridge University Press, 2009. Cf. RONIGER, Luis. Reflexões sobre o exílio como tema de investigação. In: QUADRAT, Samantha Viz (org.). *Caminhos Cruzados: História dos exílios latino-americanos no século XX*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011, p. 31-61.

⁵ GIANNOTT, Vito. *História das lutas dos trabalhadores no Brasil*. Rio de Janeiro: Maud X, 2007, p. 208.

para se exilar em países como Portugal, EUA, México, Argélia, Itália, Suécia e, principalmente, Chile e França. No entanto, apesar da expatriação, os grupos de esquerda mantiveram sua atuação no exílio, escolhendo representantes para os núcleos das organizações agora sediadas nos países de exílio.

Considerando que os exilados na Argélia mantiveram contatos com diferentes grupos em seus projetos para dar notoriedade à repressão no Brasil, é importante considerar o conceito de “*redes transnacionais de ação política*” explorado por Luis Roniger e Mario Sznajder em seus estudos sobre exílio. Estas *redes transnacionais* caracterizam-se por interações e colaborações de exilados e militantes políticos residentes em distintos países com o intuito de concretizar ações de oposição aos regimes autoritários. A grande ênfase dada à defesa dos direitos humanos durante a segunda metade do século XX ampliou o pleito dos exilados, cujos projetos foram divulgados em eventos, jornais e livros ou discutidos em fóruns internacionais. Segundo Luis Roniger,

(...) os exilados somam potencialidade por meio das redes transnacionais, cuja presença permite a cristalização de coalizões políticas portadoras de nova voz na esfera internacional e com maior poder de pressão tanto sobre os Estados expulsos quanto sobre os Estados anfitriões.⁶

Embora observemos ações dos exilados em conjunto para opor-se à ditadura, também notamos conflitos entre eles durante a execução de tais projetos, principalmente quando analisamos a *Frente Brasileira de Informação*, organização que publicava boletins principalmente no Chile, na França, na Argélia, na Suécia, na Inglaterra e na Itália. Os exilados que participavam da produção dos boletins eram divididos em seções e estabeleciam contato por cartas com Miguel Arraes em Argel. Ocorreram discordâncias sobre a forma de conduzir a denúncia contra a ditadura, sobre o processo de produção dos boletins e sobre a liderança de Arraes no projeto.

Observando as divergências entre os exilados, resolvemos destacar os conflitos políticos no exílio a partir das referências teóricas de Norbert Elias, apresentadas em *Os estabelecidos e os Outsiders*, e do sociólogo Pierre Bourdier, a partir da obra *O poder simbólico*. Segundo Bourdier, as contradições, as disputas e as ambiguidades fazem parte

⁶ Exílio massivo, inclusão e exclusão política no século XX. In: *Dados - Revista de Ciências Sociais*, v.53, n.1, 2010, p. 105.

do jogo político. Existe tanto um combate por poderes, quanto por privilégios, que permeia os empreendimentos políticos “com vista à subversão da ordem estabelecida”.⁷ O *poder simbólico* implica em disputas pela representação do mundo social e ressalta os conflitos entre os grupos e os discursos que estes constroem.

Com relação aos discursos empregados na militância política durante o exílio, observa-se o grande impacto da *estigmatização* do exilado tanto pelos agentes da ditadura quanto pelos próprios grupos de exilados, divergentes em suas diferenças teóricas e ações políticas. Em seus estudos sobre a comunidade de Winston Parva, Norbert Elias observou como os moradores mais antigos autodeclaravam-se superiores aos grupos de moradores mais novos e depreciavam-nos por meio da fofoca. Este caso permitiu ao sociólogo refletir sobre a *estigmatização* de um grupo como inferior por meio da construção de discursos.⁸

Isto também ocorre quando se observa a descrição do exilado como “subversivo” e são identificados mecanismos para negar-lhes direitos essenciais, reforçando sua expatriação por meio da negação de documentos, por exemplo. Sobre a *estigmatização*, Elias afirma que os *outsiders* são classificados como inferiores e desordeiros por não cumprirem tradições ou regras que formam a base do grupo *estabelecido*:

Um grupo só pode estigmatizar outro com eficácia quando está bem instalado em posições de poder das quais o grupo estigmatizado é excluído. Enquanto isso acontece, o estigma de desonra coletiva imputado aos *outsiders* pode fazer-se prevalecer. (...).⁹

A partir destas ideias, objetivamos identificar os conflitos por poder no exílio em Argel, considerando a militância política dos exilados e os sistemas de repressão da ditadura civil-militar. As principais fontes documentais para este trabalho pertencem ao acervo do *Instituto Miguel Arraes*, tombado em 2013 como patrimônio cultural pelo Governo do Estado de Pernambuco. O acervo do *Instituto* contém 80 mil cartas escritas pelo ex-governador de Pernambuco, livros, jornais, revistas, fotografias e outros documentos produzidos no exílio. O acervo ainda foi pouco estudado pela historiografia. Os documentos mais significativos para esta pesquisa são os exemplares do boletim da *Frente Brasileira de Informação* e as cartas escritas por Miguel Arraes no período em que

⁷ BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel, p.202.

⁸ ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. *Os Estabelecidos e os Outsiders*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

⁹ ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. *Op.Cit*, p. 23.

viveu naquele país. As cartas contêm diálogos com brasileiros exilados em países americanos e europeus, descrições das ações da *Frente Brasileira de Informação* e pedidos de auxílio para obtenção de abrigo, bolsas de estudo e emprego na Argélia. Há também cartas que abordam a situação política no Brasil e denotam as divergências entre os grupos da *Frente*. Também estudamos listas acerca dos casos de tortura no Brasil, nas quais há nomes das vítimas, circunstâncias de prisão, locais e datas das torturas, nomes de torturadores e autoridades envolvidas. Estas listas compunham o conjunto de dados utilizado pela *Frente Brasileira de Informação* para denunciar a tortura no Brasil.

Outros exemplares dos boletins produzidos na Argélia utilizados para a pesquisa pertencem ao fundo documental ASMOB (Arquivo Histórico do Movimento operário Brasileiro) do *Centro de Documentação e Memória da UNESP* (CEDEM).¹⁰ Para compreender a repressão aos exilados em Argel, utilizamos a documentação da Coordenação-Regional do Arquivo Nacional no Distrito Federal (Arquivo Nacional, Brasília) referente ao Serviço Nacional de Informações, Centro de Informações do Exterior, Centro de Investigações do Exército, Centro de Investigações da Marinha e Centro de Investigações da Aeronáutica. Os documentos destas instituições evidenciam intensa investigação sobre as viagens dos exilados de Argel para América e Europa, as relações políticas de Miguel Arraes, as ações da *Frente Brasileira de Informação* e sobre a presença dos quarenta banidos em Argel no caso do sequestro do embaixador da Alemanha em 1970.

No Fundo DEOPS do *Arquivo Público do Estado de São Paulo* encontramos documentos produzidos pelo SNI e prontuários sobre a prisão de militantes da VPR, do MR-8 e da ALN. Por meio dos prontuários, identificamos a trajetória política e a repressão sobre aqueles que foram para Argel. Por meio dos *Sumários do Comunismo Internacional*, observamos a constante investigação da polícia política ao governo socialista na Argélia e as ações da *Frente Brasileira de Informação*, documentos sobre os planos de guerrilhas da ALN, do MR-8 e da VPR e de eventos organizados para denunciar a tortura no Brasil.

Também analisamos os telegramas da embaixada norte-americana na Argélia para o Departamento de Estado dos EUA acerca das movimentações dos brasileiros naquele país, e o material da Embaixada Brasileira em Argel existente no Arquivo Histórico do

¹⁰ O fundo ASMOB (Arquivo Histórico do Movimento Operário Brasileiro) foi organizado por brasileiros exilados na Itália na década de 70 e contém panfletos, revistas, jornais, livros e outros documentos das organizações de esquerda. O acervo possui 25 exemplares do *Front Brésilien d'Information*, produzido na Argélia entre 1970 e 1972, 32 exemplares da edição chilena (*Frente Brasileño de Informaciones*), 36 exemplares da edição italiana e 3 exemplares produzidos na Bélgica.

Itamaraty. A principal contribuição desta documentação foi um conjunto de descrições sobre a situação política da Argélia entre 1964 e 1965, quando se configurou o governo de Houari Boumediene. Recortes de jornais argelinos do período apresentados nos relatórios diplomáticos também possuem relevantes informações sobre as decisões do governo argelino e as percepções do Ministério das Relações Exteriores do Brasil sobre a Argélia.

As autobiografias, biografias e depoimentos de exilados foram fundamentais para a análise proposta¹¹. Consideramos que a biografia deve ser analisada a partir dos objetivos de produção, do momento em que foi escrita e divulgada. Como referenciais para o estudo destes materiais, utilizamos as obras de Paul Ricoeur, Jacques Le Goff e Maurice Halbwachs¹². Tais autores enfatizam que a memória é uma construção social atrelada aos interesses emocionais e políticos dos indivíduos. Toda memória também é uma construção marcada por destaques e omissões de informações, mas é fundamental para a compreensão dos fatos históricos, desde que as próprias memórias não sejam tomadas como meras reproduções da realidade, ou seja, que sejam compreendidas em sua própria historicidade.

Quanto aos referenciais da historiografia utilizados para a pesquisa, realizamos um levantamento das principais abordagens sobre o regime civil-militar brasileiro e sobre os movimentos de esquerda. Para a compreensão do golpe de 1964, da Doutrina de Segurança Nacional e do funcionamento dos sistemas de investigação, prisão e tortura implementados pela ditadura, foram essenciais as análises de autores como Maria Helena Moreira Alves, Carlos Fico, Daniel Aarão Reis e Jorge Ferreira¹³. Antes da finalização do estudo, também analisamos dados apresentados pela Comissão Nacional da Verdade, que funcionou entre 16 de maio de 2012 e 16 de dezembro de 2014. A Comissão teve como objetivo de "examinar e esclarecer o quadro de graves violações de direitos humanos" praticadas entre

¹¹Entre as muitas publicações, podemos destacar as autobiografias de Almeri Bezerra de Mello, Almino Affonso, Apolônio de Carvalho, Fernando Gabeira, José Maria Rabêlo e Thereza Rabêlo, Liszt Vieira, Maurício Paiva, Cid Benjamin, Carlos Henrique Knapp e Yara Gouvêa.

¹² RICOEUR, Paul. *Memória, História, Esquecimento*. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.; LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.; HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006.

¹³ FICO, Carlos. *Além do golpe: a tomada do poder em 31 de março de 1964 e a ditadura militar*. Rio de Janeiro: Record, 2004. Do mesmo autor: *Como eles agiam - Os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política*. Rio de Janeiro: Record, 2001.; GASPARI, Elio. *A Ditadura Envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.; Do mesmo autor: *A Ditadura Escancarada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.; DREIFUS, René. *1964: a conquista do Estado*. Rio de Janeiro: Vozes, 1981.; FERREIRA, Jorge; REIS FILHO, Daniel Aarão (Org.). *As esquerdas no Brasil. Revolução e democracia (1964...)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v.1, 2007.; FERREIRA, Jorge Luiz; DELGADO, Lucília A. Neves (orgs.). *O Brasil Republicano - O tempo da Ditadura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 4, 2003.; REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs.). *O golpe e a Ditadura Militar: quarenta anos depois (1964 - 2004)*. Bauru, SP: EDUSC, 2004.

1946 e 1988, "a fim de efetivar o direito à memória e à verdade histórica e promover a reconciliação nacional".¹⁴

Também dedicamos atenção para as análises sobre o exílio brasileiro. A historiografia brasileira já apresentou importantes estudos sobre a opção do exílio na França, no Chile, no Uruguai, nos Estados Unidos e em Moçambique. Podemos destacar as obras de Lucili Grangeiro Cortez, sobre a trajetória de nordestinos exilados; de Tatiana Moreira Campos Paiva, que traça uma descrição da memória de filhos de exilados; de Lorena Burjak da Silveira, sobre a atuação dos brasileiros com políticos e intelectuais dos EUA para denunciar a repressão no Brasil; de Andreia Prestes Massena e Desirée de Lemos Azevedo, que analisaram as experiências de exilados em Moçambique; de Teresa Cristina Schneider Marques, sobre o exílio no Chile e na França; e de Maira Luisa Gonçalves de Abreu, sobre o movimento feminista no exílio.¹⁵ Sobre o exílio de brasileiros no Uruguai e as ações conjuntas de Brasil e Uruguai para investigar e reprimir os exilados, destacam-se os trabalhos de Teresa Cristina Schneider Marques e Ananda Simões Fernandes.¹⁶ Outro estudo importante sobre o exílio de brasileiros no Uruguai foi desenvolvido por Marlon Aseff, que analisa depoimentos de ex-exilados brasileiros, suas

¹⁴ Lei Nº 12.528, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2011. Cria a Comissão Nacional da Verdade no âmbito da Casa Civil da Presidência da República. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12528.htm>> Acesso: 12 jun. 2015. O processo de investigação da Comissão foi marcado pelo acesso a documentos e testemunhos inéditos.

¹⁵ CORTEZ, Lucili Grangeiro. *O drama barroco dos exilados do Nordeste*. 2003. Tese (Doutorado em História). Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Pernambuco, Recife.; PAIVA, Tatiana Moreira Campos. *Herdeiros do exílio: memórias de filhos de exilados brasileiros da Ditadura Militar*. 2004. Dissertação (Mestrado em História). Departamento de História do Centro de Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro; SILVEIRA, Lorena Burjack da. *Ditadura e desterro: trajetórias de exilados brasileiros do golpe de 1964 nos Estados Unidos (1964-1979)*. 2011. Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de História da Universidade Federal de Goiânia, Goiânia.; MASSENA, Andréia Prestes. *Exílio em Moçambique: as experiências vividas em terra estrangeira durante a Ditadura Militar no Brasil*. 2005. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Rio de Janeiro; AZEVEDO, Desirée de Lemos. *Os melhores anos de nossas vidas: narrativas, trajetórias e trajetos de exilados brasileiros, que se tornaram cooperantes na República Popular de Moçambique*. 2011. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas.; MARQUES, Teresa Cristina Schneider Marques. *Militância política e solidariedades transnacionais: a trajetória política dos exilados brasileiros no Chile e na França (1968-1979)*. 2010. Tese (Doutorado em Ciência Política). Departamento de Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre; Abreu, Maira Luisa Gonçalves de. *Feminismo no exílio: o Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris e o Grupo Latino-Americano de Mulheres em Paris*. 2010. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Campinas.

¹⁶ MARQUES, Teresa Cristina Schneider. *Ditadura, exílio e oposição: os exilados brasileiros no Uruguai (1964-1967)*. 2006. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2006.; FERNANDES, Ananda Simões. *Quando o inimigo ultrapassa a fronteira: as conexões repressivas entre a ditadura civil-militar brasileira e o Uruguai (1964-1973)*. 2009. Dissertação (Mestrado em História), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

ações políticas e a solidariedade para enfrentar as dificuldades da repressão na região de fronteira entre Rivera e Santana do Livramento.¹⁷

O trabalho precursor sobre a ação política no exílio brasileiro pertence à historiadora Denise Rollemberg. Segundo a autora, o exílio caracteriza-se pela desconstrução de paradigmas a partir do confronto com realidades socioculturais distintas. Rollemberg destaca as mudanças no posicionamento político dos exilados e identifica tais alterações na imprensa que produziram nos diferentes países de exílio. Enquanto a maioria destas publicações debatia questões sobre os direitos humanos e democracia, havia também aqueles que defendiam a possibilidade de realizar uma revolução socialista no Brasil a partir da mobilização dos exilados. Progressivamente, os jornais dos exilados trataram de temas como redemocratização e feminismo, denotando uma alteração de preceitos teóricos frente à situação social e política no Brasil e as características sociais dos países de exílio.¹⁸

A historiadora Denise Rollemberg classifica o exílio brasileiro em três fases: a primeira fase caracterizou-se pelo exílio na América Latina, até o golpe de 1973; a segunda fase, o *exílio no exílio*, foi marcada pela procura de refúgio na Europa; e a terceira fase foi marcada por migrações, com inserção social e profissional nos países de exílio.¹⁹ Também classifica os exilados em “gerações”²⁰: a geração de 1964, que deixou o país após o golpe militar, e a geração de 1968, cujo exílio foi marcado pelo aumento da repressão política do governo brasileiro por meio da promulgação do AI-5.

Segundo Rollemberg, os exilados que deixaram o país após o golpe de 1964 eram na maioria sindicalistas, pessoas ligadas ao governo de João Goulart, membros da Ação Popular, professores universitários e jornalistas adeptos do Partido Comunista Brasileiro ou do Partido Trabalhista Brasileiro. A maioria partiu para o exílio após a publicação do AI-5, em 13 de dezembro de 1968. Esta segunda geração é composta por militantes dos grupos de esquerda, muitos deles ligados à ideia de guerrilha urbana, como a Ação Libertadora Nacional (ALN), e a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR). A autora

¹⁷ ASEFF, Marlon. *Retratos do exílio: Solidariedade e resistência na fronteira*. Santa Cruz do Sul. EDUNISC, 2009.

¹⁸ ROLLEMBERG, Denise. *A ideia de revolução: da luta armada ao fim do exílio (1961-1979)*. Dissertação (Mestrado em História). 1992. Universidade Federal Fluminense, Niterói; ROLLEMBERG, Denise. *Exílio: entre raízes e radares*. Rio de Janeiro: Record, 1999.

¹⁹ ROLLEMBERG, Denise. Cultura política brasileira e redefinição no exílio. *Hispanic Research Journal*, v.7, junho de 2006, p.169.

²⁰ A autora baseou-se na concepção de geração de Jean-François Sirinelli: “uma reunião de homens marcados por um grande evento ou uma série de grandes eventos”. SIRINELLI, Jean François. “Os intelectuais”. In. REMOND, René. *Por uma história política*. 2. ed., Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, p. 231-269.

também afirma que o número de exilados da segunda geração foi maior e a repressão policial sobre estes exilados foi mais intensa, principalmente porque estavam ligados aos grupos de guerrilha urbana. Devido à diversidade de profissões e ao aumento da população nas colônias de exílio, foi também mais difícil para os exilados da segunda geração conseguirem empregos e oportunidades de estudo. Para muitos deles, viver clandestinamente era a única saída frente à perseguição política, que se ampliava a partir da conexão das polícias políticas dos países autoritários aliados.²¹

Não ressaltamos neste trabalho a concepção de gerações do exílio, comumente ressaltada nos demais trabalhos sobre exílio. Embora consideremos que foram **dois grandes momentos de exílio**, em 1964 e 1968, e não neguemos as características comuns aos exilados que deixaram o país em cada um destes períodos, acreditamos que, no caso do exílio em Argel, as diferenças entre os exilados são mais expressivas do que as características comuns apontadas por Rollemberg. Rollemberg salienta que a divisão em gerações não exprime uma divisão estanque, diante das diversidades de grupos políticos exilados e as causas do exílio, como banimento, autoexílio, fuga para evitar prisão, para acompanhar familiares No entanto, ao observarmos os conflitos e aproximações entre os grupos vivendo num mesmo país, a Argélia, observamos que centralizar a abordagem nas relações de gerações não seria adequado. Tanto os exilados de 1964 quanto os exilados de 1968 trabalharam juntos em movimentos como a *Frente Brasileira de Informação*, e as divergências ocorriam entre grupos independente do período em que deixaram o país.

Dentre as pesquisas sobre o exílio brasileiro que se dedicam à análise das redes de colaboração dos exilados, destaca-se a tese de Teresa Cristina Schneider Marques. A autora demonstra que houve uma *rede de solidariedade* entre exilados, comunidades de exílio e instituições defensoras dos direitos humanos. As relações entre os exilados no Chile e na França demonstraram ações coletivas contra a ditadura civil-militar, exemplificadas pelos comitês em defesa da Anistia e pela produção de revistas e boletins.²²

²¹ ROLLEMBERG, Denise. *Exílio: entre raízes e radares*. Rio de Janeiro: Record, 1999.

²² MARQUES, Teresa Cristina Schneider Marques. *Militância política e solidariedades transnacionais: a trajetória política dos exilados brasileiros no Chile e na França (1968-1979)*. 2010. Tese (Doutorado em Ciência Política). Departamento de Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. A pesquisadora Maria Cláudia Badan Ribeiro também realiza estudos sobre o exílio político e as redes transnacionais. Cf. A Resistência à ditadura civil-militar brasileira e as Redes Transnacionais de Solidariedade (1964-1985). *XXVIII Simpósio Nacional de História*. 27 a 31 de julho de 2015. Florianópolis. Disponível em: <<http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1442251837_ARQUIVO_RedesTransnac.pdf>> Acesso: 12 mar. 2016. Os estudos de Desirée de Lemos Azevedo também enfatizam o aspecto das redes transnacionais de ação política da esquerda. Cf. Trajetórias militantes: do Brasil a Moçambique nas redes da esquerda internacional. *Etnográfica*, outubro de 2012, v. 16, p. 461-486.

Tal trabalho coaduna-se com a proposta desta tese com relação à análise *das ações transnacionais* dos exilados, mas nossa pesquisa difere da abordagem de Marques ao estudar os exilados na Argélia e enfatizar características do Movimento Popular de Libertação (organização de oposição à ditadura que contava com militantes políticos no Brasil e exílio), da *Frente Brasileira de Informação* e da participação de brasileiros no Tribunal Bertrand Russell II²³. Ressaltamos que nenhuma pesquisa ainda havia se dedicado à ação dos exilados em Argel.

Dentre os trabalhos que analisam o exílio de brasileiros no continente africano, destacamos a importância das dissertações de Andreia Prestes Massena e Desirée de Lemos Azevedo sobre os exilados em Moçambique. Andreia Prestes Massena estudou o cotidiano dos exilados em Moçambique após o processo de independência política em 1975 sob liderança da Frente de Libertação Moçambicana (FRELIMO). Retomando premissas de Denise Rollemberg, a autora ressalta a reconstrução de identidades a partir da realidade de Moçambique e destaca os conflitos, ações políticas e aprendizagens numa realidade sociocultural diferenciada.²⁴ O trabalho de Desirée de Lemos Azevedo mostra que os brasileiros que se dirigiram a Moçambique entre 1975 e 1979 conseguiram contratos de trabalho com o Estado. Segundo a autora, personalidades com “relações estabelecidas no interior do campo social transnacional” da esquerda fizeram a conexão com os líderes moçambicanos para que brasileiros conseguissem trabalho no país. A autora indica os nomes de Miguel Arraes e sua irmã, Violeta Arraes, entre tais personalidades.²⁵

Embora não haja um trabalho específico sobre o exílio na Argélia, a historiografia já destacou as ações coletivas dos exilados para manter a oposição à ditadura e apontou a influência de Miguel Arraes nestas ações no exterior.²⁶ A historiadora Lucili Granjeiro Cortez identificou a relevância internacional de Miguel Arraes a partir de vários

²³ Realizado em três seções e presidido por Lelio Basso, o Tribunal julgou os governos ditatoriais latino-americanos e produziu relatórios condenando a tortura, a censura e a desigualdade social.

²⁴ MASSENA, Andréia Prestes. *Op. Cit.*

²⁵ AZEVEDO, Desirée de Lemos. *Os melhores anos de nossas vidas: narrativas, trajetórias e trajetos de exilados brasileiros, que se tornaram cooperantes na República Popular de Moçambique*. 2011. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, p. 5, 52, 79 e 82.

²⁶ O escritor Luís Mir também analisou o destaque conseguido por Arraes no exílio e afirma que o ex-governador tinha relações próximas com os grupos armados e cogitou criar um movimento armado no exílio, treinando guerrilheiros e procurando apoio do governo argelino, que teria declinado de auxiliar os guerrilheiros pois o Brasil estava fora de sua área de influência. Arraes defendia uma ação conjunta no exterior que tivesse relação direta com o movimento de oposição interna. No entanto, segundo Luís Mir, a tendência de Arraes de ligar-se a grupos armados como a ALN não foi bem aceita por importantes membros que participavam das ações do Front, como Almino Affonso, Armênio Guedes, Zuleika Alambert e Marcio Moreira Alves. MIR, Luís. *A revolução impossível*. São Paulo: Best Seller, 1994.

depoimentos de nordestinos que foram exilados. Segundo a autora, Arraes desenvolveu intensa atividade política, foi uma “liderança respeitada no terceiro Mundo” e colaborou com a elaboração da Declaração Universal dos Direitos dos Povos (4 de julho de 1976), uma iniciativa da Liga Internacional pelos Direitos e a Libertação dos Povos, presidida pelo senador italiano Lelio Basso. A autora também analisou a chegada de exilados aliados de Arraes em Argel, como Almeri Bezerra de Mello, Manoel Messias, Aécio Gomes de Matos e Nailton Santos.²⁷

Consideramos que este trabalho contribui com a historiografia do exílio brasileiro ao apresentar mais informações sobre as ações de Arraes no exílio, analisar as interações dos exilados em Argel com outros grupos políticos brasileiros e também com lideranças políticas africanas, compreendendo melhor esta colaboração de militantes exilados contra a ditadura no Brasil.

O trabalho está organizado em seis capítulos. No primeiro capítulo, apresentamos os referenciais teóricos que norteiam nossa análise sobre o exílio. Expomos reflexões sobre a experiência de exílio a partir das percepções subjetivas e da condição política do “exilado”. Também abordamos as principais características do exílio de brasileiros durante a ditadura civil-militar.

O capítulo seguinte identifica a formação do governo socialista na Argélia e apresenta informações sobre a política externa daquele país na década de 1970 para compreender as causas da presença de numerosos exilados de diferentes países na capital argelina.

O terceiro capítulo aborda os grupos de brasileiros na Argélia, ressaltando o destaque que Miguel Arraes teve no país e as relações entre os políticos ligados ao ex-governador pernambucano com os militantes dos grupos defensores da luta armada na capital argelina. A partir deste capítulo, indicamos documentos relacionados ao estudo: são fotografias, cartas, telegramas e boletins que enaltecem as informações apresentadas em cada capítulo. Os documentos foram numerados e reproduzidos no fim dos capítulos.

No quarto capítulo, analisamos o processo de investigação das ações dos brasileiros exilados na Argélia por meio da ação colaborativa entre as embaixadas e dos agentes de investigação do SNI.

²⁷ CORTEZ, Lucili Grangeiro. *Op. Cit.*

O quinto capítulo apresenta os movimentos de oposição dos exilados à ditadura no Brasil. Destacamos o Movimento Popular de Libertação, a Frente Brasileira de Informação e a constituição do Tribunal Bertrand Russell II contra a repressão na América Latina.

O sexto capítulo apresenta a análise dos principais resultados obtidos na pesquisa. Frisamos que o trabalho não pretendeu abarcar todas as possibilidades de estudo do exílio na capital argelina, mas objetivou contribuir para a compreensão desta importante parte da história recente do país ainda pouco estudada pela historiografia.

Capítulo I: Os significados do exílio

O exílio pode ser concebido como o deslocamento forçado de um indivíduo ou grupo à procura de maior segurança diante de conflitos políticos que existem em seu país. Ao buscar maior proteção e liberdade em outro local, o exilado vislumbra a possibilidade de retornar à sua pátria, mas necessita se adequar aos novos padrões culturais, sociais e políticos do lugar de exílio.

A história da civilização ocidental é permeada pelas experiências de exílio. A prática de afastar os inimigos políticos já existia nas cidades gregas, especialmente Atenas, onde o legislador Clístenes estabeleceu a norma de retirar da cidade por um período de dez anos qualquer pessoa que representasse uma ameaça à “harmonia e a tranquilidade do corpo político”²⁸. A punição pelo banimento perdurou com os romanos, que direcionavam às ilhas mais afastadas todos aqueles que conspiravam contra o governo. Além de perder seus direitos como cidadão e ter os bens confiscados, uma grande infâmia caía sobre o banido.²⁹ O banimento resultava do conflito pelo poder, pois o indivíduo banido pelo grupo político dominante era destituído de sua condição de cidadão para que lhe fossem vetadas quaisquer formas de oposição.

Os sentimentos e as vivências do exílio aparecem também simbolicamente na religião. Na mitologia grega, a condição do exilado é retratada no retorno de Ulisses à Ítaca: o herói enfrenta desafios impostos pelos deuses para retornar à sua terra, mantendo a esperança e demonstrando coragem para lutar pelo retorno.³⁰ Na religião cristã, o exílio transforma-se em metáfora da condição humana em muitas passagens: a expulsão de Adão e Eva do paraíso, a escravidão no Egito e o Êxodo, Jesus e sua família fugindo do massacre ordenado por Herodes, dentre muitos outros exemplos que mostram ideias e sentimentos diferentes quanto ao exílio.³¹ Existem diferentes concepções do exílio na narrativa bíblica, como a ideia de punição (no caso da expulsão do paraíso), a condição de sofrimento e a possibilidade de salvação (como no episódio do Êxodo).

O exílio caracteriza-se pelo distanciamento e pela exclusão. No entanto, este mesmo processo de anulação da liberdade para viver na terra de origem também propicia a

²⁸ CALDWELL, Robert G. Exile as an Institution. *Political Science Quarterly*, v. 58, No. 2, Jun. 1943, p.239. Disponível em:<< <http://www.jstor.org/stable/2144917>>> . Acesso em 15 nov. 2013.

²⁹ Id.

³⁰ ROLLEMBERG, Denise. *Exílio: entre raízes e radares*. Rio de Janeiro: Record, 1999, p.23.

³¹ Cf. BRONFMAN, Ana Vasquez. La malédiction d'Ulysse. *Hermès*, n. 10, 1991, p. 213-224.

reinvenção de ideias e hábitos, como demonstram artistas, intelectuais e escritores exilados. Embora sofrendo a impossibilidade de retornar ao grupo cultural de origem, desenvolveram reflexões, novas técnicas e formas expressivas, como observamos nas obras de Ovídio, Sêneca, Dante Alighieri, Camões, Victor Hugo, Vladimir Nobokov, Thomas Mann, Theodor Adorno, dentre outros.³²

O exílio envolve uma diversidade de experiências e sentimentos individuais que marcam a trajetória de um grupo social. Por ser tão heterogêneo e abarcar questões psicológicas e sociais, é também objeto de estudo interdisciplinar: História, Geografia, Psicanálise, Literatura e Antropologia contribuem com diferentes perspectivas para a compreensão da complexidade do exílio.

Enfatizamos três aspectos importantes da complexidade do exílio. O primeiro aspecto é a subjetividade das experiências de exílio, que envolve traumas, as dificuldades de viver em terra estrangeira e as transformações nas características individuais que resultam da interação por vezes conflituosa com as sociedades e cultura dos locais de exílio. O segundo aspecto é o caráter político do exílio. A exclusão do indivíduo das decisões políticas, o banimento, o autoritarismo e a resistência caracterizaram o exílio no século XX. O terceiro aspecto refere-se à construção das narrativas de memória sobre a experiência do exílio: as experiências de exílio são ressignificadas ao longo do tempo de acordo com os sentimentos e as ideias do indivíduo e as características históricas e políticas da sociedade com a qual interage.

Após a caracterização dos distintos aspectos do exílio, apresentamos uma síntese das principais informações sobre o exílio durante a ditadura civil-militar no Brasil e defendemos a análise do exílio como uma *experiência transnacional* devido às intensas interações entre os exilados e destes com grupos políticos e socioculturais de outros países com o intuito de criar mecanismos de oposição à ditadura.

³² Um conjunto de artigos sobre o exílio e a obra de diferentes escritores é apresentado em QUEIROZ, Maria José. *Os males da ausência, ou A literatura do exílio*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1998. A relevância do exílio para os escritores latino-americanos é explorada em VIDAL, Paloma. *A História em seus restos: Literatura e exílio no Cone Sul*. São Paulo: Annablume, 2004.

1 - Aspectos subjetivos do exílio

Em *O Estrangeiro*, o escritor franco-argelino Albert Camus³³ apresenta a história de Mersault, sentenciado à morte por ter assassinado um árabe. Os fatos ocorrem em Argel, para onde foi após a morte da mãe. O texto mostra um homem acostumado ao seu cotidiano, mas revoltado com as convenções, dominado pela sensação de ser um estranho naquela terra. Segundo a análise da filósofa Julia Kristeva, o personagem revela-se estrangeiro a partir da morte da mãe, um trauma que desencadeia um confronto entre sua identidade e o mundo ao redor:

O estrangeiro, portanto, é aquele que perdeu a mãe. Camus soube reconhecê-lo: o seu Estrangeiro revela-se na morte da mãe. Pouco se observou o quanto esse órfão frio, cuja indiferença pode voltar-se para o crime, é um fanático da ausência. Adepto da solidão, incluindo a que se sente no meio das multidões, ele é fiel a uma sombra: um segredo mágico, um ideal paterno, uma ambição inacessível. Mersault está morto para si mesmo, mas vive exaltado por uma embriaguez insípida que lhe serve de paixão: da mesma forma o seu pai, ao vomitar numa cerimônia de execução, compreende que a condenação à morte é a única coisa de verdadeiramente interessante que pode acontecer ao homem.³⁴

A condição do estrangeiro explorada no livro representa a introjeção do indivíduo em suas dúvidas e desejos e a crítica ao mundo social, do qual o homem acredita estar desvinculado. Albert Camus descreve o exílio como uma condição existencial marcada pela separação: “a separação do *eu* de *si mesmo*, a separação entre o *eu* e os *outros*, a separação entre o *eu* e o mundo, a separação entre o *eu* e o universo”.³⁵

³³ Albert Camus (1913-1960) nasceu numa região pobre de Mondovi, Argélia. Filho de pai francês e mãe de origem espanhola, Camus graduou-se em Filosofia e construiu a maior parte de sua carreira literária na França. Seus livros mais conhecidos são: *O Estrangeiro*, escrito em 1942 e traduzido para mais de 40 línguas; *A Peste*, de 1947, *A Queda*, de 1956, e *O Homem Revoltado*. Recebeu o prêmio Nobel de Literatura em 1957.

³⁴ KRISTEVA, Julia. *Estrangeiros para nós mesmos*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. Ao estudar a obra de Camus, Kurt Weinberg destaca que o escritor criou três tipos de exilados. O primeiro é o exilado solitário, preso ao absurdo da existência, mantendo as memórias felizes da terra natal, o que provoca sua autodestruição, como em *O estrangeiro*. Em *A Peste*, estão os exilados que “mergulham no terror e na morte”. Já o exilado que perde sua dignidade é explorado em *La Chute* (1956). Cf. WEINBERG, Kurt. The Theme of Exile. *Yale French Studies*, n. 25, p. 33-40. Disponível em: <<<http://www.jstor.org/stable/2928898>>>. Acesso em: 11 nov. 2013.

³⁵ LAMEIRINHA, Cristianne Aparecida de Brito. *O sentido do exílio em “La Peste” de Albert Camus*. 2006. Tese (Doutorado em Literatura). Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, p.17.

Ao associarmos esta crise existencial à experiência de exílio, podemos afirmar que o trauma que desencadeia a transformação na vida do exilado é a saída da pátria e o *estranhamento* em relação à realidade sociocultural do país de exílio. Assim como Mersault, de *O estrangeiro*, que sente-se “estranho, desconectado com o mundo real, desenraizado”³⁶, o exilado percebe a si mesmo como um estrangeiro, imerso num mundo onde não há as mesmas referências e laços sociais que lhe identificavam. O sentimento de perda em relação à pátria pode desencadear uma condição depressiva ou a superação do sofrimento a partir da mobilização de um sentimento de esperança e de predisposição à aceitação do novo.

Segundo Sigmund Freud, o estranho não está relacionado apenas ao desconhecido e aquilo que provoca medo ou incerteza. A partir da análise da obra de Shelling, Freud afirma que o estranho (*Unheimlich*) é também o familiar, especificamente aquilo que sempre permaneceu obscuro e veio à luz.³⁷ A experiência de viver em terra estrangeira traz uma reflexão sobre si mesmo e sobre o outro, trazendo à tona sentimentos e reflexões pouco explorados enquanto se vivia no local de origem.

O exílio caracteriza-se pela reconfiguração do trabalho, da educação, da linguagem, dos hábitos cotidianos e das relações sociais. Esta reconfiguração é acompanhada por sentimentos diversos: saudade, esperança, rancor, medo, frustração... É um processo de *crise identitária*, que perpassa um luto inicial, ou seja, o sentimento de perda dos sistemas de referência.

Freud afirma que "o luto, de modo geral, leva reação à perda de um ente querido, à perda de alguma abstração que ocupou o lugar de um ente querido, como o país, a liberdade ou o ideal de alguém, e assim por diante".³⁸ Diante da dificuldade imposta pela perda, os exilados podem desenvolver a *melancolia*. Enquanto o *luto* é superado ao longo do tempo, Freud afirma que a *melancolia* se torna uma patologia caracterizada pela baixa autoestima. Para Freud, a elaboração é o ato de superação do evento traumático, que se torna essencial para evitar a constante rememoração pelo indivíduo dos fatos que causam a dor, configurando um estado de *melancolia*.

O exílio caracteriza-se como um processo transformador: há um *estranhamento* inicial com a realidade de exílio, o sofrimento, a progressiva interação com a nova vida e a

³⁶ KRISTEVA, Júlia. *Op. Cit.*, p. 33.

³⁷ FREUD, Sigmund. “O estranho”. In: *Freud. Obras completas*. Edição Standard Brasileira. v. XVII. Rio de Janeiro: Imago, 1986, p. 237-269.

³⁸ *Ibid.*, p. 275.

construção da superação a partir de novos projetos de trabalho, estudo ou atividade política. Maria Araújo e Ana Vazquez dividem este processo em três momentos: *trauma*, *transculturação* e *abalo de mitos*.³⁹

O momento inicial caracterizado pelo *trauma* caracteriza-se pela dificuldade de aceitar sair do país de origem e o contato com uma cultura, padrões sociais e políticos diferentes. Este confronto com a nova realidade sociocultural pode desencadear um sentimento de *desesperança*. Ao sair do território em que vivia e deixar o convívio com o grupo de origem, o exilado tem a sensação de que perdeu suas “raízes”, pois diariamente é obrigado a interagir com a cultura do outro, enfrentando dificuldades em falar um idioma distinto e adaptar-se a novas formas de viver.⁴⁰

O trauma é seguido de um período intermediário de *transculturação*, no qual o indivíduo desenvolve formas de adequação e sobrevivência, buscando compreender e superar o *estranhamento* com a nova realidade. Numa outra fase, o indivíduo vivencia um *abalo de mitos*: reflete sobre sua condição e revê suas concepções sobre o país de exílio, sendo capaz de aceitar o novo ambiente e refazer seus projetos de vida. A imagem do país natal é reconstruída: o distanciamento e a interação com uma nova cultura e diferentes padrões de política no exílio permitem uma análise mais crítica de sua pátria, superando as imagens (mitos) extremamente positivas ou negativas que tenha elaborado.

O exilado pode criar expectativas negativas sobre a vida no exílio, supervalorizar a pátria e resistir em aceitar a nova condição, acreditando sempre no breve retorno, à espera da transformação das condições que o obrigaram a se exilar. O psicanalista uruguaio Marcelo Viñar, que vivenciou um exílio de quinze anos, ressalta que a sensação de viver em espera é paulatinamente transformada na necessidade de vencer os desafios impostos pela situação do exílio:

O homem se constrói a partir de suas ilusões e de seus projetos, e uma das dimensões da existência é o fato de remodelar permanentemente este jogo de ilusões e de projetos, que se dá entre o ser e as pessoas de sua convivência. O exílio faz abortar este movimento e o destrói para retomá-lo na estranheza do não-familiar. Daí sua dimensão de traumatismo. Ele se apresenta como um tempo de inércia e contemplação, que emerge após a tormenta, o naufrágio e a catástrofe: propõe o desafio do que podemos

³⁹ VASQUEZ, Ana; ARAUJO, Ana Maria. *Exils latino-américains. La Malédiction d’Ulysse*. Paris: CIEMI, L’Harmattan, 1988.

⁴⁰ Uma análise do conceito de *enraizamento* é apresentada em WEIL, Simone. *O enraizamento*. Bauru: EDUSC, 2001.

construir a partir da perda, da desilusão, do desencorajamento, da derrota.⁴¹

A análise de Viñar segue a concepção freudiana da relação entre experiência traumática e superação. A ideia de derrota inicial decorrente da necessidade de deixar a família, o trabalho, os estudos e a ação política por causa de um governo ou situação política repressiva é progressivamente transformada em motivação para novas possibilidades de aprendizagem, realização profissional e militância política. Os resultados do exílio podem ser positivos quando se aproveita a possibilidade de recomeçar e aprender com as novas relações, ou seja, não se transforma luto em melancolia.⁴²

2 - Aspectos políticos do exílio

Segundo o escritor Angel Rama, o exílio difere da migração porque o exilado deixa o país devido a uma motivação política e nem sempre esta saída é uma escolha, ao contrário do migrante, que toma a decisão de deixar a região onde vive devido a uma situação econômica ou social difícil. O migrante tem também a escolha de regressar, enquanto o regresso é vetado ao exilado, considerado um inimigo pelo regime político do país de origem.⁴³

No século XX, as guerras mundiais e civis, as ditaduras, os conflitos étnicos e as crises econômicas provocaram deslocamentos de milhões de pessoas em busca da sobrevivência.⁴⁴ A diversidade de causas para as migrações possibilitou a criação de novas categorias analíticas e denominações: *refugiados*, *expatriados*, *asilados* e *banidos*.

A questão dos refugiados ganhou destaque após a Segunda Guerra Mundial, pois o conflito causou o deslocamento de 40 milhões de pessoas. A criação de um regime internacional de proteção aos refugiados também ocorreu num momento de grande migração de pessoas de países do leste europeu para países ocidentais. Em meio aos

⁴¹ VIÑAR, Marcelo; VIÑAR, Maren. *Exílio e tortura*. São Paulo: Escuta, 1992, p.106.

⁴² Cf. BERTA, Sandra Letícia. *O exílio: vicissitudes do luto, reflexões sobre o exílio político dos argentinos (1976-1983)*. 2007. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica). Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo.

⁴³ RAMA, Angel. La riesgosa navegación del escritor exiliado. In: *Nueva Sociedad*. nº35, março-abril 1978.

⁴⁴ Edward Said destaca que o século XX transformou-se na “era do refugiado, da pessoa deslocada, da emigração em massa”. SAID, Edward. *Reflexões sobre exílio e outros ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p.47.

embates políticos-ideológicos da Guerra Fria, a regulamentação do acolhimento aos refugiados também possibilitava aos países capitalistas deslegitimar o bloco soviético.⁴⁵

Para definir e proteger aqueles que sofrem perseguições em seus países de origem, em 1951 foi criado o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) e, no dia 28 de julho daquele ano, foi assinada a Convenção das Nações Unidas sobre o Estatuto dos Refugiados, que estabeleceu a seguinte definição de refugiado:

[Pessoa]que, em consequência dos acontecimentos ocorridos antes de 1º de janeiro de 1951 e temendo ser perseguida por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas, se encontra fora do país de sua nacionalidade e que não pode ou, em virtude desse temor, não quer valer-se da proteção desse país, ou que, se não tem nacionalidade e se encontra fora do país no qual tinha sua residência habitual em consequência de tais acontecimentos, não pode ou, devido ao referido temor, não quer voltar a ele.⁴⁶

O medo da perseguição e a necessidade de obter segurança fora do país é a principal condição para o *status* de “refugiado”, a quem estão dispostos direitos de proteção pelos países que assinaram o acordo. Na definição, não se incluíam os motivos de refúgio posteriores a 1º de janeiro de 1951 e não havia menção àqueles que se deslocavam devido a catástrofes naturais e guerras civis. Novas situações de conflitos e perseguições criaram a necessidade de elaborar um Protocolo em 1966, que aboliu o limite das datas e de espaço geográfico para se conceber o “refugiado”. Os países signatários deveriam garantir proteção aos direitos a todos aqueles que sofressem perseguição devido à discriminação por raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas.

Segundo a definição da Convenção, podemos afirmar que o exilado é um refugiado, pois é perseguido por ter “opiniões políticas” diferentes daquelas do grupo que governa o país. No entanto, é necessário ressaltar que a noção de refugiado insiste na ideia do

⁴⁵ Segundo Rossana Reis Rocha e Julia Bertino Moreira, “a criação do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) ensejou um debate sobre o mandato dessa organização entre os países no seio da ONU. A Europa Ocidental defendia uma agência forte e independente, capaz de angariar fundos. Os Estados Unidos, preocupados com a questão orçamentária, propunha um organismo temporário que exigisse pouco financiamento e não pudesse receber contribuições. A URSS, por fim, empenhou-se em boicotar as negociações, diante da ausência de interesse em colocar o tema dos refugiados na pauta da agenda internacional. ROCHA, Rossana Reis; MOREIRA, Julia Bertino. Regime Internacional para Refugiados: Mudanças e Desafios. *Revista de Sociologia. Política*. Curitiba, v. 18, n. 37, out. 2010, p. 17-30.

⁴⁶ *Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados (1951)*. Disponível em: <<<http://www.acnur.org/t3/portugues/recursos/documentos/>>>. Acesso: 04 ago. 2013.

“temor” em retornar à terra de origem e destaca o refugiado como uma vítima que necessita de proteção. Para além de uma condição passiva de sofrer a perseguição, o exilado é também um “ser político”, que se manifesta contra o regime do país de origem, organiza a oposição política, mantendo esta oposição até mesmo diante das dificuldades do exílio.⁴⁷

Outras definições são associadas à concepção do exílio. A ideia de afastamento da terra natal aproxima o conceito de exílio à ideia de *expatriação*. No entanto, tais conceitos são diferentes se forem consideradas as escolhas do indivíduo ao deixar o país. Edward Said afirma que o expatriado tem a iniciativa de viver em um país por que deseja, já “o exílio não é uma questão de escolha: nascemos nele, ou ele nos acontece”.⁴⁸

A definição do exílio no século XX adquire essencialmente um aspecto político. Consideramos adequada a definição proposta por Luis Roniger: *O exilado é aquele que é obrigado a sair de um país por não se adequar ao sistema político vigente*.⁴⁹ Na América Latina, a repressão organizada pelos regimes civis-militares foi a principal responsável pelo exílio durante Guerra Fria: líderes e militantes de oposição deixaram seus países após o fechamento das principais formas democráticas de participação política: eleições, diversidade partidária e livre expressão. A utilização do exílio como um meio de repressão não surgiu nestes regimes, mas foi o momento em que uma sistemática exclusão foi institucionalizada:

Na época colonial, o desterro (degredo), a translação e a expulsão para os confins do império ou então a expulsão para lugares onde se poderia controlar o desterrado foram amplamente utilizados contra a disfuncionalidade social, como instrumento de poder contra os delinquentes sociais, marginalizados e rebeldes, assim como para reforçar o componente humano na defesa das fronteiras imperiais em expansão. Foi em princípios do século XIX, após a independência, que o fenômeno de exílio começou a desenvolver perfil político especial e assumiu o papel que, embora transformado, persistiu ao longo do século XX. O desterro se converteu nos estados em mecanismo amplamente usado e abusado no âmbito da política e da vida pública, um complemento ao encarceramento e às execuções. No imaginário coletivo e nas esferas públicas dos países

⁴⁷ A historiadora Denise Rollemberg destaca que o conceito de refugiado insiste na vitimização do indivíduo e o destitui de um protagonismo político. A partir de entrevistas, Rollemberg aponta que muitos exilados não queriam ser denominados de “refugiados”. ROLLEMBERG, Denise. *Op. Cit.*, 40-41.

⁴⁸ SAID, Edward. *Op. Cit.*, p. 57.

⁴⁹ RONIGER, Luis. Reflexões sobre o exílio como tema de investigação. In: QUADRAT, Samantha Viz (org.). *Caminhos Cruzados: História dos exílios latino-americanos no século XX*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011, p. 31-61.

da América Latina, o exílio se converteu em um modo central de “fazer política”.⁵⁰

A repressão do Estado autoritário ocorre por meio da censura, das prisões arbitrárias, das torturas, da proibição do voto, da liberdade de expressão e de associação política. Diante destas ações repressivas, existem os exilados que deixam o país por considerar que sua segurança está em risco, há aqueles que são perseguidos pela força policial e cruzam as fronteiras de forma clandestina e outros buscam asilo em embaixadas para viajar sob proteção de outros governos. Há também os banidos, cuja expulsão é amparada pelas leis.⁵¹

O exílio decorre, portanto, de conflitos pelo poder político. No entanto, não são apenas dois lados em conflito (ditadura contra esquerda e vice-versa). Segundo o sociólogo Pierre Bourdier, as interações dos indivíduos em seus grupos sociais e políticos e a própria relação dos grupos sociais são marcadas pela construção de representações compartilhadas sobre o outro, sobre si mesmo ou sobre o grupo social no qual o indivíduo está inserido. Desta forma, há uma constante luta entre os grupos para impor sua forma de representar o mundo:

As diferentes classes e frações de classes estão envolvidas numa luta propriamente simbólica para imporem a definição do mundo social mais conforme aos seus interesses, e imporem o campo das tomadas de posições ideológicas reproduzindo em forma transfigurada o campo das posições sociais. Elas podem conduzir essa luta quer diretamente, nos conflitos simbólicos da vida cotidiana, quer por procuração, por meio da luta travada pelos especialistas da produção simbólica (produtores a tempo inteiro) e na qual está em jogo o monopólio da violência simbólica legítima, quer dizer, do poder de impor - e mesmo de inculcar - instrumentos de conhecimento e de expressão (taxonomias) arbitrários - embora ignorados como tais - da realidade social.⁵²

Não se pode ignorar as lutas simbólicas que existem nos diferentes campos. Bourdier destaca que não existem classes fechadas, mas agentes sociais que se unem por

⁵⁰ RONIGER, Luis. *Op. Cit.* p.33.

⁵¹ No caso brasileiro, foram considerados banidos todos os presos políticos trocados pelos embaixadores sequestrados pelos grupos de guerrilha urbana.

⁵² BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel, 1989, p.11-12.

semelhanças ideológicas ou culturais e que realizam um "trabalho de representação" do mundo social. A percepção do mundo social depende das autoridades ou instituições, que implicam em desigualdades no posicionamento dos indivíduos na sociedade, e depende também do "estado das relações de forças simbólicas".⁵³

Portanto, Bourdier critica a ideia de que os grupos são homogêneos e valoriza as relações e interesses dos diferentes indivíduos que o compõem, destacando os conflitos por meio de discursos. Em sua crítica à teoria marxista do conflito de classes, Bourdier argumenta:

Ela [a teoria marxista] põe assim um mundo social unidimensional, organizado simplesmente em torno da oposição entre dois blocos (sendo uma das questões mais importantes a do limite entre estes dois blocos, com todas as questões anexas, eternamente debatidas, da aristocracia operária, do "emburguesamento" da classe operária, etc.). Na realidade, o espaço social é um espaço multidimensional, conjunto aberto de campos relativamente autônomos, quer dizer, subordinados quanto ao seu funcionamento e às suas transformações, de modo mais ou menos firme e mais ou menos direto ao campo de produção econômica: no interior de cada um dos subespaços, os ocupantes das posições dominantes e os ocupantes das posições dominadas estão ininterruptamente envolvidos em lutas de diferentes formas (sem por isso se constituírem necessariamente em grupos antagonistas).⁵⁴

As reflexões de Norbert Elias também contribuem para compreender as decisões e as ações dos grupos exilados inseridos em conflitos de poder. Ao analisar a comunidade inglesa de Winston Parva no final da década de 50 e início da década de 60, Norbert Elias apontou a interdependência entre os chamados *outsiders*, que não pertencem ao grupo social dominante, e o *establishment* local, grupo de famílias tradicionais poderosas que se transformam num modelo. Os moradores mais antigos se consideravam superiores aos recentes e depreciavam estes moradores. Embora antagônicos, os dois grupos pertenciam a uma mesma coletividade cultural e social, mas o que determinava cada grupo era seu grau de poder na sociedade. Segundo Elias, "um grupo exclui outro das chances de poder e de *status*, conseguindo monopolizar essas chances." ⁵⁵

⁵³ Ibid., p.139-140.

⁵⁴ Ibid., .153

⁵⁵ ELIAS, Norbert Elias; SCOTSON, John L. *Os Estabelecidos e os Outsiders*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000. Edição Digital, Introdução, p. 1.

Norbert Elias afirma que o grupo inferiorizado (*outsiders*) enquanto permanece totalmente intimidado exerce “pressões tácitas” ou age abertamente para reduzir os diferenciais de poder que lhes colocam em situação inferior, enquanto os “grupos estabelecidos” fazem o mesmo para preservar ou ampliar estes diferenciais.⁵⁶

Ao associarmos as reflexões de Bourdier e de Norbert Elias às condições repressivas das ditaduras que promoveram o exílio, podemos compreender que a esquerda também fez parte do jogo político, é um agente ativo na disputa pelo poder e desenvolve artifícios para vencer o grupo então em domínio. Esta disputa permanece no exílio, pois se organizam movimentos de oposição. O grupo dominante reage com ações policiais e propaga um discurso que caracteriza o exilado como um inimigo da pátria. Segundo Elias, “afixar o rótulo de “valor humano inferior” a outro grupo é uma das armas usadas pelos grupos superiores nas disputas de poder, como meio de manter sua superioridade social”.⁵⁷

No caso brasileiro, o exilado foi estigmatizado como o “subversivo”, como o inimigo da pátria, aquele que foge do seu país, ou trai as bases morais, sociais e políticas da nação em prol de interesses particulares ou ideologias inaceitáveis para o regime político vigente. Para opor-se à esta estigmatização, os exilados realizaram movimentos para denunciar o autoritarismo e as violações de direitos humanos na ditadura.

A partir desta concepção de conflitos pelo poder, o exílio pode ser concebido como um artifício repressivo do grupo dominante. No caso dos regimes militares, embora este tivesse o objetivo de enfraquecer a esquerda, o exílio também se transformou num espaço de renovação a oposição, pois os exilados organizaram manifestos, jornais e buscaram auxílio de organismos internacionais para denunciar a tortura, a ausência de liberdade e a desigualdade social. Nesse sentido, é relevante a definição de exilado proposta por Yossi Shain:

(...) exilados políticos são aqueles que “participam da atividade política contra as políticas dos governantes no país de origem, contra o próprio regime no país de origem ou contra o sistema político em seu conjunto, a fim de criar as circunstâncias favoráveis para seu regresso”.⁵⁸

⁵⁶Ibid., p. 11.

⁵⁷Ibid., p. 4

⁵⁸Apud. RONIGER, Luís. ⁵⁸ RONIGER, Luis. Reflexões sobre o exílio como tema de investigação. In: QUADRAT, Samantha Viz (org.). *Caminhos Cruzados: História dos exílios latino-americanos no século XX*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011, p. 43.

Stéphane Dufoix utiliza o termo *exopolítico* para retratar como o exilado mantém a ação política no exílio.⁵⁹ Esta militância é também uma forma de preservação de uma identidade individual e coletiva. No campo individual, a permanência na militância política significa não aceitar o exílio como uma derrota para o inimigo (o regime autoritário), promover transformações que permitam o retorno e manter a legitimidade da concepção política que motivou a agir contra o regime político responsável pela perseguição que sofreu e continua a sofrer no exílio. Coletivamente, os grupos políticos, partidários ou com afinidades ideológicas mantêm-se unidos, ganham mais força e representatividade ao promover as ações de oposição, como reuniões, publicação de jornais, debates, reavaliações de ações e teorias do grupo.

Portanto, o exílio não se configura como uma situação conformista. Ao contrário, transforma-se em período de dinâmica atuação. O exilado não é apenas uma vítima, ele continua atuando e planejando ações vinculadas ou não ao país de origem.

No intuito de se defender do *desenraizamento*, ou seja, para evitar a perda dos laços familiares e culturais, o exilado pode idealizar a terra natal a partir de suas concepções políticas, conservando as imagens da conjuntura político-social de sua saída. Mas a sociedade de origem continua em transformação, assim como o exilado. Ao conhecer e vivenciar novos padrões culturais e práticas políticas, o exilado também pode desenvolver críticas ao seu país de origem, rompendo com os mitos da pátria e do exílio. Edward Said ressalta como o conhecimento amplia-se a partir da contraposição entre a realidade do exílio e a terra natal:

Ver o mundo inteiro como uma terra estrangeira possibilita a originalidade da visão. A maioria das pessoas tem consciência de uma cultura, um cenário, um país; os exilados têm consciência de pelo menos dois desses aspectos, e essa pluralidade de visão dá origem a uma consciência de dimensões simultâneas, uma consciência que – para tomar emprestada uma palavra da música – é contrapontística.⁶⁰

Apesar da possibilidade de adquirir uma visão mais ampla, para Said o exílio tem mais aspetos negativos que positivos: por mais que o indivíduo tente superar as dificuldades, a instabilidade e o sofrimento, estes não desaparecem completamente.

⁵⁹ DUFOIX, Stéphane. *Politiques d'exil*. Paris: Presses Universitaires de France, 2002, p. 28.

⁶⁰ SAID, Edward. *Op. Cit.*, p.59.

Segundo o autor, “desde que o exilado se recuse a ficar sentado à margem, afagando uma ferida, há coisas a aprender: ele deve cultivar uma subjetividade escrupulosa (não complacente ou intratável). ” ⁶¹ O envolvimento com a política no exílio é, neste sentido, uma maneira recorrente de superação do sofrimento, para manter os vínculos com a pátria e alimentar a esperança de retorno ou transformação do país de origem.

3- Memórias e exílio

A memória relaciona-se aos mecanismos de acumulação, conservação, atualização e reconhecimento de lembranças e às formas de compartilhar estas lembranças com o grupo social. O ato de lembrar não produz uma imagem fiel à experiência objeto de rememoração. As lembranças são influenciadas pelas características do indivíduo (emoções, opiniões, traumas e objetivos) e da sociedade (com suas convenções sociais, padrões culturais e conflitos entre grupos).

Memória e identidade são elementos interdependentes. O ato de lembrar implica numa seleção de acontecimentos e é determinado por emoções e julgamentos dos momentos vividos. A memória é a construção de uma imagem sobre um fato vivido, presenciado ou do qual se teve conhecimento. No caso do exílio, a memória envolve emoções e ideologias relacionadas aos traumas, dificuldades e mudanças de comportamento decorrentes do tempo de exílio.

A memória não é uma produção estritamente individual. Segundo Maurice Halbwachs, toda lembrança individual tem relação com o meio social, a interação do indivíduo com os outros provoca a construção de saberes e experiências.⁶² Os conhecimentos obtidos socialmente, tais como os padrões de convívio, as referências culturais e políticas podem estimular ou restringir a evocação e a narração das lembranças. Por exemplo, aquilo que não é aprovado por um grupo e que existe como experiência individual pode não ser divulgado pelo indivíduo para não se confrontar com aquilo que o grupo social espera.

Maurice Halbwachs destaca que a memória individual é arte de uma memória coletiva. A interação com a sociedade determina a construção das lembranças. No entanto,

⁶¹ Ibid. p. 57.

⁶² HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006.

é necessário considerar também o protagonismo do indivíduo no ato de construção da memória e as reflexões do filósofo Paul Ricoeur contribuem para uma análise neste sentido, ou seja, a percepção da interdependência entre sujeito e sociedade na construção das memórias:

A narrativa comporta necessariamente uma dimensão seletiva. Alcançamos, aqui, a relação estreita entre memória declarativa, narratividade, testemunho, representação figurada do passado histórico. Como notamos então, a ideologização da memória é possibilitada pelos recursos de variação que o trabalho de configuração narrativa oferece. As estratégias do esquecimento enxertam-se diretamente nesse trabalho de configuração: pode-se sempre narrar de outro modo, suprimindo, deslocando as ênfases, refigurando diretamente os protagonistas da ação assim como os contornos dela.⁶³

Não há possibilidade de desvencilhar a memória individual da influência social, incorporamos a memória compartilhada por um grupo social, mas também é necessário valorizar os sentimentos, as vivências individuais e ideias que marcam profundamente uma lembrança. Toda recordação implica numa seleção das impressões construídas pelo indivíduo sobre os acontecimentos. O esquecer é resultado da maneira como as emoções (alegria, tristeza, remorso, saudade...) influem sobre a valorização dada aos objetos de memória da existência e como existem interesses em explorar ou não determinadas informações. A memória individual pode se opor a uma memória oficial compartilhada por uma sociedade assim como pode ser manipulada em benefício de uma História Oficial.

Cabe à História o uso crítico da memória, ou seja, compreender como as narrativas de memória são construídas a partir das características individuais e sociais que se alteram ao longo do tempo. Em suas reflexões sobre as relações entre memória e História, Jacques Le Goff adverte que “se a memória faz parte do jogo do poder, se autoriza manipulações conscientes ou inconscientes, se obedece aos interesses individuais ou coletivos, a História, como todas as ciências, tem como norma a verdade.”⁶⁴ Esta verdade não é absoluta, mas uma análise possível a partir da documentação. É essencial que os testemunhos sejam apresentados, analisados e não meramente reproduzidos como verdade, pois descaracterizaria o caráter analítico da História.

⁶³ RICOUER, Paul. *Memória, História, Esquecimento*. Campinas: Editora da Unicamp, 2007, p.455.

⁶⁴ LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990, p.31.

A ausência da análise das narrativas de memória pode desencadear uma valorização excessiva de certa imagem sobre um fato e uma “fetichização da verdade documental”, termo apresentado por Beatriz Sarlo para denominar o fato de dar aos depoimentos um peso maior do que outros documentos, associando depoimento a uma verdade objetiva. Segundo a autora, “só uma confiança ingênua na primeira pessoa e na lembrança do vivido pretenderia estabelecer uma ordem presidida pelo testemunhal”.⁶⁵

Por meio da análise, que identifica o tempo, o espaço e os atores envolvidos na produção da memória, há uma ampliação da compreensão tanto do fato objeto da memória, quando da percepção construída pelos indivíduos sobre este fato. É fundamental que haja uma contextualização das narrativas da memória, relacionando as características dos sujeitos ao tempo e espaço de exílio. A memória deve ser analisada como um documento, conforme destaca Daniel Aarão Reis:

Quanto à memória, sabemos todos da necessidade de contextualizá-la, de cotejá-la, de criticá-la, por sabê-la inexoravelmente seletiva e tendencialmente unilateral. O que importa não é propriamente a correspondência entre ela e o processo histórico, mas a lógica e a consistência interna da versão de cada depoente. Por fantasioso e ilusório que seja, e nem sempre é fácil distinguir a fantasia e a ilusão, sempre guarda um valor em si mesmo, tornando-se um documento.⁶⁶

Por meio dos depoimentos dos exilados, é possível compreender as percepções das culturas dos locais de exílio, como foram aceitas ou rejeitadas, quais eram os pressupostos da militância política e que transformações sofreram ao longo do tempo, quais ações e reflexões foram criadas e reformuladas de acordo com as experiências do exílio. O historiador pode analisar diferentes versões sobre um mesmo fato e associar as fontes orais com outras fontes que apresentam informações sobre o período de exílio, como

⁶⁵ SARLO, Beatriz. *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p.48.

⁶⁶ REIS FILHO, Daniel Aarão. Ditadura, anistia e reconciliação. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 23, n. 45, p.171-186, janeiro-junho de 2010, p.172.

a imprensa produzida pelos exilados, as cartas, os documentos das organizações com núcleo no exterior.⁶⁷

Um depoimento sobre a experiência do exílio é construído a partir de uma seleção de fatos, de interesses pessoais e emoções que relacionam o passado ao momento em que a narrativa da memória é construída. Ao apresentar suas memórias em diferentes épocas, o indivíduo acrescenta, diminui, retifica, detalha e oculta informações. Um depoimento dado no exílio se difere de um depoimento dado muitos anos após o término daquela experiência. Os acontecimentos alteram a avaliação individual, assim como a importância dada por uma sociedade às memórias dos exilados e ao processo de compreensão do período de repressão no qual se insere cria interesses políticos.

É fundamental diferenciar e analisar as memórias *do* exílio e as memórias *no* exílio. A narrativa produzida muito tempo depois da vida no exílio é influenciada pelas características presentes, como o interesse que o grupo social demonstra com relação à experiência do exílio e aos objetivos políticos que valorizam ou inferiorizam ações e personagens. As memórias no exílio estão marcadas por emoções imediatas ao conflito e podem ser alteradas depois pelo indivíduo após o distanciamento em tempo e espaço daquela experiência de exílio.

Como registro da memória no exílio brasileiro podemos citar as publicações *Memórias do exílio*, publicado em Portugal em 1976⁶⁸, *Memória das mulheres no exílio*, já publicada depois da Anistia, porém com depoimentos reunidos durante o exílio⁶⁹. Ambas mostravam as dificuldades e opiniões dos exilados no momento do exílio como meio de comprovar a “presença ativa” dos exilados marginalizados pela propaganda governamental “com a pecha de maus brasileiros”.⁷⁰ A divulgação dos depoimentos servia para mostrar a

⁶⁷ Seguimos a concepção de Michael Pollak sobre a equivalente importância da fonte oral com relação a outras fontes do historiador: “Se a memória é socialmente construída, é óbvio que toda documentação também o é. Para mim não há diferença fundamental entre fonte escrita e fonte oral. A crítica da fonte, tal como todo historiador aprende a fazer, deve, a meu ver, ser aplicada a fontes de tudo quanto é tipo. Desse ponto de vista, a fonte oral é exatamente comparável à fonte escrita. Nem a fonte escrita pode ser tomada tal e qual ela se apresenta.”. POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.

⁶⁸ A obra foi idealizada por exilados nos EUA, dentre os quais Rubem César Fernandes. O projeto foi financiado pela *Fundação Ford* e contou com a participação de diversos exilados, que foram entrevistados ou enviaram seus depoimentos escritos. Entre os participantes estavam Herbert de Souza, Anina de Carvalho, Marcio Moreira Alves, Francisco Julião e Abdias Nascimento.

⁶⁹ COSTA, Albertina de Oliveira et. al. (org.). *Memórias das mulheres do exílio*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

⁷⁰ CAVALCANTI, Pedro Celso Uchôa; RAMOS, Jovelino (orgs.). *Memórias do exílio: Brasil — (1964-19??)* — *De muitos caminhos*. São Paulo: Livraria Livramento, 1976. v.1, p.9.

oposição à ditadura civil-militar, denunciando o caráter repressivo do exílio e ao mesmo tempo a manutenção da ação política dos exilados.

Como exemplos das narrativas de memória após o exílio, destacam-se os romances de autobiografias do final dos anos 1970 e no início dos anos 1980, como *Em Câmera Lenta*, de Renato Tapajós; *O que é isso, Companheiro?*, de Fernando Gabeira; e *Os Carbonários*, de Alfredo Sirkis⁷¹. São obras que unem recursos ficcionais à descrição das experiências de exílio e consideram o período em que foram publicadas: o processo de abertura política estimulava a divulgação de informações sobre a vida no exílio, atendendo à curiosidade e aos interesses políticos de entender a ditadura e valorizar a democracia. Esta adequação à época de publicação pode ser percebida na seguinte declaração de Alfredo Sirkis.

(...) não escrevi “Os Carbonários” para a minha geração. Escrevi pensando especialmente na geração que hoje está com a mesma idade que eu tinha na época dos fatos relatados. Aliás, tenho indicações de que meus leitores são fundamentalmente, jovens. Sobretudo estudantes secundaristas (...) Convém lembrar que “Os Carbonários”, no fundo, não é um livro alegre; é triste. Tem momentos hilariantes, mas é, em essência, um livro sobre alguém que perde alguns dos melhores amigos, vê desabarem as coisas em que acreditava e, principalmente, pinta um quadro muito triste do Brasil dos anos 60 e começo dos 70. Quanto à avaliação dos erros que cometemos, entendo que nossa atitude deve ser não de arrependimento e, sim, de superação crítica de determinadas visões. (...) Mas qual a linguagem mais eficaz para transmitir essa experiência à nova geração?⁷²

O livro propõe uma avaliação da experiência de exílio já com um distanciamento geográfico e temporal. A utilização de recursos ficcionais ou linguísticos faz parte da intencionalidade do autor em cativar o público. Segundo Seligmann Silva, “a configuração discursiva pode aumentar a capacidade de preservar o teor do que foi vivido junto à

⁷¹GABEIRA, Fernando. *O que é isto companheiro?*. 7ª ed. Rio de Janeiro: Codecri, 1979.; TAPAJÓS, Reinaldo. *Em Câmara lenta*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1979; SIRKIS, Alfredo. *Os carbonários: Memórias da guerrilha perdida*. São Paulo: Global, 1980. Posteriormente, também publicaram biografias: Abelardo Jurema, Alfredo Sirkis, Almeri Bezerra de Mello, Almino Affonso, Apolônio de Carvalho, Beatriz Bandeira Riff, Fernando Gabeira, Ferreira Gullar, Flávio Tavares, José Maria Rabêlo e Thereza Rabêlo, Liszt Vieira, Maurício Paiva, Reinaldo Guarany, Yara Gouvêa e Yolanda Avena Pires.

⁷² “Entrevista com Alfredo Sirkis” In: Veja, nº 668, 24/06/1981, p. 05-08. Apud. SILVA, Mário Augusto Medeiros da. *Prelúdios e Noturnos: ficções, revisões e trajetórias de um projeto político*. Dissertação (Mestrado em Sociologia). 2006. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Campinas, p.173.

memória do público. A memória do testemunho desconstrói a história oficial, e a presença do estético pode cumprir um papel ético. ”⁷³

O campo da História Oral também é indispensável para reunir estudar os depoimentos dos exilados. O historiador José Carlos Sebe Meihy concebe a História Oral como “um recurso moderno usado para a elaboração de registros, documentos, arquivamento e estudos referentes à experiência social de pessoas e de grupos. Ela é sempre uma história presente e também uma história viva”⁷⁴. Seguindo tal concepção, devemos considerar o caráter seletivo da memória de acordo com o momento em que o depoimento é apresentado.

Depoimentos orais e biografias, autobiografias contribuem com uma pluralidade de percepções sobre o exílio. A divulgação das narrativas de diferentes atores envolvidos no processo não visa apenas à oposição com uma História oficial construída, mas revelar as diferentes visões sobre o exílio e estimular o debate sobre o período autoritário no Brasil. Este debate visa à compreensão para superação das dificuldades enfrentadas pelos indivíduos e grupos sociais durante a ditadura.

4 - O exílio brasileiro durante a ditadura civil-militar

Nos anos 1970, as ditaduras civis-militares preponderavam no Cone Sul. Em 1971, o presidente uruguaio Juan Maria Bordaberry fechou o congresso e instaurou a ditadura com o apoio dos militares. No Chile, o presidente socialista Salvador Allende foi deposto em 1973, e o general Augusto Pinochet liderou um regime repressivo até 1990. A presidente argentina Isabelita Perón foi deposta em 1976 por uma junta militar chefiada pelo general Jorge Videla. A dissolução dos partidos, a censura e a perseguição política marcaram o processo de repressão e silenciamento

Estas ditaduras foram responsáveis por um exílio massivo de latino-americanos, conforme indicam os números aproximados de exilados apontados pela historiografia: dois

⁷³ SELIGMANN-SILVA, Marcio. Apresentação da questão. In: *História, memória, literatura*. Campinas: Ed. Unicamp, 2003, p.52. Este autor apresenta reflexões sobre a influência dos traumas sobre a construção da memória e o estudo da História. Cf. “Narrar o trauma – a questão dos testemunhos de catástrofes históricas”. *Psicologia Clínica*, Rio de Janeiro, vol.15, n.2, 2003.

⁷⁴ EIHY, José Carlos Sebe; HOLANDA, Fabíola. *História Oral: como fazer, como pensar*. São Paulo: Contexto, 2007. p.17.

milhões de argentinos, um milhão de chilenos e quinhentos mil uruguaios exilados.⁷⁵ No Brasil, a quantidade de exilados foi menor. Embora seja difícil precisar o número, estima-se que entre dez e vinte mil pessoas⁷⁶ deixaram o Brasil para se exilar em países como Portugal, EUA, México, Argélia, Itália, Suécia e, principalmente, Chile e França. Na Argentina, por exemplo, ocorreram 30 mil mortes e 10 mil foram considerados desaparecidos.⁷⁷ No Brasil, contabilizavam-se inicialmente entre oitenta e cem mil presos políticos, vinte mil torturados e 500 mortos ou desaparecidos.⁷⁸ Tais números ainda estão em revisão, especialmente após os estudos da Comissão Nacional da Verdade.

Os brasileiros exilaram-se no Chile (até 1973, quando houve a deposição de Salvador Allende), Argentina (até o golpe militar de 1976), Uruguai, Peru e México. Cuba e México foram os principais centros de recepção de exilados na América Latina depois dos golpes no Cone Sul. Essa intensificação da repressão no continente provocou a fuga de exilados para a Europa. Paris tornou-se a capital dos exilados latino-americanos. Além da capital francesa, havia também brasileiros exilados em Portugal, na Suécia, na Itália e na Inglaterra.

Existem dois momentos marcantes do exílio durante a ditadura: o golpe militar de 1964 e a promulgação do AI-5 em 1968. Os exilados que deixaram o país após o golpe de 1964 eram na maioria sindicalistas, pessoas ligadas ao governo de João Goulart, membros da Ação Popular, professores universitários e jornalistas do Partido Comunista Brasileiro ou do Partido Trabalhista Brasileiro.⁷⁹

Após a destituição do presidente João Goulart, 41 políticos tiveram seus direitos políticos suspensos, mais de 120 policiais foram expulsos, mais de 10.000 funcionários públicos foram exonerados por causa de sua identificação com a administração deposta. Partidos políticos da oposição foram proibidos. Sindicatos e organizações estudantis foram fechados e greves foram proibidas. Entre 10.000 e 15.000 brasileiros tomaram o caminho do exílio.⁸⁰

⁷⁵ BOLZMAN, Claudio. De los europeizados a los deslocalizados: una tipología de las migraciones americanas hacia Europa. In: ARTIGAS, José del Pozo. *Exiliados, emigrados y retornados: chilenos en América y Europa (1973-2004)*. Santiago: RIL Editores, 2006, p.23.

⁷⁶ GIANNOTT, Vito. *História das lutas dos trabalhadores no Brasil*. Rio de Janeiro: Maud X, 2007, p. 208.

⁷⁷ TAVARES, André R.; ANGRA, Walter de M. Justiça reparadora no Brasil. In: RAMOS, Dircêo Torrecillas et. al. *Direito Militar*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011, p.130.

⁷⁸ GIANNOTT, Vito. *Op. Cit.*, p. 208.

⁷⁹ ROLLEMBERG, Denise. *Exílio: entre raízes e radares*. Rio de Janeiro: Record, 1999.

⁸⁰ SZNAJDER, Mario; RONIGER, Luís. *The Politics of Exile in Latin America*. New York: Cambridge University Press, 2009.

Entre as personalidades que decidiram deixar o país, podemos citar: João Goulart, Miguel Arraes, Leonel Brizola, Celso Furtado, o embaixador Josué de Castro, o ministro da Justiça Abelardo Jurema, Almino Affonso (Ex-ministro do Trabalho), Darcy Ribeiro (Reitor deposto da Universidade de Brasília) e Raul Ryff (Assessor de imprensa de Goulart).

Os primeiros exilados dirigiram-se principalmente ao Uruguai e ao Chile. O exílio de João Goulart e Leonel Brizola no Uruguai atraiu muitos políticos para aquele país.⁸¹ Exilaram-se no Uruguai: o deputado federal Renato Archer, Amaury Silva (Ministro do Trabalho e da Previdência Social), Ivo Magalhães (ex-prefeito de Brasília), o deputado estadual Claudio Braga, o professor e antropólogo Darcy Ribeiro, entre outros.

Segundo Herbert de Souza, após o golpe, o Uruguai foi local de exílio para as principais lideranças do CGT (Comando Geral dos Trabalhadores), do PUA (Pacto de Unidade e Ação), da UNE (União Nacional dos Estudantes), da Ação Popular, da Polop, dos trotskistas, de políticos ligados a Brizola e representantes de Miguel Arraes. Existiam dois grupos expressivos no país: um articulado em torno do João Goulart, com Valdir Pires, Darcy Ribeiro, Almino Affonso; e outro que se articulava em torno de Brizola, formado por Paulo Schilling, Max da Costa Santos, Neiva Moreira, Cibilis da Rocha Viana, Aldo Arantes e o próprio Betinho.⁸²

Além do Uruguai, Peru, Chile e México também foram importantes locais de recepção de exilados nesta época. Segundo o ex-deputado Abelardo Jurema, existiam aproximadamente 50 exilados no Peru, dentre os quais o engenheiro Otto da Rocha e Silva, o radialista Hiran Aquino, o psiquiatra Clidenor de Freitas Santos, Antônio Luiz Prazeres, a pianista Josephina Fraga Ribeiro, a cientista Olga Bogolometz Henriquez, Afrânio Azevedo, Yara Aquino, Hiran Aquino e o oficial do exército Júlio Ximens.⁸³

Entre os exilados no México estavam Padre Lajes, Ilza Guerra e o deputado federal e liderança importante das Ligas Camponesas, Francisco Julião. Após ter seu mandato cassado, Julião permaneceu preso durante seis meses e passou dois meses na

⁸¹ Segundo o ex-deputado David Lerer, João Goulart possuía uma grande fazenda na fronteira entre Brasil e Uruguai e afirmou: “vários líderes sindicais se abrigaram em suas fazendas, e encontrei no exílio jovens militantes da extrema esquerda (posição política contrária a de Jango, que nunca aceitou a luta armada) que me diziam: “O Jango me arrumou uma passagem, me deu um dinheiro, me ajudou nisso ou naquilo”. MACHADO, Cristina Pinheiro. *Os exilados: Cinco mil brasileiros à espera de anistia*. São Paulo: Editora Alfa-Ômega, 1979, p. 34.

⁸² MAUÉS, Flamarion; AZEVEDO, Ricardo (orgs.). *Rememória: entrevistas sobre o Brasil do século XX*. São Paulo: Perseu Abramo, 1997, p. 248.

⁸³ JUREMA, Abelardo. *Exílio*. João Pessoa: Acauã, 1979, p. 95

clandestinidade, mesmo tendo conseguido *habeas corpus* para esperar o processo em liberdade. Então pediu asilo na embaixada do México.⁸⁴

No Chile havia mais de 30 brasileiros. Exilaram-se no Chile: Almino Affonso, Paulo de Tarso, os ex-deputados Plínio de Arruda Sampaio, Adão Pereira Nunes, Salvador Romano Lozzaco, Ib Teixeira, o sociólogo Fernando Henrique Cardoso, Paulo Freire e o jornalista José Maria Rabêlo.⁸⁵ Entre as experiências de exílio iniciadas neste período, podemos destacar o exílio de Miguel Arraes na Argélia. Arraes era advogado, procedente de uma família de proprietários de terra e de indústria de beneficiamento de algodão. Trabalhou no Instituto do Açúcar e do Alcool, foi secretário da Fazenda de Pernambuco no governo de Barbosa Lima Sobrinho, eleito deputado estadual em 1950, prefeito de Recife a partir de 1959 e eleito governador de Pernambuco em 1962. Destituído do cargo de governador e preso, Arraes conseguiu asilo na embaixada da Argélia. Após a chegada de Arraes em Argel, para lá dirigiram-se pessoas mais próximas a ele, especialmente aqueles que atuaram como colaboradores de seu governo em Pernambuco.

O segundo momento de exílio dos brasileiros ocorreu a partir da promulgação do Ato Institucional número 5 (AI-5) em 13 de dezembro de 1968. A nova legislação estabeleceu o fechamento do Congresso nacional, a cassação de mandatos e suspensão de direitos políticos dos cidadãos. O regime ampliava a repressão frente ao aumento de movimentos estudantis e sindicais no país. A intensa repressão possibilitada pelo AI-5 também motivou estudantes, sindicalistas, operários e militantes de grupos defensores da guerrilha como estratégia revolucionária. Entre os grupos de guerrilha, podemos destacar o MR-8 (Movimento Revolucionário 8 de outubro), a VPR (Vanguarda Popular Revolucionária) e a ALN (Ação Libertadora Nacional).

Os sequestros de representantes diplomáticos organizados por estes grupos defensores da guerrilha permitiram que muitos presos políticos deixassem o país. O sequestro do embaixador norte-americano Charles Elbrick possibilitou a libertação de 15 presos políticos que deixaram o país no avião o Hércules 56 em direção ao México.⁸⁶ Por meio do sequestro do cônsul japonês Nobuo Okushi, outros cinco presos políticos foram

⁸⁴ MACHADO, Cristina Pinheiro. *Op. Cit.*, p. 27.

⁸⁵ *Ibid.*, p. 48.

⁸⁶ DA-RIN, Sílvio. *Hércules 56: o sequestro do embaixador americano em 1969*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007. Os quinze libertos eram: Onofre Pinto, Luis Travassos, Ricardo Zaratini, Rolando Fratti, Vladimir Palmeira, José Dirceu de Oliveira e Silva, Gregório Bezerra, Ivens Marchetti, João Leonardo da Silva Rocha, Maria Augusta Carneiro, Mário Roberto Zanconato, Ricardo Vilasboas Sá Rego, José Ibrahim, Agnaldo Pacheco da Silva e Flávio Tavares.

libertados em viagem ao México.⁸⁷ Na sequência, o sequestro do embaixador alemão, Von Holleben, permitiu que 40 presos políticos fossem para a Argélia. Ainda em 1970, no dia 23 de outubro, foi realizado o sequestro do embaixador suíço. Setenta prisioneiros foram libertados e transportados até o Chile.

Uma das principais formas de oposição à ditadura desenvolvida pelos brasileiros exilados foi a publicação de boletins e jornais. Os exilados publicaram materiais nos seguintes países: Suécia, Itália, Suíça, Dinamarca, Noruega, Holanda, Alemanha Oriental, Alemanha Ocidental, Portugal, Inglaterra, México, Costa Rica e Argentina. Santiago e Paris foram os principais locais de circulação destes impressos, devido ao grande número de exilados que abrigaram.

A revista *Debate* destaca-se entre os inúmeros títulos por ser a mais duradoura. Existiu entre 1970 e 1982 e foi idealizada por João Quartim de Moraes, ex-membro da VPR. Contou com o apoio logístico da tendência marxista da IV Internacional sob o comando de Michel Raptis para a edição dos 10 primeiros números do periódico. Também publicada no Chile com o nome *Teoria y Práctica*, circulava em Paris e tinha como objetivo promover discussões entre os exilados sobre a situação brasileira e a revolução. Os inúmeros debatiam as diferentes percepções dos grupos de esquerda e abordavam temas que marcavam o fim da década de 70, como o feminismo e a democratização no Brasil.⁸⁸

Havia um grande número de publicações. Apenas no Chile, por exemplo, os exilados brasileiros publicaram: *Brasil Hoy*, editado pelo Movimento Sindical Brasileiro no Exterior; *Cartas Chilenas*, publicação criada por um grupo de exilados mineiros, dentre eles Cícero Vianna, José Maria Rabêlo e Edmur Fonseca; *Outubro*, produzido por um grupo de trotskistas brasileiros; *Palmares*, publicação da VAR — Palmares; e *Unidade e Luta*, elaborado pela Tendência Leninista da Ação Libertadora Nacional.

Existiram dois gêneros da imprensa exilada: os jornais ou boletins dedicados a informar sobre a situação brasileira e denunciar a tortura e os impressos que divulgavam as informações, documentos e posicionamentos dos grupos de esquerda que haviam organizado seus núcleos no exterior. No primeiro grupo, o mais importante era o *Front*

⁸⁷ Foram para o México Damaris Lucena, Otávio Ângelo, Maurina Borges da Silveira, Diógenes Carvalho de Oliveira e Chizuo Ozava.

⁸⁸ ROLLEMBERG, Denise. *Op. Cit.*

Brésilienne d' Information. O segundo grupo continha mais títulos, mas podemos destacar o *Resistência*, pertencente ao MR-8.

A imprensa deste segundo grupo refletiu as divergências internas das organizações. No Chile, por exemplo, o MR-8 dividiu-se devido a discordâncias sobre a realização da luta armada. De um lado ficaram Vladimir Palmeira, Daniel Aarão Reis Filho, Carlos Vainer, que não concordavam com a autocrítica do grupo à luta armada; em oposto, o grupo que revia os parâmetros da instituição era dirigido por Franklin Martins e Carlos Alberto Muniz.⁸⁹

A revisão das ações da esquerda decorria da influência das transformações da militância no exílio: a dificuldade de manter a luta interna no Brasil e de comunicar-se com os dirigentes no país, muitos dos quais estavam presos; a influência da política dos países de origem; as aproximações com outros grupos de esquerda; e a necessidade de cada exilado de estruturar sua vida de outra forma, incorporando demandas de trabalho e estudo, por exemplo.⁹⁰

Ocorreu uma progressiva aceitação do discurso relacionado à defesa dos direitos humanos para criticar as ditaduras em substituição ao discurso revolucionário de organizações que pregavam a revolução. Envolveram-se na organização de seminários, a divulgação de listas de torturados e torturadores, as campanhas de libertação de presos políticos e a realização do Tribunal Bertrand Russell II, cujo objetivo era acusar as arbitrariedades contra os direitos humanos cometidas pela ditadura.

Os órgãos de investigação dedicavam-se a monitorar estas campanhas de denúncia sobre tortura no Brasil, os movimentos em prol da Anistia, as reuniões entre exilados e as viagens dos exilados.⁹¹

⁸⁹ Segundo Ricardo Azevedo, integrantes dos grupos brasileiros de esquerda no Chile reuniam-se no chamado “Grupão” para debater “o caráter da revolução brasileira, as alianças de classe, luta armada ou não, autocrítica do período anterior, conjuntura brasileira etc.” Dentre os participantes estavam Armênio Guedes, do PCB, Otto Brackes, do PCBR, Clayton Netz, da POC-Combate, Juca Ferreira (MR-8), Éder Sader e Luís Carlos Almeida, da Política Operária, Nilton Santos, da Fração Bolchevique da Polop. AZEVEDO, Ricardo. *Por um triz: memórias de um militante da AP*. São Paulo: Plena, 2010.

⁹⁰ A avaliação das transformações provocada pelo exílio na ideia de luta armada é apresentada por Denise Rollemberg em: *A ideia de Revolução: Da luta armada ao fim do exílio (1961-1979)*. In: *Que história é essa? Novos temas e novos problemas em História*. Rio de Janeiro, Relume Dumará, 1994, p. 111-130. Para uma análise das mudanças nas concepções do grupo de esquerda na década de 1970: ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. *A utopia fragmentada: as novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de 1970*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

⁹¹ Cf. QUADRAT, Samanta Viz. Muito Além das Fronteiras. IN: REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs.). *O golpe e a Ditadura Militar: quarenta anos depois (1964 - 2004)*. Bauru, SP: Edusc, 2004.

No final da década de 70, surgiram muitos grupos em defesa da Anistia que promoviam debates sobre a abertura política. Em 1976, os brasileiros em Portugal pertencentes ao Comitê em defesa da Anistia começaram a publicar o jornal *Amnistia*, cuja tiragem era de 5 mil exemplares. Em Paris, o Comitê Brasileiro pela Anistia desenvolvia debates, conferências e publicação de textos sobre o regime militar. O Comitê contava com a participação do Comitê Feminino pela Anistia.⁹²

Para questionar o papel submisso da mulher na sociedade, as exiladas promoveram passeatas, produziram panfletos e estimularam debates sobre o aborto, o trabalho feminino e outros temas do movimento feminista que se fortalecia na década de 70. O grupo precursor fora o *Comitê de Mulheres Brasileiras no Exterior*, fundado por Zuleika Alambert, antiga militante do PCB.

A década de 70 foi caracterizada pela diversificação dos temas das pautas dos projetos de oposição no exílio; cultura, os conflitos mundiais e a progressiva abertura do regime brasileiro.

A conjunção de forças no exílio e a aproximação dos que passam pela mesma situação é uma forma de manter esta identidade e agir para a transformação da condição política, condição essencial para o regresso. Esta aproximação dos grupos manifestou-se em *redes transnacionais de militância política*.

Ao estudar o exílio latino-americano, Mario Sznajder destaca a importância da destas redes, que se baseiam na solidariedade e no envolvimento de diversos exilados e grupos políticos e sociais dos países de exílio em prol da oposição aos regimes militares:

O exílio massivo intensificou a probabilidade de que a diáspora de latino-americanos incluísse comunidades de co-nacionais – em algumas das quais os exilados cumpriram papel maior como atores proativos na mobilização de outros residentes –, a ativação de redes de solidariedade transnacional e os contatos com agências nacionais e internacionais com uma crescente presença na arena global. Esta dimensão transnacional, que transformou a estrutura do exílio político, funcionou contra o reclamado monopólio do Estado – nação sobre as esferas públicas locais e a política. Concedeu poder aos exilados em termos de influência e ressonância de

⁹² OLIVEIRA, Lucas Monteiro de. *As dinâmicas da luta pela anistia na transição política*. 2014. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Filosofia, letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Cf. MARQUES, Teresa Cristina Schneider Marques. *Militância política e solidariedades transnacionais: a trajetória política dos exilados brasileiros no Chile e na França (1968-1979)*. 2010. Tese (Doutorado em Ciência Política). Departamento de Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

sua voz na arena global, afetando as políticas dos países expulsos e redefinindo o papel e o impacto das comunidades de exilados.⁹³

O estudo do exílio não deve se concentrar apenas na experiência individual de vivenciar conflitos com realidades culturais e políticas diferentes. Além dos traumas individuais causados pelo exílio, as pesquisas na área indicam também uma importante experiência coletiva: os exilados aproximaram-se de seus compatriotas ou de estrangeiros com posicionamentos políticos em comum para criar movimentos políticos no exílio, como comprovam, por exemplo, o envolvimento de brasileiros exilados no Chile com o MIR (Movimento de Izquierda Revolucionário)⁹⁴, produção de jornais em colaboração com partidos comunistas na Europa e a criação de Comitês a favor da Anistia em Lisboa e em Paris.⁹⁵

⁹³ SZNADJDER Mário. Os exílios latino-americanos. In: QUADRAT, Samantha Viz (org.). *Caminhos Cruzados: História dos exílios latino-americanos no século XX*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011, p. 48.

⁹⁴ Marco Aurélio Garcia, os irmãos Éder e Emir Sader (sociólogos) e Nilton Rosa dos Santos envolveram-se com o MIR. Theotonio dos Santos e Ruy Mauro Marini mantinham diálogo com lideranças do MIR. Cf. WASSERMAN, Claudia. Transição ao socialismo e transição democrática: exilados brasileiros no Chile. *História Unisinos*, n. 16, Janeiro/Abril 2012, p.82-92.

⁹⁵ Cf. MARQUES, Teresa Cristina Schneider Marques. *Op. Cit.*

Capítulo II- Argel: “A Meca revolucionária”

A Argélia conquistou sua independência em 3 de junho de 1962 por meio de uma guerra civil de 8 anos (1954-1962) que resultou em mais de um milhão de mortos. O movimento de independência foi controlado pela Frente de Libertação Nacional (FLN) e foi caracterizado pela legitimação do uso da violência para destruir as bases do sistema colonialista. A formação do novo país foi caracterizada pela defesa da unidade religiosa (islâmica) e social (povo árabe, africano e independente).

Grupos em luta pela independência dos países africanos criaram suas sedes organizativas em Argel, com destaque para o Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) e a Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO). Os integrantes do movimento norte-americano *Black Panthers* também receberam abrigo e apoio político do presidente Houari Boumediene.

Segundo o líder da independência da Guiné Bissau e de Cabo Verde, Amílcar Cabral, Argel era a “Meca dos revolucionários.” Exilado em Argel na época, o advogado brasileiro Liszt Vieira descreve a variedade de grupos exilados na cidade:

Naqueles idos de 1970, Argélia era a terra de refúgio de exilados políticos, sobretudo africanos que lutavam pela independência nacional contra o colonialismo. Tivemos contatos com argelinos que lutaram em Frente de Libertação Nacional (FLN) contra os franceses, com angolanos do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), moçambicanos da Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), militantes do Partido Africano pela Independência de Guiné e Cabo Verde (PAIGC), liderados por Amílcar Cabral, que depois veio a ser assassinado na Guiné em circunstâncias misteriosas. Entre os refugiados, encontramos também alguns portugueses exilados do fascismo que ainda reinava em Portugal.⁹⁶

Quando chegaram a Argel, os brasileiros encontraram com líderes políticos e revolucionários da América, da Europa e da África, compartilhando experiências e

⁹⁶VIEIRA, Liszt. *A busca: memórias da resistência*. São Paulo: Hucitec, 2008, p.67

ampliando suas relações, principalmente com os grupos envolvidos com a independência das colônias africanas.

1- A guerra de independência

A Argélia é o maior país da região do Magrebe⁹⁷ e seu território foi oficialmente anexado pela França em 1865, embora a ocupação tenha começado em 1830. A colonização⁹⁸ foi caracterizada pela maciça imigração de franceses para o território argelino, pelo confisco legalizado de terras dos nativos⁹⁹ e a contínua força do Islamismo e da cultura árabe no território, a despeito do projeto de imposição da cultura europeia.

Manifestações populares na Argélia após o final da Segunda Guerra Mundial pressionaram o governo francês a inserir mudanças na participação política dos argelinos. Entre as manifestações, destacam-se as passeatas em Sétif, a leste de Argel. As forças francesas mataram manifestantes, desencadeando levantes em outras localidades. Cem europeus foram mortos apenas na região de Sétif.¹⁰⁰

Em 1947, o governo francês aprovou o Estatuto da Argélia que, embora mantivesse a dependência política da região, permitia a existência de uma assembleia eleita por um colégio eleitoral composto por muçulmanos e franceses na mesma quantidade.

Havia rígido controle da manifestação política dos líderes argelinos na assembleia. Embora metade dos 120 lugares fosse ocupada por argelinos, apenas aqueles que não se opusessem aos preceitos do governo eram escolhidos. Fraudes e prisões arbitrárias eram as ações mais comuns para evitar que os nacionalistas mais radicais conseguissem representação política.

Os dois partidos nacionalistas eram a União Democrática do Manifesto Argelino (UDMA), liderada por Farhat' Abbas, e o Movimento pelo Triunfo das Liberdades Democráticas (MTLD), sob direção de Messali Hadj. Estes partidos sofreram cisões e

⁹⁷ Região formada por Mauritânia, Marrocos, Saara Ocidental, Argélia, Tunísia e Líbia.

⁹⁸ Segundo Mustafá Yasbeck, o colonialismo é um o “processo em que as potências europeias concorrem entre si na disputa pela hegemonia sobre os territórios e mercados. Não somente isso: o colonialismo irá se caracterizar frequentemente pela noção de superioridade – sobre todos os aspectos – dos europeus em relação aos povos africanos e asiáticos que seriam alvo de sua política. ” YAZBEK, Mustafá. *Argélia: a guerra e a independência*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

⁹⁹ Por meio da Lei Warnier, de 1873, o governo argelino distribuiu propriedades para imigrantes franceses com o intuito de povoar a região, acentuando a desigualdade na posse de terras entre franceses e argelinos.

¹⁰⁰ MUSTAFA, YASBECK. *Op. Cit.*, p.27.

originaram movimentos que defendiam a guerra civil como única alternativa para a conquista da autonomia argelina.

Em 1947, um grupo do MTL D fundou a Organização Especial, pregando a luta armada pela independência. Com quatro mil militantes, a Organização foi desmantelada pela repressão das autoridades francesas em 1950. A proposta do movimento armado teve continuidade com o Comitê Revolucionário de Unidade e Ação (CRUA), organização que propunha a união dos nacionalistas argelinos na condução da revolução. Os principais líderes do movimento eram Mourad Didouche, Bem M'Hidi (responsável pela região de Oran), Bem Boulaid (influyente na região de Aurès), Mohamed Boudiaf (que presidiu a Argélia em 1992), Rabah Bitt, Belkacen Krim (que depois se tornou presidente do parlamento), Ahmed Ben Bella (que se tornaria o primeiro presidente argelino), Aït Ahmed (líder cabílio) e Mohamed Khider (representante da capital, Argel).¹⁰¹

O CRUA organizou o início da insurreição armada em 1º de novembro de 1954. A Argélia foi dividida em cinco regiões militares chamadas *wilayas* e cada uma ficou sob direção de um líder do movimento. O grupo pediu ajuda ao governo do Egito para fornecimento de armas e dinheiro.¹⁰² O Estado egípcio fora pioneiro no processo de emancipação no norte da África e o presidente Gamal Abdel Nasser mantinha uma ostensiva política pan-arabista, tentava ampliar sua influência no norte da África e estimulava os movimentos autonomistas.

Ocorreram atentados e ataques armados em diversas regiões do território argelino. Os participantes dos levantes armados compunham uma unidade chamada Exército de Libertação Nacional. Esta organização era composta principalmente por camponeses e ganhou adeptos das populações urbanas frente ao recrudescimento da repressão francesa, que era representada por aproximadamente 500 mil soldados em 1960.

O CRUA converteu-se em partido em maio de 1955, denominando-se Frente de Libertação Nacional (FLN). O grupo reunia a maioria dos antigos partidos políticos, com exceção do Partido comunista e dos seguidores de Messali Hadj, antigo líder do MTL D. Em 1956, a organização realizou um Congresso em Soummam e decidiu que a independência seria sucedida pelo socialismo, caracterizado por uma reforma agrária radical e pela defesa da nação árabe e muçulmana.

¹⁰¹ GODOY, Ivan. *Argélia: tradição e modernidade*. São Paulo: Editora Alfa-ômega, 2004, p.90.

¹⁰² MAZRUI, Ali A.; WONDJI, C. (Orgs). *História Geral da África – África desde 1935*. Brasília: UNESCO/MEC, 2010, p.160.

A repressão francesa ao movimento autonomista recrudescu:

(...) A estratégia dos militares franceses comportava três elementos centrais: o agrupamento das pequenas cidades para destruir a rede de apoio a FLN; a guerra baseada no terror psicológico, com vistas a isolar a FLN da maioria da população; a construção de uma barreira eletrificada nas fronteiras com a Tunísia e o Marrocos, visando impedir qualquer aprovisionamento a partir dos países vizinhos.¹⁰³

Em 1957, militares franceses usaram tortura e prisões para reprimir a tentativa da FLN de tomar a capital argelina. A região de *Casbah*¹⁰⁴ havia se tornado o centro da organização da luta na região e os revolucionários realizaram muitos atentados a bombas.

Em 1958, o general De Gaulle criou um plano de industrialização e reforma agrária¹⁰⁵. O governo francês tentava reformular medidas sociais e econômicas impostas à Argélia para amenizar a crise política e social, mas negava-se a negociar a independência:

A França acabava de abandonar a Indochina, após a derrota esmagadora na batalha de Dien Bien Phu, no Vietnã. A guerra terminou com a assinatura dos Acordos de Genebra, no dia 21 de julho, portanto, uns três meses antes do início da colonização argelina. Os franceses tinham também aceitado conceder a independência ao Marrocos e à Tunísia. Assim, todos os seus esforços concentravam-se em manter o controle da Argélia. Aliás, ao redor de 1960, a França permitiu que as colônias na África subsaariana também se tornassem independentes. Os únicos que não obtiveram esse direito pacificamente foram os argelinos.¹⁰⁶

Durante o exílio na cidade do Cairo, membros da FLN liderados por Farhat Abbas organizaram o GPRA (Governo Provisório da República Argelina). Sob liderança de Yusuf Ben Khedda, este grupo recebeu apoio de outros países: Cuba, cujo governo condenava o domínio colonial a partir dos preceitos de libertação defendidos pelos líderes da revolução, a qual destituiu a ditadura de Fulgência Batista em 1959; o Marrocos e a Tunísia, países recém-independentes e que também tinham enfrentado uma guerra contra os colonizadores europeus. Com este crescente apoio ao movimento autonomista e a violência dos conflitos em diversas regiões da Argélia, que repercutia de forma negativa para o governo francês, o

¹⁰³ MAZRUI, Ali A.; WONDJI, C. (Orgs). *Op. Cit.*, p. 162.

¹⁰⁴ Refere-se a cidadelas cercadas por muros características das cidades do norte da África.

¹⁰⁵ O General Charles de Gaulle teve importante papel na resistência francesa contra os nazistas. Foi eleito presidente em 1959, no momento em que cresciam os movimentos pela libertação na Argélia e se configurava constitucionalmente a V República Francesa.

¹⁰⁶ GODOY, Ivan. *Op. Cit.*, p.91.

general francês Charles de Gaulle decidiu realizar negociações com os líderes dos grupos argelinos. No entanto, setores do exército criaram grupos de combate a qualquer medida que levasse à independência argelina, com destaque para o grupo Organização do Exército Secreto (OAS).

Em janeiro de 1961, Charles de Gaulle convocou um referendo sobre as relações francesas com a Argélia e 75 % da população apoiou a independência argelina. Após os diálogos com o GPRA, as decisões sobre a progressiva autonomia da Argélia foram concretizadas nos Acordos de Evian, de 18 de março de 1962. Os acordos determinavam a preservação de garantias para os franceses residentes na Argélia e tratados comerciais com relação às atividades petrolíferas. Um referendo sobre a independência foi realizado também na Argélia em 1º de julho de 1962 e 99,7% da população argelina (cerca de seis milhões de pessoas) votou a favor da independência.

O apoio de políticos franceses à independência da Argélia também foi importante para o fim do conflito e para que a sociedade francesa debatesse a legalidade de preservação da colônia africana frente a tantos casos de violência. A maior representação de apoio francês à independência argelina foi a *Rede Jeanson*, um grupo de comunistas, sindicalistas e militantes cristãos criado em 1957 sob liderança do filósofo Francis Jeanson. Vinte e três membros da *Rede Jeanson* foram acusados de distribuir folhetos de propaganda da FLN e de ter auxiliado militantes argelinos com dinheiro e moradia.¹⁰⁷

Diante das prisões dos membros da *Rede Jeanson*, da insubmissão de quase três mil soldados franceses que se negavam a atacar os argelinos e do fracasso nas negociações entre governo da França e a FLN, 121 intelectuais franceses participaram da redação de uma declaração favorável ao direito de insubmissão dos soldados na guerra da Argélia.¹⁰⁸

O manifesto apresentava um posicionamento radical em relação à Guerra da Argélia, defendendo a desobediência civil, cobrando uma mudança de postura do governo e mostrando a colonização como uma violência contra a sociedade e a cultura do povo argelino. O documento tinha o subtítulo "Declaração sobre o direito à insubmissão na guerra da Argélia", apoiava a FLN, alertava sobre a violência das tropas francesas contra os colonos e condenava os massacres e torturas. O manifesto foi publicado na revista

¹⁰⁷ SILVA, Helenice Rodrigues da. A violência na História e a legitimidade da desobediência civil. História: Questões & Debates, Curitiba, n. 35, p. 43-60, 2001. Da mesma autora, ver: Os 121 contra a guerra da Argélia. In: Revista Leituras da História. Disponível em: <<<http://psiquecienciaevida.uol.com.br/ESLH/Edicoes/14/artigo117255-3.asp>>> Acesso em 01. Jan. 2016.

¹⁰⁸ Ibid.

Vérité - Liberté e foi prontamente censurado. Apesar da censura, a revista *Les Temps Modernes* de agosto/setembro de 1960 divulgou os nomes dos intelectuais envolvidos com a declaração, que já passavam de 255 nomes.¹⁰⁹

O jornal *Le Monde* de 6 de setembro de 1960 também publicou algumas informações do manifesto. Uma manifestação de 27 de outubro organizada pela União Nacional dos Estudantes da França (UNEF) teve 20 mil participantes. Entre 1961 e 1962, ocorreram grandes mobilizações, dentre elas uma manifestação contra a Organização do Exército Secreto e outro grande evento em Charonne. Tais manifestações foram importantes para que o governo francês realizasse os acordos de Evian.¹¹⁰

Após a independência, a configuração do novo governo foi marcada por conflitos de poder entre o GPRA e Ben Bella. O chefe do Estado Maior da FLN, Houari Boumediene, teve papel importante nestes conflitos. Boumediene permaneceu contrário aos Acordos de Evian, pois considerava que faziam muitas concessões aos franceses. O presidente do GPRA, Ben Khedda, tentou prender Boumediene em julho de 1962 por sua oposição ao governo. Em consequência, Boumediene aliou-se a Ben Bella e as tropas sob seu comando dominaram Argel e depuseram o GPRA.

Em 26 de setembro de 1962, a Assembleia Nacional elegeu Ben Bella como primeiro ministro. A constituição foi aprovada em referendo no dia 8 de setembro de 1963 e Ben Bella foi eleito presidente. Boumediene foi nomeado Ministro da Defesa e, no ano

¹⁰⁹ Entre os intelectuais que assinaram o Manifesto, estavam Jean-Paul Sartre, Simone de Beauvoir e Jean Pouillon, que faziam parte da equipe de *Les Temps Modernes*; André Breton, Michel Leiris e Maurice Nadeau, da Lettres Nouvelles; Robe-Grillet, Nathalie Sarraute, Marguerite Duras, Maurice Blanchot, escritores representantes do estilo literário Nouveau Roman; além de importantes nomes das artes e da esquerda francesa, como Simone Signoret, Pierre Boulez, Claude Sautet, François Truffaut, Jean-Pierre Vernant, Pierre Vidal-Naquet, Henri Lefèvre, Hubert Damisch, André Mandouze e Robert Barrat. O manifesto também provocou debates entre os partidos de esquerda. Por exemplo, o Partido Comunista Francês condenava a defesa da insubmissão dos soldados franceses. VIDAL, Dominique. Os "traidores" que salvaram a honra. *Le Monde Diplomatique Brasil*, 01 de setembro de 2000. Disponível em: <<<http://www.diplomatique.org.br/acervo.php?id=46>>> Acesso em 01 jan. 2016.

¹¹⁰ Sobre a repercussão do manifesto dos 121, ver BEAUVOIR, Simone de. *A força das coisas*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2010. A guerra de independência da Argélia alterou a configuração política da França. Segundo Ali A. Mazrui, "se os franceses, em meados do século XIX, contribuíram para encetar o processo de "modernização" da Argélia, os argelinos, em meados do século XX, desencadearam, por sua vez, o processo de estabilização da França. Uma antiga dívida foi acertada no momento em que a Frente de Libertação Nacional (FLN) argelina, origem do desaparecimento da IV República francesa e de sua instabilidade, contribuiu para o surgimento de uma V República de contornos mais sólidos. Destituída de seu império, a França foi reumanizada". MAZRUI, Ali A.; WONDJI, Christophe. *História geral da África: África desde 1935*. V.8. Brasília: UNESCO, 2010.

seguinte, vice-presidente, conseguindo estabelecer relações entre o governo central e os comandos militares regionais.¹¹¹

O governo empreendeu a reforma agrária, ampliou o ensino para metade da população em idade escolar e estatizou parte das empresas, sem alterar a situação das companhias francesas dos setores de petróleo e gás natural. A FLN transformou-se em um partido único e a Constituição definia o país como uma *república popular, democrática e socialista*.

O setor representado por Boumediene discordava da política econômica de Ben Bella. Os integrantes do Partido Comunista Argelino que se uniram à FLN no processo de libertação da Argélia tornaram-se alvo de perseguição de Ben Bella ao discordarem das decisões do presidente. Os conflitos por poder no seio do governo desencadearam a organização de um golpe militar. Contrários à centralização exacerbada das decisões na figura de Ben Bella, o grupo ligado a Boumediene depôs o presidente em 19 de junho de 1965.¹¹²

Na mídia, justificava-se o golpe em meio a ataques à gestão anterior, como demonstra um relatório de Roberto Luiz Assumpção de Araújo, embaixador brasileiro em Argel:

Em três dias sucessivos, o jornal "El Moudjahid" apresentou oito pontos de acusação contra ao antigo governo: "torpedeamento" da formação de um partido revolucionário, falta de providências para compor um governo revolucionário, afastamento daqueles que lutaram na revolução, prisões e torturas, falhas administrativas, corrupção, intervenções arbitrárias na economia, sabotagem das forças armadas, criação de uma autocracia ao invés de uma liderança coletiva.¹¹³

Após o golpe, Boumediene organizou um conselho com 26 membros e manteve a maioria dos ministros em seus cargos. O novo governo intensificou as transformações políticas e econômicas pautadas no nacionalismo. Em 1971, estatizou as empresas francesas de gás e petróleo¹¹⁴, investiu recursos advindos da comercialização do petróleo e

¹¹¹ REICH, Bernard. WESTPORT, Conn. *Political Leaders of the Contemporary Middle East and North Africa: A Biographical Dictionary*. Editors: Greenwood, 1990, p.114.

¹¹² Ben Bella ficou em prisão domiciliar em Argel até 1980, quando se exilou na Suíça. Ahmed Ben Bella faleceu em 11 de abril de 2012.

¹¹³ Embaixada de Argel, telegrama 237, 16 de outubro de 1965. Arquivo Histórico do Itamaraty/Brasília. Identificação do documento: 600 (85K).

¹¹⁴ A SONATRACH tornou-se a grande empresa petrolífera estatal.

gás na industrialização, saúde e educação, aprofundou a reforma agrária e intensificou o controle do Estado sobre a economia. O projeto cultural do governo dedicou-se à arabização: o Islamismo foi transformado em religião oficial e empreendeu-se o ensino de religião nas escolas.

Observa-se que o nacionalismo argelino¹¹⁵ atrelava-se à revolta armada, tomada como alternativa para a intensa repressão e ausência de garantias efetivas de participação política. A FLN consolidou-se como um grupo hierarquizado, formado por núcleos de ação nas principais regiões do país, cujas funções obedeciam a preceitos teóricos que legitimavam a união contra o colonizador: a ideia de violência, a nacionalidade árabe e muçulmana.

Além da mobilização de uma rede de civis e militantes armados, a FLN conseguiu mobilizar a opinião pública internacional por meio de relações com países árabes, socialistas e africanos que manifestaram apoio à autonomia argelina. Um dos mais importantes exemplos desta campanha diplomática pela independência foi a participação de membros da FLN na Conferência Afro-Asiática de Bandung, em 1955.

A Conferência de Bandung reuniu 29 países da África e da Ásia que não se consideravam aliados dos EUA ou da URSS, conforme a polarização característica da Guerra Fria. O encontro marcou a formação do Movimento dos Países Não-Alinhados e foi concluído com a elaboração de um documento que defendia os direitos à igualdade entre os povos e o respeito à Carta das Nações Unidas.¹¹⁶

2- O modelo socialista argelino e a política externa

Todos os países do Magrebe tiveram seus movimentos de independência marcados pelo Islamismo, pelo nacionalismo e pelo socialismo. A maioria da população era muçulmana e o conjunto de preceitos islâmicos marcou profundamente a percepção dos problemas do país e a elaboração de projetos de transformação.

¹¹⁵ Sobre as divergências do conceito de nacionalismo, Cf. VICENZI, Roberta Aragoni Nogueira. *Nacionalismo árabe: apogeu e declínio*. 2007. Tese (Doutorado em Ciência Política), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

¹¹⁶ Cf. TAN, See Seng; ACHARYA, Amitav (orgs.). *Bandung revisited: The Legacy of the 1955 Asian-African Conference for the International Order*. Singapore: NUS Press, 2008.

O modelo socialista argelino assumiu características distintas do modelo marxista. Em geral, o socialismo árabe rejeita o ateísmo e a ditadura do proletariado, defende a participação das classes num governo que se declara democrático, afirma a necessidade da confiança em dirigentes legítimos e na unidade árabe. O socialismo na Argélia caracterizou-se pela revolução armada de trabalhadores islâmicos e pelo total controle político pela FLN, capaz de garantir a democracia e a defesa dos valores islâmicos.

Em maio de 1962, o novo governo realizou o Conselho de Trípoli para organizar um programa de transição. Este programa defendia a reforma agrária, a nacionalização em grande escala de indústrias e serviços e um forte compromisso com o anticolonialismo nas relações externas:

Os objetivos da Revolução Democrática Popular exigem a remoção e a formação de uma vanguarda consciente de que irá incluir elementos de camponeses, trabalhadores em geral, jovens intelectuais e revolucionários. Este papel de vanguarda será desenvolver um reflexo exato das aspirações políticas e sociais das massas no contexto da Revolução Democrática Popular. A Revolução não é uma coleção de receitas práticas que são aplicadas de uma forma lenta e burocrática. Não há ideologia feita e há um esforço constante ideológico e criativo.¹¹⁷

Embora afirmasse que a democracia devesse se sobrepor a uma “ideologia feita”, consolidava-se um sistema unipartidário (com domínio absoluto da FLN) e moldado conforme os interesses do grupo dirigente.

A FLN não possuía coesão interna. Como já mencionamos, o questionamento à centralização das decisões por Ben Bella e sua proximidade com Cuba e o marxismo desagradavam o setor comandado por Boumediene, que defendia a implantação de um socialismo especificamente nacional e associado à modernização estrutural argelina.

Após o golpe de estado, o governo de Boumediene foi caracterizado pela acentuação do autoritarismo: controlou a configuração da FLN e os sindicatos, perseguiu e prendeu os opositores.¹¹⁸ A estrutura de poder do novo regime argelino baseou-se em uma tríplice aliança: exército, Estado e FLN.¹¹⁹

¹¹⁷ *Declaração do Congresso de Trípoli*, junho de 1962. Disponível em: <<

¹¹⁸ Boumediene faleceu em 1978. A partir deste ano, presidência foi exercida pelo coronel Chadli Bendjedid.

¹¹⁹ METZGER, Fábio. *Pluralismo X Radicalismo: A integração do Islã político em algumas sociedades muçulmanas: os casos do Egito, Turquia e Argélia*. 2008. Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, p.61.

Segundo Kay Adanson, houve dualismo no plano econômico: preponderava o “discurso político do socialismo, mas com emprego de práticas políticas e econômicas com as quais os argelinos estavam mais familiarizados, principalmente quanto ao modelo estatal francês”.¹²⁰

Quanto à política externa, as relações com os países ocidentais foram permeadas por contradições: enquanto apoiava movimentos sociais de oposição nesses países, o governo argelino também queria estreitar as relações comerciais e políticas com os governos que enfrentavam esta oposição. As relações com os EUA e Cuba evidenciam algumas destas contradições.

Até 1965, quando Ahmed Ben Bella foi destituído do governo, as relações entre Cuba e Argélia eram amigáveis. Durante a guerra argelina pela independência, o governo cubano havia reconhecido o GPRA em 1961 e prestado assistência militar à FLN enviando armas. As armas foram utilizadas pelas tropas da Argélia num conflito militar com o Marrocos devido a disputas territoriais nas fronteiras entre os dois países. Soldados cubanos também foram enviados à região do conflito. Em um memorando destinado aos responsáveis pela missão na Argélia, Fidel Castro aconselhava-os a respeitar a cultura local e seguir a disciplina dos combatentes até a concretização da vitória:

Não fazer alardes de nossa Revolução, nem de nossa Ideologia. Ser modesto em todo momento, ensinar o pouco que sabemos e nunca tratar de nos apresentarmos como espertos na matéria. (...)

(...) Tratar-se como meta o único objetivo que justifica nossa presença ali: “cumprir plenamente, e sem a menor mancha, a missão ordenada pela revolução e nosso comandante em chefe”.¹²¹

Segundo Piero Gleijeses, Cuba forneceu assistência para a nova república argelina e auxílio para os rebeldes da FLN. O jornalista argentino José Ricardo Masetti viajou a Túnis em 1961 para oferecer a ajuda de Cuba aos guerrilheiros argelinos.¹²² O presidente provisório do novo governo, Ben Youssef Ben Khedda, concordou com o envio de armas,

¹²⁰ *Algeria: A Study in Competing Ideologies*. London: Continuum International Publishing Group, 1998, p. 1-2.

¹²¹ Memorando de Fidel Castro a Flavio Bravo e Jorge Serguera de outubro de 1963. Arquivo do Centro de Informação das Forças Armadas. Apud. GLEIJESES, Piero. *Conflicting Missions: Havana, Washington and Africa, 1959-1976*. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 2002.

¹²² GLEIJESES, Piero. Cuba's First Venture in Africa: Algeria, 1961-1965. *Journal of Latin American Studies*, v. 28, n.1, fevereiro de 1996, p. 160.

as quais foram transportadas em janeiro de 1962 para Oujda, na fronteira argelina. Pierro Gleijeses afirma que foram 1500 rifles, 30 metralhadoras, e outros armamentos fabricadas nos EUA. Os navios que transportaram as armas retornaram a Cuba com aproximadamente 20 crianças órfãs refugiadas, que receberiam proteção do governo cubano, e 76 guerrilheiros argelinos, que receberiam treinamento guerrilheiro¹²³. Depois da independência em 3 de julho de 1962, o presidente Ben Bella visitou Cuba, estreitando as relações entre os dois países. Em seu discurso, agradecia a colaboração dos cubanos e ressaltava a luta guerrilheira como elemento semelhante na história dos dois povos:

Os povos da Argélia e Cuba têm enfrentado enormes obstáculos e lutaram duro em belas batalhas pela sua independência e autodeterminação. Ambas as revoluções são irreversíveis. Saudamos-te e sua delegação, como os representantes de uma pessoa que se libertou da vergonha do colonialismo, e não poupou sacrifício. Saudamos os guerrilheiros corajosos que por sete anos lutaram gloriosamente contra um poderoso exército equipado com as mais recentes armas. Saudamos aqueles que ali sofreram perseguição, tortura, prisão e exílio durante os sete trágicos anos. Saudamos aqueles que representam o espírito indomável da Frente de Libertação Nacional".¹²⁴

Uma missão médica cubana desembarcou na Argélia em 24 de maio de 1963. Em junho, Che Guevara chegou ao país para as comemorações do aniversário da independência. Marrocos e Argélia estabeleceram um conflito militar em 1963 disputando regiões das fronteiras. Quando ocorreu a invasão da região argelina de Hassi-Beida e Tindjoub pelas tropas marroquinas, Fidel Castro enviou soldados e tanques para Oran, de onde se dirigiram para a região do conflito, auxiliando os argelinos a enfrentar a superioridade de armamentos do Marrocos. Diante da resistência argelina e do prolongamento do conflito, Ben Bella e o rei Hassan assinaram o cessar fogo em 1964.

Cuba tinha uma política de conexões com os governos africanos. Em dezembro de 1964, Che Guevara fez uma viagem de três meses pela África: passou por Argel para falar com Ben Bella, seguiu para Bamako (Mali), Brazzaville (Congo), Conakry (Guiné), Accra (Gana), Cotonou (Benin), voltou duas vezes para Argel e duas vezes para o Cairo e só retornou a Havana no dia 14 de março.¹²⁵ Cuba concretizou seu apoio aos países africanos enviando milícias para Zaire e Congo Brazzaville em 1965 e assistência aos insurgentes na

¹²³ Ibid.

¹²⁴ *Revolución*, 17 de outubro de 1962, p. 6. Apud GLEIJESES, Piero. *Op. Cit.*, p. 163.

¹²⁵ Ibid., p.185.

Guiné-Bissau entre 1966 e 1974. Embora tenha contribuído com armamentos e milícias para outros países, a Argélia foi o principal foco das relações políticas cubanas, conforme afirma Pierre Gleijeses:

Na verdade, a Argélia foi sede de Cuba na África. Até o final de 1964, o envolvimento de Havana no resto do continente foi limitado. Um punhado dos africanos foi a Cuba (...). Outros, principalmente da Guiné e Mali, foram estudar lá com bolsas fornecidas pelo governo cubano.¹²⁶

Em setembro de 1963, a Argélia também recebeu apoio financeiro e armamentos da URSS. Boumediene visitou Moscou e ambos os governos fizeram um acordo para treinamento do exército argelino para conflitos contra o Marrocos. Embora mantivesse relações com os países comunistas, o governo argelino desenvolvia uma política exterior que evitava um único direcionamento, estimulava variadas relações diplomáticas com o intuito de assumir também uma liderança, principalmente na região africana e entre os países árabes. O apoio às lutas contra o colonialismo foi o principal objetivo nos discursos iniciais.

Em junho de 1967, a Argélia rompeu relações diplomáticas com os EUA diante da guerra árabe-israelense. No entanto, mantiveram relações comerciais, principalmente no setor petrolífero. Havia um interesse mútuo envolvendo a exportação de petróleo e gás para os EUA e o uso da tecnologia norte-americana para as atividades petrolíferas da Argélia.¹²⁷

As relações com o governo norte-americano com Ben Bella eram instáveis. O caso da nacionalização de terras feita por Ben Bella em 1963 desagradou cidadãos norte-americanos que viviam no país. A partir do governo Boumediene, embora com relações políticas rompidas, as relações comerciais com os EUA permaneciam mais seguras. Em agosto de 1975, a embaixada dos EUA da Argélia enviou ao governo em Washington a seguinte descrição:

¹²⁶ Ibid..

¹²⁷ Em meados de 1969, foi assinado um acordo entre as empresas *El Paso Gas Natural* e *SONATRACH* para "a entrega anual de 10 milhões de metros cúbicos de gás natural liquefeito para os Estados Unidos durante um período de 25 anos (no início de 1971, o valor foi aumentado em 50 por cento). Os Estados Unidos estavam entrando em um período de escassez de gás natural e a Argélia possuía enormes reservas, bem como capacidade comprovada para economicamente liquefazer e transportar gás". QUANDT, William B. *Algeria: Yes. Foreign Policy*, n.7, 1972, p.125.

Embora a Argélia seja ideologicamente oposta ao oeste e politicamente comprometida com a causa árabe, ela precisa de tecnologia ocidental e financiamento para atingir metas em seu desenvolvimento e precisa ter acesso aos mercados ocidentais para seu petróleo e gás. O principal objetivo da Argélia é industrializar o mais rápido possível, a fim de se tornar independente de países industrializados para atender às demandas de sua população em crescimento e para aumentar sua influência internacional. Tecnologia ocidental, fontes de financiamento e insumos agrícolas são essenciais para a Argélia atingir seu objetivo. Assim, embora em todos os casos a orientação ideológica da Argélia vá empurrá-la para uma oposição ativa às ações dos EUA, seu interesse pragmático será um contrapeso.

Conclusão: Assim, acreditamos que, em qualquer crise, a Argélia vai ameaçar e se opor às nossas ações, mas vai tentar evitar um confronto direto com os EUA que possa lhe comprometer.¹²⁸

Segundo a análise do sistema diplomático americano, a Argélia tinha conquistado um papel de líder no “Terceiro Mundo” e era um país essencial na produção de petróleo, logo deveria ser tratada com cuidado diplomático para que sua oposição aos EUA fosse mais limitada.

Em geral, a principal característica da política externa da Argélia foi o direcionamento para o pan-africanismo e o pan-arabismo:

O pan-africanismo e o pan-arabismo estiveram à origem de diferentes movimentos na África do Norte. O pan-arabismo voltava-se para o leste: em direção à Península Árabe e ao Crescente Fértil. O pan-africanismo, ao sul do Saara e, contrariamente, mirava para o oeste, rumo aos negros das Américas. O pan-arabismo supunha uma solidariedade cultural, em parte, fundada sobre a afiliação religiosa (a herança islâmica). O pan-africanismo supunha uma solidariedade cultural parcialmente fundada sobre a origem racial (patrimônio cultural dos negros). O pan-arabismo insistia na ideia de uma “nação árabe” única. O pan-africanismo elaborava o conceito de uma “personalidade africana” unificada.¹²⁹

Entre os países que mais receberam apoio argelino em suas lutas pela independência, destacam-se Angola, Guiné-Bissau e Moçambique. A Argélia ganhou grande popularidade entre os líderes destas nações desde a adesão do país à Carta da Organização de Unidade Africana (OUA), assinada em 25 de maio de 1963 durante o Congresso Pan-Africano.

¹²⁸ Departamento de Estado Norte-Americano. *The algerian factor*. Agosto de 1975, p.2.

¹²⁹ MAZRUI, Ali A.; WONDJI, C. (Orgs). *Op. Cit.*, p. 917.

A OUA era uma organização com trinta estados que representava o pan-africanismo, ou seja, a união dos países africanos em defesa da liberdade, da justiça e da igualdade. A principal medida da organização era auxiliar territórios africanos ainda colonizados a conquistarem sua independência. A OUA teve papel fundamental nas relações com as Nações Unidas, nas campanhas diplomáticas e na promoção do reconhecimento de movimentos de libertação como Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), Patriotic Front (Zimbabué), SWAPO (Namíbia), Congresso Nacional Africano (CNA) e Pan-African Congress (PAC) na África do Sul.

Um caso bastante representativo da influência política da Argélia na região foi o apoio dado ao Egito, governado por Gamal Abdel Nasser, quando Israel atacou o deserto do Sinai em 1967. O ataque foi condenado por todos os membros da OUA. A Argélia apresentou-se favorável à causa Palestina, divulgando severas críticas a Israel e a seus países aliados. Quando ocorreu a guerra árabe-israelense em 1973, todos os países africanos romperam relações diplomáticas com Israel. A política africana estava, desde então, verdadeiramente ligada à situação política no Oriente Médio.¹³⁰

3- Os exilados em Argel

A revolução argelina tornou-se importante acontecimento no mundo ocidental devido ao seu caráter revolucionário, popular e islâmico. O estado argelino buscou defender a expansão de seu modelo político para outras regiões e refletiu-se na aceitação de muitos refugiados políticos no país. Segundo Almeri Bezerra de Mello, exilado brasileiro em Argel,

naquela época, Alger [Argel] era a Meca de tudo quanto fosse refugiado político e Movimento de Libertação. Desde Dr. Arraes até Carl Michael, líder dos Black Panthers; desde a FRELIMO até o Movimento de Libertação da Suíça. Lá chegavam aos magotes, tanto revolucionários brasileiros, como chilenos, sul-africanos, chadianos, angolanos, egípcios e companhia.¹³¹

¹³⁰ Ibid., p.920. Egito e Síria lideraram a coalisão que atacou Israel em 6 de outubro de 1973 após seus territórios serem invadidos. As tropas israelenses venceram a maioria dos conflitos. As batalhas foram encerradas em 25 de outubro de 1973 após intervenção da ONU. Durante o conflito, os EUA apoiavam Israel, enquanto os países árabes e africanos recebiam suporte da URSS.

¹³¹ MELLO, Almeri Bezerra de. *Op. Cit. Para além dos verdes mares*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2006, p.39.

O presidente Ben Bella criou um núcleo responsável pelo sistemático apoio aos exilados e militantes políticos africanos¹³². Este grupo era liderado pelo coronel Slimane Hoffman, assessor para assuntos internacionais da FLN, e seu assistente, Major Bakhti Nemiche. Os primeiros militantes africanos que chegaram a Argel ficaram hospedados numa pensão próxima aos escritórios de Hoffman e Nemiche e faziam as refeições no restaurante Pasteur, próximo ao centro de Argel. O principal local de concentração dos exilados era o Centro Familiar Ben Aknoun, na periferia de Argel, uma colônia de férias para os argelinos e região de uma escola de hotelaria.

Em 1972, o *Le Monde Diplomatique* contabilizava 27 diferentes movimentos que eram representados em Argel pelos exilados políticos e estimava que o governo argelino gastasse na época cerca de 500.000 francos por mês para prestar assistência aos refugiados¹³³. Além dos princípios políticos do socialismo e do exemplo que defendiam como luta contra o domínio europeu, a recepção aos asilados também era decorrência do momento de euforia pós-independência.

O que motivava o governo argelino a aceitar grupos com ideologias tão diferentes? Na época, Houari Boumediene explicava o apoio aos “grupos revolucionários” da seguinte forma:

Temos igualmente uma política para com os movimentos de libertação que trabalham pela liquidação das forças do colonialismo e do racismo. A Argélia tem ajudado e continuará a ajudar esses movimentos revolucionários de libertação. Não poderia deixar de ajudá-los, sem trair a sua missão e sua história. A sua ajuda a esses movimentos revolucionários é uma ajuda natural e que prosseguirá. (...) ¹³⁴

¹³² Maria Cláudia Badan Ribeiro destaca que a *Rede Solidariedade* foi um dos primeiros movimentos de ajuda a exilados com apoio de argelinos. Liderada por Henri Curiel a partir da França, foi organizada em 1962 por ex-combatentes da Guerra da Argélia. A Rede recebeu financiamento do governo argelino de Ben Bella e auxiliava refugiados e movimentos de libertação de diferentes lugares mundo. Funcionou até 1978. O principal representante do grupo na América Latina era Georges Mattéi. Ele manteve contatos com Che Guevara e Fidel Castro e encontrou-se no Brasil com Carlos Marighella e militantes da UNE e da VPR. Cf. RIBEIRO, Maria Cláudia Badan. As redes políticas de solidariedade na América Latina. *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, v.8, n.17, p.311 - 349, jan./abr. 2016.

¹³³ DEFFARGE, Claude; TROELLER, Gordian. Alger, capitale des révolutionnaires en exil. *Le Monde Diplomatique*, agosto de 1972. Disponível em: <<[<http://www.mondediplomatique.fr/mav/121/DEFFARGE/47325>>](http://www.mondediplomatique.fr/mav/121/DEFFARGE/47325)>>. Acesso em: 06 nov. 2012.

¹³⁴ BOUMEDIENNE, Houari. *Para onde vai a Argélia*. Rio de Janeiro: Paralelo, 1970, p. 37-84.

O pan-arabismo socialista não alinhado norteou o processo de independência e configuração do estado argelino ¹³⁵. O governo da FLN enfatizava, portanto, a unificação da luta contra o domínio das grandes potências, a defesa do desenvolvimento do “Terceiro Mundo” e a colaboração entre os movimentos revolucionários, mesmo que estes recorressem à violência:

O direito dos povos a recorrer à força contra a dominação colonial é um direito legítimo. A dominação e a opressão colonial constituem um caso típico de agressão. A luta pela independência política e econômica é um ato lícito, a melhor forma.¹³⁶

O governo da Argélia priorizou a concessão de apoio e asilo aos movimentos de independência africanos. Os movimentos que tinham sedes no país eram: Swapo e o Sindicato dos povos africanos do Zimbábue (ZAPU), que se constituíam como movimentos de libertação na Namíbia (Sudoeste Africano) e Zimbabwe (Rodésia); o Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) e representantes do Congresso Nacional Africano (ANC), da África do Sul.

Em setembro de 1963, cerca de 1000 guerrilheiros de Angola, Moçambique e África do Sul recebiam treinamento na Argélia. Os grupos que recebiam maior atenção eram Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA), liderada por Holden Roberto; o MPLA, liderado por Agostinho Neto¹³⁷; e a FRELIMO, liderada por Samora Machel. O apoio também consistia na doação de dinheiro para os grupos. Como a Argélia era participante dos Países Não-Aliados e defendia abertamente a descolonização, estas lideranças puderam também organizar jornais e manifestos e participar de conferências que davam maior visibilidade aos seus projetos. O governo de Ben Bella cedeu o campo militar de Chateau Dun, onde foram treinados vários guerrilheiros do MPLA. Também concedeu

¹³⁵ METZGER, Fábio. *Op. Cit.*, p. 23.

¹³⁶ Discurso de M. Tewfik Bouattoura na XXI Sessão da Assembleia-Geral das Nações Unidas em 15 de novembro de 1966. Fundação Mario Soares. Pasta: 04324.001.003. Disponível em: <<http://www.fmsoares.pt/aeb_online/visualizador.php?nome_da_pasta=04324.001.003&bd=Documentos>> Acesso em: 01 nov. 2012.

¹³⁷ Em Angola, existiram diferentes projetos de independência e conflitos entre grupos autonomistas. Além do MPLA, destacavam-se a Frente Nacional de Libertação de Angola e a União Nacional para a Independência Total de Angola. O MPLA tornou-se o grupo dominante após a independência do país em 1975.

facilidades migratórias como passaportes, bilhetes de passagens, armamento e apoio logístico para treinamento guerrilheiro.¹³⁸

Entre os movimentos asiáticos, encontravam-se na Argélia: o PRG, governo provisório do Vietnã¹³⁹, sediado em El-Biar; a Frente do Khmer Unidade Nacional (FUNK), liderado pelo príncipe Norodom Sihanouk, representante do Camboja; e o PFLOAG, ex-Frente de Libertação Dhofar, que formou a Frente Popular para a Libertação de Omã e do Golfo Pérsico.

O governo da Argélia também forneceu ajuda militar e financeira a grupos guerrilheiros palestinos durante a década de 1970. Este apoio relacionava-se à política do pan-arabismo. Segundo Martin Stone, os “argelinos sempre traçaram paralelos entre a disputa israelense/palestina e sua própria luta para expulsar o colonialista francês. Para eles, o sionismo e Israel são agentes do colonialismo e do imperialismo e a Intifada palestina foi uma guerra justa de libertação contra um poder colonial. (...)”.¹⁴⁰

Havia também os exilados do Brasil, da Espanha, da Grécia e de Portugal. O principal grupo político português de oposição ao governo de Antônio de Oliveira Salazar que estava presente em Argel era a Frente Patriótica de Libertação Nacional, na qual se destacavam Piteira Santos, Humberto Delgado, Manuel Tito de Morais, Adolfo Ayala e Manuel Alegre.¹⁴¹ Estes políticos portugueses colaboraram com as ações dos defensores da libertação das colônias portuguesas, como Holden Roberto (FNLA), Agostinho Neto (MPLA) e Amílcar Cabral, líder do movimento de libertação da Guiné e Cabo Verde.

Quanto aos movimentos sociais da América do Norte, destacavam-se os exilados da Frente de Libertação de Quebec (FLQ) e os Panteras Negras. Quanto à FLQ, a experiência argelina inspirou os nacionalistas de Quebec, que se constituíam como um grupo radical que lutava pela criação do Estado de Quebec independente e socialista. O movimento foi idealizado por Pierre Vallières e dividia-se em diferentes grupos, responsáveis por sequestros e atentados a bomba em instituições federais. Em outubro de 1970, o sequestro

¹³⁸ FRANCISCO, Alberto André Carvalho. *A política externa de Angola durante a Guerra Fria (1975-1992)*. 2013. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais). Instituto de Relações internacionais da Universidade de Brasília, p. 40.

¹³⁹ O PRG foi criado em 1969 pela Frente Nacional de Libertação do Vietnã do Sul para administrar territórios libertados. O grupo liderou o Vietnã do Sul entre a libertação de Saigon em 30 de abril de 1975 e a fusão com o Norte em julho de 1976.

¹⁴⁰ STONE, Martin. *The Agony of Algeria*. New York: Columbia University Press, 1997, p. 230.

¹⁴¹ Sobre a ação dos portugueses exilados na Argélia, conhecidos como “Bando de Argel”, e os conflitos entre os grupos que formavam o movimento, ver MCGOWAN, Patrícia. *Misérias do Exílio, Os últimos meses de Humberto Delgado*. Lisboa, Contra-Regra, 1998.

do adido comercial da embaixada britânica em Montreal, James R. Cross, desencadeou o aumento da repressão policial ao movimento. Os sequestradores exigiram a libertação de prisioneiros, 500 mil dólares em ouro e o envio de militantes para Cuba e Argélia.¹⁴²

Eldridge Cleaver fundou a Seção Internacional do Partido dos Panteras Negras em Argel. Por meio da intervenção de Elani Klein, que possuía relações com a FLN e Franz Fanon, e Mohammed Yazid, influente político argelino, os Panteras Negras foram reconhecidos pelo presidente Boumedienne como um movimento de luta contra o autoritarismo de um estado “imperialista”. O governo apoiava os Panteras Negras amparado nas premissas defendidas pela Carta de Argel de que “o desenvolvimento do socialismo na Argélia está ligado às lutas dos outros povos do mundo”.¹⁴³ O objetivo das ações do grupo em Argel era divulgar os princípios do movimento para o mundo, desenvolver relações com outros movimentos sociais internacionais e mobilizar recursos para o grupo.

O Partido dos Panteras Negras foi fundado em outubro de 1966 em Oakland, Califórnia, e defendia a resistência armada contra a opressão aos negros. O documento “Programa dos dez pontos”, redigido pelo grupo em sua fundação, defendia liberdade, emprego, habitação, educação, dispensa dos serviços militares obrigatórios, fim dos assassinatos e das agressões aos negros realizadas pela força policial. Na década de 70, o grupo sofreu cisões e forte repressão policial.

¹⁴² No mesmo ano, a FLQ sequestrou Pierre Laporte, Ministro do Trabalho de Quebec, e este foi assassinado pelo grupo. CLÉMENT, Dominique. *Canada's Rights Revolution: Social Movements and Social Change (1937-1982)*. Vancouver: University of British Columbia Press, 2008, p.105. Cf. MEISEL, John. ROCHER, Guy. SILCF, A. *As I recall: historical perspectives*. Montreal: The Institute for Research on Public Policy, 1999, p. 205-222.

¹⁴³ *Carta de Argel* (abril de 1964). Disponível em <<<http://www.elmouradia.dz/francais/symbole/textes/charte%20d'alger.htm#chapitre35>>>. Acesso em: 01 dez. 2013. Vejamos um exemplo da abordagem da imprensa norte-americana sobre o apoio dado por Boumedienne aos Panteras Negras: “Os argelinos, que há apenas oito anos saíram de sua própria guerra de independência, sentem que é natural dar suporte a outros movimentos de libertação pelo mundo. Esta é sua forma de reverter a Doutrina Monroe. É também uma forma de mostrar ao Terceiro Mundo que a Argélia ainda está na vanguarda revolucionária. Os argelinos sentem que tem credenciais para ensinar aos outros como dirigir os poderes coloniais. Eles esperam exercer um papel de liderança numa África completamente descolonizada. Eles também desejam reconhecer qualquer movimento fora da África, como os Panteras [Negras], que estiver lutando contra o que eles consideram ser um estado fascista ou imperialista”. Black Panther's Algiers Lair: Safety among Kindred Spirits. *The Milwaukee Journal*. 1 nov. 1970, p. 3. Disponível em:<<<http://news.google.com/newspapers?nid=1499&dat=19701101&id=edsjAAAIAJ&sjid=TSgEAAAIAJ&pg=3140,384694>>>. Acesso em: 03 dez. 2013. Cf. Algiers: Center of propaganda. *The Morning Record*, 27 ago. 1970, p. 9. Disponível em: <<<http://news.google.com/newspapers?nid=2512&dat=19700827&id=RfhHAAAIAJ&sjid=7f8MAAAIAJ&pg=835,6985223>>> Acesso em: 01 dez. 2013.

Ao conseguirem reconhecimento oficial da Argélia, os Panteras Negras foram abrigados numa vila e ali construíram a sede do grupo¹⁴⁴. No entanto, o governo argelino proibiu o estabelecimento de uma base militar de treinamento, como Cleaver desejava.¹⁴⁵ A FLN concedeu poio ao Partido para conseguir vistos para membros e convidados da organização, uma ajuda financeira mensal, cartões de identidade que facilitavam a obtenção de caixas postais e registro de automóveis.¹⁴⁶ Membros do grupo tiveram apoio para participarem do Primeiro Congresso Cultural Pan-Africano¹⁴⁷, acesso à comunicação por telegramas e apoio para publicações. Apesar do apoio, o grupo não conseguiu grande interação com os argelinos, conforme avaliava Cleaver:

Assim, a adaptação à vida em Argel, onde nada foi remotamente semelhante aos Estados Unidos, apresentou um choque para o qual nenhum dos Panteras foi preparado. Poucos argelinos discutiriam sua sociedade, seu governo, ou sua história recente com quaisquer Panteras, que ficaram tateando para ter esse entendimento por conta própria, embora toda a assistência tenha geralmente sido oferecida por outros estrangeiros. A tensão em Argel era inevitável e não aliviada pela amizade íntima. A Vigilância do Governo aos Panteras deixa os argelinos interessados em conhecer os Panteras tão inibidos que as interações permaneceram superficiais e frequentemente desconfortáveis.¹⁴⁸

Durante o exílio na Argélia, Eldridge Cleaver, Kathleen Cleaver e Elaine Brown visitaram o Vietnã do Norte, a Coreia do Norte e a China, divulgando as ideias do grupo. No entanto, as relações com os grupos dos Panteras Negras nos Estados Unidos fragmentavam-se: os Panteras Negras em Oakland reorientaram suas ações para a diminuição das práticas de violência. Os pontos de vista radicais do grupo ligado a Cleaver não foram compartilhados pelos líderes dos Panteras Negras nos Estados Unidos. Mesmo com o rompimento com os grupos dos EUA, Cleaver continuou atuando na África em nome dos Panteras Negras. Visitou vários países onde divulgava a necessidade de associar o marxismo-leninismo com a defesa do movimento negro, atentando às necessidades das

¹⁴⁴ *Black Panther's Villa is raided in Algeria*. Sarasota Herald-Tribune - 11 ago. 1972, p. 5. Disponível em: <<<http://news.google.com/newspapers?nid=1755&dat=19720811&id=AvwjAAAAIBAJ&sjid=IWYEAAAAIBAJ&pg=5667,3301118>>>. Acesso em: 01 dez. 2013.

¹⁴⁵ SMITH, Jennifer B. *An international History of Black Panther Party*. New York: Garland Publishing Company, 1999, p.82.

¹⁴⁶ Ibid. p. 78-79.

¹⁴⁷ O Festival Pan-Africano ocorreu na capital argelina em julho de 1969 e tinha como objetivo valorizar a cultura africana e ressaltar a unidade continental por meio das artes. O movimento também serviu aos interesses políticos de valorizar a autodeterminação dos povos africanos, que vivenciavam a luta por sua independência.

¹⁴⁸ SMITH, Jennifer. *Op Cit.*, p.81.

regiões africanas e tentando aproximar os movimentos sociais da África com o movimento negro americano.¹⁴⁹

A permanência dos Panteras Negras na Argélia durou três anos. Os integrantes do partido foram expulsos do país após o caso de um sequestro tornar-se notícia internacional. Após o rompimento de Cleaver com as demais sessões dos Panteras Negras, um grupo de tendência mais radical dos Panteras criou o Exército Negro de Libertação (Black Liberation Army), do qual fazia parte George Wright, importante membro dos Panteras Negras que fugiu da prisão em 1970. Em 1972, o Exército Negro de Libertação participou do sequestro de um avião da *Western Airlines* com 88 passageiros. Os sequestradores receberam 500.000 dólares como resgate e seguiram para Argel. Diante da repercussão do sequestro e para evitar que o governo da Argélia fosse associado a ações de violência como o sequestro, o governo de Boumedienne prendeu os envolvidos e devolveu o valor pago pela companhia aérea.¹⁵⁰ Cleaver escreveu uma carta aberta direcionada a Boumedienne pedindo que a Argélia continuasse apoiando o grupo e relevasse o fato, mas o governo não mudou seu posicionamento. Boumedienne ordenou a prisão domiciliar para os integrantes dos Panteras Negras e sua posterior expulsão da Argélia.¹⁵¹

Edward Cleaver exilou-se na França. A expulsão dos Panteras decorreu também de uma crise diplomática entre EUA e Argélia. Os norte-americanos investiam na indústria petroleira da Argélia. O diálogo referente ao encontro entre David D. Newson, Secretário Assistente para as Relações com a África, e Abdel Kader Bousselham, chefe da Seção para Interesses Argelinos, revela uma crítica direta ao posicionamento da Argélia em abrigar os Panteras Negras em seu território, responsabilizando o país pelo sequestro:

Mr. Newsom concluiu que ele iria fazer o máximo para que todos os interessados dessem ao governo da Argélia mais algum tempo para resolver as coisas (...) Era sua opinião pessoal de que em algum momento a Argélia deveria fazer uma escolha entre a imagem responsável que queria ter, que queremos que a Argélia também tenha, e os benefícios que

¹⁴⁹ CLEAVER, Eldridge. *Soul on Ice*. New York: Delta, 1999, p. 143.

¹⁵⁰ Ibid., p.245. Algeria closes curtain on Black Panthers. *The Morning Record*, 8 maio de 1975, p.24. Disponível em: <<<http://news.google.com/newspapers?nid=2512&dat=19750508&id=HC9IAAAIIBAJ&sjid=VgANAAAIBAJ&pg=810,1154370>>>. Acesso em: 01 dez. 2013. Cf. Black Panthers kept confined in Algeria. *Connecticut Sunday Herald* – 13 ago. 1972, p. 10. Disponível em: <<<http://news.google.com/newspapers?nid=2204&dat=19720813&id=L0VAAAAIIBAJ&sjid=EwEGAAAIBAJ&pg=3013,3357570>>>. Acesso em: 01 dez. 2013.

¹⁵¹ Ibid., p. 247.

obtem ao abrigar exilados, permitindo que estes pratiquem atos criminosos aparentemente com o apoio ou aquiescência da Argélia.¹⁵²

O apoio argelino a diferentes grupos revolucionários provocou desconfianças dos representantes diplomáticos norte-americanos. Havia conflito entre manter relações diplomáticas e ao mesmo tempo preservar a ajuda a revolucionários contrários aos governos dos seus países, conforme avaliava o relatório da CIA em julho de 1971:

A cidade de Argel tornou-se e continua sendo **o principal refúgio seguro para os exilados revolucionários de todo o mundo. Panteras Negras americanos, os separatistas de Quebec, e prisioneiros sul-americanos libertados como resgate de sequestros políticos foram aceitos e receberam acomodação.** Isto, obviamente, deriva da própria herança "revolucionária" da Argélia. Entusiasmo argelino para esses não-africanos exilados - para os quais fornece pouco ou nada mais do que o equivalente a alojamento e alimentação, pode estar diminuindo. Para o nosso conhecimento, a Argélia não apoia nenhuma de suas atividades contra os seus respectivos países de origem. **Pelo contrário, viu alguns, como o Dr. Timothy Leary, com hostilidade aberta e outros, como os revolucionários brasileiros e os Panteras Negras, com desconforto óbvio. Uma das razões, sem dúvida, é a incompatibilidade entre a ampliação de apoio aos militantes revolucionários, de um lado, e o desejo de razoavelmente boas relações com os governos que se opõem por outro.** (Grifo nosso)¹⁵³

Em conversa com Bouteflika, Ministro das Relações Exteriores, o embaixador norte-americano Large W. Averell Harriman ouviu que a Argélia continuaria mantendo a política de não-alinhamento, que garantia ao país o direito de expressar visões independentes sobre os problemas internacionais e apoiar os movimentos revolucionários.¹⁵⁴

¹⁵² "Memorando de Conversa", Washington, 31 de julho de 1972. National Archives, RG 59, Central Files 1970-73, AV 12. Foreign Relations of the United States, 1969 – 1976, Volume E-5, parte 2, Documentos do Norte da África, 1969-1972, documento 33. Disponível em: <<<https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1969-76ve05p2/d33>>>. Acesso em: 02. dez. 2013.

¹⁵³ Relatório de Inteligência Nacional NIE 62-71. Washington, 31 de julho de 1971. Central Intelligence Agency, NIC Files, Job 79-R01012A, Box 420. Foreign Relations of the United States, 1969 – 1976, volume E-5, parte 2, Documentos do Norte da África, 1969-1972, documento 27. National Intelligence Estimate 62-71. Disponível em: <<<http://history.state.gov/historicaldocuments/frus1969-76ve05p2/d27>>>. Acesso em: 02 dez. 2013.

¹⁵⁴ Memorando do embaixador Large W. Averell Harriman. Washington, 13 de dezembro de 1966. Johnson Library, National Security File, Country File, Algeria, Vol. II, Memos & Miscellaneous, 7/65-11/68. Foreign Relations of The United States, 1964-1968, Volume XXIV, África, Documento 31. Disponível em: << <http://history.state.gov/historicaldocuments/frus1964-68v24/d31>>>. Acesso em: 04 dez. 2013.

O mesmo posicionamento foi mantido no governo de Boumediene. Sobre o não alinhamento da Argélia em relação aos países capitalistas e socialistas, o Departamento de Estado dos EUA apresentou o seguinte relatório:

Boumediene habilmente joga com os antagonismos das grandes potências. A URSS forneceu quase todos os braços de toda a mão de obra necessária para a Argélia e também alguma ajuda econômica; e a França uma variedade de benefícios econômicos e outros benefícios que incluía assistência militar em anos recentes. Muitos dos caros equipamentos americanos e muitos técnicos são usados pela indústria petrolífera nacional. Além disso, os EUA oferecem grande mercado para as reservas de gás da Argélia. Em nenhum caso, no entanto, os argelinos se dispuseram a ficar sob forte influência de qualquer poder externo, nem estão propensos a fazer isto futuramente.¹⁵⁵

4- A influência da experiência argelina

Grupos progressistas franceses demonstraram amplo apoio ao processo de independência argelina. Jean Paul Sartre, Francis Jeanson e outros integrantes da revista *Les Temps Modernes* divulgaram informações sobre a violência dos franceses contra os argelinos, denunciaram o uso sistemático da tortura e analisaram as publicações de Frantz Fanon sobre a legitimidade da violência no processo de independência. Fanon transformou-se em referência para grupos de esquerda em todo o mundo ao descrever o processo de colonização e a luta contra o colonizador a partir da afirmação da violência como uma estratégia válida para acabar com a exploração no sistema colonial.¹⁵⁶

¹⁵⁵ Sobre os investimentos financeiros e os esforços no apoio aos movimentos nacionalistas e de esquerda de outros países, os diplomatas americanos consideravam: “O governo argelino colocou como prioridade as preocupações domésticas, como programas de desenvolvimento industrial, a reforma do setor agrícola, a criação de estruturas governamentais permanentes, o aumento das receitas da indústria de petróleo e gás e das exportações de vinho. A Argélia, é claro, permaneceu ferozmente anti-imperialista, apoiando a luta armada pelos palestinos no Oriente Médio, e assegurando modesta assistência para os movimentos de libertação africanos. No entanto, a verdade é que a maior parte do dinheiro e mão de obra do GOA [Governo da Argélia] está sendo gasto em melhorar a situação doméstica. Em outra tendência significativa e favorável, a Argélia tem trabalhado duro nos últimos meses para melhorar significativamente a cooperação com os seus vizinhos do Magrebe.” Telegrama A-12, da embaixada da Argélia para o Departamento de Estado, em 7 de abril de 1969. Assunto: Avaliação da política dos EUA para a Argélia - 1969. National Archives, RG 59, Central Files 1967-69, POL 1 ALG-US. Foreign Relations of the United States, 1969-1976. V. e-5, parte 2, Documentos do Norte da África, 1969-1972, documento 1313. Disponível em: <<<https://s3.amazonaws.com/static.history.state.gov/frus/frus1969-76ve05p2/pdf/d13.pdf>>>. Acesso. 01 dez. 2013

¹⁵⁶ A obra de Fanon é fundamental para os estudos pós-coloniais, nos quais se destacam Edward Said, Homi K. Bhabha, Avtar Brah, Stuart Hall e Paul Gilroy. Segundo Boaventura Sousa Santos, a teoria pós-colonial é um “um conjunto de correntes teóricas e analíticas, com forte implantação nos estudos culturais, mas hoje presentes em todas as Ciências Sociais, que têm em comum darem primazia teórica e política às relações

Fanon foi tanto observador quanto participante da revolução argelina. Nasceu em 1925, em Fort-de-France (Martinica), estudou medicina na França, especializou-se em Psiquiatria, lutou no exército francês durante a Segunda Guerra Mundial e exerceu a medicina na Argélia. Tornou-se um membro da FLN e escreveu *Peles Negras, Máscaras Brancas* em 1952, *A Via da Revolução Argelina* em 1956, e *Os condenados da terra*, escrito um ano antes de sua morte, em 1961.¹⁵⁷

Em *Os condenados da terra*, Fanon destacou a exploração e a violência do colonizador sobre o colonizado como uma imposição de valores e hábitos que menosprezavam a identidade dos povos dominados. A sublevação violenta tornava-se, portanto, a única alternativa para suprimir a opressão colonial:

A violência que presidiu ao arranjo do mundo colonial, que ritmou incansavelmente a destruição das formas sociais indígenas, demoliu restrições aos sistemas de referências da economia, aos modos de aparência, de indumentária, será reivindicada e assumida pelo colonizado no momento em que, decidindo ser a história em atos, a massa colonial irromperá nas cidades proibidas.¹⁵⁸

A obra de Fanon destaca-se ao avaliar a independência da Argélia rompendo com uma visão eurocêntrica e se concentrando na compreensão do mundo do colonizado e em seu direito a resistir à opressão. Fanon afirma que descolonizar não é simplesmente a alteração de uma condição política, é a transformação da condição humana. É um movimento histórico que se caracteriza pela violência. Se a colonização está baseada na violência, pois visa à destruição as referências sociais e culturais do povo subjugado e imposição do modelo de civilização do dominador, a alteração desta condição de dominação se realiza por meio da defesa das referências culturais do colonizado e sua revolta armada.

A maioria da população da Argélia era islâmica e o forte contraste religioso com a posição do colonizador foi essencial para unificar a população no movimento autonomista.

desiguais entre o Norte e o Sul na explicação ou na compreensão do mundo contemporâneo.” SANTOS, Boaventura de Sousa (2004), “Do pós-moderno ao pós-colonial. E para além de um e de outro”. *Conferência de Abertura do VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais*. Coimbra: 16-18 de setembro. Disponível em: <http://www.ces.uc.pt/misc/Do_pos-moderno_ao_pos-colonial.pdf>. Acesso em: 01 dez. 2013.

¹⁵⁷ Em 1960, Fanon tornou-se embaixador da República da Argélia em Accra, mas morreu em Washington, no ano seguinte, com 37 anos.

¹⁵⁸ FANON, Frantz. *Os condenados da Terra*. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2005, p. 57.

A resistência pela reafirmação cultural e a reação violenta contra a opressão tornaram-se característicos do processo de independência da Argélia.

A experiência argelina desencadeou debates quanto ao modelo de luta armada assumido pelos colonizados e ao grau de violência empregado pela França para tentar conter a revolta. Duas visões exemplificam estes debates: a visão de Albert Camus e de Jean Paul Sartre.

Concordando com a abordagem de Fanon, o filósofo Jean Paul Sartre destacava a violência como uma forma de *ação política*:

O aprendizado de humilhação, dor e fome, suscitará em seus corpos uma ira vulcânica, cujo poder é igual ao da pressão que se exerce sobre eles. (...). No primeiro momento da revolta, é preciso matar; abater um europeu é matar dois coelhos de uma só cajadada, é suprimir ao mesmo tempo um opressor e um oprimido: restam um homem morto e um homem livre; o sobrevivente, pela primeira vez, sente um solo *nacional* sob a planta dos pés.¹⁵⁹

Sartre simpatizava com a visão comunista sobre o imperialismo francês em países como a Argélia. Em sentido inverso, os textos de Camus, especialmente *A peste* (1947) e *O homem revoltado* (1951), consideram que a revolta está associada ao inconformismo e este desencadeia uma ação coletiva voltada à mudança. Camus criticava o regime soviético por seu caráter autoritário e, questionando o modelo comunista, temia que a liderança da guerra de independência pela Frente de Libertação Nacional pudesse representar a instauração de um novo modelo de tirania. Embora a independência fosse fundamental, Camus não apontava a violência como uma alternativa de luta, enquanto Sartre indicava que a violência era necessária frente às condições repressivas impostas pelos países colonizadores:

Camus defendia que a violência, mesmo na causa da rebelião contra a opressão, nunca poderia ser justificada. Sartre parecia afirmar o oposto. Embora nem a *Crítica da razão dialética* nem o prefácio de Sartre para o livro *Condenados da terra* de Fanon tivessem sido publicados, seu ponto de vista acerca da violência estava começando a ser desenvolvido em *Os comunistas e a paz*. Sua tese era a de que, em uma sociedade baseada na opressão, a violência é inevitável.¹⁶⁰

¹⁵⁹ FANON, Frantz. *Op. Cit.*, p. 39.

¹⁶⁰ MORRIS, Katherine. *Sartre*. J. L'HARMATTAN, 2013, p. 41.

O pensamento de Fanon foi retomado e valorizado por defensores dos movimentos socialistas pela via armada, como Fidel Castro, Che Guevara, Camilo Torres; por lideranças negras como Stockley Carmichael, Malcom X e Eldridge Cleaver; e por líderes do processo de independência africano, como Amílcar Cabral e Agostinho Neto.

No caso da esquerda brasileira, a guerra de independência da Argélia, a Revolução Cubana e o Vietnã transformaram-se em importantes pontos de referência para um processo de revisão e crítica da postura do Partido Comunista Brasileiro. A profusão de grupos que passaram a defender a guerrilha como meio revolucionário para a sociedade brasileira encontrava na experiência argelina um exemplo de sublevação à ordem dominante e de mobilização de setores populares em práticas de confronto armado.¹⁶¹

Na década de 60, o marxismo e o existencialismo eram debatidos fervorosamente na literatura de esquerda no Brasil. Segundo Antônio Sérgio Alfredo Guimarães, a influência de Fanon no Brasil começou a ser mais expressiva a partir da difusão do seu pensamento por Jean Paul Sartre e Simone de Beauvoir, que visitaram o país entre agosto e setembro de 1960 para “promover a solidariedade internacional necessária para sustentar a revolução cubana e a guerra de libertação da Argélia”¹⁶². A defesa do anticolonialismo era tema corrente nos artigos que Sartre escrevia na revista *Les Temps Modernes* e ele assumira abertamente a cooperação com a Frente Nacional de Libertação da Argélia.

A edição de *Os condenados da terra* no Brasil foi publicada em 1968. Embora tenha sido alvo da censura, a obra foi discutida por autores como Nelson Werneck Sodré, Abdias Nascimento e Octávio Ianni. Diante da influência de Fanon para o movimento negro nos EUA, com destaque para os Panteras Negras, a obra de Fanon foi ganhando relevância na esquerda brasileira.

Antônio Sérgio Alfredo Guimarães considera que ocorreu uma recepção “morna” às ideias de Fanon no Brasil no início 60 que se deve a dois fatos: o primeiro deles é que pouco após o primeiro contato com sua obra sobreveio o golpe, e com ele o exílio. O segundo é que aqueles que acreditavam na violência revolucionária passaram à clandestinidade, dificultando as relações sociais e culturais que pudessem ampliar os debates e a divulgação de reelaborações sobre a ideia de Fanon entre os grupos.¹⁶³

¹⁶¹ RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: UNESP, 1996, p.238.

¹⁶² GUIMARÃES, Antonio S. A. A Recepção de Fanon no Brasil e a Identidade Negra. *Novos Estudos*. São Paulo: CEBRAP, n.81, Julho 2008.

¹⁶³ Ibid. No entanto, o autor não nega a influência de Fanon nas produções culturais, com destaque para os filmes de Glauber Rocha. O autor concorda com a seguinte análise de Ismail Xavier: “É notável, em Glauber,

Capítulo III - Os brasileiros em Argel

Miguel Arraes foi eleito governador de Pernambuco em 1962 pelo Partido Social Trabalhista (PST), apoiado pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB) e parte do Partido Social Democrata (PSD), obtendo 48% dos votos. Após a intervenção do regime ditatorial no governo de Pernambuco, deixou o Brasil com destino à Argélia em 17 de junho de 1965. O embaixador argelino no Brasil, Tayebi Larbi, recebeu Arraes na embaixada (DOCUMENTO 1) e acompanhou o ex-governador e sua esposa, Madalena, durante a viagem a Argel. O processo de concessão de asilo havia sido demorado: desde que o jornalista Darwin Brandão havia realizado contato com a embaixada para conseguir auxílio a Arraes, aproveitando-se do fato de conhecer um encarregado de negócios da Argélia no Brasil, Miguel Arraes teve que esperar um mês na embaixada até que o novo embaixador da Argélia chegasse ao Brasil com a confirmação do asilo e do salvo-conduto.¹⁶⁴

Antes de se abrigar na embaixada argelina, Miguel Arraes ficara preso durante 14 meses: primeiramente na Companhia de Guarda e no Corpo de Bombeiros, depois por seis meses na ilha de Fernando de Noronha. Em seguida foi para a Fortaleza de Santa Cruz, na Baía de Guanabara.¹⁶⁵ O advogado Sobral Pinto conseguiu um *habeas corpus*, mas o documento tinha validade efêmera. Para evitar nova prisão, Arraes decidiu procurar ajuda na embaixada da Argélia e escreveu um manifesto que foi reproduzido na imprensa:

Assim sendo, recuso-me a depor nesses inquéritos. E não me entregarei à prisão arbitrária que pretendem decretar. Saberei tomar as providências que julgar necessárias à minha segurança, no momento em que julgar que já não existem as condições mínimas para a minha permanência no País. Sei que o povo brasileiro compreenderá os motivos desta minha atitude. E tenho a certeza de que, bem mais depressa do que imaginam os atuais governantes, o regime democrático — em sua plenitude — será reimplantado no Brasil.¹⁶⁶

o sentimento da geopolítica (de que o cinema é um dos vetores) como eixo de um confronto no qual o oprimido só se torna visível (e eventual sujeito no processo) pela violência. Apoiado em Frantz Fanon, ele explicita tal sentimento em “Por uma estética da fome”, acentuando a demarcação dos lugares e o conflito estrutural que deriva da barreira econômico-social, cultural e psicológica que separa o universo da fome do mundo desenvolvido”. In: Rocha, Glauber. *Revolução do Cinema Novo*. Apud. GUIMARÃES, Antonio S. A. *Op. Cit.*, p. 107-108.

¹⁶⁴ PINHEIRO, Andrea. O Arquivo do Exílio. *Diário de Pernambuco*. 16 de setembro de 2009.

¹⁶⁵ ARRAES, Luís. *Todo diálogo é possível: conversas com meu pai, Miguel Arraes*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2009, p.111-112.

¹⁶⁶ O Manifesto foi anexado em telegrama de 06 de janeiro de 1965 enviado à Washington pelo embaixador norte-americano no Rio de Janeiro, Lincoln Gordon. A fonte do jornal não foi informada. Telegrama A-137. Issues Antigovernment Manifesto; Will Probably Receive Safe Conduct from Country. *Projeto Opening*

Questionado muitos anos depois sobre sua escolha pela Argélia, o ex-governador declarou:

Eu tive muita sorte de ir para um país como a Argélia.

Eu fui libertado por um *Habeas Corpus* do Supremo Tribunal Federal. Eu ia ser transferido para o Rio de Janeiro, estava na fortaleza de Santa Cruz. E lá eu fui libertado e convocado para responder oito processos. Compareci a um, eles me prenderam novamente. Até a noite fiquei preso, o dia todo preso. Dispensaram-me, me convocaram novamente e verifiquei que não era possível permanecer no país; e eu compareci porque meu advogado Sobral Pinto insistia que eu ficasse, não queria contrariá-lo e fui pela segunda vez. Quando saí, eu disse a ele que não dava para ficar e ele concordou. Eu então fiquei clandestinamente no Rio de Janeiro, o que era muito difícil porque havia meu retrato nos jornais e qualquer pessoa que me visse me denunciava. Fui libertado em fim de abril de 1965, nós estávamos em maio, as embaixadas estavam todas cercadas pela polícia para não deixar ninguém entrar, então eu fiz uma verificação através de um amigo meu e ele confirmou que só havia dois países para ir: a Iugoslávia e Argélia. E a Argélia eu escolhi por que há um artigo da constituição argelina que diz que a Argélia receberá todos aqueles que lutam pela liberdade e sejam perseguidos. (...) ¹⁶⁷

Quando chegaram em Argel, Arraes e Madalena hospedaram-se no *Hotel Saint Georges* durante uma semana. Posteriormente, Arraes e Madalena foram acomodados em uma casa próxima ao Palácio presidencial. Viveram por três anos nesta residência. Almeri Bezerra de Mello, que também se exilou na Argélia, afirma que o governo concedia uma pensão a Miguel Arraes, que lhe permitia comprar “suas sandálias, os seus *Gauloises*... e sobretudo, acolher os que o procuravam”.¹⁶⁸ Inicialmente, o chefe da diplomacia Abdelaziz Bouteflika mantinha contato com Arraes em nome do governo argelino. Posteriormente, foi substituído por Djelloul Malaika, responsável da Frente de Libertação Nacional para aos assuntos relativos às organizações revolucionárias residentes na Argélia.

O governo da Argélia concedeu passaporte argelino a Arraes e à Madalena, pois haviam saído do Brasil apenas com salvo-condutos. Madalena Arraes ficou grávida e

Archives. Disponível em: <<<https://repository.library.brown.edu/studio/item/bdr:378881/>>>. Acesso em: 12. Jul. 2015. Localização física do documento: National Archives and Records Administration, Record Group 59, Entry Number A1 1132-A, Box Number 1944, POL 29 BRAZ.

¹⁶⁷ Entrevista de Miguel Arraes a Antonio Abujamra. Programa “Provocações”, TV Cultura. Disponível em: <<<http://tvcultura.cmais.com.br/provocacoes/miguel-arraes-destaca-a-ditadura-militar-bloco-1->>>. Acesso em: 13 jul. 2013.

¹⁶⁸ MELLO, Almeri Bezerra de. *Op. Cit.* p.35. Fernando Gabeira confirma que Miguel Arraes tinha residência na região do palácio presidencial: "Quando cheguei a Argélia, Miguel Arraes era o brasileiro mais expressivo entre os que estavam lá. Tinham dado a ele um espaço, uma casa dentro do próprio palácio. Arraes foi praticamente incorporado pelo governo argelino." NETO, Geneton Moraes. *Dossiê Gabeira*. Rio de Janeiro: Editora Globo, 2009.

viajou à França em 1966 para se hospedar na casa da irmã de Arraes, Violeta, até o nascimento do segundo filho do casal, Pedro. Em 1969, outros filhos de Miguel Arraes foram viver na Argélia¹⁶⁹ (DOCUMENTO 2). Quando completavam os estudos básicos, seus filhos dirigiam-se para complementar a formação na França.¹⁷⁰

A principal função exercida por Arraes durante anos foi a de consultor de negócios do governo argelino. O país estava em reconstrução e necessitava importar muitos equipamentos, alimentos e tecnologias. Com seus contatos na Europa, Arraes conseguia dados de empresas que pudessem estabelecer relações comerciais com o governo da Argélia. Também mantinha diálogos com líderes dos movimentos de libertação das colônias portuguesas na África, como Amílcar Cabral, Samora Machel e Eduardo Modlane.

Miguel Arraes começou a viajar para a Europa para se reunir com exilados brasileiros, políticos e intelectuais do continente. Progressivamente, desenvolveu projetos políticos com a colaboração de exilados na Europa e em Argel, conforme indica o seguinte depoimento de Madalena Arraes:

Era assim: ia alguém daqui para a Europa, para Paris, e Miguel ia até lá. Teve até uma vez em que ele foi a Moscou (Rússia) para falar com (Luiz Carlos) Prestes. Também ia muito para a Itália, onde tinha um núcleo de amigos que davam muito apoio aos brasileiros, ao Front (Frente Brasileira de Informação).¹⁷¹

Arraes viajou para Chile, Cuba, China, Suíça, Portugal, Bulgária, Tchecoslováquia, União Soviética, Polônia e Moçambique¹⁷². Além das viagens, enviou cartas a muitos brasileiros no exílio, entre os quais Marcio Moreira Alves, Almino Affonso, Aécio Gomes de Matos, Raul Refém, Luís Carlos Prestes, Herbert de Souza, Silvio Lins, e Leonel Brizola. Também escreveu a Yasser Arafat, ao Papa Paulo VI, a Amílcar Cabral, a Agostinho Neto e a Mário Soares. Suas cartas eram enviadas para o Chile, ao Uruguai, à Argentina, ao México, à Alemanha Ocidental, para Portugal, para Londres, à França, à Suécia e à Suíça.¹⁷³

¹⁶⁹ Arraes ficou viúvo de Célia de Souza Leão em 1961. Com ela teve oito filhos. No ano seguinte, casou-se com Maria Madalena Fiúza, com quem teve mais dois filhos.

¹⁷⁰ ROZOWYKWIAT, Tereza. *Arraes*. São Paulo: Iluminuras, 2006, p.97.

¹⁷¹ PINHEIRO, Andrea. "O Arquivo do Exílio". *Diário de Pernambuco*. 16 de setembro de 2009

¹⁷² ROZOWYKWIAT, Tereza. *Op. Cit.*, p.100.

¹⁷³ Todo o acervo destas cartas está disponível no Instituto Miguel Arraes, em Recife.

As viagens de Arraes para a Europa foram observadas com preocupação pelo governo brasileiro, que agiu diplomaticamente para impedir que o ex-governador conseguisse visto permanente e decidisse residir em Paris, onde vivia sua irmã, Violeta Arraes. O diplomata brasileiro Paulo Henrique Paranaguá procurou o diretor responsável pelos assuntos relativos à América Latina do Ministério das Relações Exteriores da França para evitar uma possível concessão de permissão para que o ex-governador de Pernambuco vivesse em território francês. O Ministro dos Negócios Estrangeiros não concedeu o visto permanente a Arraes, que continuou realizando viagens curtas a Paris. O caso foi assim descrito pelo Ministro francês:

M. de Paranaguá disse que sabia de "boa fonte" que uma personalidade da oposição brasileira pretende solicitar autorização de residência permanentemente na França. Como existe em Paris uma "frente" da oposição violentamente hostil ao governo brasileiro, pode-se esperar que o ex-governador de Pernambuco, considerando o seu passado político, assuma a liderança neste grupo e dê um novo impulso, tanto inconveniente para as autoridades de Brasília, quanto embaraçoso para o governo francês.

Nestas circunstâncias, o Sr. Paranaguá sublinhou que "o governo brasileiro considera ser um gesto muito significativo de compreensão e de decidida colaboração" se o Governo francês tomasse medidas para recusar um visto de residência permanente para aquele que apareceu como um dos líderes da oposição mais importantes fora do Brasil.¹⁷⁴

No exílio, Arraes escreveu *O Povo e o poder*, *A Questão Nacional* e *O jogo do poder no Brasil*. Estes textos concentravam-se na teoria de uma dependência do país com relação ao capital externo. Argumentava que o rompimento com a dependência herdada da exploração portuguesa na colonização somente seria conseguido por meio da mobilização popular.

Em diversos artigos publicados no exílio, Arraes defendeu a aglutinação das forças de esquerda e o fim dos sectarismos. O ex-governador considerava que a mobilização dos exilados em torno de um projeto comum possibilitaria a efetivação de uma ação popular, por meio do debate e da criação de estratégias que envolvessem o maior número de pessoas fora e dentro do Brasil, capazes de concretizar uma revolução contra os militares que estavam no poder. Este projeto de unificação norteou suas relações com os demais

¹⁷⁴ Nota para o Gabinete do Ministro, 09 de junho de 1970. Apud. SANTOS, Idelette Muzart Fonseca; ROLLAND, Denis. *L'Exil brésilien en France: Histoire et imaginaire*. Paris: L'Harmattan, 2008.

grupos de esquerda, mas as divergências ideológicas entre os exilados e os grupos políticos no Brasil inviabilizaram a concretização daquele princípio.

1- O grupo de Miguel Arraes

Como já apontamos, os primeiros exilados brasileiros em Argel tinham relações estreitas com Miguel Arraes. Progressivamente, chegaram o poeta Everardo Norões, os ex-deputados Maurílio Ferreira Lima¹⁷⁵; Almeri Bezerra de Melo, que foi sacerdote no Recife; Naiton Santos, ex-funcionário da SUDENE; o estudante Aécio Gomes de Matos; o jornalista Neiva Moreira; o engenheiro Dirceu Mourthé e seu irmão, o advogado Dirceu Mourthé; e o professor Bayard Demaria Boiteux.

A documentação do SNI referia-se a estes exilados como “Grupo Arraes”. Para Everardo Norões, exilado na Argélia entre 1970 e 1977, não existia um grupo coeso tal como os documentos do governo descreviam:

Não diria que havia um “Grupo Arraes”, mas havia, sim, um certo número de pessoas em torno dele (como também do Brizola) que o observavam enquanto um dos poucos políticos do antigo regime merecedores do apoio popular¹⁷⁶.

O que se evidencia ao analisar os documentos é que estes primeiros exilados em Argel contribuíram para a formação de projetos de produção de boletins, conferências e arrecadação de fundos para as ações de denúncia da *Frente Brasileira de Informação*. Almeri Bezerra de Mello, por exemplo, havia sido militante da JUC (Juventude Universitária Católica) do Recife e estudou Filosofia em Olinda e Teologia em Roma. Por falar francês, italiano e espanhol, Almeri auxiliou na escrita e tradução dos boletins da *Frente*. Trabalhou também no Ministério da Agricultura da Argélia e organizou atividades de ensino a partir do método de alfabetização de Paulo Freire.¹⁷⁷

¹⁷⁵ Maurílio Ferreira Lima foi deputado federal em quatro legislaturas. Cassado em 30 de dezembro de 1968 na primeira lista do AI-5, viveu dez anos exilado na Argélia. Chegou em Argel em 1969 e residiu na casa de Arraes por um ano.

¹⁷⁶ Depoimento enviado por mensagem eletrônica em 14 de setembro de 2015.

¹⁷⁷ CORTEZ, Lucili Granjeiro. *O Drama Barroco dos exilados do Nordeste*. Tese de Doutorado em História. Recife: UFPE, 2003, p.330.

Aécio Gomes de Matos chegou à Argel depois de viver na Holanda. Foi sócio de Arraes em um escritório comercial que tinha parte de seus lucros destinado ao Movimento Popular de Libertação, grupo de oposição à ditadura que tinha Miguel Arraes como um dos líderes.

Everardo Norões exilou-se na França antes de viver na Argélia, onde passou a maior parte de seu exílio de doze anos. Também contribuiu com a *Frente Brasileira de Informação*. No depoimento abaixo, Everardo descreve como era difícil obter informações do Brasil para serem utilizadas na produção dos boletins da *Frente*:

A Avenida Franklin Roosevelt, onde residiu Arraes, desemboca numa das principais ruas do centro da cidade, a Didouche Mourad, nome de um grande herói e mártir, lugar de muitos embates durante a famosa Batalha de Argel. Muitas vezes descemos juntos aquela rua ladeirosa, em busca de notícias, chegadas sempre com atraso à caixa postal da Grande Poste – o prédio de arquitetura mourisca do correio central. As comunicações eram falhas, a vigilância policial no Brasil era cerrada, não convinha usar endereços residenciais. Caixas postais e brasileiros que chegavam à Europa eram as fontes de informação mais seguras.¹⁷⁸

O professor Bayard Demaria Boiteux participou ativamente da *Frente Brasileira de Informação* e fundou o movimento ao lado de Miguel Arraes. Boiteux tinha participado da organização da Guerrilha do Caparaó ao lado de Neiva Moreira, Max da Costa Santos e do idealizador do movimento, Leonel Brizola. Foi preso e condenado a 12 anos de prisão, pena reduzida para três anos. Para não ser preso, exilou-se na Argélia, onde lecionou na Universidade de Argel.¹⁷⁹

Assim como Bayard, Neiva Moreira colaborava com as ações de Brizola, no Uruguai. Deputado federal cassado em 9 de abril de 1964, Neiva, exilou-se no Uruguai, organizando a resistência à ditadura com Brizola. Depois de um golpe naquele país, foi para a Argentina, para Bolívia e Peru, onde novamente seria expulso por golpes de Estado. Os golpes militares no Cone Sul a partir do final da década de 60 provocaram um novo exílio dos políticos que viviam em países da região e aliavam-se às ideias de oposição no exílio defendidas por Brizola e Goulart. Devido à distância e ao apoio de Miguel Arraes, a

¹⁷⁸NORÕES, Everardo. “Arraes no Palácio do Povo”. Disponível em: <<<http://autoreselivros.wordpress.com/2013/05/23/arraes-no-palacio-do-povo-Everardo-noroies/>>>. Acesso em: 08 jan. 2013.

¹⁷⁹ Bayard era professor do Colégio Pedro II e do Colégio Naval, Doutor em Ciências e Ciências Econômicas, lecionou na PUC (de onde foi expulso por ser socialista), UNIRIO e UERJ. No exílio, lecionou cinco anos na Universidade de Argel e quatro anos na Faculdade de Economia e no Instituto de Serviços Sociais, no Porto, em Portugal. Cf. BOITEUX. Bayard Demaria. *A guerrilha de Caparaó e outros relatos*. Rio de Janeiro, Inverta, 1998.

Argélia tornou-se alternativa viável de segurança para estes exilados. Já em solo argelino, brasileiros como os deputados Neiva Moreira e Maurílio Ferreira Lima contribuíam com experiência e apoio político para os projetos de oposição, muitos dos quais eram liderados por Arraes.

O primeiro projeto liderado por Miguel Arraes e com ampla participação destes primeiros exilados foi a composição de um órgão de assistência financeira aos exilados. A Argélia acabara de conquistar sua independência e necessitava de mão de obra qualificada para o trabalho nas grandes obras de infraestrutura, nas empresas nacionais e centros de ensino.

O objetivo de Miguel Arraes era manter relações com o governo e oferecer formação técnica e profissionais por meio de uma empresa formada e voltada aos exilados brasileiros. Arraes manteve estreito contato com o assistente do ministro da Indústria, Hocini Abdalah, interessado em compor uma equipe para um trabalho de formação de operários de quadros de nível médio.

Em 1970, foi criado um *Bureau de Cooperação Técnica*, cujo objetivo era "organizar a maior parte possível da mão de obra técnica dos brasileiros saídos do Brasil por razões políticas" com o intuito de auxiliar na renda destes profissionais e sua família, "utilizar esses recursos humanos em trabalhos que sejam justos politicamente no contexto de luta de libertação do terceiro mundo". A política de auxílio do grupo estava atrelada ao projeto político de oposição à ditadura no exterior: "ampliar pela integração em um trabalho comum as condições de unidade e movimento de libertação no Brasil, contra a ditadura militar pró-imperialista; ajudar a organização dos resistentes fora do Brasil para a sustentação da luta dentro do país, com os recursos obtidos." ¹⁸⁰

Segundo documentos escritos por Miguel Arraes, o empreendimento deveria servir aos interesses dos exilados, que necessitavam de trabalho, e da sociedade argelina, que precisava de profissionalização:

Nossa sugestão seria no sentido de começarmos a partir do pequeno núcleo aqui existente que, através de acordos normais com o Estado ou com as Sociedades Nacionais, tivessem condições de criar uma infraestrutura (secretaria, instalações etc.) capaz de ir atendendo a uma possível elevação do volume de trabalho de uma organização que poderia conter especialistas de diferentes tipos: engenheiros, publicistas, sociólogos, economistas etc.

¹⁸⁰ Instituto Miguel Arraes, Recife. Série Exílio. Seção de Documentos, pasta 5, identificação: EXI_DS_0062_001. Não há nomes que identifiquem para quem o documento foi produzido.

Uma organização desse tipo teria não só a função de realizar estudos, como a de ajudar em alguns empreendimentos, além de recrutar e agenciar quadros solicitados pela administração (...)

O espírito a ser seguido seria o de uma estreita colaboração com os argelinos cuja participação nos diferentes trabalhos que pudessem ser confiados às equipes atuais ou a serem formadas seria recomendável sob todos os aspectos. Caso a iniciativa tivesse sucesso, seria possível estendê-la a partir da Argélia a outros países africanos se isso fosse convenientemente.¹⁸¹

A empresa responsável por arregimentar profissionais recebeu o nome de SERT (Sociedade de Estudos e Realizações Técnicas Limitada). Arnaldo Mourthé assumiu a direção da empresa, que tinha sede em Londres¹⁸². Miguel Arraes tinha 75% das ações da empresa e o restante das ações eram divididas entre Almeri Bezerra de Melo e os irmãos Arnaldo Mourthé (presidente) e Dirceu Mourthé (conselheiro)¹⁸³. O representante de Arraes na empresa era seu filho, Carlos Augusto, que residia em Paris.¹⁸⁴

Miguel Arraes escreveu ao Ministro da Indústria da Argélia propondo o "estudo de uma política de colaboração" com o Ministério e assegurando a "honestidade intelectual e garantias morais" dos nomeados para os cargos.¹⁸⁵ O primeiro grande negócio da empresa foi o contrato com a "Direction de la Formation du Ministère du Travail et des Affaires Sociales", assinado em 11 de setembro de 1971. A SERT ofereceria equipe técnica para criar o *Centre National de Formation de Techniciens du Cadastre*, uma unidade de educação que teria uma equipe de trabalho com engenheiro civil, geógrafo-cartógrafo, topógrafo, professor de Matemática e Pedagogo. A empresa propunha pagamento de salários de 7 a 6 mil dinares aos participantes e pagamento dos gastos com documentação e despesas de viagens.¹⁸⁶

¹⁸¹ Instituto Miguel Arraes, Recife. Série Exílio. Seção de Documentos, pasta 5, identificação: EXI_DS_0007_007. Não há identificação de nomes e datas no documento.

¹⁸² O Banco da Inglaterra concedeu status de "não residente" à companhia para propósitos de controle de trocas internacionais. Um escritório em Londres era responsável pelas documentações e acompanhamento da regularidade da empresa segundo as leis britânicas.

¹⁸³ Everardo Norões também fazia parte da empresa, mas pediu desligamento da sociedade. Em 23 de junho de 1971, disponibilizou suas ações aos demais membros. Instituto Miguel Arraes, Recife. Série Exílio. Seção de Documentos, pasta 5, identificação: EXI_DS_077_001.

¹⁸⁴ Arraes escrevia constantemente ao filho para orientar os negócios das empresas e obter informações. Como exemplo, podemos citar a carta de Arraes a Augusto em 23 de dezembro de 1975 mencionando possíveis negócios que poderiam realizar envolvendo exportação de madeira e alimentos. Instituto Miguel Arraes, Recife. Série Exílio. Seção de Correspondências Expedidas, pasta 2, identificação: EXI_CE_0371_001.

¹⁸⁵ Carta de Arraes a Monsier Hacini A., Alger, 28 de março de 1970. Instituto Miguel Arraes, Recife. Série Exílio. Seção de Documentos, pasta 5, identificação: EXI_DS_0060_000.

¹⁸⁶ Carta de Arnaldo Mourthé para Dirceu Murillo Pessoa em 19 de outubro de 1971. Instituto Miguel Arraes, Recife. Série Exílio, Seção de Documentos, pasta 5, identificação: EXI_DS_0076_001 a EXI_DS_0076_003. Toda a movimentação financeira da empresa era realizada no Swiss Credit Bank. Comprovantes bancários

Em carta de 15 de outubro de 1971, ao Ministério do Trabalho em Argel, o diretor da SERT, Arnaldo Mourthé, apresentou como equipe o sociólogo Almeri Bezerra de Mello; o designer André Kargher; o advogado Dirceu Assis Mourthé; o gráfico François Jacquenain; o professor Bayard Demaria Boiteux; o topógrafo Henrique Mario Moutinho Abranches; o próprio Arnaldo, formado em Engenharia.¹⁸⁷

A ideia de criar um *bureau* de estudos de assistência técnica sob a forma de uma sociedade estrangeira foi discutida desde 1969, mas a SERT começou a funcionar efetivamente em janeiro de 1971. Inicialmente, o grupo de brasileiros de Alger buscou apoio no próprio país¹⁸⁸, depois começaram contatos com exilados e empresários da Bélgica, França, Suíça¹⁸⁹. Progressivamente, a empresa passou a se dedicar a intermediar a contratação de serviços de empresas europeias e brasileiras que pudessem atuar na Argélia. Contatos com empresas brasileiras na época como AGRIPLAN (Empresa de Planejamento Agrícola) e SIRAG (Serviço de Irrigação, Agricultura e Colonização) evidenciam as necessidades de técnicos na Argélia dedicados aos setores de conservação de solos, irrigação, poços artesianos e semi-artesianos, criação de caprinos e ovinos, criação de gado em geral e recuperação de solos áridos.¹⁹⁰

Os currículos em francês enviados ao Ministério da Indústria destacavam as habilidades técnicas e eram organizados em equipes de trabalho. Em documento enviado ao Ministério, Arraes apresentava os nomes dos profissionais e as possíveis áreas de trabalho, destacando aquelas áreas ligadas ao desenvolvimento da industrialização e infraestrutura do país, além de apresentar os contatos que cada candidato teria com empresas e profissionais na Europa e na América.

estão disponíveis em: *Instituto Miguel Arraes*, Recife. Série Exílio, Seção de documentos, pasta 5, identificação: EXI_DS_0078_001.

¹⁸⁷ *Instituto Miguel Arraes*, Recife. Série Exílio, Seção de documentos, pasta 5, identificação: EXI_DS_0085_001.

¹⁸⁸ Para a atuação da empresa, foram realizados muitos contatos com associações industriais e políticos argelinos, entre os quais se destacam os membros da FLN, Tayebi Larbi, Djeloull Melaika e Hafid Keramane; os responsáveis pelos Ministérios do Comércio, da Indústria e da Agricultura; e os diretores das empresas SONATRACH, SONELGAZ, Reseaux Gaz, SNC, OAIC, SOALCO, SONACOME, GAIRLAC, GADIT, ONACO e SONAC. Um conjunto de documentos com descrição de relações comerciais com as empresas estão disponíveis em: *Instituto Miguel Arraes*. Recife. Série Exílio. Seção de Documentos, pasta 7, identificação: EXI_DPCF_0110_001 a EXI_DPCF_0110_005.

¹⁸⁹ Por meio dos exilados nestes países, foi possível conseguir acordos comerciais com as empresas Sociedade General Trade; Sociedade SERVEC; Sociedade ITO; e Sociedade COJIPA.

¹⁹⁰ Carta de Arnaldo Mourthé a Hugo, 19 de outubro de 1971. *Instituto Miguel Arraes*. Recife. Série Exílio, Seção de documentos, pasta 5, identificação: EXI_DS_0093_001 a EXI_DS_0093_002.

Miguel Arraes elaborava listas de interessados em ir para a Argélia, destacando suas habilidades técnicas¹⁹¹. Também recebia cartas com pedidos de ajuda para obtenção de cargos e bolsas de estudos na Universidade de Argel. Esta ação pode ser observada na seguinte carta que enviou a Marcio Moreira Alves:

Comunicam-me que estão chegando na região próxima representantes de alguns grupos (...)

Informe se há muita gente, da mesma ou de outras especialidades nas mesmas condições. Para algumas especialidades, poderíamos organizar uma empresa que ajudaria a manutenção local e ajudaria os nossos trabalhos em geral.

Por exemplo: há projetos para eletrificação rural no valor de 60 milhões de dólares a serem executados em 3 anos. Dispondo de dois engenheiros eletricitas e de dois bons mestres, poderíamos pegar um terço ou um quarto dos trabalhos.

Devem saber projetar e dirigir a execução dos trabalhos. Teríamos condições de obter financiamento para sustentar uma equipe e contratar pessoal local, utilizando, ainda, arquitetos, desenhistas e outros que andam por nossas bandas ou que mandaríamos vir. (...) ¹⁹²

A entrada dos brasileiros em Argel dependia da autorização do governo. Miguel Arraes informava as causas da entrada ou da saída de cada brasileiro em Argel para Djelloul Malaika, responsável pela assistência aos exilados no governo de Boumediene.¹⁹³ Progressivamente, a recepção de brasileiros ficou mais difícil. O número de empregos diminuiu, mesmo para aqueles com cargos técnicos necessários aos programas das obras públicas em proliferação no país. A oferta de moradias pelo governo argelino também diminuiu, principalmente depois que alguns trabalhadores passaram a alugar aposentos cedidos pelo governo.¹⁹⁴ Arraes descreveu as dificuldades de aceitação dos novos exilados em resposta a uma carta de pedido de emprego em Argel:

Alguns companheiros que vieram para cá não se aclimataram. Outros vivem aqui normalmente com maiores ou menores dificuldades, conforme

¹⁹¹ Entre os nomes dos currículos presentes nos arquivos da SERT, destacam-se os brasileiros Bayard Boteux, Arnaldo Mourthé, Fonseca de Toledo, Jules Zamikhouky; Almeri Bezerra de Melo, Henrique Rossman (Carlos Henrique Knapp), e Sérgio Coelho Paes Pereira; os angolanos Henrique Mário Moutinho Abranches, Jorge Alves Pires, Arnaldo da Silva Pereira e Júlio de Almeida; a iugoslava Marija Milonev; e a francesa Marie Sophie Grot.

¹⁹² Carta a Marcio Moreira Alves, 07 de setembro de 1969. *Instituto Miguel Arraes*, Recife. Série Exílio, Seção de cartas expedidas, pasta 1, identificação: EXI_CE_0046_001. Nesta carta, Arraes ainda menciona os setores de construção civil e irrigação como mais fáceis para a obtenção de contratos.

¹⁹³ Lista de chegados a Argel, 28 de agosto de 1975. *Instituto Miguel Arraes*, Recife. Série Exílio, Seção de correspondências expedidas, pasta 2, identificação: EXI_CE_0383_001.

¹⁹⁴ Carta a Alberto do Carmo, 23 de março de 1975. *Instituto Miguel Arraes*, Recife. Série Exílio, Seção de correspondências expedidas, pasta 2, identificação: EXI_CE_0399_001.

o caso. Somos poucos e o relacionamento com o pessoal da terra não apresenta problemas.

Não se trata evidentemente de um país latino-americano que tem mais ou menos os mesmos hábitos que os brasileiros. Leva-se uma vida isolada por força mesmo dos hábitos locais. Existe atualmente uma falta absoluta de alojamento, dada a afluência de nacionais e de estrangeiros que chegam à capital como cooperantes. Em alguns serviços (não conheço particularmente o problema do ensino) é preciso paciência para chegar a um bom entrosamento, o que sempre acontece depois do inevitável período de observação e de adaptação.

Estamos tentando encontrar uma maneira mais eficaz de fazer vir os brasileiros que buscam trabalho no exterior, tangidos pelas perseguições da ditadura. Tratamos disso há já algum tempo e parece que temos condições de montar um pequeno dispositivo. Como você sabe, tudo é longo e difícil. Aprende-se que a paciência deve funcionar mais do que de costume.... Como sempre fomos relativamente poucos, tendo mais pessoas em trânsito do que permanentes, aquele problema não se colocava. De certo tempo para cá, ele tende a crescer e devemos crescer com ele por forças das circunstâncias.¹⁹⁵

O exílio de Manoel Messias é representativo da intervenção de Arraes a favor da aceitação de um exilado pelo governo argelino. Messias havia se exilado no Uruguai, pouco tempo depois houve o golpe. Seguiu para a Argentina onde houve outro golpe. Foi para o Chile, onde houve novo golpe em 1973. No Chile, conseguiu abrigo na embaixada do Canadá e exilou-se naquele país. Pediu ajuda a Arraes para ser recebido na Argélia e o ex-governador enviou uma carta a Djelloul Malaika, responsável pelos exilados no país, para pedir o visto argelino a Messias, que pôde então se exilar na Argélia. Toda a entrada de brasileiros era controlada e a aprovação de Arraes era importante para conseguir ser recebido no país.¹⁹⁶

¹⁹⁵ Carta a Martins. *Instituto Miguel Arraes*, Recife. Série Exílio, Seção de correspondências expedidas, pasta 1, identificação: EXI_CE_0072.001 e EXI_CE_0072_002.

¹⁹⁶ Carta de Miguel Arraes a Djelloul Malaika. 20 de agosto de 1974. *Instituto Miguel Arraes*, Recife. Série exílio, Seção de correspondências expedidas, pasta 2, identificação: EXI_CE_0328_001. Manoel Messias confirma o caso neste depoimento para jornal *Folha de Pernambuco*: “Do Canadá, fui para a Argélia, onde convivi com Arraes. Aí, houve a queda de Salazar, durante a revolução portuguesa, então fui para Portugal onde terminei meu curso de Economia. Depois, passei um tempo em Moscou, depois fui para a França onde fiz um curso de pós-graduação na Sorbonne. Foi um período difícil. O exílio corrói por dentro. Eu não tinha documento, só tinha um passaporte argelino, que consegui através de Arraes, e um passaporte português dado pelo governo português de Mário Soares” Cópia da entrevista disponível em:<< [<blogdomarioflavio.com.br/vs1/manuel-messias-a-esquerda-de-hoje-e-a-que-nos-defendiamos-em-1964>>](http://blogdomarioflavio.com.br/vs1/manuel-messias-a-esquerda-de-hoje-e-a-que-nos-defendiamos-em-1964)>>. Acesso em: 15 fev. 2016.

2- Banidos para a Argélia

O maior grupo de exilados chegou em 1970, quando ocorreu o sequestro do embaixador da Alemanha Federal, Ehrenfried Anton Theodor Ludwig Von Holleben. O sequestro foi organizado pela VPR em 11 de junho de 1970 com o objetivo de resgatar importantes lideranças presas.¹⁹⁷ Em troca do embaixador, os militantes impuseram a divulgação de um manifesto nos jornais, rádio e TVs e criaram uma lista de 40 presos políticos que deveriam ser libertados.

O Decreto nº 66.716, de 15 de junho de 1970, estabeleceu o banimento do Brasil dos seguintes presos políticos:¹⁹⁸

Membros da VPR: Almir Dutton Ferreira, Altair Luchesi Campos, Carlos Minc Baumfeld, Darcy Rodrigues, Dulce de Souza Maia, Edmauro Gopfert, Eudaldo Gomes da Silva, Flávio Roberto de Souza, Ieda dos Reis Chaves, José Araújo de Nóbrega, José Lavecchia, José Ronaldo Tavares de Lira e Silva, Ladislau Dowbor, Liszt Benjamin Vieira, Maria do Carmo Brito, Melcides Porcino da Costa, Oswaldo Antônio dos Santos, Oswaldo Soares, Pedro Lobo de Oliveira e Tercina Dias de Oliveira;

Membros de outras organizações: Aderval Alves Coqueiro, Ângelo Pezzutti da Silva, Apolônio de Carvalho, Carlos Eduardo Fayal de Lira, Carlos Eduardo Pires Fleury, Cid de Queiroz Benjamin, Daniel Aarão Reis, Domingos Fernandes, Fausto Machado Freire, Fernando Paulo Nagle Gabeira, Jeová Assis Gomes, Joaquim Pires Cerveira, Jorge Raimundo Nahas, Marco Antônio Azevedo Meyer, Maria José Carvalho Nahas, Maurício Vieira Paiva, Murilo Pinto da Silva, Ronaldo Dutra Machado, Tânia Rodrigues Fernandes e Vera Sílvia Araújo Magalhães.

O transporte dos presos políticos de Minas Gerais, de São Paulo e do Rio de Janeiro foi realizado com grande escolta policial (DOCUMENTOS 3 e 4). No dia 14 de julho, algemados dois a dois, os quarenta prisioneiros embarcaram no Boeing 707 da Varig rumo a Argel. (DOCUMENTOS 5 e 6). Foram nove horas e meia de voo até o desembarque no

¹⁹⁷ O escritor Luís Mir afirma que “a VPR negociara previamente o sequestro com o governo argelino que aceitara receber os libertados. A partir do treinamento político militar em Argel, poderiam formar uma força guerrilheira sob a liderança de Arraes.” MIR, Luis. *A Revolução Impossível*. São Paulo: Best Seller: 1994, p.539. Se tal plano existiu, não se concretizou, já que a maioria dos quarenta exilados dirigiu-se posteriormente para Cuba e Paris.

¹⁹⁸ Disponível em: <<<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-66716-15-junho-1970-408384-publicacaooriginal-1-pe.html>>>. Acesso: 12 jan. 2014.

aeroporto “Maison Blanche”, em Argel. Eram 12 tripulantes e 74 passageiros. Havia 4 crianças e 30 agentes da polícia, além dos 40 banidos, dentre os quais sete eram mulheres. Em companhia de Tercina Dias de Oliveira, viajaram as crianças (DOCUMENTO 7): Luiz Carlos Max do Nascimento (6 anos), Zuleide Aparecida do Nascimento (5 anos), Samuel Dias de Oliveira (9 anos) e Ernesto Carlos Dias do Nascimento (2 anos).

Ao desembarcarem em Argel, os brasileiros foram recebidos por Miguel Arraes e por jornalistas de distintos países (DOCUMENTOS 8 e 9). No mesmo período, o rei Faïçal, da Arábia Saudita, chegou ao país. Segundo Liszt Vieira e Maria do Carmo Brito, a imprensa tratou a coincidência como a chegada de “Ali Babá e os quarenta ladrões”.¹⁹⁹ Foram também recepcionados por Djelloul Khatib, representante do presidente Boumediene.

Os brasileiros foram levados para uma sala onde ocorreu uma coletiva de imprensa. Foram proibidos de falar com a polícia durante o trajeto do aeroporto até o local da coletiva. Apolônio de Carvalho e Fernando Gabeira falaram aos jornalistas em nome do grupo. Gabeira agradeceu a hospitalidade argelina e Apolônio destacou que os movimentos de oposição no Brasil não cessariam. Vera Silvia Araújo Magalhães pronunciou-se sobre as torturas que lhe fizeram ficar em cadeira de rodas.

O representante da embaixada brasileira na Argélia, Carlos Felipe Saldanha, entrou em contato o Ministério das Relações Exteriores no Brasil por telefone, e o Ministério fez o comunicado oficial para que o embaixador fosse solto. O embaixador alemão foi libertado no dia 16 de junho, no dia seguinte ao desembarque dos brasileiros em Argel. Todo o caso foi amplamente divulgado pelos jornais brasileiros, os quais descreviam os banidos como “terroristas”. Na imprensa argelina, foram transcritas declarações prestadas pelos exilados, nas quais havia denúncias de tortura nas prisões. (DOCUMENTOS 10 a 12).

O governo da Argélia aceitou conceder asilo político aos brasileiros. O Ministro das Relações Exteriores, Abdelaziz Bouteflika pronunciou-se:

Recebemos um pedido do governo brasileiro depois que os 40 presos políticos decidiram se dirigir à Argélia. Concordamos por considerações

¹⁹⁹ VIANNA, Martha. *Uma tempestade como a sua memória: a história de Lia, Maria do Carmo Brito*. Rio de Janeiro: Record, 2003. p.149; VIEIRA, Lizst Benjamin. *A busca: Memórias da resistência*. São Paulo: Hucitec, 2008.

humanitárias A atitude da Argélia foi motivada como uma contribuição à paz e ao entendimento entre os homens. De uma parte estavam os prisioneiros políticos e de outra o embaixador de um país com o qual nem sequer mantemos relações diplomáticas. Todos se beneficiarão com a atitude.²⁰⁰

O discurso de Bouteflika negava que os brasileiros tivessem entrado em contato com as autoridades argelinas antes do sequestro. Desta forma, evitava qualquer dúvida quanto à ausência de envolvimento da Argélia com o sequestro do embaixador, preservando as relações diplomáticas com o Brasil. Não encontramos fontes que comprovem um acordo prévio dos organizadores do sequestro com as autoridades da Argélia.²⁰¹ No entanto, é importante salientar que membros da VPR tinham contatos com representantes da Argélia no Brasil, como demonstram as investigações do DOPS com relação à aproximação de Maria do Carmo Brito com Tayebi Larbi, que fora embaixador argelino no Brasil.²⁰²

A análise de depoimentos dos brasileiros banidos revela que a escolha da Argélia se devia à presença de exilados brasileiros no país, em destaque o ex-governador Miguel Arraes, e ao modelo de governo socialista, que já apoiava movimentos revolucionários, uma postura que não era comum entre as nações. Os dois sequestros anteriores tiveram o México como destino dos prisioneiros libertados. No sequestro do embaixador alemão, devido ao número maior de brasileiros libertados (no sequestro do embaixador americano foram quinze e no sequestro do cônsul japonês foram cinco libertos), era conveniente que o

²⁰⁰ Recorte do jornal. *Instituto Miguel Arraes*. Série Exílio, Seção materiais de jornais, pasta 1, identificação: EXI_MJ_0172_001. É importante ressaltar que a Argélia tinha rompido as relações diplomáticas com a Alemanha Federal em 1965 quando aquele país reconheceu o estado de Israel.

²⁰¹ Na carta enviada às autoridades brasileiras, os sequestradores afirmavam: **“O governo deve obter asilo na Argélia, ou, a recusa, no México ou Chile (ordem de prioridades).** A imprensa deve comprovar a presença de todos através de declarações e fotografias. O governo deve tomar todas as medidas para evitar sabotagem por parte das possíveis facções descontentes. Fica a responsabilidade do governo durante a viagem. Esta deve ser feita através de jato fretado para esse fim. O policiamento das ruas deve ser diminuído e qualquer acidente na libertação do sr. embaixador é de responsabilidade do governo. Comprometemo-nos a não realizar ações durante esta trégua.” A carta terminava estabelecendo o prazo de trinta e seis horas para o embarque. Observa-se na carta que a Argélia não é apresentada como um destino já confirmado previamente. Cf. Todo esse terror de quatro dias. *O Estado de São Paulo*, 15 de junho de 1970. p. 19-23.

²⁰² Segundo os registros da polícia política, parte do dinheiro roubado do cofre do ex-governador paulista Adhemar de Barros teria sido entregue a Tayebi Larbi. *Arquivo Público do Estado de São Paulo*. Ficha do DEOPS/SP: Ladislav Dowbor declarou que 1.000.000 de dólares do assalto ao cofre de Ademar de Barros ficou em poder de Juarez Guimarães de Brito; 3/9/70. Identificação do documento: 50-Z-009-14038; Ficha do DEOPS/SP: Resumo de declarações de Maria do Carmo Brito. Identificação dos documentos: 50-Z-009-13873, 50-Z-009-13870, 50-Z-009-13866, 50-Z-009-13864 e 50-Z-009-13863. Ficha do DEOPS/SP: Declaração de elementos da VPR presos – 30/06/70. Identificação do documento: 50-Z-009-13125.

território de destino fosse o mais longe possível do Brasil, diminuindo as possibilidades de repressão da polícia política em curto prazo.

Dois ônibus transportaram os asilados. Os brasileiros foram abrigados no Centro Familiar “Ben Aknoun” e concederam entrevistas à imprensa local tecendo críticas ao regime brasileiro. Em uma de suas entrevistas, o militante da VPR, Ladislau Dowbor, declarou:

No Brasil, a guerrilha é essencialmente urbana até o momento presente. O país é tão imenso que não adiantaria nada criar bases revolucionárias em qualquer parte do Nordeste por exemplo. Além disso, a população é tão atrasada, tão debilitada, que ela não teria se quer a força de nos seguir. É possível, no entanto, que a situação evolua.

(...)

-Por que escolheste vir para Argel?

Porquê (sic) pare nós a Argélia é o símbolo da liberdade. O povo argelino precisou combater muito tempo, conheceu a tortura antes de nós, tem muitas coisas para nos ensinar. Os argelinos nos acolheram de braços abertos; eles nos deram roupas, documentos de identidade, pois nós somos banidos pelas autoridades brasileiras...

(...)

-E agora, o que o senhor e os seus amigos vão fazer?

Retomar forças, respirar um pouco, denunciar a ditadura brasileira e as torturas. E depois voltar para lá!²⁰³

Estes 40 exilados aproveitaram a oportunidade para falar pela primeira vez sem censura sobre suas visões sobre a sociedade brasileira e denunciar a repressão, aproveitando o grande alarde causado pelo sequestro do embaixador. Enquanto permaneceram no país, promoveram encontros políticos, conferências e debates com exilados de outros países, conforme relata Maria do Carmo Brito:

²⁰³ Tradução: “Entrevista com os Quarenta Salvos do Brasil”. Departamento de Ordem Política e Social (DEOPS). *Arquivo Público do Estado de São Paulo*. Identificação: 50Z5952. Apolônio de Carvalho, Ladislau Dowbor, Daniel Aarão Reis e Vera Silvia Magalhães dedicaram-se a descrever as torturas que sofreram na prisão. Vejamos um exemplo desta descrição publicada por jornais norte-americanos: “Fomos levados para um campo de tiro com nossos olhos vendados”, disse De Carvalho. “Os homens do exército atiraram e manipularam suas armas de modo a fazer-nos acreditar que estávamos prestes a ser baleados.” (...) Além dos prisioneiros e das crianças, o avião levava uma tripulação de 12 membros e 19 agentes de segurança do governo. (...) Daniel de Aarão Reis Filho mostrou aos jornalistas os braços com cicatrizes e disse que ele tinha sido deixado pendurado em uma viga de madeira por mais de 10 horas “até que não restasse mais pele na região em que os braços foram amarrados na madeira.” Brazil prisoners arrive in Algeria. *Toledo Blade*, 15 de junho de 1970, p. 27. Disponível em: <<<http://news.google.com/newspapers?nid=1350&dat=19700615&id=DwwwAAAAIBAJ&sjid=vwEEAAAIBA&pg=726,1398097>>>. Acesso em: 01 dez. 2013. Cf. *The Owasso Argus-Press*, 16 jun. 1970, p. 11. Disponível em: <<<http://news.google.com/newspapers?nid=1978&dat=19700616&id=oDUiAAAAIBAJ&sjid=6KoFAAAAIBAJ&pg=757,4803473>>>. Acesso em: 01 dez. 2013.

Lembro que veio falar conosco o embaixador do Vietnã do Norte e o representante do movimento de libertação do Vietnã do Sul, além do pessoal da FRELIMO, Frente de Libertação de Moçambique, da Guiné, Cabo Verde. Encontramos ainda os americanos do Black Panther, seu líder Eldridge Cleaver. Então, nosso grupo já tinha uma vida intensa...²⁰⁴

No processo de investigação do desembarque em Argel dos quarenta brasileiros, os agentes do Centro de Investigações do Exterior (CIEX) destacaram a grande repercussão na imprensa, inclusive europeia, e o apoio dado aos banidos por integrantes de organizações de esquerda de outros países e por representantes de governo da Argélia. Atenta à interação dos banidos com Miguel Arraes e outros “subversivos”, documentos da investigação indicavam:

Para centralizar a direção e organização dos quarenta, formou-se uma comissão com os seguintes elementos: Apolônio de Carvalho, Maria do Carmo Brito, Carlos Eduardo Pires Fleury e Ladislau Dowbor: obedeceu-se para a escolha dessa comissão o critério de representatividade das organizações, e as condições de cada um dos integrantes para o desenho do cargo (entendimento com o público e falar língua estrangeira).

A maior parte dos quarenta, permaneceu por cerca de quarenta dias na Argélia, indo depois, em lotes para Cuba.²⁰⁵

Os investigadores do regime civil-militar afirmavam que na Argélia teriam “poucas possibilidades de contato com a população”, que não estaria “interessada no destino do Brasil” e que não participava dos problemas brasileiros.²⁰⁶ A viagem da maioria para Cuba e Europa era uma tentativa de manter a ação de oposição das organizações, cujos projetos incluíam as guerrilhas e o retorno ao Brasil.

Para alcançar maior apoio à oposição do Brasil, a Europa era o melhor local, pois nela estavam as principais organizações de referência em defesa dos direitos políticos e humanos. Já para traçar meios de concretizar a guerrilha, a melhor alternativa era Cuba, onde Fidel Castro oferecia suporte para treinamento.

²⁰⁴ VIANA, Martha. *Uma tempestade como a sua memória: a história de Lia, Maria do Carmo Brito*. Rio de Janeiro: Record, 2003, p.105-106.

²⁰⁵ *Centro de Investigações do Exterior*. Informação 0110 de 21 de março de 1972. *Arquivo Nacional*, Brasília. Identificação do documento: BR.AN.BSB.VAZ.0830029.

²⁰⁶ *Centro de Informações da Aeronáutica*. Informação 0110 de 21 de março de 1972. *Arquivo Público do Estado de São Paulo*. Identificação: BR_SPAPESP_DEOPSOS001035

A maior parte dos quarenta banidos deixou a Argélia e dirigiu-se a Cuba. Depoimentos de exilados confirmam que dos quarenta brasileiros, 31 deixaram o país pouco tempo depois. Permaneceram de trinta a quarenta dias na Argélia. Metade deles pertencia à VPR, organizadora do sequestro. Segundo Edmauro Gopfert, “o pessoal não quis ficar, apesar de bem recebido em Argel. Naquela época, o auge da luta armada no Brasil, muitos encaravam o desterro como uma aventura temporária.”²⁰⁷

O militante da VPR, Chizuo Osawa (conhecido como “Mário Japa”), viajou de Cuba para a Argélia com objetivo de articular a dispersão dos militantes. Um pequeno grupo da organização viajou para Havana em 1970, depois partiram os demais, mantendo apenas alguns membros na Argélia, entre os quais Maria do Carmo Brito, Ladislau Dowbor, Ângelo Pezzuti e Altair Campos.²⁰⁸ Segundo Maurício Paiva, que era membro do grupo COLINA (Comando de Libertação Nacional), outras organizações de esquerda armada já tinham bases na África e a VPR considerava necessário também ter uma representação no continente.²⁰⁹

Onofre Pinto e Ladislau Dowbor, dirigentes da VPR, residiam numa casa conseguida por Bayard Demarie Boiteux. A presença de ambos em Argel foi marcada por grande atuação política: viajavam constantemente para a Europa e Chile para realizar encontros com os membros da organização e estabelecer uma atuação nos locais de exílio. Com o posterior sequestro do embaixador suíço, outros setenta presos foram libertados. Vinte deles eram da VPR e foram para o Chile. Maria do Carmo e Ângelo Pezzuti deixaram Argel para organizar o grupo em Santiago.

As viagens a Cuba e ao Chile eram pagas pelo governo de Boumediene²¹⁰. Maurício Paiva foi para Cuba e relatou o apoio do governo argelino para a viagem:

(...). De repente íamos sumir de Argel como quem evapora. A CTA e o SNI iam ficar desorientados, procurando-nos por toda parte.

²⁰⁷ MACHADO, Cristina Pinheiro. *Os exilados: Cinco mil brasileiros à espera de anistia*. São Paulo: Editora Alfa-Ômega, 1979.

²⁰⁸ VIANNA, Martha. *Op. Cit.*, p.108.

²⁰⁹ PAIVA, Maurício. *O sonho exilado*. Rio de Janeiro: Mauad, 2004, p.128.

²¹⁰ Segundo investigadores do SNI, o governo da Argélia dava uma contribuição mensal de 800 dinares a cada exilado. Cf. *Sumário de Informações sobre o Comunismo Internacional*. SNI, outubro de 1970. Arquivo Público do Estado de São Paulo. Esta também é uma informação divulgada pelo Ministério de Relações Exteriores da França: “As autoridades locais lhes asseguraram também assistência e um subsídio mensal de 800 dinares”. Ofício ao Ministério de Defesa francês. DA 36251/IV. Apud. SANTOS, Idelette Muzart Fonseca; ROLLAND, Denis. *Le Brésil des gouvernements militaires et l'Exil (1964-1985)*. Paris: L'Harmattan, 2008, p. 294.

As nossas malas eram todas iguais e o alfaiate do presidente Boumediene encarregou-se de uniformizar-nos: sapatos iguais, gravatas iguais, camisas iguais e ternos do mesmo corte e tecido, embora de duas cores. Quem escolheu terno cinza, recebeu também uma calça bege e vice-versa. Aproximadamente a metade uniformizou-se de cinza, e a outra de bege. Eu fazia parte do grupo cinza, quer dizer, do grupo de terno cinza. Éramos "turistas" uniformizados e agíamos como se não conhecêssemos uns aos outros.²¹¹

Diferente de Miguel Arraes e de seus colaboradores nas empresas e na *Frente Brasileira de Informação*, os exilados que chegaram a partir de 1968 utilizaram a passagem por Argel como um trampolim para chegar à Europa e à América. Apenas um pequeno grupo manteve-se em Argel realizando frequentes viagens pelos países onde havia exilados brasileiros como parte das ações de oposição à ditadura.

3 - Viver em Argel

A boa receptividade do governo argelino em relação aos brasileiros é uma informação recorrente nos depoimentos de quem se exilou em Argel. O primeiro local de moradia em Argel era o centro residencial “Ben Aknoun”, onde recebiam toda a assistência necessária para a alimentação, vestuário e cuidados médicos. Os brasileiros também eram tratados com respeito e despertavam a curiosidade dos argelinos, principalmente com relação ao futebol, já que a seleção brasileira vencera a copa de 1970. Os brasileiros também eram questionados quanto às ações de oposição política, já que o país realizara uma guerra civil por sua independência e tinha uma política de apoio aos movimentos de resistência ao "imperialismo" e à repressão.

Os exilados que chegaram no final da década de 1960 foram beneficiados por maior facilidade em conseguir empregos. A independência da Argélia ainda era muito recente e governo precisava de mão de obra especializada para as obras públicas e para reformular o sistema de ensino. Por exemplo, o professor Bayard Maria Boiteux conseguiu inserir-se na Universidade de Argel, que necessitava de profissionais para os cursos técnicos, essenciais para a especialização necessária aos postos de trabalho oferecidos.

²¹¹ PAIVA, Maurício. *Op. Cit.*, p. 95-96. De Cuba, Maurício Paiva foi ao Chile em 1972. Com o golpe militar chileno, Paiva buscou refúgio na embaixada da Argentina. Viveu os cinco últimos anos de exílio em Portugal, onde lecionou Economia Política na Universidade Nova de Lisboa.

Carlos Henrique Knapp viu como positiva a oportunidade de trabalhar para a Agência de Publicidade Estatal da Argélia, pois poderia “estar num país que se presume socialista” e continuaria realizando as atividades políticas de sua organização, a ALN.²¹² Muitos brasileiros dos grupos de esquerda armada também consideravam positivo o fato de estarem próximos a Paris, vivenciar um regime socialista e estar mais longe possível da repressão no Brasil.

Muitos brasileiros foram trabalhar em Argel nas equipes dos projetos do arquiteto Oscar Niemeyer. Ele tinha um escritório na França e viajava constantemente a Paris depois do golpe de 1964. Convidado pelo presidente Houari Boumediene, Niemeyer foi responsável pelo plano piloto de Argel, que incluía uma universidade, um conjunto habitacional, um centro de negócios e um centro cívico. Outro projeto de Niemeyer foi a Universidade de Constantine, cuja execução foi realizada pela Construtora Rabello em 1970.²¹³

Dentre os brasileiros que participaram dos projetos de Niemeyer na Argélia, podemos citar: Jorge Valle, José Luiz Pinho, Frank Svensson e Luís Marçal (arquitetos), Heron de Alencar (antigo vice-reitor da UnB), Luís Hildebrando Pereira (médico) e Carlos Henrique Knapp (publicitário). Segundo Knapp, quem trabalhava para as obras de Niemeyer estava submetido a um órgão do governo argelino chamado COMEDOR (Comitê Permanente de Estudo do Desenvolvimento da Organização e Planejamento de Argel), liderado pelo coronel Khatib Djelloul. Na sede da organização, conviviam engenheiros, arquitetos e desenhistas franceses, italianos e brasileiros.²¹⁴

Segundo Luís Hildebrando, a equipe do projeto da Universidade de Argel fez viagens sucessivas à capital argelina e hospedou-se no *Hotel Saint Georges*. O projeto foi discutido com professores universitários e com o Ministro da Ciência e do Ensino Superior, Mohamed Benahya. Darcy Ribeiro também visitou a Argélia para colaborar com o Plano Geral de Reestruturação da Universidade de Argel. Darcy e Hildebrando afirmaram que foi difícil convencer o ministro Benahya a aprovar o projeto arquitetônico embasado

²¹² KNAPP, Carlos Henrique. *Minha vida de terrorista*. São Paulo: Prumo, 2013, p.81.

²¹³ CASTRO, Paulo de. CASTRO, Paulo de. *Argélia: a terra e o homem*. Rio de Janeiro: Fórum, 1971, p. 35-43.

²¹⁴ KNAPP, Carlos Henrique. *Op. Cit*, p.114.

em mudanças na forma de organizar a universidade.²¹⁵ Luís Hildebrando relata a execução do projeto da seguinte forma:

(...) Procuramos contato primeiro com a brasileirada do exílio. Havia entre eles os que tinham sido demitidos ou afastados das universidades no Brasil. Havia também os que, sem ter perdido o emprego, mas desgostosos da situação, ficavam pela Europa, em sabáticos intermináveis ou estágios prolongados. Havia um pouco de tudo: de matemáticos e engenheiros a bioquímicos e médicos. Quando não despúnhamos de especialistas brasileiros, recorriamos a outros latino-americanos, argentinos principalmente, que não faltavam na França, e também a franceses, aqueles com quem nos identificávamos pela compreensão da problemática terceiro-mundista. Dois anos de trabalho. Dezenas de relatórios. Centenas de viagens e de reuniões. Em Paris e em Argel. Fins de semanas gastos em viagens e deslocamentos. (...)²¹⁶

As relações entre os brasileiros eram bem próximas. Num país muçulmano, esta proximidade servia para manter a familiaridade com a cultura brasileira. Havia grande interação entre os brasileiros que frequentavam a casa de Miguel Arraes, como Manoel Grota, Almeri Bezerra, Maurício Ferreira Lima e sua esposa Ana. Alguns artistas brasileiros visitaram a casa do ex-governador, como Nara Leão, Maria Bethânia e Cacá Diegues.²¹⁷

O depoimento de José Carlos Bona Garcia, militante da VPR na década de 70, exemplifica as diferentes percepções sobre a realidade argelina. Enquanto havia se acostumado com a realidade argelina, sua esposa, Célia Bona Garcia, não tinha a mesma admiração pelo país:

Eu gostei da Argélia. A Célia é que não gostou muito. Era uma sociedade que estava começando, um país que sofreu a intervenção dos franceses. Lá o homem tinha importância, a mulher, não.²¹⁸

²¹⁵ Cf. PEREIRA, Luiz Hildebrando. *O fio da meada*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1990; RIBEIRO, Darcy. *Tempos de turbilhão: relatos do golpe de 1964*. São Paulo: Global, 2014.

²¹⁶ PEREIRA, Luiz Hildebrando. *Op. Cit.*, p.165. Hildebrando afirma que ia com frequência Argel com Heron de Alencar e eram recebidos por Maurício Seidl, antigo coronel da Força Aérea, que foi viver na Argélia em 1965 para fugir da repressão do novo regime. Maurício apresentou-lhes dirigentes dos movimentos de libertação de Angola.

²¹⁷ KNAPP, Carlos Henrique. *Op. Cit.*, p. 97.

²¹⁸ SILVEIRA, Nubia. Bona Garcia: "Sinto orgulho de ter feito algo, de não ter sido omissa, alienado". *Sul 21*, 24 de março de 2014. Disponível em: <<<http://www.sul21.com.br/jornal/bona-garcia-sinto-orgulho-de-ter-feito-algo-de-nao-ter-sido-omisso-alienado/>>>. Acesso: 10 nov. 2015, A trajetória do casal foi retratada no filme "Em teu nome", de Paulo Nascimento. O roteiro é uma adaptação da biografia de Bona Garcia:

Com relação às questões culturais, a admiração perante o diferente também possibilitou uma readequação das percepções que se tinha da cultura muçulmana. Sobre o contato com a cultura muçulmana, Everardo Norões descreve:

Eu acho que o ganho que você tem quando você sai do lugar que você vive é conhecer outras pessoas e através destas pessoas conhecer outra cultura, ter um outro tipo de culinária, de poesia, de forma de tratar as pessoas. E você às vezes se surpreende com coisas que você nunca viu aqui. (...)

Havia a prática do Ramadã, o mês muçulmano que as pessoas praticam o jejum, passam o dia todo sem comer, e fazem a ruptura do jejum no final do dia. (...)

Um dia nós estávamos jantando, uma pessoa bateu na porta, fala suave, entrou, participou da mesa. Eu acreditava que era um membro da família que tinha chegado. Quando ele saiu, perguntei a Merabete se era um parente seu, ele me respondeu que era um mendigo. Eu jamais vi no alto sertão uma pessoa abrir a casa para um pedinte e dividir a mesa como se fosse alguém de casa. ²¹⁹

Mas apesar de notar as diferenças, atualmente, ao avaliar a experiência de exílio, Everardo também identifica proximidades com a cultura argelina:

Os exilados do Nordeste se adaptavam melhor às condições da Argélia, país muçulmano, com o qual certamente tinham uma maior proximidade cultural. Nossa região foi marcada pela presença de cristãos novos (árabes ou judeus), até mesmo algumas comidas se pareciam e também as formas de relacionamento. ²²⁰

Para Luiz Eduardo Prado de Oliveira, militante do MR-8 na época de exílio em Argel, ao fazer a comparação com o Brasil era natural que, embora houvesse a saudade e o enaltecimento da pátria, também existisse a possibilidade de entender as diferenças. Em seu depoimento sobre a Argélia, Luiz Eduardo destaca:

Da Argélia, o Brasil nos parecia muitíssimo desenvolvido.

GARCIA, José C.; POSENATO, José. *Verás que um filho teu não foge à luta*. Porto Alegre: Editora Posenato Arte & Cultura, 1989.

²¹⁹ Entrevista ao jornalista Cristiano Ramos. 19 de abril de 2012. *Programa PE*. Disponível em: <<<http://www.leijaja.com/multimedia/2013/nota-pe-29-everardo-noroes/>>>. Acesso em: 37 jul. 2013.

²²⁰ Ibid.

Lembro do cheiro dos jasmims da Argélia.

Certa feita, na *kasbah*, fomos assaltados, eu e dois colegas do MR-8. Esculhambei com os assaltantes. Expliquei que éramos exilados políticos. Que meus colegas haviam sido torturados no Brasil. Que não tinham se exilado na Argélia para serem assaltados. Disse que deveriam ter vergonha do que estavam fazendo. No começo, não acreditaram. Fui dando detalhes e acabaram rendendo-se à evidência, deixaram-nos em paz.

Os árabes, evidentemente, tinham uma cultura muito diferente da nossa. Muito difícil definir estas diferenças. Era algo muito massivo. O único local onde encontrávamos os árabes em pé de igualdade era na Cinemateca. (..) Então, na Cinemateca de Alger, conversávamos livremente.²²¹

Para alguns exilados, a diferença linguística também dificultou a adaptação. Miguel Arraes, por exemplo, teve que recorrer à esposa, Madalena, para que fosse tradutora nas conversas com os argelinos. O francês era a língua utilizada para a comunicação com os argelinos, embora o árabe fosse a língua oficial. Nas escolas, o ensino era realizado na língua árabe e, por isso, Madalena Arraes teve que recorrer ao *Liceu Descartes* para matricular os filhos, já que era a única instituição com ensino na língua francesa. Apesar das dificuldades, Madalena faz uma avaliação positiva da experiência de exílio:

Mas no final acho que tudo foi mais positivo do que qualquer outra coisa. A experiência foi boa para todos nós. Todo mundo teve que se adaptar, aprender uma língua que não sabia, conviver com a gente de tudo que era língua neste mundo, com países de outros costumes.

Então deu tudo bem, deu tudo certo. Foi uma experiência boa para todo mundo, eu acho.²²²

Sobre o período de estudo no Liceu em Argel, Bayard do Coutto Boiteux lembra-se que o filho do embaixador brasileiro também estudava na escola, mas não podia se aproximar dos filhos dos exilados:

Então ele não podia conversar conosco. Não podia conversar comigo, nem com o Lula [filho de Miguel Arraes], nem com a Nena, nem com o Maurício, nem com o Marcos, os outros irmãos de Lula, filhos de Arraes também que estudavam lá no liceu. (...)²²³

²²¹ Depoimento de Luís Eduardo Prado Oliveira, enviado por mensagem eletrônica em 23 de setembro de 2015.

²²² Apud. CAVALCANTI, Lailson de Holanda Cavalcanti; COLARES, Valda. *Madalena Arraes: A dama da História*. Recife: Cepe, 2015, p.111.

²²³ “Depoimentos com Bayard Boiteux - O exílio na Argélia”. 4 de abril de 2013. Disponível em: <<<https://www.youtube.com/watch?v=ym7DTIRLowQ>>>. Acesso em: 02 set. 2014.

Com relação à experiência de exílio na Argélia, Bayard acrescenta a importância do conhecimento da cultura árabe:

(...) morávamos num bairro um pouco mais afastado do Centro e foi ali que eu comecei a conhecer também um pouco melhor o mundo islâmico, a conhecer um pouco melhor a religião muçulmana, a ter um respeito muito grande pela religião muçulmana. Até hoje, embora budista, tenho um interesse muito grande por tudo que tem a ver com o Islamismo. Adoro visitar países islâmicos, adoro visitar mesquitas, adoro ter contato com a realidade com populações árabes, foi aquela influência da Argélia que me deixou com esta curiosidade e muito grande sobre o mundo árabe.

Sem dúvida alguma, o fato de estarmos ali na Argélia, me possibilitou experiências que talvez eu não tivesse no Brasil. A gente viajava eventualmente, e eu me lembro que a gente passava o natal e a páscoa na Espanha, ou na França ou na Inglaterra (...) eram os exilados que se uniam ali, que estavam presentes.

Eu agradeço muito ao povo argelino por ter nos recebido, foi uma grande honra ter morado naquele país. Logo que houve a Revolução dos Cravos em Portugal, meu pai optou por viajar para Portugal, por que lá seria mais fácil, enfim, o idioma mais fácil, a gente estaria mais perto um pouco do Brasil, porque a Argélia tinha um modelo totalmente diferente. Mas foi uma das épocas mais prazerosas da minha vida.²²⁴

Como a Argélia recebia muitos exilados, viver em Argel trouxe a possibilidade de contatos com experiências políticas e culturais de pessoas de vários países. Tais contatos eram muitas vezes evitados para segurança das organizações, conforme Luís Eduardo:

Havia seminários organizados de comparação das experiências de cada um, mas isso não levava a maiores confraternizações. Os grupos não se frequentavam. A cultura árabe argelina, muito diferente da tunisiana, por exemplo, e as preocupações de segurança dos grupos não permitiam muitas confraternizações nem festividades. Fora isso, vivíamos em mundos separados e totalmente estanques. A cultura de segurança das organizações não nos permitia contatos que não fossem formalizados.²²⁵

Segundo Everardo Norões, “havia sempre informações ou boatos sobre a presença de agentes da ditadura em determinadas ocasiões e os contatos eram sempre feitos com grande cuidado”. Essa constante vigília promovia muitas incertezas e limitava a confiança

²²⁴ Ibid.

²²⁵ Depoimento de Luís Eduardo Prado Oliveira, enviado por mensagem eletrônica em 23 de setembro de 2015.

em viver num país como exilado, mesmo que este país se localizasse longe do Brasil, no norte da África:

Acho que a vida sob tensão deixa alguns traumas. Para mim: aeroporto e passaporte. Passaportes brasileiros nos eram negados. Tínhamos que nos movimentar com documentos de governos que nos acolhiam, muitas vezes com restrições. Lembro uma vez em que meu automóvel com placa argelina teve as portas desmontadas numa fronteira da França, para verificarem se havia algum armamento escondido.²²⁶

Para os militantes dos grupos de esquerda, viver em Argel também significava criar e executar projetos de oposição à ditadura. Os integrantes dos grupos defensores de guerrilha armada usaram o tempo em que ficaram na cidade para planejar as viagens para treinamento ou para reestruturar os planos das organizações. Observemos o depoimento de Daniel Aarão Reis sobre seu exílio na Argélia:

Foi um período de grande encantamento - muita alegria por ter recuperado a liberdade - e, ao mesmo tempo, de muita preocupação - em nossa organização, sabíamos que a luta revolucionária estava perigosamente ameaçada, que a barra estava cada vez mais pesada. Além disso, no Brasil permaneciam muitos amigos presos, alguns já haviam sido mortos. Pessoalmente, eu tinha sido separado de minha mulher, gostava muito dela, e não enxergava como, nem quanto, poderia revê-la. Ou seja, sentimentos muitos misturados, complicados - alegria, tensão, receio, esperança...tudo junto e misturado.

Pouco antes do 26 de julho, partimos quase todos para Cuba, onde teríamos treinamentos de guerrilha urbana e rural.

Voltei à Argélia, depois dos treinamentos, por volta de maio de 1971. Entrei já clandestino, com passaportes e documentos falsos, fornecidos pelos cubanos. Havia em Argel um quadro da organização que me recebeu e me escondeu em Oran, onde devia esperar um sinal verde para reentrar no Brasil. O sinal nunca veio, pois a organização estava sendo desmantelada no Brasil. Fui ficando em Oran, depois num subúrbio de Argel, Bir-Kadem, onde acabamos todos reunidos, os que tinham feito treinamentos "engarrafados" pelo fato de a organização estar sendo destruída no Brasil, um processo, aliás, de que tínhamos informações desencontradas e fragmentadas.

Fiquei por lá até maio de 1972, quando, afinal, já parcialmente ciente dos percalços que vivia a organização, desloquei-me para Santiago do Chile.²²⁷

²²⁶ Depoimento de Everardo Norões por mensagem eletrônica de 14 de setembro de 2015.

²²⁷ Depoimento apresentado por mensagem eletrônica em 17 de janeiro de 2016.

Os depoimentos dos exilados sobre a vida em Argel ressaltam as contradições do exílio: apesar de ser positivo por possibilitar um recomeço, após o trauma da saída do Brasil, a vida no exílio era difícil por que havia a necessidade de adaptar-se a uma cultura tão diferente e conciliar a militância política com outras necessidades individuais, como documentação, trabalho e moradia.

DOCUMENTO 1: Miguel Arraes ao lado de Tayebi Larbi na embaixada da Argélia, no Rio de Janeiro.

Fonte: *Acervo do Instituto Miguel Arraes*. Disponível em:

<<<https://www.flickr.com/photos/121351248@N03/13401476425/in/album72157642896686323/>>>.

DOCUMENTO 2: Arraes e família no jardim da casa na Argélia, em 1967.

Fonte: *Acervo do Instituto Miguel Arraes*. Disponível em:

<<<https://www.flickr.com/photos/121351248@N03/13401467065/in/album-72157642896686323/>>>.

1º ^{loto} Pedro de Oliveira
 2º Tercina dos Oliveira
 3º Osvaldo dos Santos Nunes
 4º Dery Jmé de Cavalho
 5º Ademar Alves Pogueiro

DOCUMENTO 3: Foto dos banidos para Argel durante processo de libertação e preparação para a viagem. Identificação de seus nomes por agentes do DOPS/SP.

Fonte: Arquivo Público do Estado de São Paulo. Prontuário 4.400. *Arquivo Público do Estado de São Paulo*. BR_SP_APESP_DEOPS_SAN_P004400_01.

1º Paulo Roberto de Oliveira - (Gêbo)
 2º Osvaldo dos Santos Nunes - (Ruiquel - Alfonsato)
 3º - Lito Benjamim Vieira (Henrique)
 4º - Herly José de Carvalho (Ruy)
 5º - Tereza dos Santos (Tina)
 6º Adenilton Alves Figueira
 7º Adilson Dantas - (João)

DOCUMENTO 4: Foto dos banidos para Argel durante processo de libertação e preparação para a viagem. Identificação de seus nomes por agentes do DOPS/SP.

Fonte: Arquivo Público do Estado de São Paulo. Prontuário 4.400. Arquivo Público do Estado de São Paulo. BR_SP_APESP_DEOPS_SAN_P004400_01.

DOCUMENTO 5: Sob escolta policial, os brasileiros entram no avião que lhes transportaria até a Argélia.

Fonte: *Arquivo Público do Estado de São Paulo*. Prontuário 4.400. *Arquivo Público do Estado de São Paulo*. BR_SP_APESP_DEOPS_SAN_P004400_01.

- 1º - Pedro Roberto de Oliveira - (Guba)
- 2º - Osvaldo dos Santos Nunes - (Miguel - Oliveira)
- 3º - ~~Det. Remyanni Raimundo~~ (Oliveira)
- 4º - ~~Det. José de Carvalho~~ (Ruy)
- 5º - ~~Tercina dos Reis~~ (Tília)
- 6º - ~~Adriano Alves Coqueiro~~
- 7º - ~~Adriano Dantas~~ (João)

DOCUMENTO 6: Identificação dos brasileiros banidos para a Argélia realizada pelos agentes do DOPS.

Fonte: Fonte: Prontuário 4.400. Arquivo Público do Estado de São Paulo.
BR_SP_APESP_DEOPS_SAN_P004400_01.

DOCUMENTO 7: Tercina Dias de Oliveira durante retirada dos presos políticos para Argel em 14 de junho de 1970. DOPS/SP.

Fonte: *Arquivo Público do Estado de São Paulo*. Prontuário 4.400. *Arquivo Público do Estado de São Paulo*. BR_SP_APESP_DEOPS_SAN_P004400_01.

DOCUMENTO 8: Exilados chegando à Argélia.

Fonte: Acervo ASMOB – CEDEM/UNESP.

DOCUMENTO 9: Banidos brasileiros na Argélia em 1970.

Fonte: CARVALHO, Apolônio. *Vale a pena sonhar*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997, p.214.

Êstes são os terroristas trocados pelo embaixador

Des quarenta terroristas presos exigidos pelos sequestradores para a libertação do Embaixador alemão as autoridades de Segurança só haviam fornecido, até a hora em que encerramos os trabalhos desta edição, as fotos publicadas nesta página, prometendo complementá-las hoje. O Ministério da Justiça afirmava, em repetidas comunicações telefônicas, que não havia qualquer detido com o nome de Edmauro Guerra em todo o território nacional, pedindo esclarecimentos. Mais tarde, Edmauro foi identificado, mas as autoridades não distribuíram o histórico de suas atividades subversivas.

SUDALDO GOMES DA SILVA — Volgo: "Elvino". Participante a organização subversiva Var Palmares e a VPR da Guanabara. Preso no Rio, em maio de 1970.

JEYVA ASSIS GOMES — Volgo: "Mauro". "Arado". Participante em ações de subversão. Preso em São Paulo, em maio de 1970.

MELHORES FERRAZ DA COSTA — Volgo: "Mauri". Participante em ações de subversão. Preso em São Paulo, em maio de 1970.

RONALDO DUTRA MACHADO — Volgo: "Ronaldo". Participante em ações de subversão. Preso em São Paulo, em maio de 1970.

MARCO ANTONIO AZEVEDO MEYER — Volgo: "Lima". Participante em ações de subversão. Preso em São Paulo, em maio de 1970.

CARLOS EDUARDO FAYAL DE LIMA — Volgo: "Lima". Participante em ações de subversão. Preso em São Paulo, em maio de 1970.

CARLOS MING RAUPEL — Volgo: "Lima". Participante em ações de subversão. Preso em São Paulo, em maio de 1970.

FAUSTO MIRANDA FREI — Volgo: "Wilson". Participante em ações de subversão. Preso em São Paulo, em maio de 1970.

EDNA DOS REIS CHAVES — Volgo: "Wilson". Participante em ações de subversão. Preso em São Paulo, em maio de 1970.

FERNANDO PAULO NAGLE GABRIEL — Volgo: "Mauro". Participante em ações de subversão. Preso em São Paulo, em maio de 1970.

ARLONDO PINTO DE CARVALHO — Volgo: "Lima". Participante em ações de subversão. Preso em São Paulo, em maio de 1970.

CID DE QUEIROZ BENJAMIN — Volgo: "Lima". Participante em ações de subversão. Preso em São Paulo, em maio de 1970.

DANIEL ARAÚJO REIS FILHO — Volgo: "Lima". Participante em ações de subversão. Preso em São Paulo, em maio de 1970.

DOMINGOS FERNANDES — Volgo: "Lima". Participante em ações de subversão. Preso em São Paulo, em maio de 1970.

AMIR DUTTON FERREIRA — Volgo: "Lima". Participante em ações de subversão. Preso em São Paulo, em maio de 1970.

ALTAIR LUCHEZI CAMPOS — Volgo: "Lima". Participante em ações de subversão. Preso em São Paulo, em maio de 1970.

JOSE RONALDO TAVARES — Volgo: "Lima". Participante em ações de subversão. Preso em São Paulo, em maio de 1970.

JOSE ARAÚJO DE NOBRE — Volgo: "Lima". Participante em ações de subversão. Preso em São Paulo, em maio de 1970.

MARIA DO CARMO BRITO — Volgo: "Lima". Participante em ações de subversão. Preso em São Paulo, em maio de 1970.

YARA SILVIA ARAÚJO MACHADO — Volgo: "Lima". Participante em ações de subversão. Preso em São Paulo, em maio de 1970.

DARCI RODRIGUES — Volgo: "Lima". Participante em ações de subversão. Preso em São Paulo, em maio de 1970.

ARIVALDO ALVES GONDI — Volgo: "Lima". Participante em ações de subversão. Preso em São Paulo, em maio de 1970.

LADINIA DOWBOR — Volgo: "Lima". Participante em ações de subversão. Preso em São Paulo, em maio de 1970.

LIZET BENJAMIN VIEIRA — Volgo: "Lima". Participante em ações de subversão. Preso em São Paulo, em maio de 1970.

OSVALDO ANTONIO DOS SANTOS — Volgo: "Lima". Participante em ações de subversão. Preso em São Paulo, em maio de 1970.

CARLOS EDUARDO PIRES — Volgo: "Lima". Participante em ações de subversão. Preso em São Paulo, em maio de 1970.

TERCINA DIAS DE OLIVEIRA — Volgo: "Lima". Participante em ações de subversão. Preso em São Paulo, em maio de 1970.

PEDRO LOBO DE OLIVEIRA — Volgo: "Lima". Participante em ações de subversão. Preso em São Paulo, em maio de 1970.

OSVALDO SOARES — Volgo: "Lima". Participante em ações de subversão. Preso em São Paulo, em maio de 1970.

JOSE LAYCHIA — Volgo: "Lima". Participante em ações de subversão. Preso em São Paulo, em maio de 1970.

FRATTO DE SOUSA — Ex-substituto. Indicado em um grupo de subversão. Preso em São Paulo, em maio de 1970.

MIRILO PINTO SILVA — Volgo: "Lima". Participante em ações de subversão. Preso em São Paulo, em maio de 1970.

MAURICIO VIEIRA DE FAIVA — Volgo: "Lima". Participante em ações de subversão. Preso em São Paulo, em maio de 1970.

JACAR RAMUNDO NABAS — Volgo: "Lima". Participante em ações de subversão. Preso em São Paulo, em maio de 1970.

MARIA ROSE DE CARVALHO — Volgo: "Lima". Participante em ações de subversão. Preso em São Paulo, em maio de 1970.

SALAÔ — 3 OU 4 QUARTOS

MAURICIO VIEIRA DE FAIVA — Volgo: "Lima". Participante em ações de subversão. Preso em São Paulo, em maio de 1970.

JACAR RAMUNDO NABAS — Volgo: "Lima". Participante em ações de subversão. Preso em São Paulo, em maio de 1970.

MARIA ROSE DE CARVALHO — Volgo: "Lima". Participante em ações de subversão. Preso em São Paulo, em maio de 1970.

ANGELU PEZZI DA SILVA — Volgo: "Lima". Participante em ações de subversão. Preso em São Paulo, em maio de 1970.

ANGELU PEZZI DA SILVA — Volgo: "Lima". Participante em ações de subversão. Preso em São Paulo, em maio de 1970.

ANGELU PEZZI DA SILVA — Volgo: "Lima". Participante em ações de subversão. Preso em São Paulo, em maio de 1970.

Ex-maquis entre os 40 prisioneiros

DOCUMENTO 10: Os jornais brasileiros deram grande relevância ao banimento dos brasileiros, descrevendo as ações "terroristas" dos exilados.

Fonte: Instituto Miguel Arraes, Recife. Série Exílio, Seção de Materiais de Jornais, pasta 3, identificação: EXI_MJ_0423. O nome do jornal não é especificado.

DOCUMENTO 11: Foto dos 40 banidos e esquema nomeando-os divulgados pela agência Nacional e reproduzidos na imprensa brasileira.

Fonte: *Instituto Miguel Arraes*, Recife. Série Exílio, Seção de Materiais de Jornais, pasta 3.

17 - JUNHO.

LES 40 BRÉSILIENS ONT VECU LEUR PREMIÈRE JOURNÉE DE LIBERTÉ A ALGER

La libération à Rio de l'ambassadeur ouest-allemand Von Holleben retardée de 36 heures

Arrivés dans la nuit de lundi à mardi à Alger-Dar-El-Beldja, les prisonniers politiques brésiliens, aujourd'hui hommes libres en terre d'Algérie, se reposent sur les hauteurs de la capitale. Ces hommes et ces femmes sont dans un état de fatigue et de tension nerveuse tel que seuls les médecins peuvent faire de brèves incursions dans les lieux où les « libérés » se remettent de leurs souffrances et des péripéties diverses des dernières quarante-huit heures.

LES anciens détenus ont déclaré lors de leur arrivée qu'ils n'avaient appris leur libération qu'au moment de leur embarquement à bord de l'avion qui devait les amener à Alger. « Nous avons fait le voyage enchaînés à nos fauteuils sous la garde de 20 policiers, ont-ils souligné. Au moment de notre libération, ont-ils ajouté, c'est-à-dire à notre sortie de prison, nous avons été dirigés vers un champ de tir, les yeux bandés. Les cris poussés par les militaires et le bruit qu'ils faisaient avec leurs armes, nous ont fait croire que nous allions être fusillés, mais il ne s'agissait que d'un simulacre... »

« Ce n'est que durant le voyage que nous avons appris que nous allions à Alger », poursuivait notre interlocuteur sous les lumières des flashs des projecteurs et des caméras de la télévision. Les hommes, les femmes et les 4 enfants dont l'état d'épuisement était manifeste, faisaient à leur descente d'avion et au cours de la conférence de presse improvisée le signe « V » de la victoire et saluaient le poing levé les représentants de la colonie brésilienne et les membres des mouvements de libération ayant leur siège à Alger, venus les accueillir à l'aérodrome.

« Je suis très heureuse de me trouver sur le sol d'un pays libre », dira Vera Silva Avanzo une étudiante paralysée de 22 ans. « J'estime que si notre mouvement a demandé à l'Algérie le droit d'asile c'est parce qu'il est persuadé que nous aurons une expérience de la lutte révolutionnaire algérienne

qui nous sera bénéfique. » Pour ma part j'aimerais connaître tout de la femme algérienne qui a aussi lutté, comme je suis en train de le faire ».

« Je suis très heureuse de me trouver en Algérie »

Tersina Dias De Oliveira, 60 ans, ancienne cuisinière du capitaine Lamarca, leader du Mouvement Révolutionnaire du 8 Novembre et membre de l'Avant-Garde Révolutionnaire du Peuple, est, elle, accompagnée de 3 enfants. Parmi ces derniers une petite fille de 3 ans dont les parents sont encore en prison au Brésil. « Je ne pourrais vous dire plus de choses que mes compagnons... »

« J'ai fait de la prison. Je suis très heureuse de me trouver en Algérie, dans un pays libre ».

Tous les nouveaux exilés interrogés ont affirmé que leur objectif est de retourner au Brésil pour reprendre la lutte contre « la dictature militaire et les monopoles américaines ». Ils ont exprimé par ailleurs leur intention de vivre l'expérience révolutionnaire de l'Algérie.

Au Brésil, les Mouvements révolutionnaires responsables de l'enlèvement de l'ambassadeur de la RFA, M. Von Holleben ont dès l'arrivée des ex-prisonniers politiques dont ils demandaient la libération en échange de celle du diplomate allemand, diffusé plusieurs communiqués.

Il semble que la libération

Les détenus politiques brésiliens devant la carlingue de l'avion qui les a amenés à Alger

de M. Von Holleben sera retardée de 36 heures. En effet, l'un des communiqués du « Commando Juarez de Brito » souligne que « des questions techniques ont retardé la libération de l'ambassadeur de la RFA, mais ne vous préoccupez pas, nous tiendrons notre parole ».

Une lettre manuscrite de M. Ehrenfried Von Holleben était jointe au message qui demandait d'autre part, aux autorités, la diffusion d'un message personnel et de réduire le dispositif policier dans les rues. Un autre message des guérilleros brésiliens ajoute, que la libération du diplomate ouest-allemand a été autorisée par les chefs de la guérilla urbaine.

L'optimisme règne à l'ambassade de la RFA à Rio-de-Janeiro après la diffusion de ces communiqués et la réception d'une lettre de M. Von Holleben qui déclare qu'il est en bonne santé et confiant à l'idée de retrouver bientôt les siens.

DERNIERE MINUTE M. VON HOLLEBEN LIBRE

L'ambassadeur d'Allemagne fédérale au Brésil, M. Ehrenfried Von Holleben, enlevé jeudi dernier par un commando de la guérilla urbaine de Rio, en échange de la libération de quarante détenus politiques brésiliens qui sont arrivés lundi soir à Alger, a été libéré mardi soir à Rio de Janeiro.

M. Von Holleben est arrivé à sa résidence dans la banlieue de Gloria de Rio, proche de la mer, peu avant minuit. Selon les premières informations, il est en bonne santé.

DOCUMENTO 12: Reportagem do jornal oficial da Argélia, *El Moudjahid*, destaca a chegada dos 40 brasileiros trocados pelo embaixador da República Federal da Alemanha.

Fonte: Instituto Miguel Arraes, Recife. Série Exílio, Seção de Materiais de Jornais, pasta 3, identificação:

EXL MJ_0180_001.

Capítulo IV- Investigação e controle sobre a circulação dos brasileiros exilados na Argélia

A distância entre Brasil e Argélia não impediu que os órgãos de investigação da ditadura civil-militar do Brasil acompanhassem atentamente a vida dos brasileiros exilados em Argel. Documentos produzidos pelo Centro de Investigações do Exército (CIE), Centro de Investigações da Marinha (CENIMAR), Centro de Investigações da Aeronáutica (CISA) e CIEEX (Centro de Investigações do Exterior) revelam uma estreita conexão com as diferentes embaixadas brasileiras com o objetivo de acompanhar as viagens que os exilados realizavam de Argel para Paris, Suécia, Chile, Cuba e Uruguai.

O CIEEX era responsável pelo monitoramento de exilados políticos brasileiros em qualquer país. Este órgão foi arquitetado em 1966 por Manoel Pio Correa, embaixador brasileiro no Uruguai que, a partir de 1964, foi incumbido de investigar os brasileiros residentes naquele país. Progressivamente, o CIEEX começou a colaborar com a repressão em todo o Cone Sul.

O CIEEX também se dedicava a criar e monitorar informações sobre exilados políticos entre os países da América e Europa, suas ligações com grupos e movimentos de esquerda, participação em conferências e em reuniões com personalidades políticas nos países de exílio. Também elaborava relatórios sobre as políticas dos diferentes países, identificando as possibilidades de ação conjunta contra o que chamavam de “ameaça comunista”. Os documentos sigilosos com informações do CIEEX eram enviados às polícias políticas dos países de exílio, dos estados brasileiros e dos órgãos de investigação das Forças Armadas. Além do CIEEX, as Divisões de Segurança e Informações (DSIs) das embaixadas também forneciam muitas informações que contribuíram para detenção e para os casos de execução de banidos²²⁸. A espionagem ultrapassou o âmbito do Cone Sul, envolveu as embaixadas de Paris, Praga, Moscou e Lisboa.

²²⁸ Cf. FICO, Carlos. *Como eles agiam - Os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política*. Rio de Janeiro: Record, 2001. Segundo o relatório da Comissão Nacional da Verdade, “havia no MRE, como em todos os outros ministérios civis, uma Divisão de Segurança e Informações (DSI). O CIEEX e a DSI foram os dois pilares da colaboração do MRE com o aparelho repressivo. Atuaram tanto na vigilância dos brasileiros fora do país, como na produção de informações visando subsidiar o Serviço Nacional de Informações (SNI) e os órgãos de inteligência das Forças Armadas e da Polícia Federal, coadjuvando a ação dos órgãos de repressão. Ambos estavam diretamente subordinados ao gabinete do ministro de Estado das Relações Exteriores ou à Secretaria- Geral. *Relatório da Comissão Nacional da Verdade*, volume 1. Brasília: CNV, 2014. p. 176.

1- Os exilados sob investigação

A investigação sobre os exilados na Argélia dependia das informações da embaixada e dos agentes do SNI que monitoravam as viagens dos brasileiros a partir da capital argelina, principalmente os banidos no caso do sequestro do embaixador alemão. Devido às denúncias realizadas pela *Frente Brasileira de Informação*, esta organização também recebia ênfase nos relatos dos investigadores, com constante menção a Miguel Arraes. O posicionamento político da Argélia e a aceitação de militantes de movimentos de esquerda de diferentes regiões fazia do país um local estratégico.

O *Sumário do Comunismo Internacional* produzido pelo SNI em dezembro de 1970 utilizava uma reportagem da revista peruana *Oiga* para descrever as características do exílio na Argélia. Chamada de *Oásis do terror*, Argel era caracterizada da seguinte forma:

Desde a "Al Fatah até o Movimento para a Autodeterminação das Ilhas Canárias, passando pela "Frente de Libertação Brasileira", quase vinte "movimentos revolucionários" estabeleceram sucursais em Argel.

Dispondo de casas, automóveis, dinheiro e documentos fornecidos pelo governo do Presidente Houari Boumediene, os refugiados políticos de meio mundo encontram na capital argelina um raro oásis que não pretendem abandonar. Principalmente, porque quando saem de seu refugio árabe para pequenas viagens "profissionais" em outros países, conseguem resultados bastante desalentadores.²²⁹

Havia agentes de investigação na capital argelina para espionar os deslocamentos dos refugiados políticos brasileiros. Um caso emblemático é a contratação do chileno Carlos Emilio Ariztia como agente infiltrado entre os exilados. Em 01 de junho de 1972, a Embaixada brasileira em Argel enviou um telegrama confidencial à Secretaria das Relações Exteriores do Itamaraty questionando o interesse do Ministério das Relações Exteriores sobre a oferta de serviço de espionagem. Ariztia trabalhava para a segurança militar argelina, dizia ser "especialista em sabotagem" e que já tinha fornecido serviços ao adido militar brasileiro em Santiago, Coronel Siqueira. Havia procurado a embaixada em Argel para estabelecer um acordo a partir da seguinte informação:

²²⁹ *Sumário sobre o Comunismo Internacional*. Dezembro de 1970. Fundo DOPS, Arquivo Público Estadual de São Paulo.

Quatro brasileiros dos quais um ex-capitão do exército estão prestes a partir para o Brasil com dinheiro, armas e munidos de passaportes falsos afim de treinar e coordenar atividades terroristas”.²³⁰

Para o trabalho de infiltrar-se entre os brasileiros e elaborar um dossiê, Carlos Ariztia exigia cinco mil dólares em adiantamento e mais dez mil dólares como pagamento final. Em resposta ao telegrama, a Secretaria das Relações Exteriores aprovava a aceitação da proposta, embora reclamasse que as solicitações do chileno eram excessivas. O acordo estipulou a entrega do dossiê a um adido em Londres.

A investigação proposta por Ariztia ia ao encontro das atividades dos órgãos de investigação brasileiros em seguir as ações dos exilados na Argélia, em especial aqueles que pertenciam aos grupos defensores da guerrilha, como a VPR.

A partir da década de 1970, houve intenso deslocamento de brasileiros de Argel para a América por uma rota entre Cuba e Chile. Para Cuba se dirigiam os exilados que faziam treinamento para a guerrilha. Para o Chile e para o Uruguai iam principalmente aqueles que buscavam contato com lideranças de esquerda. No Chile, estavam muitos membros da Ação Popular e do MR-8. No Uruguai, Leonel Brizola era o principal interlocutor com os brasileiros que vinham de Argel.

O CIEX também identificou navios cargueiros que eram utilizados pelos brasileiros para viajar a Cuba e à Argélia. Muitos destes navios foram investigados ao desembarcarem no Chile e no Uruguai.²³¹ O CISA também identificou viagens em aviões cubanos: o militante da ALN Agnaldo Pacheco da Silva, por exemplo, chegara ao Chile pelo aeroporto de Taxa e viajara a Lima em aviões de Cuba.

A estadia dos exilados na Argélia era uma das formas mais eficazes para obter documentação. Poucos conseguiram documentos oficiais do governo argelino. Frente à negação de passaportes e à falta de reconhecimento dos exilados como refugiados políticos ou asilados, alguns recorriam à falsificação de documentos, principalmente em Cuba e na Argélia.

Para retornar ao Brasil, era comum que cada grupo diferente de exilados estabelecesse rotas de viagens de acordo com os objetivos de sua organização política. Os

²³⁰ Telegrama de 01 de junho de 1972 da Embaixada brasileira em Argel direcionado à Secretaria das Relações Exteriores do Itamaraty. Arquivo Nacional, Brasília. Identificação: AC_ACE_46718_72.

²³¹ Sete brasileiros no navio ESSEX que aportou em Montevideu proveniente do Chile foram investigados segundo informe número 16, de 20 de janeiro de 1971. Arquivo Nacional, Brasília: AC_ACE_25255_71.

membros do MR-8, por exemplo, partiam de Cuba para a Argélia, em sua rota passavam pela Tchecoslováquia e Moscou. Depois de um tempo na Argélia, iam ao Chile para depois tentar entrar no Brasil.

Em 1971, o CISA havia conseguido a informação de que seis banidos de Argel tentaram, sem sucesso, retornar ao Brasil em setembro de 1970, se concentrando inicialmente no Chile com passaportes falsificados. Alguns tinham passado por Amsterdã, já que a Holanda fornecia vistos aos banidos com títulos de viagem argelinos.²³²

Em 03 de agosto de 1970, Jeferson Lopetegui de Alencar enviou à Argélia 43 documentos como título de eleitor e passaportes sem fotografias preenchidos com nomes desconhecidos. Segundo o CIEEX, estes documentos foram entregues a Miguel Arraes e a distribuição ficou sob responsabilidade de Joaquim Pires Cerveira, ex-major do Exército e integrante da VPR que fora banido para a Argélia no caso do sequestro do embaixador alemão.²³³

Para controlar as fronteiras e evitar o retorno ao Brasil, as viagens de brasileiros ao Uruguai foram investigadas de forma detalhada. Além de João Goulart e Leonel Brizola, estavam no Uruguai: o almirante Cândido Aragão; o coronel Dagoberto Rodrigues; o ex-prefeito de Natal, Djalma Maranhão; o ex - Procurador da República, Valdir Pires; o ex-chefe da Casa Civil, Darcy Ribeiro; o jornalista Flávio Tavares, dentre outros. Portanto, os principais líderes ligados ao ex-presidente João Goulart estavam naquele país e os investigadores tentavam observar se mantinham qualquer relação com Miguel Arraes, que saiu do Brasil no mesmo período que aquelas personalidades de destaque na esquerda brasileira.

Os agentes de investigação viram com preocupação, por exemplo, a presença de José Gomes Talarico no Uruguai para conversar com João Goulart. Vindo do Rio de Janeiro, representava líderes do Partido Comunista Brasileiro, dentre os quais Doutel de Andrade. Talarico conversou com Goulart em 25 de março de 1971 e, dois dias depois, viajou à Argélia para encontrar Arraes com o intuito, segundo o CIE, de “atraí-lo para integrar uma frente política no Brasil”.²³⁴

²³² Informe 008/DSEG4 de 05 de janeiro de 71. *Arquivo Nacional*/ Brasília. Identificação: BR AN BSB VAZ 0350194.

²³³ *Centro de Investigações do Exterior*. Informe de 27 de outubro de 1970. *Arquivo Nacional*/ Brasília.

²³⁴ *Centro de Investigações do Exército*. Informe número 80 de 19 de abril de 1971. *Arquivo Nacional*/ Brasília.

O contato de exilados de Argel com Leonel Brizola recebeu grande atenção por parte dos investigadores. Com informações de que os exilados banidos para a Argélia fariam treinamento em Cuba e no Chile, os agentes tentavam identificar as possíveis relações com Brizola e a passagem destes brasileiros para o Brasil por meio do Uruguai.

O militante conhecido como “Dr. Almir César” esteve em Montevideu em 28 de março de 1971, vindo da Argélia e Cuba com destino ao Chile e regresso à Argélia. Ficou cinco dias em Montevideu e teve contato com Neiva Moreira, Paulo Schilling e Leonel Brizola. Segundo o documento do CIEEX, o militante procurou-os “com a finalidade de comunicar-lhes que as “lideranças revolucionárias no exílio” tinham decidido dar a Apolônio de Carvalho a “liderança do processo subversivo brasileiro”, em substituição a Joaquim Câmara Ferreira”.²³⁵ Apolônio de Carvalho voltaria ao Brasil para unificar as organizações e explicar as novas premissas da luta revolucionária, a serem debatidas num Congresso das Organizações realizado no Chile.

Segundo os investigadores, Almir Dutton Ferreira também teria alertado os brasileiros sobre a infiltração de elementos da investigação no Chile e na Argélia, pois militantes vindos destes países acabaram presos no Brasil após as autoridades terem sido alertadas a partir do Chile.

Outro investigado no Uruguai foi Eli Hauer, que em 18 de março de 71 viajou de Santiago para Montevideu com um exemplar do “Livro negro das torturas no Brasil”, impresso na Argélia pelo grupo da *Frente*. Este material foi entregue a Carlos Sá, que organizaria o material em panfletos com cinco mil exemplares que seriam enviados ao Brasil passando pela cidade de Livramento (Rio Grande do Sul).²³⁶

Divulgação de material da *Frente*, reuniões de membros da esquerda e treinamento de guerrilha são os temas mais comuns dos processos de investigação de exilados que transitaram de Argel para a América. Quanto aos projetos de guerrilhas no continente americano, um informe enviado ao presidente da República em 13 de novembro de 1970 indicava que havia duas rotas de encaminhamento de brasileiros para o treinamento de guerrilhas: a primeira envolvendo Uruguai, Chile e Holanda e a segunda entre Suíça, Havana e Argel. O apoio de Argel é confirmado em passagens como a transcrita abaixo:

²³⁵ *Centro de Investigações do Exército*. Informe número 77 de 19 de abril de 1971. Arquivo Nacional/Brasília. Joaquim da Câmara Ferreira pertencia o PCB e participou da formação da ALN com Carlos Marighella. Morreu em 1970 devido à violência das torturas dirigidas pela polícia política.

²³⁶ Informe número 84 de 19 de abril de 1971. Arquivo Nacional/Brasília.

Carregamentos de armas destinados a grupos subversivos na América do Sul (Brasil e Venezuela e outros), estão sendo efetuados em navios mercantes que zarpam da Argélia com destino aos portos sul americanos.²³⁷

A entrada de brasileiros vindos de Cuba e Argel tornou-se uma preocupação constante do sistema de investigação. Com apoio das polícias políticas estaduais, informações de interrogatórios de membros da esquerda eram associadas às investigações de exilados no exterior para tentar identificar os nomes dos integrantes dos grupos e seus possíveis planos de retornar ao país onde poderiam promover o que os investigadores chamavam de “terror”.²³⁸ Por exemplo, em 1 de outubro de 1970, o DOPS de São Paulo enviou à agência central do SNI um documento que informava sobre o projeto de retorno de banidos para a Argélia, dentre os quais Pedro Lobo de Oliveira, integrante da VPR:

Os “banidos” teriam vindo com a incumbência de reestruturar o terror no Brasil, programando, para muito breve, talvez com início ainda este mês, uma grande ofensiva (bombas, assaltos e sequestros).

Consta, ainda, haver no Estado do Paraná, centro de treinamento de guerrilheiros.²³⁹

Tais informações eram obtidas em interrogatórios de presos políticos torturados. Entre estes presos, as informações de Oswaldo Soares e Chizuo Osawa (“Mario Japa”) - militantes da VPR - foram analisadas em relatório do CISA, pois apontavam a existência de um representante de Miguel Arraes que concedeu dinheiro para viagem de ambos à Cuba. A polícia trabalhava com a hipótese de que Djaci Magalhães seria o intermediário entre Arraes e os militantes no auxílio de viagens à Cuba, Europa e Argélia.²⁴⁰

Os órgãos de informação buscavam evidências que vinculassem Cuba, Argélia e a formação de guerrilheiros. A partir de 1970, o SNI tinha informação de que grupos do Chile apoiados por cubanos e pelo MIR (Movimiento de Izquierda Revolucionaria) forneciam também locais para treinamento de guerrilhas para exilados vindos da Argélia,

²³⁷ Encaminhamento n08/QG4 de 05 de março de 1968. Este documento divulga o "Boletim especial de Informações n. 001/EMAER de 14 de fevereiro de 1968. Arquivo Nacional, Brasília: BR AN BSB VAZ 190034.

²³⁸ Ronaldo da Silva Rocha, banido para a Argélia, teria conseguido retornar ao Brasil para realizar tarefas em nome do FBI. *Centro de Investigações da Aeronáutica*. Informe 36, 214 de março de 1972. Arquivo Nacional, Brasília.

²³⁹ *Serviço Nacional de Informações*. 13 de outubro de 1970. Arquivo Nacional, Brasília: ACE 26619.

²⁴⁰ *Centro de Investigações da Aeronáutica*. Resposta a pedido de busca 434. 09 de setembro de 1970. Arquivo Nacional, Brasília.

China e Havana. Informantes no Chile mencionavam dois polos para este treinamento: Santa Bárbara e Concepción.²⁴¹

O processo de investigação do CIEIX também destacou as viagens de Joaquim Pires Cerveira ao Chile sob a acusação de que estaria organizando o treinamento de guerrilha. Cerveira deixou a Argélia, passou pelo Uruguai e pela Argentina e chegou em Santiago no dia 22 de abril de 1971. O CIEIX trabalhava com a hipótese de que Cerveira era o líder militar guerrilheiro no exterior.²⁴²

Dados do CIEIX apontam que entre 28 e 30 integrantes da VPR que estavam no Chile também foram para a Argélia para treinamento de guerrilha entre maio e junho de 1971, em grupos de três ou quatro, com passaporte chileno para estrangeiros.²⁴³

Quanto ao apoio cubano aos grupos de luta armada, o CIEIX informava que 31 dos quarenta banidos por causa do sequestro do embaixador alemão haviam se dirigido à Cuba²⁴⁴. Segundo Liszt Vieira, os brasileiros que estavam em Argel foram convidados por Fidel Castro e o governo daria treinamento à VPR, à ALN e ao MR-8. Um líder de cada organização iria oficialmente e os demais seriam acomodados em aparelhos.²⁴⁵

Qualquer forma de aproximação com o governo cubano era considerada pelos agentes de investigação como um expressivo indício da ação revolucionária contra o Brasil. Por exemplo, a visita de Fidel Castro ao Chile em novembro de 1971 foi tratada com relevância pelos relatórios do CIEIX, principalmente porque os órgãos de segurança apontavam o encontro entre Miguel Arraes, Carlos Lamarca e Joaquim Pires Cerveira no Chile durante a presença do líder cubano naquele país. A visita de dez dias foi permeada por conferências, entrevistas e encontros com sindicatos, membros do Estado e discursos para multidões. Neste período, um relatório do CIEIX destacava:

²⁴¹ *Serviço Nacional de Informações*. Informe de 13 de novembro de 1970. Arquivo Nacional, Brasília.

²⁴² Informe 00226 de 13 de novembro de 1970. Arquivo Nacional, Brasília: ACE 26628/70. A descrição da viagem de Cerveira ao Chile é abordada também na informação 89 de 19 de julho de 1971. Arquivo Nacional, Brasília: BR AN BSB VAZ 013 0055. O Major Cerveira foi sequestrado no aeroporto de Ezeiza (Buenos Aires) e figura na lista oficial dos desaparecidos na Ditadura Civil-Militar.

²⁴³ Informe número 92, de 28 de abril de 1971, p.38. Arquivo Nacional, Brasília: BR AN BSB IE 06.4. Não encontramos outras comprovações de treinamento guerrilheiro na Argélia para brasileiros. Era mais comum a viagem para Cuba com o intuito de fazê-lo.

²⁴⁴ Entre os banidos que permaneceram na Argélia estavam Apolônio de Carvalho e Althair Lucchesi.

²⁴⁵ VIEIRA, Liszt. *Op. Cit.*, p.69-70. Sobre o treinamento guerrilheiro em Cuba de membros das ligas camponesas, da ALN e do MR-8, Cf. SALES, Jean Rodrigues. *A luta armada contra a ditadura militar: a esquerda brasileira e a influência da revolução cubana*. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2007. Cf. ROLLEMBERG, Denise. *O apoio de Cuba à luta armada no Brasil: o treinamento guerrilheiro*. Rio de Janeiro: Mauad, 2001.

(...) entre asilados brasileiros uma desusada atividade de correios e enviados entre Santiago e Montevideu, Paris, Argel, Cuba e Buenos Aires, bem como a caida para o Chile, via fronteira Uruguiaia, de um certo número de elementos subversivos procedentes de São Paulo, Rio, Porto Alegre e Belo Horizonte.²⁴⁶

Havia uma preocupação dos governos brasileiro e argelino em manter relações diplomáticas estáveis. Os dois países tentaram impedir que as tensões no campo ideológico afetassem as questões diplomáticas e econômicas. O Brasil tinha importantes empresas atuando na Argélia, como a Construtora Rabello e a BRASPETRO. A Argélia tinha amplo destaque como exportador de petróleo, do qual o Brasil era importante consumidor.

2 - As relações diplomáticas entre Brasil e Argélia

A política exterior brasileira da ditadura estava relacionada ao binômio “segurança e desenvolvimento”. As relações diplomáticas mantinham um posicionamento anticomunista, fortaleciam a aliança com os EUA e com os governos de países latino-americanos, que também eram regimes ditatoriais. A partir do governo de Garrastazu Médici, com o intuito de ampliar acordos comerciais que favorecessem o desenvolvimento econômico brasileiro, as estratégias da diplomacia foram caracterizadas por maior flexibilidade. Havia a "necessidade de imprimir à ação internacional do país uma grande flexibilidade de ação e agilidade de conduta, de adaptabilidade e relativa indiferenciação política." ²⁴⁷

Esta mudança explica a preservação de relações diplomáticas com países como a Argélia, um país não-alinhado. A Argélia foi reconhecida pelo Brasil como país independente em 1963. Neste ano, o Brasil já instalava sua embaixada em Argel, designando Paulo Leão de Moura para o cargo embaixador.²⁴⁸ Embora as relações políticas fossem instáveis, os países mantinham negócios lucrativos para ambos.

²⁴⁶ Informe 99, 28 de abril de 1971, p. 32. Arquivo Nacional, Brasília: BR_AN_BSB IE 06.4.

²⁴⁷ LESSA, Antônio Carlos. "Os 'relacionamentos excludentes' e o universalismo na política exterior do Brasil (de 1967 aos nossos dias). In: BRANCATO, Sandra Maria Lubisco; MENEZES, Albene Mirian F., KOTHE, Mercedes G. (orgs). III *Simpósio Internacional: Estados Americanos: Relações Continentais e Intercontinentais- 500 anos de História*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000, p.113.

²⁴⁸ Segundo Amado Luís Cervo, “a cooperação Sul-Sul vinha complementar a Norte-Sul, que nem africanos nem brasileiros desejavam obstruir.” CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. *História da Política Exterior do Brasil*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2002, p.453.

É necessário salientar que, embora o Brasil tenha assumido o pragmatismo na diplomacia voltado à satisfação dos interesses do desenvolvimento, especialmente durante o período do “Milagre Econômico”, ainda pesavam as questões ideológicas da Segurança Nacional.²⁴⁹ Apesar de manter o discurso amigável nas relações com a Argélia, os órgãos de investigação ficavam atentos, pois era um país socialista, tinha concedido asilo a Miguel Arraes e permitia a entrada de exilados brasileiros que poderiam, segundo os informantes do governo, ter apoio para viajar a locais onde treinassem táticas de guerrilha.²⁵⁰

As tensões nas relações diplomáticas entre os dois países ficaram evidentes nas investigações sobre as possíveis ligações de membros do corpo diplomático argelino com integrantes dos movimentos armados desde que Mohamed Tayebi Larbi, primeiro embaixador argelino no Brasil, auxiliara Miguel Arraes na obtenção de asilo político. Após o golpe que destituiu Ben Bella, Tayebi tornou-se prefeito de Oran e membro da FLN. O cargo de embaixador ficou vacante até a nomeação do antigo embaixador em Bonn, Hafid Keramane, para a embaixada da Argélia no Rio de Janeiro.

Um caso bastante significativo envolve Fatih Agha Bouayed Kouane. Ele foi expulso do Brasil em 07 de setembro de 1967 por ser acusado de favorecer a ação de grupos comunistas no país²⁵¹. Representante do jornal Frente de Libertação Nacional, em 1964, tornou-se Encarregado de Negócios da Argélia no Brasil e tinha a função de organizar a embaixada da Argélia no país. A polícia brasileira concluiu que Fatih praticava a “subversão” no país:

Usando imunidades diplomáticas, vem praticando principalmente as seguintes atividades:

- espionagem, quer a favor diretamente a favor da Argélia (e possivelmente da França), quer indiretamente a favor da URSS e China;

²⁴⁹“(…) julga-se importante observar que a política externa serviu aos interesses da política interna do regime sempre que: a) fazia peso às políticas de exceção usadas para respaldar o regime imposto (Castello Branco); b) abria diferentes frentes no mundo, sem, contudo, romper com algumas linhas gerais do pensamento anticomunista (Costa e Silva) c) legitimava o autoritarismo, de modo a projetar o poder nacional para o plano internacional (Médici); d) canalizava as tensões internas com problemas de política externa (Geisel); e) tornava a crise interna como um reflexo da conjuntura internacional (Figueiredo).” LUIZ, Juliana Ramos. A política externa do regime militar: entre o ranço ideológico e a atuação pragmática. In: *3º encontro nacional ABRI 2011*, São Paulo. Disponível em: <<http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC0000000122011000200040&lng=en&nrm=abn>. Acesso em: 10 jun. 2013.

²⁵⁰ Como afirmamos anteriormente, a entrada dos brasileiros na Argélia não tinha livre trânsito. Miguel Arraes apresentava relatos com os nomes dos brasileiros que entravam e saíam do país, tanto para viagens, quanto para assumirem postos de trabalho ou de estudo. Tudo dependia da autorização do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

²⁵¹ Informe do CIEIX n. 336 de 28 de agosto de 1969. Atividades de Fatih Agha Bouayed. Arquivo Nacional, Brasília. BR AN, BSE IE 04.8, p.44/46.

- corruptor de brasileiros e estrangeiros que exercem funções que os capacitam a influenciar a opinião pública nacional;
 - patrocinador de negócio escusos entre Brasil e Argélia com a principal finalidade de angariar fundos para movimentos contra-revolucionários em nosso país. Estende esta atividade a outros países sul-americanos com objetivo semelhante.
 - mentor de movimentos estudantis contra o governo brasileiro;
 - principal executor das ordens do governo da Argélia, no sentido de afetar a segurança nacional brasileira;
 - financiador de elementos militantes do comunismo brasileiro para campanhas da interesse do comunismo internacional;
 - emprega a mala diplomática da Embaixada da Argélia para troca de correspondência entre asilados brasileiros no Uruguai e seus correligionários no Brasil.
- Como parte do seu trabalho de aliciamento subversão, o marginado promoveu em 12/DSZ/66 a fundação, na Guanabara, da "Associação Brasil-Argélia", com o objetivo anunciado de "estreitar as relações entre os povos brasileiro e argelino".²⁵²

Investigações apontavam que era ativo elemento de ligação entre Miguel Arraes e o grupo que permanecia no Brasil sob o comando de Valério Konder e Ênio Silveira. A correspondência entre eles era transportada na mala diplomática argelina, graças ao entendimento estabelecido com Bouayed e com o então embaixador argelino, Mohamed Tayebi. Ligado a muitos jornalistas do país, Fatih Agha Bouayed Kouane era também acusado de estimular a produção de artigos em jornais que defendiam a posição árabe no conflito com Israel, criticada com veemência pela diplomacia brasileira.

Paulo de Castro estava entre os jornalistas com os quais Tayebi tinha contato. Além desta relação com o embaixador argelino, Paulo de Castro também foi alvo de investigações por que foi à Argélia e publicou artigos com muitos elogios ao governo de Boumediene, a quem teve inclusive oportunidade de entrevistar. Em seu livro *Argélia, a terra e o Homem*, o jornalista apresentava descrições muito positivas sobre o ex-embaixador argelino Hafid Keramane.²⁵³

José de Carvalho era representante dos Negócios Estrangeiros do Brasil na Argélia, conversou com Zirout Amine, Chefe do Departamento Político da Argélia, que expressou

²⁵² Informe do CIE de número 336, de 28 de agosto de 1969, p. 2. Arquivo Nacional, Brasília: BR_NA_BSBIE_004_008. A entidade *Brasil Argélia* organizada por Fatih no Brasil foi composta por importantes líderes brasileiros, como o senador do MDB, Mario Martins; o industrial Emílio Jafet, o escritor Amílcar Alencastro, o arquiteto Oscar Niemeyer, a pintora Djanira, o deputado federal Renato Archer, o deputado federal do MDB e jornalista Hermano Alves, o editor Ênio Silveira, e os escritores e jornalistas Antônio Callado, Otto Maria Carpeaux, Edmundo Moniz, Arthur José Poerner, Antônio Houaiss, Joel Silveira, Rubem Braga e Paulo de Castro.

²⁵³ CASTRO, Paulo de. *Argélia: a terra e o homem*. Rio de Janeiro: Fórum, 1971. O livro contém informações obtidas em viagem de Paulo de Castro à Argélia na qual obteve apoio de Paulo Leão de Moura e Hafid Keramane.

sua indignação com a expulsão do representante argelino, pediu explicações ao governo brasileiro e se mostrou insatisfeito com a divulgação do fato na imprensa, prejudicando a reputação do país. José de Carvalho escreveu ao presidente Médici:

Peço vênica para manifestar a Vossa Excelência minha convicção de que a natureza da reação argelina é de modo a não deixar dúvidas de que o Senhor Bouyaed era realmente elemento chave da representação diplomática argelina aí, que se vê privada assim do concurso de um insubstituível funcionário com ampla penetração em todos os setores da vida brasileira e livre trânsito nos setores da oposição esquerdista como é público e notório. Isso tudo põe em evidência o acerto da nossa medida que virá por certo cercear de muito a ação da Embaixada da Argélia como foco das atividades subversivas de que o Senhor Bouyaed é artífice e exímio (...). Este país está acostumado a comportar-se na vida internacional como uma espécie de criança mal-educada habituada a se desmandar impunemente sem que nada lhe aconteça e assim, quando recebe corretivo, não pode evidentemente compreendê-lo.²⁵⁴

Mesmo após a expulsão de Fatih do Brasil, as autoridades brasileiras continuaram a investigá-lo. As investigações apontavam que ao retornar à Argélia, Bouayed passou a intermediar as relações entre o governo argelino e os asilados brasileiros, principalmente Miguel Arraes.²⁵⁵ Isto ocorreu de fato: Bouayed assumiu na Argélia o cargo de Assessor Diretor do Ministro dos Negócios Estrangeiros para Assuntos da América Latina.

Desconfianças quanto às relações com Miguel Arraes e outros “subversivos” no Brasil foi também o motivo para que o embaixador argelino Hafid Keramane fosse considerado *persona non grata* no Brasil. O embaixador foi alvo de investigações por sua colaboração com os membros da VPR, Juarez Brito e Maria do Carmo Brito, para o envio de aproximadamente um milhão de dólares ao exterior, que teriam sido roubados de Adhemar de Barros.²⁵⁶

²⁵⁴ Telegrama secreto nº 111 recebido da embaixada do Brasil em Argel em 06 de junho de 1970, p. 3. *Arquivo Nacional*, Brasília.

²⁵⁵ *Centro de Investigações do Exército*. Informe 336, 28 de agosto de 1969, p.3. *Arquivo Nacional*, Brasília. Identificação: BR_NA_BSB_IE_004_008.

²⁵⁶ Hafid Keramane recebeu de Juarez de Brito e de sua mulher, Maria do Carmo Brito, a importância de US\$ 1 milhão, a fim de que essa quantia fosse guardada em segurança para posterior utilização pelo grupo VPR na Guanabara. *Arquivo Nacional*. Identificação: BR_RJANRIO_CNV.0.RCE.00040000147201356. O dinheiro enviado ao exterior era proveniente do roubo do cofre do ex-governador de São Paulo Adhemar de Barros. A quantia foi roubada no dia 18 de julho de 1969 da mansão onde morava o cardiologista Aarão Burlamarqui Benchimol, irmão de Ana Guimol Benchimol Capriglione, que fora amante do governador. O cofre continha 25 milhões de dólares e o embaixador argelino Hafid Keramane foi responsável pela transferência de parte dos dólares para uma conta na Suíça. Carlos Lamarca teria indicado que os dados da conta deviam ser entregues a Onofre Pinto, que encontraria representantes da Argélia em Cuba para obter as informações. Para

Os contatos entre o embaixador argelino e o membro da VPR, Juarez Brito, e sua esposa, Maria do Carmo Brito, começaram em 1968 em reuniões no prédio da embaixada da Argélia no Brasil. Juarez foi assassinado e Maria do Carmo Brito afirmou conhecer o embaixador ao ser presa. Em depoimento à Operação Bandeirantes em dia 3 de maio de 1970, Maria do Carmo Brito teria reconhecido, por fotografia, Hafid Keramane - como "a pessoa que, por solicitação de seu esposo, guardou uma sacola com hum milhão de dólares, advindos da "ação do cofre".²⁵⁷

A proposta de expulsão do embaixador argelino foi cuidadosamente avaliada pelo Ministério das Relações Exteriores a partir das comprovações das relações do embaixador com os militantes da VPR expressa em depoimentos para o DEOPS. Em 3 de julho de 1970, um documento do MRE informava que a expulsão de Keramane traria prejuízos com a repercussão do caso na imprensa internacional no mesmo momento em que os quarenta banidos chegavam à Argélia. O documento também apontava os benefícios comerciais das relações com a Argélia que poderiam ser prejudicados com a expulsão. Naquele momento, a Argélia era potencial mercado para os produtos brasileiros como café, milho, arroz, borracha sintética, navios, ferramentas, máquinas e aparelhos elétricos.

A atual política de promoção de exportações, em especial de manufaturados, e o interesse em diversificar nossas fontes de suprimento de petróleo, buscando-as fora do Oriente Médio, aumentam os nossos interesses no intercâmbio econômico com a Argélia.²⁵⁸

O MRE apresentava um impasse: embora comprovada a ligação do embaixador argelino com grupos considerados subversivos pelo governo²⁵⁹, a análise das relações

mais informações sobre o caso, ver PALMAR, Aluizio. *Onde foi que vocês enterraram nossos mortos?* Curitiba: Travessa dos editores, 2005; e VIANNA, Martha. *Uma tempestade como a sua memória: a história de Lia, Maria do Carmo Brito*. Rio de Janeiro: Record, 2003.

²⁵⁷ Arquivo Público do Estado de São Paulo. Identificação de documentos: 50-Z-009-13873, 50-Z-009-13870, 50-Z-009-13866, 50-Z-009-13864, 50-Z-009-13863. O militante da VPR Ladislau Dowbor também declarou que 1.000.000 de dólares do assalto ao Cofre de Adhemar de Barros ficou em poder de Juarez Guimarães de Brito. Arquivo Público do Estado de São Paulo. Identificação de documentos: 50-Z-009-13873, 50-Z-009-13870, 50-Z-009-13866, 50-Z-009-13864, 50-Z-009-13863.

²⁵⁸ Estudo Sucinto, p.3. NE 057/SG-1/70. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro. BR_RJANRIO CNV.0.RCE.00040000147201356. Sobre o assalto, ver CARDOSO, Tom. *O cofre do Dr. Rui*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

²⁵⁹ Em 28 de julho, o Ministério de Exército encaminhou ao MRE uma carta interceptada escrita por Maria do Carmo Brito e destinada ao embaixador solicitando quantia em dólares do valor guardado pelo diplomata. Também apresentava depoimento de Salin Siddhartha Martin Diniz, militante do Partido Operário Revolucionário Trotskista (PORT), preso em 5 de julho de 1970. Segundo o depoimento, a Embaixada da

econômicas enfatizavam o “mútuo interesse em desenvolver o comércio entre os dois países”.²⁶⁰ Além disso, as denúncias de tortura apresentadas à imprensa pelos banidos em Argel poderia prejudicar ainda mais o “prestígio no exterior” e desencadear relações de solidariedade à Argélia nos países árabes com os quais os argelinos possuem estreitas relações:

Contudo, a se chegar a uma campanha pela imprensa internacional, em que, obviamente se procurara apresentar a expulsão do Embaixador como represália brasileira ao acolhimento dos 40 terroristas na Argélia, é de esperar um acirramento dos ataques ao Brasil por parte da imprensa européia. Essa tendência será provavelmente mais intensa na França, cujo Governo está vivamente empenhado em assegurar sólida penetração econômica no mundo árabe, em particular nos países do Magrebe.²⁶¹

O caso do embaixador Keramane evidenciou divergências entre CIE e MRE quanto às informações e análises do caso. Enquanto os investigadores do Exército destacavam a necessidade de realizar severa punição dos atos “subversivos” do embaixador, o MRE apregoava a manutenção das relações diplomáticas²⁶². Nesta época, a política externa brasileira caracterizava-se pela aproximação com as nações africanas e do Oriente Médio, visava ampliar as possibilidades de exportação dos produtos nacionais da crescente indústria de bens duráveis e estimular a importação de petróleo. Preponderou a visão do Itamaraty. A Argélia resolveu propor um novo embaixador.

As investigações sobre os representantes argelinos no Brasil e sobre os banidos para aquele país foram intensificadas. Eram alvo de investigação todas as pessoas que fossem trabalhar na Argélia ou que fossem parentes dos presos políticos banidos para aquele país²⁶³ (DOCUMENTO 13). Os parentes dos banidos eram aconselhados a comparecerem pessoalmente na sede da Representação Diplomática para averiguações.²⁶⁴

Argélia no Brasil, através do Adido de Economia e Finanças da referida representação diplomática, Mohamed Kada, propôs-se a comprar, discutir documentos do PORT e divulgar para o PORT documentos da FLN. Exposição de motivos nº 060/70 de 09 de julho de 1970. *Arquivo Nacional*, BR_RJANRIO_CNV.0.RCE.00040000147201356

²⁶⁰ Estudo Sucinto, p.6. NE 057/SG-1/70, *Arquivo Nacional*, Rio de Janeiro. BR_RJANRIO CNV.0.RCE.00040000147201356.

²⁶¹ Dossiê sobre a proposta de expulsão do embaixador argelino, 8 de outubro de 1970, p.34. *Arquivo Nacional*, Brasília. Identificação: BR RJANRIO CNV.0.RCE.00040000147201356.

²⁶² O MRE pedia outras provas sobre as relações de Keramane com os militantes da VPR, considerando os depoimentos dos militantes como insuficientes comprovações.

²⁶³ Documento do CIE recomendava “intensificar medidas de segurança para um maior acompanhamento de suas atividades no Brasil” e propunha que o MRE mantivesse entendimentos com o Ministro da Justiça, para

Na Argélia, a questão dos banidos era acompanhada pessoalmente pelo embaixador Paulo Leão de Moura, que pediu a Bouayed, representante argelino para a política na América Latina, que lhe transmitisse todas as informações sobre as ações dos brasileiros na Argélia. Em resposta, Bouayed afirmou que

(...)a grande maioria dos quarenta banidos se transladara brevemente para a Europa e para Cuba e que só permaneceria na Argélia pequeno número deles, composto de cinco ou seis. Declarou que o Governo argelino teria passado ultimamente a exercer rigorosa vigilância sobre as atividades de Miguel Arrais (sic) naquele país; e, finalmente, que faria pressão sobre as autoridades competentes a fim de que passem a coibir, com o rigor necessário, a publicação e circulação na Argélia dos boletins periódicos da "Frente Brasileira de Informação."²⁶⁵

O governo argelino incomodava o governo brasileiro com o apoio que dava às ações políticas dos banidos, que disseminavam notícias negativas sobre o Brasil nos jornais, nos programas de rádio e televisão locais. Incomodava também a liberdade para a atuação da "Frente Brasileira de Informação", que publicava boletim dos exilados com críticas ao Brasil.

A vigilância com relação à entrada de argelinos no Brasil também foi intensificada. Um exemplo desta preocupação e representação do intercâmbio de Informações entre as embaixadas e o Ministério das Relações Exteriores é o caso da viagem ao Brasil de Saoudi Hicham e Benahmed Salehedine, que foram à Embaixada do Brasil na Argélia com o pedido de visto encaminhado por nota do ministério argelino dos Negócios Estrangeiros. (DOCUMENTO 14)

O Chefe do Serviço de Expedição de Passaportes, no Ministério dos Negócios Estrangeiros, esclareceu à embaixada que os referidos funcionários iam ao Rio de Janeiro para examinar a contabilidade da Embaixada da Argélia no Brasil e outros serviços administrativos daquela Missão Diplomática, a fim de preparar a transmissão ordenada da sua chefia ao sucessor do Embaixador Hafid Keramane. Até o dia 23 de outubro de 1970, as pessoas acima citadas ainda se encontrariam na Argélia. Obs.: continuar a vigilância.²⁶⁶

criar ações de maior vigilância e controle dos representantes da Argélia no país. Estudo sucinto 090/SG-1/70, de 5 de outubro de 1970. Arquivo Nacional, Brasília.

²⁶⁴ Dossiê sobre a Argélia, SNI, anexo 5. Arquivo Nacional, Brasília.

²⁶⁵ Dossiê sobre a proposta de expulsão do embaixador argelino, 8 de outubro de 1970. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro. Identificação: BR_RJANRIO_CNV.0.RCE.00040000147201356.

²⁶⁶ Documento 02064/70 - DSI- MR. Arquivo Nacional, Brasília.

Empresários que tinham empreendimentos na Argélia também foram impelidos a apresentar informações sobre os trabalhadores e possível contato com os exilados. Quando iniciou os contatos para trabalhar na Argélia, Marco Polo Rabello, por exemplo, líder da empresa RABELLO S.A., manteve entendimentos com o chefe do SNI, assumindo o compromisso de não contratar exilados e de submeter ao exame do SNI o nome e *curriculum* das pessoas antes de enviá-las para a Argélia; além de colaborar com o SNI na apuração de fatos de interesse daquele serviço.²⁶⁷

3 - Colaborações entre embaixadas

No caso das ações de vigilância com relação aos exilados em Argel, as principais relações da diplomacia brasileira foram travadas com embaixadas do Brasil em países da Europa (como França, Suíça, Inglaterra e Portugal) e, principalmente, com a embaixada dos EUA na Argélia. A investigação das ações dos exilados brasileiros interessava aos representantes norte-americanos no país devido à possibilidade de que guerrilheiros argelinos se aproximassem de grupos defensores da luta armada na América Latina, especialmente o Brasil. Por isso, desde 1964, as investigações das embaixadas brasileiras e norte-americanas foram intensificadas e estimulou-se a troca de informações entre as embaixadas dos dois países.

Miguel Arraes foi o primeiro alvo da colaboração sobre a troca de informações entre as embaixadas. Embaixador brasileiro na Argélia desde 1963, Roberto Assumpção Araújo pediu ao embaixador norte-americano naquele país que os EUA apresentassem informações sobre as ações políticas e negócios do ex-governador Pernambucano, já que o Brasil dispunha de “pequeno ou nenhum grupo de funcionários capazes de por si mesmos obterem informação sem indevidamente se exporem”.

Este pedido foi feito em 1965, antes do exílio de Arraes, quando recebera asilo na embaixada argelina, e foi novamente objeto de conversa entre os embaixadores brasileiro e norte-americano na Argélia depois da chegada de Miguel Arraes àquele país. (DOCUMENTO 15). A observação de outros exilados visitando Arraes em Argel poderia marcar, segundo Assumpção Araújo, “o começo da formação de um centro político na Argélia para o movimento de oposição brasileiro”, do qual Arraes poderia ser um líder

²⁶⁷ Instituto Miguel Arraes. Recife. Série Exílio, seção de Documentos, pasta 26, identificação: EXI_DTED_0025_001.

potencial. O embaixador apontava o clima político “revolucionário” e a simpatia do governo argelino pelos movimentos “subversivos”, que teriam mais liberdade neste país do que em qualquer outro, pois oferecia oportunidades de trabalho, o que não criaria neles a sensação de dependência das autoridades locais, e tais oportunidades não eram oferecidas da mesma forma em outros países comunistas.²⁶⁸

O pedido de auxílio feito por Assumpção foi também analisado pelo embaixador norte-americano no Rio de Janeiro, Lincoln Gordon, que concordava com a necessidade de informar sobre as atividades de Arraes para evitar ações ligadas aos grupos de esquerda. Tal informação deveria ser apresentada de forma cuidadosa, para garantir que o governo da Argélia fosse alertado sobre os “esforços potencialmente perigosos” de Arraes e se compromettesse a impedir qualquer ação política do ex-governador.

O embaixador norte-americano no Brasil recomendou que o repasse de informações sobre os brasileiros na Argélia para o embaixador Assumpção fosse realizado com cautela, a partir de criteriosa seleção de informações, pois pairava sobre Assumpção suspeitas quanto ao real posicionamento em relação ao governo brasileiro. Segundo relatórios do Departamento de Estado Norte-americano, a desconfiança era plausível devido ao fato de que Assumpção havia sido defensor da política autônoma do país nas relações externas com o “Terceiro Mundo” durante o governo de João Goulart e já apresentara críticas ao governo brasileiro após o golpe de 1964.²⁶⁹ Por isso, Lincoln Gordon recomendou que todas as informações transmitidas ao embaixador brasileiro na Argélia fossem também

²⁶⁸ O embaixador norte-americano na Argélia descreveu da seguinte forma a fala do embaixador brasileiro: "Ele repetiu o que havia dito antes a mim com relação à sua consideração de que a Argélia era particularmente atraente para o ponto de vista dos exilados brasileiros por causa de seu clima político revolucionário e sua simpatia por movimentos subversivos em geral. Eles poderiam esperar uma maior liberdade de ação aqui [Argélia] do que em muitos outros países. O embaixador acrescentou que uma outra razão para a escolha da Argélia como um lugar de refúgio (e conspiração) era a possibilidade que os brasileiros especialistas, como médicos e outros homens experientes, teriam de encontrar trabalho com facilidade; isso era importante para eles porque os impedia de sentir-se dependente das autoridades locais. Em contraste, estas oportunidades de garantia do próprio sustento não estavam disponíveis nos países comunistas. (...) O embaixador mais uma vez pediu que eu lhe transmitisse qualquer informação, por mais insignificante que eu pudesse obter, a respeito das atividades de dos exilados brasileiros. " Telegrama 320, de 2 de fevereiro de 1966, da Embaixada em Argel para o Departamento de Estado Norte-americano. *Projeto Opening Archives*. Disponível em: << <https://repository.library.brown.edu/studio/item/bdr:378539/>>>. Acesso em: 10 out. 2015. Localização física do documento: NARA (National Archives and Records Administration), Record Group 59, Entry Number A1 1132-A, Box Number 1944, Folder Title POL 30 BRAZ 1/1/64.

²⁶⁹ Telegrama da embaixada dos EUA em Argel para o Departamento de Estado em 19 de julho de 1966. Change of Brazilian Ambassadors in Algiers. *Projeto Opening Archives*. Disponível em: <<<https://repository.library.brown.edu/studio/item/bdr:379222/>>>. Acesso em: 10 out. 2015. Localização física do documento: NARA, Record Group 59, Entry Number A1 1132-A, Box Number 1944, Folder Title POL BRAZ-A.

enviadas à embaixada norte-americana no Rio de Janeiro “como uma dupla checagem contra possíveis inclinações ou distorções por Assumpção”²⁷⁰ (DOCUMENTO 16).

Em 16 de junho de 1965, Arraes, a esposa Madalena e o embaixador Tayebi viajaram para a Argélia.²⁷¹ As ligações do embaixador Tayebi com a esquerda no Brasil já eram conhecidas e discutidas pela investigação das embaixadas e sua atuação na deposição de Ben Bella tornara-se evidente após a saída proposital do Brasil no momento exato em que o golpe ocorria na Argélia²⁷².

Em telegrama produzido no dia seguinte, o embaixador norte-americano na Argélia destacava o total apoio que Arraes receberia no país, informava que suas despesas seriam todas pagas pelo governo argelino e que já haviam lhe ofertado um emprego como professor na Universidade da Argélia. Também apontava os convites que Arraes recebera para falar de sua experiência política e do Brasil em eventos na Inglaterra e na França, mostrava a influência política do ex-governador em entrevistas e manifestos divulgados na imprensa internacional.²⁷³

Roberto Assumpção foi substituído por José Jobim em julho de 1966. Assumpção tornou-se embaixador do Brasil na Tchecoslováquia. Segundo Jernegan, embora suscitasse

²⁷⁰ Telegrama de Lincoln Gordon para o Secretário de Estado em 10 de junho de 1965. Inter-Embassy Plans of Action on Miguel Arraes. Projeto *Opening Archives*. Disponível em: <<<https://repository.library.brown.edu/studio/item/bdr:378452/>>>. Acesso em 10 out. 2015. Documento original: Record Group 59, Entry Number A1 1132-A, Box Number 1944, Folder Title POL 30 BRAZ 1/1/64; Telegrama da embaixada norte-americana em Argel em 3 de fevereiro de 1966. “Activities of Brazilian opposition in Algeria”. Projeto *Opening Archives*. Disponível em: <<<https://repository.library.brown.edu/studio/item/bdr:378539/>>>. Acesso em: 10 out. 2015. Localização física do documento: NARA Record Group 59, Entry Number A1 1132-A, Box Number 1944, Folder Title POL 30 BRAZ 1/1/64.

²⁷¹ Arraes and family leave for Algeria with Ambassador Tayebi. 17 de junho de 1965. Projeto *Opening Archives*. Disponível em: <<<https://repository.library.brown.edu/studio/item/bdr:378486/>>>. Acesso em: 10 out. 2015. Localização física do documento: NARA, Record Group 59, Entry Number A1 1132-A, Box Number 1944, Folder Title POL 30 BRAZ 1/1/64.

²⁷² Segundo o embaixador norte-americano no Rio de Janeiro, Lincoln Gordon, a viagem do embaixador argelino com Arraes foi tratada de modo suspeito pelos jornais brasileiros: “Atenção especial foi dada [pela imprensa] ao embaixador argelino no Brasil, Mohamed Bel Hadj Tayebi, quem acompanhou Arraes. A especulação centrada em seu possível papel no golpe de estado [na Argélia] deriva do seu suposto desentendimento com Ben Bella, que foi a causa de seu exílio diplomático no Brasil, e no fato de que, embora Arraes tivesse ganhado liberdade desde 3 de junho, Tayebi provavelmente atrasou a partida até dia 16 [de junho], quando eles deixaram o país rapidamente, mesmo diante do conselho do Ministério das Relações Exteriores para que fossem no dia 18. Como resultado, a chegada de Tayebi na Argélia apenas 24 horas depois da realização do golpe foi considerada mais que uma coincidência”. Weka 26, Lincoln Gordon, 25 de junho de 1965. Projeto *Opening Archives*. Disponível em: <<<https://repository.library.brown.edu/studio/item/bdr:334910/>>>. Acesso em: 10 out. 2015. Localização física do documento: NARA, Record Group 59, Entry Number A1 1613-A, Box Number 3833, Folder Number POL 2-1 BRAZ 2/1/63.

²⁷³ Telegrama de Lincoln Gordon para o Departamento de Estado, 08 de março de 1963. Arraes Interview in *Le Monde* Generates Anger in Brazil. Projeto *Opening Archives*. Disponível em: <<<https://repository.library.brown.edu/studio/item/bdr:378477/>>>. Acesso em: 10 out. 2015. Localização física do documento: NARA, Record Group 59, Entry Number A1 1132-A, Box Number 1944, Folder Title POL 30 BRAZ 1/1/64.

desconfianças, o embaixador brasileiro havia conseguido estabelecer boas relações com o governo de Ben Bella, interrompidas pelo golpe civil- militar de 1964.

A intensificação das investigações das ações de brasileiros em países como Chile e Uruguai permitiu aos funcionários das embaixadas entender as possíveis conexões entre os exilados, principalmente quanto às possíveis aproximações entre João Goulart, Miguel Arraes e Juscelino Kubitschek, lideranças políticas importantes²⁷⁴.

Também havia preocupação e rumores sobre a possibilidade da Argélia fornecer treinamento guerrilheiro aos grupos de esquerda do Brasil. Em 1965, numa conversa com o agente diplomático brasileiro na Argélia, João Frank da Costa, o secretário da embaixada norte-americana na Argélia, J.F Root, apontou:

O Sr. Da Costa perguntou se temos alguma informação que confirme rumores que o governo brasileiro ouviu sobre treinamento de guerrilhas sul-americanas na Argélia por guerrilheiros subversivos no Brasil e outros países da América Latina. Eu disse que tais rumores chegaram aos nossos ouvidos, mas nós não temos nenhuma informação sobre eles. Tanto Da Costa quanto eu pensamos que é um pouco plausível que a Argélia se torne uma importante base para os revolucionários sul americanos. Parece mais provável que as facilidades de treinamento e recursos sejam concentradas quase que exclusivamente nos movimentos revolucionários africanos.²⁷⁵

²⁷⁴ Telegrama de Lincoln Gordon para o Departamento de Estado em 21 de dezembro de 1964. Brazil Requests Uruguay Limit Rights Granted to Exiles. *Projeto Opening Archives*. Disponível em: << <https://repository.library.brown.edu/studio/item/bdr:378133/> >>. Acesso em: 10 out. 2015. Telegrama de J. J. Jova, da embaixada do Chile, para o Departamento de Estado. Brazilian Ambassador's Concerns Regarding Activities of Brazilian Asylees in Chile. *Projeto Opening Archives*. Disponível em: << <https://repository.library.brown.edu/studio/item/bdr:378480/> >>. Acesso em: 10 out. 2015. Localização física do documento: NARA, Record Group 59, Entry Number A1 1132-A, Box Number 1944, Folder Title POL 30 BRAZ 1/1/64.

²⁷⁵ Telegrama de 02 de novembro de 1964. Visit of Mr. Da Costa, Brazilian Charge d'Affaires. *Projeto Opening Archives*. Disponível em: << <https://repository.library.brown.edu/studio/item/bdr:379204/> >>. Acesso em: 10 out. 2015. Localização física do documento: NARA, Record Group 59, Entry Number A1 1132-A, Box Number 1944, Folder Title POL BRAZ-A.

DOCUMENTO 13: Carta de Vanize Campos para Raymundo Garino Monteiro. Informação 800 de 28 de outubro de 1970. Cópias de correspondências remetidas da Argélia. O material foi reproduzido pelos investigadores do SNI. Arquivo Nacional, Brasília. Identificação: Ac_ACE_22670_70.

DOCUMENTO 14: Fotos dos argelinos que pediram visto ao Brasil anexadas em documento enviado pela embaixada da Argélia. Havia conexão entre as embaixadas para vigiar a entrada dos argelinos no Brasil depois do caso dos embaixadores argelinos Tayebi e Keramane. Documento 02064/70 - DSI- MR. *Arquivo Nacional*, Brasília.

64
INCOMING TELEGRAM *Department of State*

POL 30 BRAZ

47
Action
ARA

CONFIDENTIAL

Info
SS
G
SP
AF
NSC
INR
CIA
NSA
DOD
RSR

CONTROL: 2965
RECEIVED: JUNE 3, 1965, 11:15 AM

FROM: ALGIERS

ACTION: SECSTATE 2884

INFO: RIO DE JANEIRO 05

CONFIDENTIAL 3 JUNE

EMBTEL TO DEPT 2777

POL 30 BRAZ
BRAZILIAN AMB HAS EXPRESSED INTEREST ANY INFORMATION WE
MIGHT HAVE ON DEVELOPMENTS IN ARRAES AFFAIR, GIVING IMPRESSION
HE HAS NO DIRECT INFORMATION ON MATTER HIMSELF. WE ASSUME
THIS REPRESENTS NO MORE THAN PERSONAL CURIOSITY.

GP-3
CFN: 2777.

PORTER

CONFIDENTIAL

REPRODUCTION FROM THIS COPY IS
PROHIBITED UNLESS "UNCLASSIFIED"

DECLASSIFIED

DOCUMENTO 15: Telegrama da embaixada norte-americana em Argel para a embaixada dos EUA no Rio de Janeiro abordando o pedido de informações do embaixador brasileiro Roberto Assumpção sobre as ações de Miguel Arraes.

Projeto *Opening Archives*.

Disponível em: <<<https://repository.library.brown.edu/studio/item/bdr:378195/>>>.

Localização física do documento: NARA, Record Group 59, Entry Number A1 1132-A, Box Number 1944, Folder Title POL 30 BRAZ 1/1/64.

63

POL 30-2 BRAZ
xe POL 23-9 BRAZ

INCOMING TELEGRAM *Department of State*

82 XESB073SUA768 CONFIDENTIAL 04769

Action RR RUEHCR RUHHPA 1965 OCT 6 PM 9 58

DE RUESUA 127 280 0025

ARA ZNY CCCCC

R 052308Z

Info FM AMEMBASSY RIODEJANEIRO

TO RUEHCR/SECSTATE WASHDC 730

SS INFO RUHHPA/AMEMBASSY ALGIERS 24

G STATE GRNC

SP BT

AF C O N F I D E N T I A L OCTOBER 6

EUR REF: ALGIERS TEL TO DEPT 698

NSC

INR 1. ENDORSE FULLY COURSE RECOMMENDED BY AMBASSADOR JERNEGAN

CIA FOR DEALING WITH BRAZILIAN AMBASSADOR ASSUMPCAO ON LATTER'S

NSA REQUEST FOR INFORMATION REGARDING LOCAL ACTIVITIES ARRAES,

DOD SINCE LATTER HAS NOW CLEARLY ESPOUSED ARMED ACTION AND SUBVERSION

NIC AS MEANS FOR RETURN TO POWER IN BRAZIL OF LEFTIST ELEMENTS,

AND IS, ACCORDING TO RECENT CAS REPORTS, ACTIVELY PLOTTING

WITH KNOWN COMMUNISTS TOWARDS THIS END.

RSR 2. ON SEPTEMBER 8 I HAD LONG LUNCHEON DISCUSSION WITH ASSUMPCAO

HERE, AND THOUGHT HIS DESCRIPTION AND ANALYSIS OF ALGERIAN

PAGE TWO RUESUA 127 C O N F I D E N T I A L

SITUATION REFLECTED BOTH GRASP OF ESSENTIALS AND FAIR DEGREE

OBJECTIVITY. WHATEVER HIS PERSONAL VIEWS ON BRAZILIAN ROLE IN

"THIRD WORLD" MAY BE, HE IS IN EXPOSED POSITION VIS-A-VIS

PRESENT GOVERNMENT IN BRAZIL, WHICH I AM SURE WILL HOLD HIM

PERSONALLY RESPONSIBLE FOR REPORTING IN DETAIL ON ARRAES

ACTIVITIES AND CONNECTIONS, IN ORDER THAT GOB WILL BE IN POSITION

TO MAKE VIGOROUS REPRESENTATIONS TO GOA IF IT ALLOWS ARRAES

TOO MUCH LEeway OR APPEARS TO BE ABETTING HIM IN ANY WAY.

3. PROVIDING CAREFULLY SELECTED INFORMATION TO ASSUMPCAO

CAN HELP TO INSURE BOTH THAT GOB REMAINS ALERT TO ARRAES

POTENTIALLY DANGEROUS EFFORTS AND THAT IT HOLDS GOA FIRMLY

TO GENERALLY AGREED COMMITMENTS UNDERTAKEN BY GOVERNMENTS

ACCEPTING ASYLEES.

4. AS DOUBLE-CHECK AGAINST POSSIBLE SLANTING OR DISTORTION

BY ASSUMPCAO, MIGHT BE ADVISABLE TO KEEP EMBASSY RIO INFORMED,

BY COPIES OF MEMCONS OR OTHER MEANS, OF SPECIFIC INTELLIGENCE

PASSED TO ASSUMPCAO, WHICH WE COULD FROM TIME TO TIME PASS

IN CONFIDENCE TO FONMIN OR ONE OF HIS TOP DEPUTIES.

2 GORDON CONFIDENTIAL

BT

DECLASSIFIED

DOCUMENTO 16: Telegrama de Lincoln Gordon para o Secretário de Estado em 10 de junho de 1965. *Inter-Embassy Plans of Action on Miguel Arraes.*

Projeto *Opening Archives.*

Disponível em: <<<https://repository.library.brown.edu/studio/item/bdr:378452/>>>. Acesso em 10 out. 2015.

NARA, Group 59, Entry Number A1 1132-A, Box Number 1944, Folder Title POL 30 BRAZ 1/1/64.

Capítulo V- Militância política dos brasileiros em Argel

A primeira ação de oposição com participação dos exilados com grande destaque foi a *Frente Ampla*, entre 1966 e 1968. O movimento foi articulado pelo ex-governador da Guanabara, Carlos Lacerda, e contou com a participação de Juscelino Kubitschek, exilado em Lisboa, de João Goulart, exilado no Uruguai, e de políticos ligados a estes presidentes, como os deputados do MDB (Movimento Democrático Brasileiro) Renato Archer e Armindo Douzel de Andrade. Um manifesto publicado na *Tribuna da Imprensa* de 28 de outubro de 1966 lançou o movimento, que defendia eleições livres e diretas, reforma partidária, a retomada do desenvolvimento econômico e da soberania nacional. Em maio de 1967, Lacerda e Kubitschek concretizaram sua união por meio de um documento chamado *Declaração de Lisboa*. Dez meses depois, Lacerda e Goulart formalizaram a aliança no Uruguai.

A *Frente Ampla* conseguia expressividade com as personalidades políticas exiladas, mas era efetivamente organizada e realizada no Brasil. Representada por Renato Archer, o movimento realizou comícios em 1967 nas cidades de Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul; em 1968, os comícios ocorreram nas cidades de Londrina e Maringá. Devido à repercussão alcançada pela Frente Ampla, o Ministério da Justiça proibiu suas atividades em 5 de abril de 1968.

Carlos Lacerda buscou o apoio de Jânio Quadros, Leonel Brizola, Carlos Marighella e Miguel Arraes.²⁷⁶ Não conseguiu o apoio esperado. As cartas do acervo de Miguel Arraes revelam que o ex-governador de Pernambuco fora convidado para participar da *Frente Ampla*, mas declinou do convite. Arraes acreditava que o movimento não tinha objetivos bem definidos e esta falha poderia "servir ao inimigo".²⁷⁷ Além disso, a participação de Carlos Lacerda desagradava a Arraes, pois considerava que ele mudou de posição com relação ao regime militar apenas quando lhe foram fechadas as possibilidades de seu controle político na Guanabara.²⁷⁸

²⁷⁶ LAQUE, João Roberto. *Pedro e os lobos*. São Paulo: Veja Editora, 2010, p. 124.

²⁷⁷ Carta de Miguel Arraes a destinatário não identificado. Argel, 19 de setembro de 1966. *Instituto Miguel Arraes*, Recife. Série Exílio, Seção de correspondências expedidas, pasta 1, identificação: EXI_CE_0009_001.

²⁷⁸ Carta de Miguel Arraes a destinatário não identificado. Argel, 19 de setembro de 1966. *Instituto Miguel Arraes*, Recife. Série Exílio, Seção de correspondências expedidas, pasta 1, identificação: EXI_CE_0009_003.

Para Miguel Arraes, o golpe militar unira interesses de grupos da elite econômica do país num projeto de subserviência ao capital internacional dominado pelos Estados Unidos. As medidas em defesa dos interesses da soberania nacional tomadas pelo governo João Goulart contribuíram para uma reação violenta, concretizada no golpe de Estado. Portanto, seria fundamental combater o imperialismo, ou seja, o domínio político e econômico dos Estados Unidos sobre Brasil. Para este combate, um projeto de oposição deveria abandonar o "jogo democrático tradicional" e promover "a união do povo na luta pela independência". Os acordos políticos só teriam sentido na medida em que visassem a facilitar essa união.²⁷⁹

Miguel Arraes defendia a incorporação de temas que não estavam discutidos e englobados no objetivo da *Frente Ampla*:

Não condenamos tais objetivos. Não estranhemos sequer (sic) a ausência de referências aos presos políticos, as condenações arbitrárias, e muito menos referências àqueles que se encontram no exílio. Não podemos, contudo, deixar de nos surpreender com a ingenuidade (?) dos que advogam o silêncio e as "boas maneiras" como tática de luta, que pedem que não se vire a mesa para não prejudicar os bons entendimentos que realizam. Já não bastam, então, a repressão policial, as dificuldades de comunicação com o povo – que sofremos todos os atingidos pelo golpe militar. A isso se somam agora, as recomendações daqueles que, fazendo o jogo da ditadura ou servindo como instrumento de suas manobras, acreditam que o que se deve disputar é o prêmio de bom comportamento. Longe de nós sermos contra a frente única ou contra os seus promotores. Devemos ajuda-los no que for possível. Devemos ajudar todos os que combatem a ditadura. Pensamos, porém, que é necessário bem caracterizar a nossa posição. Nossa bandeira é a da independência nacional. Debaixo dela ou junto a ela sempre houve lugar para todos, inclusive para os descontentes. O descontentamento é muitas vezes, um começo de conversão. A aspiração à independência e que não pode ser rebaixada ao nível de simples descontentamento. Muito menos pode ser esquecida, posta de lado numa manobra tática, a pretexto de se facilitarem os acertos. Seria negar o sentido de nossa luta, mentir a nação, utilizar uma "falsa sabedoria."²⁸⁰

A denúncia da tortura e ajuda a presos políticos e exilados eram temas importantes para Miguel Arraes, que acreditava ser necessário aproximar-se mais dos setores civis para tornar a oposição à ditadura brasileira mais efetiva. Um movimento para satisfazer tais

²⁷⁹ Carta de Miguel Arraes a destinatário não identificado. Argel, 19 de setembro de 1966. *Instituto Miguel Arraes*, Série Exílio, Seção de correspondências expedidas, identificação: EXI_CE_0009_006.

²⁸⁰ Carta de Miguel Arraes a destinatário não identificado. Argel, 19 de setembro de 1966. *Instituto Miguel Arraes*, Série Exílio, Seção de correspondências expedidas, identificação: EXI_CE_0009_003. Nesta mesma carta, Arraes destaca seu desacordo com as ideias de Carlos Lacerda, que também fazia parte da Frente Ampla.

interesses foi formulado em 1967 e recebeu o nome de *Movimento Popular de Libertação* (MPL). A partir desta primeira iniciativa de envolver diferentes exilados, Arraes desenvolveu relações que facilitaram a criação da Frente Brasileira de Informação.

1 - O Movimento Popular de Libertação

O MPL foi fundado numa reunião em São Paulo no dia 12 de maio de 1968. Entre os participantes do encontro estavam o ex-deputado Marcio Moreira Alves, Mauro Borges (ex-governador de Goiás), Francisco Pereira de Araujo, Raimundo Silva (representante de Almino Affonso), Joaquim Arnaldo de Albuquerque, Miguel Newton Arraes (médico e primo de Miguel Arraes) e o advogado Djaci Magalhães Florêncio.²⁸¹ O objetivo do movimento era organizar uma forte oposição à Ditadura reunindo distintos grupos de esquerda sob a liderança de Miguel Arraes.

A escolha de Arraes como líder devia-se aos seus contatos políticos no exterior. A ideia de criar o movimento foi de Sônia Correa Lins, irmã de Sílvio Lins, que fora Secretário de Viação e Obras Públicas do governo Arraes. Sônia convidou Arraes para participar do MPL por meio de uma carta que foi entregue ao ex-governador em Argel por Marcos Correa Lins. De acordo com a proposta, Arraes enviou cartas para políticos no Brasil e no exílio com o intuito de conseguir apoio para o projeto. Aderiram ao movimento brasileiros exilados no Chile, em Paris e na Argélia e políticos do nordeste do Brasil (principalmente em Pernambuco) e no centro-sul.

Entre os integrantes de Paris, destacaram-se favoravelmente Roberto Las Casas, ex-professor da UnB (Universidade de Brasília), e Rui Rodrigues da Silva, ex-secretário da educação do estado de Goiás durante o governo de Mauro Borges. No Brasil, Mauro Borges, Sônia e Marcos Correia Lins eram as principais lideranças e arregimentaram integrantes de grupos estudantis e, em menor número, defensores da luta armada.

Segundo João Roberto Laque, que escreveu a biografia do militante da Vanguarda Popular Revolucionária, Pedro Luís Lobo, o objetivo do movimento era “iniciar a revolução socialista a partir de focos guerrilheiros em áreas rurais de Goiás e do

²⁸¹ Relatório “Miguel Arraes: luta pela anistia”, produzido pela 2ª seção/CMNE, 04 de dezembro de 1986. *Centro de Informações da Aeronáutica*. Informe 0001 de 13 de janeiro de 1987. Arquivo Nacional, Brasília. Identificação: BR AN BSB VAZ 124A 0083.

Maranhão”.²⁸² Embora fossem cogitados movimentos armados, eles não foram efetivados. Envolvendo lideranças estudantis, membros do Partido Comunista Brasileiro e da Ação Popular, o MPL concentrou-se na promoção de debates e seminários, auxílio financeiro aos exilados, publicação de artigos no exterior e de boletins no Brasil e outras ações visando envolver setores estudantis e operários no movimento.²⁸³

A Miguel Arraes cabia arregimentar participantes e estimular o diálogo entre os diferentes grupos que integravam o MPL:

O objetivo do movimento foi sempre o de lutar por uma frente capaz de incorporar o trabalho de grupos e pessoas, em todos os recantos do país, na luta contra o imperialismo e contra a ditadura. Coube-me a iniciativa de procurar arregimentar pessoas e grupos, depois de minha chegada ao exterior. Até então, não se podia falar em decisões coletivas, porque coletivo algum havia sido constituído. No entanto, devendo conservar o relacionamento com aquelas pessoas dispostas a dar cobertura ao movimento, nunca deixei de consultar os companheiros mais próximos e de decidir de comum acordo com eles as questões mais importantes e também as secundárias.²⁸⁴

Embora Miguel Arraes afirmasse ter sempre decidido “de comum acordo” com os demais partidários, foi acusado de ser autoritário e intransigente nas decisões. Arraes quis criar uma comissão provisória e reunir integrantes de vários grupos para elaborar meios de manter a organização, dividir responsabilidades e superar as desavenças. O ex-governador insistia numa solução para a crise no movimento:

Ora, no caso do movimento, não poderia desejar um choque que a nada levaria. Mas, não busco uma saída, uma composição. Não se trata de preconceito contra as composições. Não se trata de querer impor aos outros, coisa aliás sabidamente inútil, ideias e pontos de vista, fixando-me numa posição de suposta superioridade ou de inferioridade, como devem ser classificadas as posições desse gênero. É que ela tenderia a girar em torno de coisas secundárias, como está ocorrendo: quem manda? Quem não manda? Quem manda mais? Quem manda menos? Acontece que não pretendo mandar em nada. Mantenho o propósito de lutar por aquilo que acredito. O resto é secundário, decorre dessa disposição.²⁸⁵

²⁸² LAQUE, João Roberto. *Op. Cit.*, p.168

²⁸³ Ibid.

²⁸⁴ Carta de Miguel Arraes a destinatário em Paris identificado como Professor. *Instituto Miguel Arraes*, Recife. Série Exílio, Seção de Correspondências Expedidas, pasta 1, identificação: EXI_CE_0101_001.

²⁸⁵ Carta de Miguel Arraes a destinatário em Paris identificado como Professor. *Instituto Miguel Arraes*, Recife. Série Exílio, Seção de Correspondências Expedidas, pasta 1, identificação: EXI_CE_0101_004.

Apesar de seus esforços, Arraes não conseguiu evitar a crise no movimento. Os participantes do Chile, por exemplo, já não aceitavam mais o MPL, conforme se observa na carta de Marcio Moreira Alves a Miguel Arraes em 16 de março de 1970:

1 - Creio não ser possível a presença de um membro do grupo de Santiago na tal Comissão Provisória porque o Grupo de Santiago deixou de existir. O processo de dissolução, que foi longo, te foi oportunamente comunicado pelo encarregado da coordenação política aqui. Se bem me lembro passou por três etapas: a) um período de vários meses em que a falta de comunicações com o comando no Brasil e com o grupo europeu desalentou o trabalho aqui, dando a impressão de que se funcionava no vácuo, reunindo-se por reunir, estudando-se por estudar, b) um período em que do Brasil vinham, por intermédio de militantes, as notícias as mais desalentadoras sobre o progresso da organização. Essas informações coincidiam com as experiências que vivi e as impressões que tive do trabalho em nossa terra. Culminaram com um informe pessoal, prestado por um membro do comitê nacional, que se desligara, juntamente com boa parte dos militantes paulistas do movimento. Em virtude das contradições que porventura pudesse haver entre enfoques pessoais, o grupo não querendo desperdiçar mais de dois anos de trabalho e o seu próprio potencial de reflexão, pediu a um dos seus militantes que fizesse uma observação in loco e a relatasse. O trabalho desse delegado, se assim o podemos chamar, corroborou todas as informações anteriores. A situação no Brasil era de inexistência prática do movimento, por haver cometido toda uma série de erros que conheces melhor do que eu. Ele, como os que o antecederam, não viam viabilidade em uma recomposição ou reestruturação. c) em dezembro do ano passado, recebemos uma carta tua, na qual as dificuldades internas eram explicitadas e que terminava pedindo uma reavaliação do esforço feito, ao mesmo tempo em que anunciava a necessidade de um compasso de espera, que permitisse a cada um agir com liberdade. Em vista disso, foi realizada nos últimos dias do ano, um plano de Santiago em que se decidiu extinguir o grupo (...) ²⁸⁶

Miguel Arraes defendeu a reorganização do MPL, mas divergências entre ele e Silvio Lins provocaram cisões profundas no MPL. Arraes optou por não lutar mais pelo resgate do movimento. Estas divergências surgiram em 1969 e estavam relacionadas à divisão dos recursos financeiros arrecadados para o movimento. ²⁸⁷

Investigações do Centro de Investigações do Exército indicam que, em 1967, Sônia foi procurada pelo primo de Arraes, Miguel Newton, por Piragibe Castro Alves, e por Raimundo Silva e Lima para combinarem a organização de uma empresa que arrecadaria fundos para o MPL. Segundo um relatório do CIE,

²⁸⁶ Instituto Miguel Arraes, Recife. Série Exílio, Seção de Correspondências Expedidas e Recebidas, pasta 13, identificação: EXI_CREP_0177_001.

²⁸⁷ Carta de Miguel Arraes a Marcio Moreira Alves. Alger, 20 de agosto de 1970. Instituto Miguel Arraes, Recife. Série Exílio, Seção de Correspondências Expedidas e Recebidas, pasta 13, identificação: EXI_CREP_0170_002.

(...) lhe disseram que haviam estado com Miguel Arraes e que este lhes falara sobre a necessidade de ser estabelecido o contato para a criação da organização. Tendo em vista angariar fundos para a manutenção do MPL, foi criada em 1969 a empresa de Comercio Internacional denominada INTRADE S.A. e em 1973 foi criada a INTRADE, Empresa de Incorporação, Exportação e Representação Ltda., conhecida como INTRADE LTDA, associada a INTRADE S.A., com escritórios em Argel, Paris, Genebra e Rio de Janeiro.²⁸⁸

Miguel Arraes e os irmãos Silvio e Márcio Lins eram sócios na empresa INTRADE S.A. Silvio Lins era o diretor e tinha a responsabilidade de prestar contas sobre os ganhos, distribuir os lucros entre os participantes e destinar os recursos necessários para as ações do MPL. A INTRADE S.A. intermediava negociações entre empresas de diferentes países e o governo da Argélia, que necessitava importar grande quantidade de equipamentos, alimentos e mão de obra especializada para desenvolver a infraestrutura nacional.

Arraes acusou Silvio Lins de apropriar-se indevidamente do dinheiro da empresa, não prestar contas de forma correta e não destinar todo o valor obtido nas negociações para as ações do MPL. Em várias cartas, lamentava a situação financeira que impedia o auxílio a exilados, a assinatura de jornais e revistas para obtenção de informações, pagamentos de advogados e do envio de textos. Em 1 de novembro de 1970, Arraes enviou uma carta a Silvio Lins para exigir um relatório sobre os ganhos da empresa e as transferências realizadas que não havia sido apresentado há um ano:

Ocorre que essa atitude de tolerância de nada serve e estou convencido de que de nada servirá. Está mais do que claro que você pretende ganhar tempo e criar condições para o desenvolvimento de suas atividades comerciais. Não tenho mais o direito de aceitar desculpas, nem de levar tudo para o terreno das boas intenções. Não me cabe julgá-lo, mas apontar fatos para que esse julgamento se faça coletivamente, pelo conjunto das forças que lutam no Brasil.

Entre eles, menciono alguns. Na solução de questões comerciais de que dá conta sua carta de 29/4/69 a uma das empresas com quem trabalhava, você passou a depositar, em conta pessoal, os recursos recebidos e a receber. Na própria carta, você indica que se trata de solução provisória, perfeitamente compreensível nas circunstâncias. Decorreram já 17 meses e a solução definitiva, a transferência para um controle coletivo, não foi feita. Você exige coletivos políticos, mas os recursos continuam em nome pessoal.

Com eles, você tem pretendido influir politicamente, atuar através de pressões para fazer acordos com pessoas ou com organizações. Negou-se sempre, porém, a colaborar no sentido da criação de condições de trabalho para os companheiros perseguidos, embora isso fosse fácil de

²⁸⁸ Relatório "Miguel Arraes: luta pela anistia", produzido pela 2ª seção/CMNE, de 04 de dezembro de 1986. *Centro de Informações da Aeronáutica*. Informe 0001 de 13 de janeiro de 1987. *Arquivo Nacional*, Brasília. Identificação: BR_AN BSB VAZ 124A 0083.

obter com poucos meios ou praticamente sem eles, como ficou demonstrado ultimamente. Seu interesse foi sempre o de transformá-los em simples empregados, sujeitos ao seu controle empresarial.²⁸⁹

Arraes também acusou Silvio Lins de realizar reuniões sem sua presença para criticá-lo, estimulando as divergências no MPL. Segundo o ex-governador, a organização do movimento era extremamente centralizadora, não ouvia os distintos interesses e não agia para efetivar as decisões tomadas. Seria necessário manter contato com diferentes organizações, evitar as seleções e críticas aos grupos em prol da efetivação das decisões tomadas nas reuniões:

Nenhuma solução foi dada. Alguns papéis recebidos limitavam-se a atacar todas as organizações existentes, rotulando-as de foquistas ou de reformistas, sem nenhuma análise de suas práticas ou de suas dificuldades. Isso contraria frontalmente nossa posição, a busca de uma unidade e de uma saída para a luta no nosso país. (...). Para evitar uma disputa pessoal que você [Silvio] buscava e busca, ainda, propusemos a constituição de uma comissão que cuidaria do assunto. Propúnhamos reagrupar todos os companheiros, liquidar divergências, corrigir erros e procurar contribuir para uma reunificação.²⁹⁰

O Movimento possuía uma comissão provisória que analisava os projetos e controlava os orçamentos para executá-los. Em 20 de fevereiro de 1970, Miguel Arraes apresentava sérias críticas ao orçamento da comissão, apontando um déficit de 14 mil dólares. Além disso, diante das divergências dos núcleos, também criticava o baixo envolvimento com as ações para obter fundos para o movimento:

Na verdade, a única fonte de renda atualmente existente depende da atividade de três quadros apenas e ninguém parece se preocupar com as questões materiais do movimento, sem as quais, é obvio, ele não poderá funcionar. A base de Paris, que apresenta um ambicioso projeto, não parece sequer ter estabelecido um processo de contribuição para os numerosos militantes que diz ter recrutado recentemente, como fizeram os companheiros do Chile que, além de manterem suas próprias atividades e de ajudarem o recebimento de brasileiros que chegam fugidos da repressão, começaram a enviar uma pequena contribuição para os serviços internos.

²⁸⁹ Argel, 1 de novembro de 1970. *Instituto Miguel Arraes*, Recife. Série Exílio, Seção de Correspondências Expedidas, pasta 1, identificação: EXI_CE_0057_001.

²⁹⁰ Argel, 1 de novembro de 1970. *Instituto Miguel Arraes*, Recife. Série Exílio, Seção de Correspondências Expedidas, pasta 1, identificação: EXI_CE_0057_002.

Isso sem falar no fato de que o fracasso político do movimento provocou também uma completa ou quase ausência de meios recolhidos internamente. O projeto de reconstituição do trabalho político assenta, assim, tal como se pretende, em bases inteiramente irrealistas. A atividade de três quadros, cuja dedicação deve ser reconhecida, não pode suprir as necessidades internas e externas de uma organização que pretende realizar uma ação nacional, num país com o Brasil.²⁹¹

Arraes considerava que a crise seria solucionada se as decisões fossem tomadas pelos exilados, pois no Brasil o número de membros era pequeno e as determinações destes membros não estavam sendo adotadas no exterior e havia pouca efetividade do MPL no Brasil.²⁹² Esta postura ampliou as críticas à sua atuação no movimento: era acusado pelos demais de ser autoritário e desrespeitar as decisões coletivas.

Frente à crise política e financeira do movimento, em março de 1971, Miguel Arraes enviou uma carta para informar aos membros do grupo sobre seu rompimento com o MPL.²⁹³ Em outras missivas, o ex-governador mantinha as acusações sobre Silvio Lins como principais causas de seu desligamento. Em carta a Mauricio Dias David, Arraes afirmou:

Não sei se você tem conhecimento dos desmandos cometidos por Silvio Lins e pelo irmão, que fizeram uma grande cachorrada comigo. Apoderaram-se de recursos, fizeram e continuam a fazer todo um jogo que lhes permitia cobrir suas atividades. Com muito trabalho, consegui documentar-me devidamente, de modo a poder comprovar essas afirmações.

Nessa fase de luta e na situação em que nos encontramos, o oportunismo, o apodrecimento mesmo toma conta de muita gente.²⁹⁴

A análise da trajetória do MPL observada no numeroso conjunto de cartas do exílio deixadas por Arraes permite concluir que seu projeto de oposição à ditadura no Brasil

²⁹¹ Carta de Miguel Arraes à Comissão Provisória do MPL. Argel, 20 de fevereiro de 1970. *Instituto Miguel Arraes*, Recife. Série Exílio, Seção de Correspondências Expedidas, pasta 1, identificação: EXI_CE_0096_004.

²⁹² Carta sem data e identificação destinada aos “amigos” envolvidos no MPL. *Instituto Miguel Arraes*, Recife. Série Exílio, Seção de Correspondências Expedidas, pasta 1, identificação: EXI_CE_0098_001.

²⁹³ Arraes afirmava na carta: “Afim de evitar equívocos que se vem produzindo, consideramos necessário formalizar a comunicação de que não nos cabe qualquer responsabilidade pelas atividades do MPL, com quem aliás não mantemos relações. Ficam, assim, desautorizadas quaisquer conversações feitas em meu nome por parte de membros do aludido grupo. Esclarecimentos mais detalhados serão prestados, se necessário, aos responsáveis das organizações que se opõem a ditadura no Brasil. *Instituto Miguel Arraes*, Recife. Série Exílio, Seção de Correspondências Expedidas, pasta 3, identificação: EXI_CE_0609_001. O dia de escrita da carta não foi especificado.

²⁹⁴ Argel, 08 de dezembro de 1971. *Instituto Miguel Arraes*, Recife. Série Exílio, Seção de Correspondências Expedidas, pasta 3, identificação: EXI_CE_0105_001.

estava alicerçado no princípio de que grupos especialmente no exílio poderiam estimular a oposição ao regime e atrair a atenção no exterior.

A criação de comissões com representantes de exilados visava à superação das dificuldades de comunicação e de construção de ações conjuntas. Mesmo assim, as diferenças teóricas entre os participantes dificultavam a empreitada. Não houve coesão e as opiniões e interesses divergentes contribuíram para o fim do movimento.

O vínculo do movimento com as empresas controladas por Arraes e os irmãos Silvio e Márcio Lins também foi agente complicador. Trocas de acusações do uso de dinheiro dividiram o MPL. Enquanto Silvio Lins era acusado de não distribuir corretamente os lucros dos negócios, Arraes era acusado de querer tomar todas as decisões.

2 - A Frente Brasileira de Informação

As divergências entre os membros do MPL e a inexpressividade dos resultados alcançados pelo grupo motivaram Miguel Arraes, com apoio de Marcio Moreira Alves, a criar um novo projeto de oposição à ditadura brasileira. Tal projeto tinha como objetivo conseguir reunir a maior quantidade possível de exilados e colaboradores no Brasil e no exterior para obter e divulgar informações que denunciassem a repressão no Brasil.

O projeto foi intitulado *Frente Brasileira de Informação* (FBI) ²⁹⁵ e foi criado em novembro de 1969, ainda antes da extinção do MPL. Embora mantivesse a estratégia do MPL de unificar forças no exílio e no Brasil, as ações da FBI estavam concentradas na denúncia das arbitrariedades da ditadura. O *Front* propunha a apresentação de informações precisas sobre a tortura, a censura e a desigualdade social no Brasil. Sem defender diretamente uma ou outra ideia da esquerda brasileira, o movimento objetivava ter mais legitimidade e abrangência ao mostrar concretamente o que o governo Brasileiro tentava esconder da comunidade internacional por meio da repressão policial e da censura.

O líder da *Frente* era Miguel Arraes. A chefia do grupo também era formada pelo ex-deputado Marcio Moreira Alves, o professor Bayard Demaria Boiteux, Violeta Arraes, Almeri Bezerra de Melo e Everaldo Norões. As principais ações do grupo consistiriam na

²⁹⁵ A sigla FBI é apresentada nos boletins e nas cartas emitidas e recebidas por seus colaboradores. O boletim do movimento produzido em Argel era chamado *Front Bresilién d'Informations*, constantemente denominado pelo primeiro nome, *Front*.

produção de um boletim, reuniões com intelectuais e líderes políticos exilados. Os integrantes da *Frente* também enviavam cartas para instituições de defesa dos direitos humanos e promoviam conferências e exposições sobre a situação brasileira.

O boletim foi a principal estratégia da FBI e obteve maior destaque com a edição em língua francesa (*Front Bresilién de Information*). Os boletins continham informações sobre a situação econômica do Brasil, denunciavam a tortura, a censura e o desrespeito à legislação. Listas de nomes de torturados e torturadores foram divulgadas pelos impressos, que também continham artigos analisando a situação social do Brasil, e a importância da união dos brasileiros no exterior. Além dos documentos de denúncia, apresentava charges que satirizavam os militares que governavam o Brasil (DOCUMENTO 17).

Os dois primeiros boletins foram elaborados alternadamente em Santiago, sob responsabilidade de Marcio Moreira Alves, e em Paris, por um grupo de brasileiros representados por Violeta Arraes. Foram realizadas duas reuniões iniciais entre os integrantes, uma em Paris e outra em Milão, e nelas foram discutidas as bases do movimento, a estrutura de funcionamento, a forma e estilo do boletim. Em junho de 1970, o grupo criou um documento sobre as bases teóricas e práticas do *Front* ²⁹⁶ e escolheram Argel para ser sede do movimento. O grupo da FBI acreditava que haveria mais segurança para desenvolver a estrutura de produção do boletim e organizar um arquivo com todas as informações coletadas porque a Argélia era um país africano socialista distante da influência dos países americanos e, principalmente, da repressão política do governo brasileiro.

Os principais boletins do *Frente Brasileira de Informação* eram produzidos em Argel ²⁹⁷ e distribuídos aos grupos com sede em outros países que faziam a tradução e inseriam informações locais. A distribuição era realizada por brasileiros exilados no Chile, na Itália, na Suécia, na Bélgica, na Suíça e em Paris. Dossiês sobre presos políticos torturados e assassinados e dados econômicos do Brasil eram utilizados para criar uma campanha de denúncia da ditadura brasileira. (DOCUMENTOS 18 a 20)

As atividades da *Frente* foram monitoradas pelos órgãos de investigação brasileiros (DOCUMENTO 21), que a descreviam como uma "rede de divulgação de infâmias" cujo

²⁹⁶ Carta de Miguel Arraes a Marcio Moreira Alves. Argel, 27 de abril de 1971. *Instituto Miguel Arraes*, Recife. Série Exílio, Seção de Correspondências Recebidas e Expedidas, pasta 13, identificação: EXI_CREP_0207_004.

²⁹⁷ O escritório central da FBI ficava na entrada da Casbah de Argel, antiga fortificação e bairro popular. O endereço era Plateau Sauliers, caixa postal número 5. Recebia documentação e jornais do Chile, de Paris, Suécia, Londres e Estados Unidos.

objetivo era “esconder na Europa o desenvolvimento brasileiro.”²⁹⁸ Num relatório de 12 de agosto de 1980 arquivado no Departamento de Ordem e Política Social de São Paulo, fazia-se um balanço de um Movimento Comunista Internacional e a *Frente Brasileira de Informação*. Segundo o relatório, a *Frente* tinha como objetivo “oferecer uma imagem distorcida e denegrida do Brasil”.²⁹⁹ Segundo o relatório:

Com apoio intelectual e financeiro do Comunismo internacional, a FBI passou a desenvolver intenso trabalho através de uma vasta rede de comitês que se estabeleceram na França, Itália, Holanda e Bélgica, concomitantemente com a publicação de boletins e livros em vários idiomas e o custeio de passagens para vários elementos viajarem pela Europa, divulgando o problema das "torturas", sendo tais indivíduos brasileiros em sua maioria e que se encontravam naquele continente por serem refugiados, banidos ou foragidos. Assim, levavam todos, às expensas de Moscou, uma cômoda existência, sem problemas de sobrevivência, sendo que alguns até se exilaram voluntariamente, seduzidos pela perspectiva de uma permanência remunerada na Europa, bastando, para tanto, somente renegar a Pátria, que para eles não tinha o menor significado.³⁰⁰

Inicialmente, os ex-deputados Almino Affonso³⁰¹ e Marcio Moreira Alves representavam a *Frente* no Chile e a irmã de Miguel Arraes, Violeta Arraes, era a representante em Paris. Márcio e Violeta eram os responsáveis pelo envio de informações para Miguel Arraes na Argélia.

Durante seu longo exílio, Márcio viveu no Chile, na França e em Portugal, onde conheceu muitos brasileiros e personalidades políticas. Também viajou aos EUA com o objetivo de conversar com deputados norte-americanos sobre a situação brasileira³⁰². Mantinha contato por cartas com Miguel Arraes, em Argel, descrevendo seus encontros e informações. Violeta Arraes mantinha diálogos com exilados brasileiros e políticos na

²⁹⁸ Relatório “Miguel Arraes: luta pela anistia”, produzido pela 2ª seção/CMNE, em 04 de dezembro de 1986. *Centro de Informações da Aeronáutica*. Informe 0001 de 13 de janeiro de 1987. *Arquivo Nacional*, Brasília. Identificação: BR_AN_BSB_VAZ_124A_0083.

²⁹⁹ O Movimento Comunista Internacional e a Frente Brasileira de Informação. DEOPS, São Paulo. Arquivo Público do Estado de São Paulo, p.2

³⁰⁰ *Ibid.*, p.3.

³⁰¹ O deputado Almino Affonso regressou ao Brasil em 1976, depois de 12 anos de exílio. Foi cassado e exilou-se no Uruguai. Foi obrigado a deixar o Uruguai, devido às pressões de Pio Corrêa, embaixador brasileiro naquele país, para que o governo uruguaio não mantivesse comunistas brasileiros em seu território. Cf. MACHADO, Cristina Pinheiro. *Os exilados: Cinco mil brasileiros à espera de anistia*. São Paulo: Editora Alfa-Ômega, 1979, p.24. Sobre a trajetória política da Almino Affonso, ver: *Da Tribuna ao exílio*. São Paulo: Letras & Letras, 2003.

³⁰² Cf. GREEN, James N. *Apesar de vocês: oposição à ditadura brasileira nos Estados Unidos (1964-1985)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

França e também recebia o apoio do marido, Pierre Gervasseau. Esta participação de Violeta chamou a atenção dos órgãos de investigação do Brasil:

Os elementos de oposição brasileiros radicados em Paris são, de uma forma geral, estimulados por VIOLETA ARRAES GERVAISSAU, irmã do ex-governador de PE, MIGUEL ARRAES DE ALENCAR, atualmente exilado em ARGEL. - No que se refere à propaganda contra o Governo brasileiro, esse grupo oposicionista parece estar bem organizado, sob a liderança de VIOLETA. Procurando aparentar ideias cristão-progressistas (linha da democracia-cristã) preconizada no Brasil pela AP. VIOLETA, na realidade, promove numerosos contatos com elementos comunistas ortodoxos bem como com castristas e pró-PEQUIM, residentes em PARIS e ARGEL. Dentre os brasileiros esquerdistas asilados ou refugiados nessas capitais, os projetos de VIOLETA ARRAES são considerados como a fórmula de retorno das esquerdas ao poder no Brasil. VIOLETA, desde que MIGUEL ARRAES foi "EXPULSO" da França em 19 de julho de 1965 e passou a residir em ARGEL, atua como porta-voz oficioso do seu irmão. (...) VIOLETA, CASADA COM CIDADÃO FRANCÊS, GERVAISEAU, professor do Instituto de Altos Estudos para a América Latina (sede 23 Rua Saint Guillaume, Paris), reside em 4, Vila Floro, Paris 16, Casa que passou a ser local de reunião de todos os opositores do Governo brasileiro – após a Revolução de Abril de 1964.³⁰³

A maior quantidade de exilados latino-americanos estava em Paris. Como Miguel Arraes estava proibido de entrar oficialmente na França, por ter seu visto negado a partir de pressões diplomáticas brasileiras, Violeta Arraes representava a *Frente* na capital francesa. Importantes reuniões do grupo ocorreram em sua casa, que também recebeu exilados que procuravam ajuda para obtenção de bolsas de estudos em instituições francesas. Segundo o Serviço de Informações do Exército, Pierre Gervasseau favorecia-se da profissão de professor e da proximidade com dominicanos que lideravam instituições de educação para conseguir concessão destas bolsas.³⁰⁴

Na Argélia, Miguel Arraes e Bayard Demaria Boiteux tomavam as principais decisões sobre o *Front* e enviavam cartas aos colaboradores em diversos países. A correspondência entre Arraes e Marcio Moreira Alves abordava os problemas operacionais da FBI: lista de assinantes (existente num fichário vindo de Paris), envio de jornais e

³⁰³ Informação 533/63, de 28 de junho de 1968, da 2ª Seção do IV Exército, página 2, Prontuário número 17.966. *Arquivo Público Estadual João Emerenciano*, Recife: Fundo *Secretaria de Segurança Pública*, documento número 25441.

³⁰⁴ “Em suas atividades, (Violeta) conseguiu formar a seu redor um grupo de jovens estudantes brasileiros graças às facilidades que obtém em seu favor, sobretudo sob a forma de bolsas de estudo concedidas por órgão do Governo francês, entidades católicas e patrocinadas por padres dominicanos.” Informação 533/63, de 28.06.1968, da 2a. Seção IV Exército, página 2, Prontuário número 17.966. *Arquivo Público Estadual João Emerenciano*, Recife: Fundo *Secretaria de Segurança Pública*, documento número 25441.

revistas do Brasil e do Exterior, reunião da documentação para o arquivo e sugestões de temas para artigos do *Front*. Inicialmente, Almeri Bezerra auxiliava Arraes na produção e organização do boletim na Argélia, que era publicado em espanhol, italiano, inglês e francês. Os exemplares eram enviados para França, Alemanha, Holanda, Inglaterra, Itália, México e Estados Unidos (DOCUMENTO 22). O Boletim da *Frente* também era distribuído no Brasil clandestinamente pelo jornalista Darwin Brandão.

Em junho de 1970, com a chegada à Argélia dos quarenta banidos trocados pelo embaixador alemão sequestrado no Brasil, a FBI passou a ser dirigida por um colegiado composto por Miguel Arraes, Apolônio de Carvalho, do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário, Ladislau Dowbor, da Vanguarda Popular Revolucionária, e por José Maria Crispim, do Partido Comunista Brasileiro.³⁰⁵

Miguel Arraes e Marcio Moreira Alves pessoalmente ou por carta convidavam membros de diferentes grupos da esquerda no exílio para participarem do projeto. Ambos planejaram reuniões em Paris e em Santiago com membros da VPR, MR-8 e ALN. Em 1970, depois da boa repercussão dos primeiros boletins entre os exilados, um comunicado direcionado aos brasileiros no exterior era assinado pela VPR, ALN, MR-8 e Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT):

Quanto à denúncia e à propaganda, muita coisa já foi feita. Existe um serviço de informações, o Front Bresilién d'Information, com sede em Alger e que funciona em vários países europeus, existe, entretanto ainda muito trabalho a ser feito, neste terreno, para que a resistência popular existente no Brasil seja também no exterior uma força de pressão e mobilização da ditadura.

Grande parte das empresas estrangeiras que atuam no Brasil têm sedes ou seções importantes na Europa; ainda na Europa militares brasileiros fazem cursos de "guerra revolucionária"; neste sentido, as embaixadas brasileiras estão, já hoje, total ou parcialmente ocupadas por elementos da "Segurança Nacional", enfim é inestimável a quantidade de informações úteis que se pode obter no exterior, visando orientar não só o trabalho da frente externa mas também, e principalmente, o desenvolvimento da luta dentro do Brasil.³⁰⁶

Este documento destaca o objetivo de ampliar a oposição no exílio e a relaciona à oposição existente no Brasil. Embora os movimentos da esquerda tivessem sido bastante

³⁰⁵ Relatório "Miguel Arraes: luta pela anistia" produzido pela 2ª seção/CMNE, de 04 de dezembro de 1986. *Centro de Informações da Aeronáutica*. Informe 0001 de 13 de janeiro de 1987. *Arquivo Nacional*, Brasília. Identificação: BR_AN_BSB_VAZ_124A_0083.

³⁰⁶ *Comunicado: Aos brasileiros no exterior* (sem especificação de dia e mês), p. 15. Fundo ASMOB, Documentos digitalizados sobre a luta armada, CEDEM /UNESP.

reprimidos a partir de 1968, o texto mostra a crença numa “resistência popular”, portanto, a ação no exílio deveria contribuir para a “luta dentro do Brasil”. A censura no Brasil e no exterior era a grande preocupação para a transmissão de informações, por isso o apoio ao *Front* era defendido como importante estratégia. Além disso, o boletim poderia expressar que os movimentos de esquerda ainda estavam ativos no Brasil (DOCUMENTO 23).

A qualidade e a quantidade de informações, a distribuição e o impacto do boletim dependiam da interligação de pessoas no exterior, tanto os brasileiros quanto os colaboradores estrangeiros que apoiavam a luta contra a ditadura brasileira. Com o aumento da participação de brasileiros no movimento, foram criadas seções nos países onde havia exilados. As seções com mais participantes ficavam nas cidades de Santiago, Paris, Milão e em Genebra.

VPR, MR-8 e ALN concordaram em participar da publicação envolvendo seus integrantes exilados no Chile e na Europa³⁰⁷ desde que as seções tivessem autonomia de decisões. A necessidade de conceder autonomia, mas manter a centralidade do movimento com o grupo em Argel era considerada fundamental para manter a unidade da Frente sob a ideia de denúncia da ditadura e ao mesmo tempo garantir ampla participação dos agentes exilados na Europa e na América. Esta é a premissa defendida por Marcio Moreira Alves numa carta a Miguel Arraes em 18 de fevereiro de 1970:

Sobre a Frente, algumas observações: a) deve-se incluir na própria proposta de consolidação a referência explícita a uma direção conjunta. Todas as organizações revolucionárias que com ela se dispuserem a colaborar deverão estar representadas, diretamente ou por delegação, na direção. Mesmo que essa pluralidade tenha alguns efeitos de retardamento na parte operativa, é imprescindível. Sem ela, onde estaria a Frente de Informações? b) se bem que concorde com o estabelecimento da direção em Argel, creio que os escritórios e grupos locais de colaboração deverão ter autonomia, mantendo-se, lógico, dentro da política traçada de comum acordo. c) na medida em que se formem - e em Santiago as *demarches* nesse sentido andam avançadas - os comitês nacionais de apoio à luta brasileira deverão ser os representantes da Frente e os distribuidores do seu material (...)³⁰⁸

³⁰⁷ Carta de Miguel Arraes a Marcio Moreira Alves. Argel, 26 de setembro de 1970. *Instituto Miguel Arraes*, Recife. Série exílio, Seção de Correspondências Expedidas e Recebidas, pasta 13, identificação: EXI_CREP_0166_003.

³⁰⁸ Carta de Marcio Moreira Alves a Miguel Arraes. Santiago, 18 de fevereiro de 1970. *Instituto Miguel Arraes*, Recife. Série exílio, Seção de Correspondências Expedidas e Recebidas, pasta 13, identificação: EXI_CREP_0165_002.

A seção de cada país tinha tarefas específicas: alguns teriam mais função de coleta de informações ou recursos, especialmente no Brasil e em locais com pequeno número de brasileiros exilados. Em outros países como Chile e França havia brasileiros dedicados à publicação de boletins, pois eram lugares de grande circulação de exilados brasileiros e com repercussão política mundial.

A preocupação inicial de Miguel Arraes quanto ao *Front* era impedir que o movimento se transformasse apenas num trabalho de exilados, sem vínculos com o Brasil. Em carta a Marcio Moreira Alves, o ex-governador revelava ter um objetivo maior do que apenas a apresentação de críticas à ditadura:

A partir do próprio *Front* - e por mais que pretendamos ficar numa posição de divulgadores - seremos inapelavelmente levados a estar ligados ao que se realiza dentro do Brasil. As vagas internas irão nos afetar, sem dúvida, e devemos estar bem amarrados para não sermos levados por uma delas. A ligação com o interior - exigência sobre a qual estamos de acordo, significa que não queremos fazer um boletim de exilados, mas, interpretar a luta do nosso povo.

Para fazer o *Front*, temos que nos situar, portanto, diante da realidade interna do país e face às diferentes organizações que atuam lá dentro. O *Front* buscaria uma caução política no conjunto delas, de modo a ganhar em força e em representatividade. Isto é certo e devemos marchar neste sentido.

Como marchar neste sentido? A resposta é função da tarefa que nos cabe. Não só fazer o *Front*, mas, trabalhar no sentido de que surja, no Brasil, uma força capaz de derrubar a ditadura e o imperialismo. O *Front* é um dos instrumentos a serem utilizados no desempenho dessa tarefa.³⁰⁹

A mobilização contra o “imperialismo” foi defendida por Miguel Arraes como tema unificador da *Frente Brasileira de Informação*. A observação das premissas do *Front* indica destaque para a acusação de ações “imperialistas” no Brasil, a necessidade de romper com a censura e apoiar a resistência contra a ditadura:

- A informação da Frente brasileira pretende defender o povo brasileiro, lutando pela divulgação de informações e documentos que podem permitir um conhecimento exato da situação no Brasil, e assim forçar a censura barragem estabelecida pela ditadura .
- A Frente de informações Brasileira denunciará com todos os meios à sua disposição a dominação imperialista do Brasil, as medidas tomadas pela ditadura contra o povo e as ações específicas de repressão. Para o efeito,

³⁰⁹ Carta de Miguel Arraes a Marcio Moreira Alves. Alger, 20 de agosto de 1970. *Instituto Miguel Arraes*, Recife. Série exílio, Seção de Correspondências Expedidas e Recebidas, pasta 13, identificação: EXI_CREP_0170_003.

vai procurar atingir a mídia e as organizações internacionais, assim como no Brasil, tanto dentro como fora, todas as informações necessárias.

- As informações da Frente passam por escritórios brasileiros abertos em todos os países, a fim de promover um fluxo de qualidade das informações e se conectar com alguém do lado de fora.³¹⁰

Arraes definia a *Frente* como uma “vanguarda no exterior”, cuja função seria também apoiar os movimentos de oposição no Brasil. Esta também era a opinião de Marcio Moreira Alves:

Estamos reduzidos à leitura dos jornais e nem sequer recebemos regularmente os jornais brasileiros. Consigo ler as notícias das agências telegráficas quando existem assuntos mais importantes. Isso não basta absolutamente. Não temos ideia de como os acontecimentos estão se desenrolando em baixo, qual a posição e a atuação das diversas forças, qual a nossa contribuição, se existe ou não. A falta de relatórios sobre isso nos deixa de pés e mãos atadas, sem condições de diálogo. (...)

Da mesma forma que a luta armada tem que criar as condições de participação dos brasileiros nos combates dentro do nosso país, deve fazê-lo também no exterior. É necessário canalizar todos os esforços dos brasileiros no exterior no sentido do auxílio à resistência popular que se desenvolve no Brasil. (...) ³¹¹

Os boletins do *Front* enfatizavam o desconhecimento que a população brasileira e a comunidade internacional possuíam quanto os mecanismos políticos e econômicos do governo devido à censura. O boletim apresentava-se como meio imprescindível para desmascarar o governo e estimular a oposição interna e externa. No entanto, seus próprios membros sentiam as dificuldades de se manterem informados. Redatora do boletim em Argel e militante da VPR, Yara Gouvêa afirma:

As informações chegavam de múltiplas fontes, inclusive da Anistia Internacional e diversas Associações dos Direitos do Homem. Os companheiros, os membros das igrejas (católica e evangélicas), que permaneceram no Brasil na luta pela restauração dos direitos e pela volta à democracia(...) ³¹²

Com a divisão do movimento em seções, os boletins do FBI foram produzidos em língua local e inseriam também informações sobre eventos de grupos que apoiavam a

³¹⁰ Instituto Miguel Arraes, Recife: EXI. CE. 0064.001 e EXI.CE. 0065.001

³¹¹ Instituto Miguel Arraes, Recife: EXI.CREP.0170.008.

³¹² Depoimento de Yara Gouvêa em mensagem eletrônica de 16 de fevereiro de 2010.

oposição às ditaduras na América Latina. A maior parte da documentação divulgada, entretanto, era produzida em Argel e enviada às seções. Exemplares dos boletins produzidos em cada localidade eram enviados a Argel, que mantinha um controle sobre o conteúdo do material divulgado.

Os números de exemplares publicados eram expressivos. Em 1971, por exemplo, a seção italiana produziu 5 mil cópias de boletim. Na Suíça, foram produzidos dois mil exemplares em francês e também em alemão. Na Holanda, eram distribuídas 300 cópias do boletim. O grupo da *Frente* na Alemanha Ocidental tinha uma edição de 2 mil exemplares. Na Suécia, havia dois grupos do FBI que editavam 3 mil números do boletim. Com um número menor de membros, os exilados na Bélgica apenas distribuíam o boletim produzido em Argel.³¹³

A edição chilena (DOCUMENTO 24) era produzida pelo *Comitê de Denúncia e Repressão no Brasil* (CDBR), do qual participavam Maurício Dias David, Mário Siqueira, José Serra, que coordenava a Ação Popular em Santiago, e Armênio Guedes, jornalista e ex-dirigente do Partido Comunista Brasileiro (PCB)³¹⁴. Almino Affonso e Marcio Moreira Alves mantinham os contatos entre o grupo e a direção da *Frente* em Argel.

A edição mensal do boletim no Chile chegou a dois mil exemplares em 1971. Em Santiago havia também um programa de rádio mensal, ações de mobilização em bairros populares e fábricas e a publicação de uma série intitulada “Cadernos Brasileiros”, que teve 20 títulos.

Seguindo a posição da FBI, a edição chilena do *Front* tentava mostrar objetividade para realizar a denúncia, como se observa no seguinte trecho do periódico intitulado *Frente Brasileño de Informaciones*:

As notícias transmitidas pelo *FBI* são recolhidas entre todas as organizações de resistência brasileiras. Uma equipe de militantes de ideologias diversas é encarregada de selecioná-las e verificá-las. Todas as notícias divulgadas são absolutamente verdadeiras e objetivas. Os combatentes da resistência brasileira não se interessam a divulgar mentiras. *Nossa arma é a verdade.*³¹⁵

³¹³ Instituto Miguel Arraes, Recife. Fundo Exílio, Série de Correspondências Recebidas e Expedidas, pasta 13, identificação: EXI_CREP_0207_005 e EXI_CREP_0207_006.

³¹⁴ AZEVEDO, Ricardo. *Op. Cit.*, p.101.

³¹⁵ Trecho de uma carta em francês sem datação publicada pelo *FBI* para divulgar nomes de torturadores. Apud ROLLEMBERG, Denise. A imprensa no exílio. In: CARNEIRO, Maria Luíza Tucci (org). *Minorias Silenciadas: História da censura no Brasil*. São Paulo: EDUSP, 2002, p.60.

Todos os boletins do *Front* enfatizavam a censura imposta pelo regime brasileiro, a exploração econômica do país por multinacionais, a pobreza e a tortura. O grupo do *Front* em Argel organizou arquivos e preparou dossiês sobre a ajuda americana às polícias brasileiras, a balança de pagamentos do Brasil, os interesses dos militares no governo, sobre a situação de pobreza de muitas regiões do Nordeste brasileiro e sobre o “Esquadrão da Morte”.³¹⁶

O FBI justificava a divulgação de um boletim da seguinte forma: a censura aos meios de comunicação imposta pelo regime militar impedia que a população brasileira conhecesse a “verdade” sobre a situação econômica, política e social do país; portanto, um boletim embasado nas informações de organizações como a ONU e jornais brasileiros e estrangeiros alertaria a comunidade brasileira e internacional das irregularidades do governo brasileiro e permitiria o aumento da oposição à ditadura.

(...). Nós não poderíamos ficar calados diante de tais infâmias de ambos os ultrajes cometidos contra o nosso povo. Nós cumprimos um dever patriótico e, assim, temos a certeza que contribuir para a compreensão das verdadeiras proporções da tragédia nacional e parar a ação dos exploradores em suas ações anti-Brasil. Os fatos mostram que os nossos relatórios são quase sempre retirados de fontes oficiais, como o BID, as Nações Unidas, o IBGE, FGV, de jornais brasileiros, permitindo comparações. Às vezes nos referimos à imprensa estrangeira, o máximo de informações sobre o nosso país são censurados nosso povo, embora divulgadas fora.³¹⁷

O Brasil era apresentado pelo boletim como um país subserviente: ao fornecer recursos econômicos e naturais e apoio político aos EUA, renegaria sua soberania em tomar decisões, prejudicando o povo brasileiro. As críticas incidiam sobre o “Milagre Brasileiro”, denominação dado ao projeto de desenvolvimento econômico do governo de Garrastazu Médici (1969-1974). A preocupação do boletim neste aspecto era desmentir a ideia de desenvolvimento pleno destacando que a prosperidade econômica era inversamente proporcional ao bem-estar social:

³¹⁶ O “Esquadrão da Morte” perseguia e assassinava inimigos políticos do governo. Era apoiado pelo governador paulista Abreu Sodré, por membros da hierarquia militar e do Ministério Público. Cf. BICUDO, Helio Pereira. *Meu depoimento sobre o Esquadrão da Morte*. São Paulo: Martins Fontes / Pontifícia Comissão de Justiça, 1976.

³¹⁷ *Front Bresiliën d'Informations*. Setembro de 1971, p. 1. Instituto Miguel Arraes, Recife. Série Exílio, Seção de Boletins, pasta 1, identificação: EXI_BIFBI_001_0004.

Vivemos em um país de 90 milhões de habitantes, mas 60 milhões não têm acesso a artigos fabricados localmente, o que não estimula nossa própria produção. E dois terços da população são marginalizados do consumo interno.³¹⁸

Na introdução da primeira edição do boletim, os autores destacavam que há um “círculo vicioso da pobreza”: a pobreza não seria uma condição passageira, mas havia tornado permanente e característica. As razões da pobreza seriam decorrentes de dois fatores: “a injustiça social geradora” e a “exploração imperialista”. Dados da CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina) divulgados pelo boletim para enfatizar a injustiça social apontavam que um total de 900 mil pessoas possuíam uma renda equivalente àquela de 45 milhões de pessoas, metade da população estimada no início da década de 70. Este grupo privilegiado tinha 28% da renda total enquanto 81 milhões de brasileiros possuíam 46%.³¹⁹ A maioria da população brasileira não tinha acesso a bens elementares devido à baixa renda, enquanto as elites detinham todo o poder econômico e político. A maioria dos bens produzidos no país estavam destinados à exportação, prejudicando o consumo interno com preços elevados incompatíveis com a baixa renda do trabalhador. Segundo o boletim, o estímulo às exportações representava o favorecimento ao “capital internacional”. O favorecimento das políticas econômicas aos países mais desenvolvidos era a principal acusação apresentada contra o Ministro Delfim Neto:

O senhor Delfim Neto, ministro da Economia reconhece este fato. Ele admite que a repatriação dos lucros das empresas estrangeiras que operam no Brasil é desvantajosa para o Brasil. Mas longe de oferecer uma limitação e controle dessas repatriações, como um país soberano, cujos líderes levam em conta os interesses nacionais, diz que para "resolver este problema, não devemos impedir que o capital estrangeiro entre, mas aumentar as exportações".³²⁰

Para o boletim, a exploração imperialista configuraria o domínio econômico das potências sobre o Brasil com apoio da ditadura. Os Estados Unidos eram descritos como os grandes exploradores da nação brasileira. O favorecimento do governo à entrada de empresas estrangeiras no país era apontado pelo boletim como uma política de ultraje à

³¹⁸ *Front Bresilién d'Informations*. Setembro de 1971, p. 2. Instituto Miguel Arraes, Recife. Série Exílio, Seção de Boletins, pasta 1, identificação: EXI_BIFBI_001_0005.

³¹⁹ *Front Bresilién d'Informations*. Setembro de 1971, p. 3. Instituto Miguel Arraes, Recife. Série Exílio, Seção de Boletins, pasta 1, identificação: EXI_BIFBI_001_0006.

³²⁰ *Front Bresilién d'Informations*. Setembro de 1971, p. 4. Instituto Miguel Arraes, Recife. Série Exílio, Seção de Boletins, pasta 1, identificação: EXI_BIFBI_001_0007.

soberania nacional. Os principais grupos empresariais criticados no boletim eram: Light, Volkswagen, Hanna Corporation (exportadora de minério de ferro), a Philipps Petroleum que controlava o grupo Ultrafértil (produtora de fertilizantes), grupos estrangeiros da construção naval, as organizações Globo e suas conexões com o *Time Life Group*, o City Bank of New York, a Bozzano Simonsen, dentre outras organizações.³²¹

O boletim analisava dados do Congresso Nacional, do governo federal e de jornais nacionais para questionar a política econômica dependente do capital externo. Apesar de utilizarem os jornais brasileiros como fonte, os boletins alertavam que os jornais de grande circulação eram subservientes e coniventes com a política do governo. *O Estado de São Paulo* e o *Jornal do Brasil* seriam os maiores representantes desta postura “antipatriótica”.³²²

Por meio de uma enorme máquina de propaganda, o sistema tenta "vender" a ideia de que o Brasil cresce. A economia é baseada no controle da inflação, na racionalização do sistema fiscal e no aumento das exportações. O fato essencial é que “depois de 64, a aplicação do sistema capitalista foi feita de forma muito mais eficiente”. Fato, foram eliminadas as concessões tradicionais feitas antes de 1964 sob a pressão popular (SUDENE, a organização dos trabalhadores, o direito de transferência de benefícios, reajustes salariais regulares). Hoje, nós estamos lidando com um sistema capitalista cuja regra é aplicada racionalmente pelos grandes interesses monopolistas internacionais.³²³

O boletim negava o sucesso do desenvolvimento industrial preconizado pelo governo militar, o chamado “Milagre Brasileiro”. Defendia também que, enquanto o governo disseminava a ideia de que o Brasil estava em pleno desenvolvimento econômico, a repressão e a anulação dos direitos individuais eram escondidas pela censura:

O Brasil assinou, em outros tempos, e adere ainda à Declaração Universal dos Direitos Humanos, que afirma no artigo 5º: "Ninguém será submetido à tortura, tratamento ou punição cruel, tratamento desumano ou degradante". No entanto, ninguém escapa da fúria bestial dos algozes,

³²¹ Id. Segundo esta edição de setembro de 1971: “Durante os últimos 10 anos, os Estados Unidos investiram no Brasil 2,5 bilhões de dólares. Somente nos últimos seis anos, desde o golpe de Estado de abril de 1964, 8 bilhões de dólares foram repatriados para os Estados Unidos. A diferença, 5,5 bilhões de dólares, pagaria toda a nossa dívida externa e ainda seria de R \$ 2,5 bilhões. Devo dizer que o investimento de 2,5 bilhões de dólares veio na forma de equipamentos normalmente já ultrapassados em seu país de origem e são cobrados a um preço superior ao preço real para justificar a taxas mais elevadas.”

³²² *Front Bresilién d'Informations*. Setembro de 1971, p. 9. Instituto Miguel Arraes, Recife. Série Exílio, Seção de Boletins, pasta 1, identificação: EXI_BIFBI_001_0012.

³²³ *Front Bresilién d'Informations*. Setembro de 1971, p. 11 Instituto Miguel Arraes, Recife. Série Exílio, Seção de Boletins, pasta 1, identificação: EXI_BIFBI_001_0014.

nem as crianças, nem as mulheres, mulheres grávidas, idosos, religiosos.³²⁴

O tema da tortura foi tratado com ênfase. O boletim reforçava as premissas internacionais dos direitos humanos e transcrevia depoimentos de brasileiros torturados³²⁵. A transcrição de depoimentos de Frei Tito, por exemplo, foi utilizada para demonstrar o desrespeito aos religiosos e a crueldade cometida pela polícia política:

Havia seis torturadores comandados pelo Capitão Mauricio. Pendurado nu, mãos e pés atados, recebi choques elétricos nos tendões nos pés e na cabeça". Era o "pau-de-arara ". Em seguida foram os "telefones" (tapas simultâneos em ambas as orelhas). Durou 22 horas justamente. Saindo de lá para a cela eu tinha o corpo coberto de hematomas, o rosto inchado, a cabeça inchada e dolorosa.³²⁶

A divulgação do assassinato de Carlos Lamarca foi um dos temas mais relevantes abordados pelo boletim em 1971(DOCUMENTO 25). Na edição de 10 de outubro de 1971, MR-8, ALN e VPR divulgaram um documento sobre a morte do líder da VPR. O boletim descreveu a emboscada organizada pela polícia política e destacou sua liderança em prol da luta contra a ditadura. Embora reconhecesse o fato como um duro golpe, também o descrevia como um marco para que continuassem lutando contra o regime militar:

Carlos Lamarca foi o líder assassinado de forma mais cruel pelos gorilas brasileiros. Perfurações em seu corpo são uma prova acusatória: os gorilas o assassinaram friamente com três balas no coração (...) Lamarca era, como Marighella e Joaquim Câmara Ferreira, um líder revolucionário de renome nacional e internacional. (...) (...) Amado e admirado pelo povo, atirador famoso e infalível instrutor dos guerrilheiros, era bem preparado. Ele sabia o que significava guerra revolucionária, dificuldades, sofrimentos e demandas. (...)

³²⁴ *Front Bresilién d'Informations*. Setembro de 1971, p. 36. Instituto Miguel Arraes, Recife. Série Exílio, Seção de Boletins, pasta 1, identificação: EXI_BIFBI_001_0039.

³²⁵ Em relatório de outubro de 1970, os investigadores citavam a ênfase do jornal à tortura no Brasil e concluíam que "os subversivos brasileiros no exterior têm necessidade de repetir e praticar os mesmos assuntos que, desde há bastante tempo, constituem os "pontos fortes" da campanha contra o Brasil no Exterior". Segundo o documento, os exilados transmitiam programas para a França às 23 horas na chamada "A voz da Argélia". Sumário de Informações sobre o Comunismo Internacional. SNI, outubro de 1970, p. 91-95.

³²⁶ *Front Bresilién d'Informations*. Setembro de 1971, p. 36. Instituto Miguel Arraes, Recife. Série Exílio, Seção de Boletins, pasta 1, identificação: EXI_BIFBI_001_0039.

As condições em que as pessoas no Brasil estão lutando para libertar-se são difíceis (...)³²⁷

Cartas enviadas e publicadas por presos políticos corroboravam a ideia da repressão violenta no Brasil. Devido à distância, à censura e à demora dos correios, muitas informações não chegavam a tempo de produzir os boletins, como exemplifica esta mensagem ao leitor:

Senhor,

Apresentamos neste boletim algumas informações e fatos sobre o Brasil que não eram conhecidas ainda devido à censura militar, que controla todos os meios de comunicação ou que publica versões falsas dadas pela polícia. Alguns desses fatos podem ter ocorrido há vários meses. O atraso de divulgação é devido às dificuldades que devemos superar para estabelecer o contato com os presos, muitas vezes incomunicáveis há meses pela ditadura militar no Brasil. Os contatos com os combatentes da resistência brasileiros raramente são imediatos.³²⁸

A deficiência na obtenção de informações sobre a política brasileira foi discutida entre Arraes e Márcio Moreira Marcio Moreira Alves. Além da ausência de dados devido à demorada comunicação, não havia um número de pessoas suficiente para todas as tarefas necessárias à publicação:

Front/funcionamento: o pessoal aqui em feito o que pode para pô-lo em ordem, funcionando com regularidade. Estávamos desfalcados de Almeri, que saiu de férias, e eu próprio me encontrava em viagem, tendo chegado no meio da preparação do último número. Pareceu-me válidas as falhas apontadas que poderão ir sendo corrigidas. De acordo que as primeiras notícias devam ser quentes. Com todas as discussões havidas, porém, nada nos chega de quente, a não ser de você e de Violeta. Além de canais ainda muito precários que procuramos abrir diretamente, nada nos chega da terra. (...).

- É preciso que ativemos, por nossa própria iniciativa, os meios para ampliar as fontes de informação.

Estamos, além disso, em período de ajustamento interno do trabalho, quer do equipamento, quer do pessoal encarregado das diferentes tarefas. Isso exige algum tempo para correção de deficiências e uma maior clareza a respeito da própria tarefa a executar. Permanecer um órgão de denúncia?

³²⁷ *Front Bresilién d'Informations*. 10 de outubro de 1971, p. 3. Instituto Miguel Arraes, Recife. Série Exílio, Seção de Boletins, pasta 2, identificação: EXI_BIFBI_004_066.

³²⁸ *Front Bresilién d'Informations*, n.7, 05 de março de 1970. Instituto Miguel Arraes, Recife. Série Exílio, Seção de Boletins, pasta 1, identificação: EXI_BIFBI_002_118.

Avançar mais, colocando problemas que façam compreender a situação do país no seu conjunto, de modo a apoiar melhor as denúncias?³²⁹

Para conseguir jornais e revistas brasileiros, além do envio de exemplares por colaboradores, fazia-se a assinatura dos periódicos com o endereço de instituições de Paris, como livrarias. Sob indicação de Carlos Figueiredo Sá, o jornalista mineiro José Maria Rabêlo conseguiu financiamento com Miguel Arraes para criar a *Librairie Centre des Pays de Langue Espagnole et Portugaise*.³³⁰ Além de vender material de grupos políticos latino-americanos, era local de conferências e encontro de exilados.³³¹ Em correspondências enviadas a José Maria Rabêlo e a Violeta, Arraes insistia sobre a falta de notícias:

Soube que os números dos jornais que saem para o exterior estão sendo controlados, pelo menos os que vêm através dos correspondentes, a quem são entregues, etc. Informação para ser considerada no cálculo geral das coisas.

Vejamos o que deveríamos receber para atender ao trabalho que se realiza ou que deve ser realizado. Para que estejamos em dia com o país, por outro lado.

Jornais - Pelo menos, o *Estado de São Paulo* e o *JB*. - Outros jornais, inclusive de PE e MG, além de recortes indispensáveis ao arquivo.

Revistas - *Visão* pelo menos

Revistas econômicas - *Conjuntura econômica*, e mais outra do mesmo gênero.

Publicações oficiais - Ministério do Planejamento, IBGE (Anuário estatístico, monografias, resultados do censo de 1970, etc.). Relatório do Banco Central. SUDENE e Banco do Nordeste (estudos, planos e pesquisas). Dados de outros organismos regionais. Relatório do BB e do BNDE

Livros- economia, literatura, sociologia, política. Teríamos que dispor de catálogos recentes das editoras.³³²

Todos estes investimentos demandaram esforços para conseguir dinheiro. Além do dinheiro advindos das empresas nas quais Arraes era sócio, a grande rede era mantida com

³²⁹ Ibid.

³³⁰ Sobre o apoio de Miguel Arraes para a construção da livraria, José Maria Rabêlo afirmou: “O ex-juiz paulista, Carlos Figueiredo Sá, agora exilado na França, que sabia como ninguém das coisas da colônia, me fez uma sugestão: “Procure o Arrais (sic), que está com muito dinheiro. Ele ganhou uma grana preta como intermediário na construção de uma rodovia na Mauritânia pela Companhia Mendes Júnior”. RABÊLO, José Maria, RABÊLO, Tereza. *Diáspora: os longos caminhos do exílio*. São Paulo: Geração Editorial, 2001, p. 184.

³³¹ José Maria Rabêlo coordenou a livraria até 31 de dezembro de 1978, quando teve um grave desentendimento com Miguel Arraes. Rabêlo destaca que a livraria era um ponto de encontro de intelectuais latino-americanos e que tinha um auditório com 100 lugares onde houve seminários e debates com personalidades renomadas como os escritores Julio Cortazar, Mario Vargas Llosa, Eduardo Galeano e José Saramago. Também menciona os brasileiros Celso Furtado, Mário Pedrosa, Muniz Bandeira e Sebastião Salgado. Cf. RABÊLO, José Maria; RABÊLO, Thereza. *Op. Cit.* p. 185.

³³² Carta de Arraes a José Maria Rabêlo. Argel, 24 de março de 1971. *Instituto Miguel Arraes*, Recife. Série Exílio, Seção de Correspondências Expedidas, pasta 1, identificação: EXI_CE_0153_002.

as vendas dos boletins e contribuições de simpatizantes do movimento. Um exemplo de apelo para estas contribuições pode ser lido no *Brazilian Information Front*, de Londres, dirigido por Sena de Figueiredo e sua esposa, Maria Regina ³³³:

A ditadura militar brasileira tem vastos recursos para salvar as aparências por meio da ofensiva diplomática, nós só temos uma causa justa e a nossa fé no "esforço libertário do povo brasileiro". É em nome desse esforço que nós pedimos ajuda com suporte financeiro para aqueles que lutam no Brasil. As contribuições devem ser enviadas na forma de cheques ou encomendas postais para: Brian Darling Libetration (MCL) 3.13 Caledonian Road – Londres - n. 1 ³³⁴

É importante ressaltar que a produção destes boletins não era a única forma de atuação da *Frente*. Além do boletim informativo, a Frente Brasileira de Informação envolveu-se com instituições de defesa dos direitos humanos e com eventos políticos e sociais contrários aos sistemas repressivos na América Latina. Entre os militantes responsáveis por tal envolvimento, destacam-se duas mulheres: Anina de Alcântara Carvalho e Yara Gouvêa.

A advogada Anina de Alcântara Carvalho, defensora de presos políticos em São Paulo, exilou-se na Bélgica, no Chile e na França. Chegou a Argel em 1971. Sua atuação como advogada contribuiu para que fosse escolhida como uma das representantes da FBI na Europa. No Brasil, Anina havia se destacado por defender estudantes universitários envolvidos com a UNE e manteve a atuação em defesa dos exilados ao viver em Paris, conforme relatou em 1979 ao projeto *Memórias dos Exílio*:

As organizações internacionais que a meu ver procuravam apoiar a questão dos direitos humanos no Brasil foram todas organizações juristas — juristas democratas, juristas católicos, Liga Internacional dos Direitos

³³³ Sobre a presença do *Front* na Inglaterra, a Aeronáutica apresentava a seguinte informação em 16 de novembro de 1970 em resposta a um pedido de busca realizado em agosto daquele ano: O “Brazilian Information Front”, em Londres, através de Sena de Figueiredo e sua mulher, Maria Regina, foi participante atualmente na máquina, recentemente desmontada, para a divulgação nos países europeus de noticiário injurioso sobre o Brasil. Os órgãos de segurança britânicos acompanham de perto as atividades de grupos extremistas estrangeiros no país e não estimulam a expansão de atividades subversivas. Centro de Informações da Aeronáutica. Resposta a pedido de busca número 21. 16 de novembro de 1970. Arquivo Nacional, Brasília.

³³⁴ *Brazilian Information Front*. Londres, p.1. Instituto Miguel Arraes, Recife. Série Exílio, Seção de boletins, pasta 1, identificação: EXI_BIFBI_002_101. Na capital inglesa, o boletim era publicado pelo Comitê Britânico contra a ditadura no Brasil, grupo liderado por Brian Darling, que trabalhava no periódico *New Left Review*.

do Homem e a Anistia Internacional. Trabalhei muito com a Anistia Internacional, inclusive fizemos aquele relatório sobre a tortura no Brasil, que custou muito esforço, e que foi um bom trabalho. Durante dois anos e pouco — 71 a 73 — recebi toda a imprensa brasileira, e fiz um arquivo de presos políticos, 3000 fichas de processados. E foi muito útil porque muitos companheiros aqui precisavam provar que tinham processo político para pedir o refúgio, usaram do meu arquivo. O arquivo também foi útil à Anistia Internacional e às outras organizações internacionais, para listas de presos, levantamentos, etc. Aqui em Paris continuo, para a colônia, sendo a advogada. O pessoal que tem ainda problemas políticos, ou outro tipo de problema precisando de uma orientação jurídica, costuma me procurar. (...) ³³⁵

Anina teve importante papel na relação com membros de instituições internacionais ligadas à Igreja e aos direitos humanos. Em cartas enviadas a Marcio Moreira Alves, descreve reuniões com representantes destas organizações na Alemanha, na Holanda, na Itália e na Suíça. No trecho abaixo, ela descreve a Márcio alguns destes encontros em 1972:

- 1) 10, 11 e 12 do março: reunião em Londres com os representantes de todas as seções de "Amnesty". Fui, oficialmente, encarregada de:
 - a) - dar toda a orientação necessária aos grupos que adotam presos brasileiros;
 - b) - juntamente com outro elemento de "Amnesty" (Johannes Brune), coligir, reunir e divulgar, em forma de "livro negro", todo o material existente na Europa, em Alger, no Chile, etc, sobre torturas, torturados e torturadores;
 - c) - 13 de março - mesa redonda de esclarecimentos sobre "militarismo na América Latina". A minha participação foi em relação à repressão no Brasil. A reunião teve lugar na Universidade de Villetaneuse. Foi o encerramento de uma "semana América Latina." E foi precedida pela projeção do filme "os fuzis";
 - d) - 14 de março - Conferência em Orleans, "La situation politique au Brésil", na Marie d'Orléans, patrocinada pela "Communauté de recherche et d'action non-violente". Esta comunidade, como você deve se lembrar, tem como elemento principal o Pe. Desbois (que entrou em greve de fome quando a França vendeu os "Mirages" ao Brasil). A conferência, que foi seguida de debates, foi precedida e seguida de ampla cobertura pela *Emprensa* (sic) local. Na cidade havia vários cartazes convidando o povo a participar." ³³⁶

Neste mesmo ano, Anina participou de uma jornada sobre "Os direitos do homem e os prisioneiros na Europa", onde expôs a situação de presos políticos no Brasil. Entre

³³⁵ UCHÔA CAVALCANTI, Pedro Celso; RAMOS, Jovelino (orgs.). *Memórias do Exílio: Brasil — (1964-19??)*. De muitos caminhos. vol.1, São Paulo: Livraria Livramento, 1976, p. 56.

³³⁶ Carta de Anina a Marcio Moreira Alves, 09 de abril de 1972. *Instituto Miguel Arraes*, Recife. Série Exílio, Seção de Correspondências Expedidas e Recebidas, pasta 13, identificação: EXI_CREP_0240_001.

muitos outros encontros, Anina participou da *Conferência de Magistrados e Juristas*, em Paris. Com apoio da Anistia Internacional, foi para México, Panamá, Equador, Peru e Venezuela recolher dados de brasileiros exilados.³³⁷

Yara Gouvêa teve papel crucial na produção dos boletins: foi repórter, redatora, diagramadora, impressora e responsável pela expedição dos exemplares. Exilada na Suíça, era conhecida pelo codinome “Sônia” e foi indicada a Miguel Arraes pelos militantes da VPR, Onofre Pinto e Ladislau Dowbor.³³⁸ O papel representativo na Europa de Sônia devia-se às redes de relacionamentos que conseguiu construir no exílio. Sônia exilou-se na Suíça depois de ser presa por sua participação no movimento estudantil. Em Genebra, visitou o Conselho Ecumênico das Igrejas, já que recebera ajuda da Igreja presbiteriana para deixar o Brasil. Encontrou-se com Peter Benenson, da Anistia Internacional, e foi admitida como estudante na Universidade de Genebra.

Em Genebra, Yara representou a FBI nos órgãos internacionais e tinha a função de “instalar antenas da Frente Brasileira de Informação nos países europeus”.³³⁹ Como exemplo do trabalho para conseguir meios de expor as informações do movimento destacam-se contatos com a Cruz Vermelha e a Associação Suíça de Direitos Humanos, por meio do seu dirigente, Denis Payot, e o agendamento de uma entrevista com Ladislau Dowbor e Apolônio de Carvalho num programa da televisão suíça chamado *Temps Présent*. Neste programa, mostraram as marcas da tortura em seus corpos.³⁴⁰

Sobre este episódio, Yara declara que houve grande pressão da embaixada em Berna para expulsar os dois brasileiros da Suíça. De fato, a participação de Apolônio de Carvalho e Ladislau Dowbor em uma série de conferências na Suíça pode ser tomada como um bom exemplo da ação da polícia e das embaixadas brasileiras na Europa para combater o que os órgãos de repressão chamavam de “campanha subversiva no exterior”. A interligação da investigação do CIEX e da embaixada do Brasil conseguiu que ambos fossem expulsos da Suíça pelo Conselho Federal daquele país em 4 de novembro de 1970.

³³⁷ Carta de Marcio Moreira Alves a Miguel Arraes. Paris, 29 de outubro de 1973. *Instituto Miguel Arraes*, Recife. Série Exílio, Seção de Correspondências Expedidas e Recebidas, pasta 13, identificação: EXI_CREP_0257_001.

³³⁸ Em Bruxelas, Yara entrou em contato com o padre Jean, que lhe apresentou a outros brasileiros exilados. Em Roma, conheceu Onofre Pinto, um dos dirigentes da VPR. Ela armazenava em sua casa documentos falsos e passaportes que seriam distribuídos aos militantes da VPR. Ao contar a Ladislau Dowbor que se sentia vigiada, Onofre e Dowbor decidiram que ela deveria ir a Argel e auxiliar nos trabalhos do Front. GOUVÊA, Yara e BIRCK, Danielle. *Dois Vozes*. São Paulo: Editora de Cultura, 2007, p.45.

³³⁹ GOUVÊA, Yara e BIRCK, Danielle. *Op. Cit.*, p.45.

³⁴⁰ *Ibid*, p.46-47.

A justificativa para esta atitude era impedir a chamada “violência subversiva” dos brasileiros nas conferências que discutiriam a repressão no Brasil.

Ângelo Pezzuti da Silva, Ladislau Dowbor e Apolônio de Carvalho receberam do embaixador suíço em Argel os documentos de visto necessários para irem à Conferência³⁴¹. Jornais de Genebra reproduzidos pelo CIEX mostravam uma grande repercussão das declarações concedidas pelos brasileiros: descreveram a falta de liberdade de expressão, a tortura, a miséria e os investimentos dos EUA no Brasil como responsáveis por um governo injusto. Pediam que os organismos de direitos humanos visitassem as instalações em que viviam os prisioneiros políticos e pediam ajuda de asilo para os exilados brasileiros expulsos do país.

O caso da concessão suíça de permissão para a entrada de brasileiros no país descontentou as autoridades brasileiras. Em telegrama à embaixada na Suíça na Argélia, o Ministério das Relações Exteriores determinava:

(...) a concessão de facilidades oficiais para que s referidos indivíduos promovam manifestações e ataques contra o governo brasileiro não podem deixar de constituir um aparente e inaceitável endosso de suas atividades delituosas, dirigidas contra as instituições democráticas e a legislação penal brasileira e capazes, dessa forma, de afetar as boas relações existentes entre o governo brasileiro e o governo suíço.³⁴²

A resistência em acabar com as conferências aumentou a tensão nas relações entre Brasil e Suíça. O embaixador suíço no Brasil foi chamado para conversar com o secretário geral Aguinaldo Boulitreau Fragoso, que também telefonou ao cônsul suíço para ressaltar que eram brasileiros “subversivos”, perigosos por terem envolvimento com ações armadas e sequestros. O objetivo foi alcançado e os brasileiros liderados por Apolônio de Carvalho deixaram a Suíça e retornaram a Argel.

Outro exemplo de ações do *Front* na Europa foi a *Reunião da Solidariedade com o povo brasileiro*, realizada no dia 15 janeiro de 1970 na *Salle de la Mutualité*, em Paris (DOCUMENTO 26). O encontro foi organizado pelo *Front* e pelo Comitê Francês Europa-América Latina. O seminário foi dirigido por Georges Casalis, professor na Faculdade de

³⁴¹ Centro de Investigações do Exterior. 20 nov. 1970. Arquivo Nacional, Brasília. Identificação: ACE 22514/70.

³⁴² Secretaria De Estado Das Relações Exteriores. Telegrama 124 de 3 de novembro de 1970. Arquivo Nacional, Brasília. Identificação: ACE 26628/70.

Teologia Protestante de Paris, e teve participação de Michel de Certeau, Jan Talpo, Jalee Pierre, Jean-Jacques de Félice, Jean-Paul Sartre, Pierre Vallade (representante da UNEF), Luigi Maccario (do Comitê Italiano Europa-América Latina) e Miguel Arraes.³⁴³ Na ocasião, o discurso de Arraes destacava a importância do seminário como uma forma de protesto contra as torturas e assassinatos no Brasil, dos quais o governo brasileiro era culpado, como também um exemplo da solidariedade dos povos com o Brasil.³⁴⁴

3 - O Tribunal Bertrand Russell II

O resultado mais expressivo das ações da *Frente* foi a participação do grupo na realização do Tribunal Bertrand Russell II. Este Tribunal tinha o objetivo de julgar os crimes contra os direitos humanos cometidos pelos governos ditatoriais na América Latina. Realizado em três sessões entre 1974 e 1975, o nome do tribunal remetia ao evento organizado pelo filósofo e matemático inglês Bertrand Russell (1872-1970) para julgar os crimes de guerra dos EUA na Guerra do Vietnã.³⁴⁵

O Tribunal Internacional de Crimes de Guerra, mais conhecido como “Tribunal Russell”, foi organizado num encontro entre Russell e o filósofo francês Jean Paul Sartre na cidade de Londres em 15 de novembro de 1965. A primeira sessão do Tribunal ocorreu em Estocolmo, entre 2 e 10 de maio de 1967, e a segunda ocorreu na cidade dinamarquesa de Roskilde, entre 20 de novembro e 1 de dezembro de 1967. Reunindo importantes intelectuais, o Tribunal não estava ligado a qualquer país ou organização de Estados e defendia sua legitimidade enfatizando a necessidade de defender os direitos humanos. Segundo Russell, o Tribunal não invocava nada além da “autoridade moral”.³⁴⁶ Após analisar documentos escritos, depoimentos e receber constantes negativas do governo

³⁴³ A apresentação dos intelectuais no evento foi descrita numa edição especial do *Front* intitulada *La Lutte du Peuple Brésilien*. Nessa mesma edição, foram divulgadas mensagens de solidariedade do ETA (Pátria Basca e Liberdade), da Fundação Bertrand Russell, da Liga Comunista (seção francesa da Quarta Internacional), do Comitê Palestino, dentre outros. *Instituto Miguel Arraes*, Recife. Série exílio, Seção de boletins, pasta 1, identificação: EXI_BIFBI_002_152 a EXI_BIFBI_002_187.

³⁴⁴ Discurso de Miguel Arraes na Mutualité. 15 de janeiro de 1970. *Instituto Miguel Arraes*, Recife. Série Exílio, Seção de Documentos, pasta 24, identificação: EXI_DTAD_001_001 a EXI_DTAD_001_006.

³⁴⁵ Em 1966, Bertrand Russell publicou o livro “Crimes de Guerra no Vietnã”, expondo provas e testemunhos do descumprimento das Convenções internacionais por ações violentas das tropas norte-americanas em solo vietnamita. Documentos oficiais do Tribunal estão disponíveis em: <<<http://raetowest.org/vietnam-war-crimes/russell-vietnam-war-crimes-tribunal-1967.html#v1!!blur>>> Acesso em: 10 jan. 2016.

³⁴⁶ SANTOS, Júlio Antônio Bonatti. *Intelectuais e Política: A Trajetória do Tribunal Internacional de Crimes de Guerra (1966-1967)*. 2013. Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, p. 12.

norte-americano em dialogar sobre as acusações de crimes de guerra, o Tribunal concluiu que os EUA eram culpados pela utilização indevida de armas e práticas de tortura contra seus adversários na Guerra do Vietnã.

Uma das mais importantes personalidades do Tribunal Bertrand Russell foi Lelio Basso, advogado e senador italiano que assumiu a função de redator durante o Tribunal. Em 1969, Basso criou o Instituto para o Estudo da Sociedade Contemporânea – (Istituto per lo Studio della Societa Contemporanea), denominada *Fundação Lelio Basso* a partir de 1973. Engajado em movimentos sociais ligados à defesa dos direitos humanos, Basso conversou com brasileiros exilados no Chile que desejavam realizar uma exposição pública de informações sobre a tortura no Brasil.³⁴⁷ Entre os brasileiros idealizadores do movimento proposto a Basso destacavam-se Armênio Guedes, Herbert de Souza e Almino Affonso, aliados da *Frente* no Chile.

Os membros da *Frente* no Chile compunham o *Comitê de Denúncia da Repressão no Brasil* (CDBR). Em reunião formal com Basso no Chile em 1971, começaram a discutir as possibilidades de realizar um tribunal que julgasse os crimes cometidos contra os direitos humanos na Ditadura brasileira. A proposta recebia apoio de outros exilados que estavam no Chile, como Celso Furtado, Fernando Henrique Cardoso, José Serra, Darcy Ribeiro, Luís Alberto Gomes de Souza, Paulo Freire e Ernani Maria Fiori.

Em nota circular de abril de 1972, o CDBR pedia às seções do *Front* que promovessem campanhas para envio de doações em dinheiro ou informações à Fundação Bertrand Russell e também para mobilizar instituições e políticos para enviar pedido de instauração do Tribunal a Jean Paul Sartre, secretário executivo daquele órgão.³⁴⁸

Memorando enviado pelo senador Lelio Basso em outubro de 1972 a lideranças políticas do Brasil no exílio reforçava a necessidade de criar comitês em diferentes países que assumissem as tarefas de enviar material referente ao Brasil, mobilizar a opinião pública e obter adesão de personalidades ao projeto do Tribunal, como políticos, juristas, cientistas, economistas, sociólogos e antropólogos que pudessem colaborar com as pesquisas e análises. O senador também frisava a necessidade de criar uma lista de colaboradores para conseguir obter o dinheiro necessário para a formação de um

³⁴⁷ Para compreender a trajetória política de Lelio Basso e a importância de sua atuação no Tribunal, recomendamos o estudo: FILIPPI, Alberto. O legado de Lelio Basso na América do Sul e seus arquivos de Roma: as particularidades históricas das transições democráticas e a constitucionalização de novos direitos. In: Revista Anistia Política e Justiça de Transição, nº 08, Ministério da Justiça, 2º semestre 2012, p. 94-129.

³⁴⁸ Instituto Miguel Arraes, Recife. Série Exílio, Seção de Documentos, pasta 14, identificação: EXI. DTTE.004.001.

secretariado permanente, pagar as viagens destinadas às reuniões, financiar a publicação e a distribuição de dossiês e de um boletim, assim como os demais gastos com as seções públicas do Tribunal.³⁴⁹

Em junho de 1973, o CDRB criou o *Comitê de Iniciativa para a Campanha do Tribunal Bertrand Russell II* no Chile. Faziam parte do comitê representantes da Tendência Leninista da ALN, PCB, AP, ex-setor exterior da VAR, MR-8, PCBR, Grupo Unidade e grupo *Campanha*. Na França, foi criado um Comitê de apoio específico ao tribunal e nos demais países a campanha foi centralizada pelas seções da Frente.³⁵⁰ Uma reunião em Roma com integrantes de todas as seções da *Frente* decidiu que se daria amplo apoio ao Tribunal implementando-se uma ação coordenada entre as seções. Cada seção enviaria cópias de informações sobre a repressão no Brasil e divulgaria a o evento nos boletins (DOCUMENTO 27).

Basso também organizou um evento em 1973 na capital italiana para debater os 150 anos da *Doutrina Monroe*. Em contato com mais brasileiros, entre os quais destacava-se Miguel Arraes, a ideia do Tribunal ganhou mais força, principalmente por que consideravam essencial denunciar crimes do governo brasileiro num período em que outros governos militares alcançavam o poder na América Latina.

Entre os organizadores do evento estava Linda Bimbi. Nasceu em Lucca, Itália, e viveu no Brasil, onde trabalhou na Universidade Federal de Minas Gerais e em comunidades carentes. Retornou à Itália após a instauração da Ditadura. Atuou como Secretária no Tribunal e sua experiência de vida no Brasil foi fundamental para o processo de aproximação com políticos brasileiros e organização dos relatórios de descrição da realidade política do Brasil.

Cartas entre Basso, Linda Bimbi e Miguel Arraes mostram que o ex-governador de Pernambuco acompanhou o processo de organização do Tribunal, contribuindo para mobilização dos recursos financeiros e informações sobre a realidade brasileira e valendo-se da comunicação com brasileiros que integravam as seções do Front (DOCUMENTOS 28 a 30). Numa carta escrita em francês para Miguel Arraes, Lelio Basso fazia um resumo do processo de organização do Tribunal e instigava o ex-governador a apoiar o movimento:

³⁴⁹ Instituto Miguel Arraes, Recife. Série Exílio, Seção de Documentos, pasta 14, identificação: EXI_DTTE_0031_001. O Tribunal conseguir arrecadar dez mil dólares no início de seus trabalhos.

³⁵⁰ Instituto Miguel Arraes, Recife. Série Exílio, Seção de Documentos, pasta 15, identificação: EXI_DTEP_0016_001.

Agradeço-lhe pelo apoio que me prometer para a iniciativa Tribunal Russell foi tomada, como você sabe, por iniciativa da Comissão Mista de Santiago e continua a receber muitos encorajamento de todos os lados. O trabalho preparatório, especialmente em relação à coleta de material, funciona bem, e acho que chegou a hora de começar a se a procurar os fundos necessários para um empreendimento caro. Eu sei que aqui reside a principal dificuldade, mas acho que podemos superá-lo. Estou anexando uma cópia da primeira circular Acabei de enviar os principais países do mundo e eu seria grato para resolver seus comentários e sugestões. De qualquer forma, quero contar com a sua cooperação e seu conselho para todo este trabalho e que você tenha conhecimento de qualquer abordagem e cada iniciativa. Se você tiver a oportunidade de voltar a Roma, vou mostrar-lhe todos os nossos arquivos, de modo que sua participação pode ser dada com base em uma precisa análise da situação.³⁵¹

A decisão de realizar o Tribunal foi anunciada em Bruxelas em 6 de novembro de 1973. A efetivação do Tribunal ocorreu graças à participação de muitas organizações sindicais e partidos comunistas da Europa e da América Latina. Entre os apoiadores, podemos citar a Confederação Francesa de Trabalhadores, a ACLI (Associazione Cristiana dei Lavore Italiani), Conferência Episcopal Italiana, Comitê de Solidariedade Antifascista com a luta do Brasil, PGSI (Federazione Giovanile Socialista Italiana), FGCI (a comunista), CGIL, ASAL (Associazione per gli studi e la documentazione dei problemi socio-religiosi dell'America Latina), CGPCC (Coordenação dos Centros de Documentação), CAPAL (Centro de Azione e Pocumentazione sul America Patina), YUSOS (Juventude Social Democrata Alemã) e MAASLA (Movimento Argentino Anti-Imperialista de Solidariedade Latino-Americana).

As sessões do Tribunal Bertrand Russell II ocorreram em Roma (30 de março a 5 de abril de 1974), Bruxelas (10 a 18 de janeiro de 1975) e novamente na capital italiana entre 10 e 17 de janeiro de 1976. O Brasil seria o foco das ações do tribunal, mas depois do golpe no Chile em 1973 e perante a crescente organização de regimes ditatoriais na América Latina, recebeu o nome de "Tribunal Bertrand Russell II para a repressão no Brasil, no Chile e na América Latina."

No discurso inaugural do Tribunal, realizado na manhã de 30 de março de 1974, Lelio Basso explicou a mudança do foco do Brasil para a América Latina:

Ele foi pensado, inicialmente, para julgar somente a repressão no Brasil, mas, após o golpe chileno, foi a própria viúva do presidente Allende que

³⁵¹ Carta de Lelio Basso a Miguel Arraes. Roma, 9 de agosto de 1972. *Instituto Miguel Arraes*, Recife. Série Exílio, seção de Correspondências recebidas, pasta 11, identificação: EXI_CRI_0501_001.

nos procurou para solicitar a instituição de um Tribunal que se ocupasse também do Chile. Não se tratava somente de acrescentar um Estado a outro Estado: é notório que entre os generais brasileiros e os generais chilenos e mesmo entre as duas polícias, existiram acordos que contribuíram para a preparação do golpe de Estado. Mas o mesmo tinha acontecido no Uruguai e na Bolívia; o Brasil não era apenas um “caso” de ditadura militar, mas parecia ser um modelo que tendia a se estender por toda a América Latina. Foi por isso que, na reunião constitutiva, realizada em Bruxelas em 6 de novembro de 1973, decidiu-se adotar o nome de “Tribunal Russell II pela Repressão no Brasil, no Chile e América Latina”.³⁵²

Seu discurso também legitimava a existência do Tribunal por meio da “consciência popular” e da defesa dos direitos humanos:

Este chamamento direto aos povos, este chamamento à vontade dos homens e mulheres talvez seja arbitrário? Talvez seja esta uma afirmação política sem qualquer fundamento jurídico, a ponto de não poder justificar a ação de exercer em seu nome a função jurisdicional através de um Tribunal que seja a emanção da vontade popular, ao invés do poder constituído? O preâmbulo da Convenção de Haia n. 4, de 18 de outubro de 1907, contém a famosa Cláusula Martens, segundo a qual o das nações resulta dos costumes estabelecidos pelos civilizados, das leis da humanidade e das exigências da consciência pública.³⁵³

Além da repressão no Brasil, o Tribunal julgou as ações dos governos de Argentina, Bolívia, Colômbia, Guatemala, Haiti, Nicarágua, Paraguai, Porto Rico, República Dominicana e Uruguai. Entrevistas com mais de 200 pessoas e farta documentação foram utilizadas como provas para condenar a violação aos direitos humanos nestes países. As atas e depoimentos da primeira seção do tribunal foram publicadas em 1975 com organização de Giuseppe Tosi e prefácio de Linda Bimbi.³⁵⁴

³⁵² TOSI, Giuseppe; FERREIRA, Jéssica de Fátima (orgs.). *Brasil, violação dos direitos humanos - Tribunal Russell II*. João Pessoa: Editora da UFPB, 2014, p.34

³⁵³ Ibid., p.41.

³⁵⁴ O Projeto “Marcas da Memória” da *Comissão da Anistia*, vinculado ao Ministério da Justiça, publicou em 2014 os quatro volumes com atas e testemunhos do Tribunal Bertrand Russell II. As publicações resultam do acordo da *Comissão da Anistia* do Ministério da Justiça com a *Fundação Lelio e Lisli Basso - ISSOCO*, sediada em Roma, e com o Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Cf. TOSI, Giuseppe; FERREIRA, Jéssica de Fátima (orgs.). *Brasil, violação dos direitos humanos - Tribunal Russell II*. João Pessoa: Editora da UFPB, 2014; TOSI, Giuseppe. FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra (orgs.). *Chile, Bolívia e Uruguai: Atas da Primeira Sessão do Tribunal Russell II*. João Pessoa: Editora da UFPB, 2014; TOSI, Giuseppe. FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra (orgs.) *As multinacionais na América Latina - Tribunal Russell II*. João Pessoa: Editora da UFPB, 2014. TOSI, Giuseppe; FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra. *Contra-revolução na América Latina: subversão militar e instrumentalização dos sindicatos, da cultura, as igrejas - Tribunal Russell II*. João Pessoa: Editora da UFPB, 2014.

A ditadura brasileira recebeu grande ênfase na primeira sessão. O Tribunal utilizou depoimentos de ex-presos políticos, dossiês compostos pela *Frente Brasileira de Informação* e um laudo médico sobre as torturas sofridas pelos 40 presos que se exilaram em Argel no processo de sequestro do embaixador alemão. Enfatizou a concentração de renda e a miséria no país, a privação de liberdades e fez uma retomada da história do regime civil-militar brasileiro. A violação aos direitos humanos pelo regime foi o foco das atividades, com destaque para a tortura utilizada pela polícia.³⁵⁵

Na primeira sessão, Miguel Arraes discursou como representante de acusação contra o Brasil³⁵⁶ (DOCUMENTOS 30 a 32). Arraes mencionou o poder do presidente militar e a supressão dos direitos individuais, destacou a censura às mídias, cartas e produções culturais. Descreveu a tortura como uma “atividade normal nas prisões” e citou a OBAN, o DOI-CODI e o Esquadrão da Morte como operações do governo voltadas à eliminação física de opositores em todos os grupos sociais.

São estudantes, operários, camponeses, intelectuais, artistas, religiosos, jornalistas, professores, militares de baixa e média patente, pequenos industriais e comerciantes. Representam a grande maioria, as forças mais vivas e dinâmicas da nação³⁵⁷

Arraes também criticou o “Milagre Brasileiro” por meio de informações que mostravam a miséria, a desigualdade no acesso à terra, as dificuldades enfrentadas pelos povos indígenas. Em sua conclusão, afirmou:

Este Tribunal se reúne porque o povo vive e luta, em muitos modos, e derrubará a ditadura, instrumento do domínio imperialista sobre o nosso

³⁵⁵ Segundo a historiadora Denise Rollemberg, o tribunal abordou a violência empregada também pelos grupos de guerrilha urbana. Os sequestros organizados por estes grupos foram descritos como meios legítimos de libertação de presos políticos. O discurso da violação dos direitos humanos pelo Estado era essencial para a mobilização da opinião pública. Denise Rollemberg analisou os relatórios e os depoimentos e aponta em seu trabalho que os testemunhos enfatizavam um terror generalizado imposto pela ditadura: "(...). Sabe-se que a repressão recaiu, sobretudo, sobre uma vanguarda política numericamente limitada (...)". Para a autora, embora argumentasse a favor dos direitos humanos resguardados por legislações internacionais ligadas à ONU, o tribunal deu enfoque à "vitimização do povo" por governos "representantes do capital estrangeiro". ROLLEMBERG, Denise. *Exílio: entre raízes e radares*. Rio de Janeiro: Record, p. 240.

³⁵⁶ Foram escolhidos representantes para acusações contra Brasil, Chile e Uruguai. O embaixador Carlos Vassallo representou o Chile e o senador Michelini falou sobre o Uruguai. Os demais países foram abordados em relatórios baseados em denúncias enviadas por grupos da Bolívia, Paraguai, Porto Rico, Santo Domingo, Haiti e Guatemala. TOSI, Giuseppe; FERREIRA, Jéssica de Fátima (orgs). *Chile, Bolívia e Uruguai: Atas da Primeira Sessão do Tribunal Russell II*. João Pessoa: Editora da UFPB, 2014, p. 335.

³⁵⁷ TOSI, Giuseppe; FERREIRA, Jéssica de Fátima (orgs). *Brasil, violação dos direitos humanos - Tribunal Russell II*. João Pessoa: Editora da UFPB, 2014, p.45.

país. A solidariedade internacional tornou possível identificar, diante do mundo inteiro, os carrascos do nosso povo exatamente quando os generais comemoram dez anos do golpe de Estado, e permite que a consciência dos homens livres se expresse através deste Tribunal.

Na sentença que deve ser emitida, os crimes contra a pessoa humana terão, sem dúvida, uma importância relevante. Ela não deve esquecer, no entanto, que o maior crime é cometido contra o nosso povo, contra toda a nação brasileira, porque a ditadura pôs-se ao serviço daqueles que a dominam e a exploram.

Que o rigor da sentença recaia contra essa traição.³⁵⁸

Ainda na primeira sessão, discursaram o advogado Leo Matarasso, o magistrado Salvatores Senese, o professor Ettore Blocca da Universidade de Roma e do teólogo Jan Rutgers. A comissão de estudos liderada por Salvatore Senese, concluiu que o Brasil se colocava “fora e contra a ordem jurídica internacional”.³⁵⁹ O relatório de Ettore Biocca descreveu a Doutrina de Segurança Nacional a partir do livro *Geopolítica do Brasil*, de Goubery de Couto e Silva. Segundo a doutrina, o inimigo interno deve ser combatido em benefício do desenvolvimento nacional. A tortura foi apresentada no discurso do professor italiano como uma forma de controle da oposição. Sua existência foi comprovada no relatório por meio de dados do relatório da Anistia Internacional sobre a tortura no Brasil, informações sobre os “esquadrões da morte”, dados da investigação do senado norte-americano sobre a tortura no Brasil e relatos de tortura, principalmente nos casos do frei Tito Alencar Lima, do geólogo Marcos Pena de Arruda, da pintora e dentista Marlene de Souza Soccas e de Eduardo Leite (“Bacuri”). Também apresentou o depoimento de Humberto Figueiros Lima sobre o tratamento dado aos presos políticos no Presídio da Ilha das Cobras e informações sobre a morte do deputado Rubens Paiva.

Entre os brasileiros que testemunharam na primeira sessão, estavam o advogado Marco Antônio Moro, a assistente social Dulce Maria, o cineasta Wellington Diniz, Carmela Pezzutti, o sindicalista Rolando Fratti, a estudante norte-americana Nancy Unger, o jornalista italiano Tullo Vigevani, a dona de casa Maria do Socorro Vigevani, o economista René de Carvalho, e o jornalista Fernando Gabeira, então com 33 anos. Gabeira, que fora banido para a Argélia, descreveu a tortura sofrida na prisão:

³⁵⁸ Ibid, p.48

³⁵⁹ Entre os intelectuais participantes da primeira sessão, podemos citar Laurent Schwartz, Vladimir Dedijer, Georges Casalis, Albert Soboul, Giulio Girardi, François Rigaux, Joe Nordmann e Amália Fleming.

(...) A primeira vez que fui torturado tive a impressão que me odiavam. Eram 12 pessoas que gritavam ao mesmo tempo e que não me davam tempo de pensar; gritavam muito e faziam as mesmas perguntas. Eu acreditava que eram realmente pessoas que me odiassem profundamente. Mas mais tarde eu entendi que era tudo uma encenação. De fato, um deles, nas últimas sessões de tortura, recebeu um telefonema na sala do telefone interno.

Interrompeu a tortura e respondeu, mudando completamente a expressão. Falou muito amigavelmente, depois retomou a tortura com o tom de ódio que tinha antes. Mais tarde, vieram visitar-me na cela porque me consideravam um preso interessante, dado que o meu nome saía nos jornais. E me perguntaram: “como está?”. Eu tive a impressão que estavam seguindo um esquema preestabelecido.³⁶⁰

Sobre sua declaração no Tribunal, Gabeira avaliou posteriormente em entrevista a Geneton Moraes Neto que objetivou mostrar como a tortura havia se transformado numa prática institucionalizada e cotidiana, vista como algo natural para quem trabalhava na polícia política. Também afirma que sua participação no Tribunal foi uma grande oportunidade para conhecer intelectuais influentes na época:

Tive contato com Gabriel Garcia Marquez e com Julio Cortázar, em Roma, quando houve uma sessão do Tribunal Bertrand Russell para tratar de crimes contra a humanidade cometidos pela ditadura brasileira. Participei do tribunal. Fui a Roma para apresentar um informe sobre a tortura. Disse coisas que, naquele momento, 1974, eram novas: declarei que os torturadores não eram, necessariamente, maus. Eram pessoas que levavam uma vida normal, frequentavam os lugares de sempre, tinham afeto pela família. Estavam cumprindo um papel. Eram profissionais de classe média. Poderiam estar ali, entre os turistas que visitavam Roma. (...) Garcia Marquez se interessou pelo que eu estava falando. Cortázar também. Guardei de Garcia Marquez, ali, no Tribunal Bertrand Russell, a imagem de um homem elegante, preocupado com as mulheres. Era a figura de um escritor de sucesso. Julio Cortázar — que vivia em Paris — parecia mais discreto.³⁶¹

Na sua primeira sessão, o Tribunal declarou culpadas as autoridades do Brasil, Chile, Uruguai e Bolívia por violar os direitos humanos e apelou à consciência dos povos para divulgar e pesquisar mais informações sobre os crimes cometidos, levantar fundos,

³⁶⁰ TOSI, Giuseppe; FERREIRA, Jéssica de Fátima (orgs). *Brasil, violação dos direitos humanos - Tribunal Russell II*. João Pessoa: Editora da UFPB, 2014, p.239. Fernando Gabeira destacou a presença de oficiais norte-americanos nos momentos de tortura e afirmou que torturados brasileiros levavam as técnicas para Chile e Uruguai.

³⁶¹ NETO, Geneton Moraes. *Dossiê Gabeira: o livro que nunca virou filme*. Rio de Janeiro: editora Globo, 2015.

apelar para que os governos suspendam ajudas militares e financeiras a estes países e auxiliem na libertação dos presos políticos.³⁶²

Em uma carta de 7 de abril de 1974, Miguel Arraes fez a seguinte avaliação da primeira sessão do Tribunal Bertrand Russell II:

Terminaram ontem os trabalhos do Tribunal Russell. Correram bem, melhor do que eu próprio esperava. A imprensa italiana deu uma boa cobertura e a televisão dedicava meia hora por dia aos trabalhos. Para a Itália e para a luta antifascista dos companheiros italianos, foi muito positivo.

Pela primeira vez em todos esses anos, não houve qualquer problema entre os grupos brasileiros. Mando cópia do discurso que pronunciei, depois de discutir com todos. Em relação ao discurso e à participação no TR, ficaram de acordo o PC do B, a AP, a Tendência da ALN, o PCBR, os representantes do PCB em Paris, que me enviaram inclusive sugestões para o pronunciamento, bem como outros companheiros de tendências diversas. Ainda muito pouco, mas melhor do que as divisões e discussões inúteis.³⁶³

A segunda sessão ocorreu em Bruxelas, entre 11 e 18 de janeiro de 1975. Seu tema era as “Responsabilidades das Multinacionais no Brasil, no Chile, na Argentina, na Bolívia, em Porto Rico”. A última sessão ocorreu em Roma de 10 a 17 de janeiro de 1976 com o tema da “Repressão cultural na América Latina”. O Tribunal concluiu que o governo brasileiro deveria ser condenado pelo crime de genocídio, Argentina e Chile deveriam ser punidos por violar os direitos de asilo e cooperar pela perseguição de refugiados latino-americanos. Os EUA foram acusados de apoiar politicamente os regimes repressivos e explorar recursos naturais e humanos da América Latina por meio de empresas multinacionais.³⁶⁴

³⁶² TOSI, Giuseppe; FERREIRA, Jéssica de Fátima (orgs). *Brasil, violação dos direitos humanos - Tribunal Russell II*. João Pessoa: Editora da UFPB, 2014, p.329. Eis um importante trecho da conclusão: “Em nossa opinião, não basta aqui falar de tais violações. Trata-se do aniquilamento do homem, da destruição do seu físico, das suas energias interiores, da sua dignidade, dos seus laços familiares profundos e de amizade. Trata-se de um plano executado com refinamento científico e um sadismo sem limites. Ouvimos estas testemunhas com um sentimento de indignação, de opressão, de nojo. Pareceu-nos que em nome da “Civilização Ocidental Cristã” são crimes que são a negação de qualquer civilização, que são expressão da barbárie. Na medida em que tais crimes ultrapassam as responsabilidades individuais e entram numa lógica de governo, mais precisamente, na lógica do imperialismo, são uma ameaça sem precedentes ao futuro do continente latino-americano e de toda a humanidade.”

³⁶³ Carta de Miguel Arraes a Moya. Argel, 7 de abril de 1974. *Instituto Miguel Arraes*, Recife. Série Exílio, Seção de Correspondências Expedidas, pasta 2, identificação: EXI_CE_0346_001.

³⁶⁴ *Conclusão do Tribunal Bertrand Russell II sobre a repressão na América Latina*. p. 7. *Instituto Miguel Arraes*. Recife. Série Exílio, Seção de Documentos, pasta 19, identificação: EXI_DTRM_0009_007.

No Brasil, o governo e a mídia questionavam a validade das ações do Tribunal Bertrand Russell II, descrevendo o Tribunal como uma campanha difamatória do “Comunismo Internacional”, auxiliado pela Frente Brasileira de Informação.³⁶⁵ O governo costumava negar permissões para que membros de organismos internacionais fizessem visitas ao país para averiguar se as acusações de tortura eram reais.

Segundo o relatório da Comissão, diante das acusações do Tribunal e dos órgãos defensores dos direitos humanos, o governo brasileiro resolveu deslegitimar o discurso empregado para descrever a tortura. Os casos de morte de prisioneiros políticos eram muitas vezes tratados como suicídios, por meio do amparo de médicos ligados aos órgãos de repressão. Mesmo com a comprovação da tortura nas mortes do jornalista Vladimir Herzog e do operário Manoel Fiel Filho, o governo militar divulgava notas reforçando que eram exceções, casos pontuais que seriam investigados e que, portanto, não deveriam ser tomados como indícios de existência da tortura sistematizada no Brasil. Além disso, o governo do Brasil apenas considerava como aceitáveis os relatórios sobre a política e a sociedade do país apresentados pelos organismos internacionais dos quais fazia parte:

A linha de ação a ser seguida descartava o estabelecimento de diálogo com indivíduos ou grupos internacionais de pressão, como a Anistia Internacional, a Comissão Internacional de Justiça ou o Tribunal Bertrand Russell, e previa o acompanhamento “de forma mais estreita” da tramitação de denúncias e alegações encaminhadas aos sistemas ONU e OEA. Além disso, defendia especial atenção, por parte das missões permanentes em Nova York, Genebra e Washington.³⁶⁶

Após o Tribunal, foi realizado entre 28 e 30 de maio o conselho da “Fundação Internacional Lelio Basso para o direito de libertação dos povos”. Miguel Arraes foi indicado representante brasileiro do comitê diretor da Fundação, que incluía nomes como George Casalis (França), Noam Chomsky (EUA) e Gabriel Garcia Marquez (Colômbia). Em 4 de julho de 1976, uma conferência internacional realizada em Argel proclamou a

³⁶⁵ Segundo análise do DOPS sobre as ações de denúncia da esquerda contra a ditadura, a FBI era um movimento comunista internacional que influenciava até mesmo a Anistia Internacional: “Estimulada pela FBI, a Anistia Internacional engajou-se com extremo vigor na campanha de difamação contra o Brasil, colocando-se a favor de terroristas e subversivos brasileiros, dirigindo-se aos órgãos da administração pública do país, tanto em território nacional como no exterior. Movimento Comunista Internacional (MCI) e a Frente Brasileira de Informação (FBI). Relatório DOPS/SP. São Paulo, 12 de agosto de 1980. *Arquivo Público do Estado de São Paulo*. Número de identificação: 50z_30_2864.

³⁶⁶ Relatório da Comissão Nacional da Verdade, volume 1. Brasília: CNV, 2014, p.202.

Carta dos Direitos dos Povos.³⁶⁷ Movimentos de independência da África também participaram da conferência, cujo documento final foi elaborado por juristas renomados e fazia uma enfática crítica ao imperialismo:

Conscientes de interpretar as aspirações de nossa época, reunimo-nos em Argel para proclamar que todos os povos do mundo têm o mesmo direito, se estão subjugados, de lutar por sua libertação, e o direito de contar, na sua luta, com o apoio de outros povos. Persuadidos de que o respeito efetivo pelos direitos do homem implica o respeito pelos direitos dos povos, adotamos a Declaração Universal dos Direitos dos Povos. Possam todos aqueles que, no mundo, travam o grande combate às vezes com armas na mão, pela libertação de todos os povos, encontrar na presente declaração a segurança de que é legítima a sua luta.³⁶⁸

A Carta de Argel externava as premissas que orientaram o Tribunal Bertrand Russell II. O tribunal recorrera à “consciência popular” diante de lacunas nas legislações internacionais e de forte influência do governo norte-americano em países com ditaduras. Na Carta de Argel, documentava-se o direito à autonomia de cada povo e o respeito às liberdades individuais, condenando qualquer forma de violência. O quarto artigo da carta afirma:

Nenhuma pessoa pode ser submetida, por causa de sua identidade nacional ou cultural, ao massacre, à tortura, à perseguição, à deportação, à expulsão ou a condições de vida que possam comprometer a identidade ou a integridade do povo ao qual pertence.³⁶⁹

4- Divergências no *Front*

Nos primeiros anos da década de 70, as diferentes seções do *Front* começaram a exigir maior autonomia e a opor-se ao controle do grupo liderado por Miguel Arraes. As principais críticas a Arraes insistiam na burocracia e no centralismo que seu grupo impunha ao movimento. A leitura das cartas trocadas entre Miguel Arraes e Marcio Moreira Alves indica um grande debate sobre estas críticas:

³⁶⁷ Carta de Linda Bimbi a Miguel Arraes. Roma, 5 de junho de 1975. *Instituto Miguel Arraes*, Recife. Série Exílio, Seção de Documentos, pasta 20, identificação: EXI_DPEH_0025_001.

³⁶⁸ Declaração Universal dos Direitos dos Povos. Argel, 14 de julho de 1976. Disponível em: <<www.dhnet.org.br/direitos/sip/textos/direitos_povos.html>>. Acesso em: 12. Dez. 2015.

³⁶⁹ Apud. TOSI, Giuseppe; FERREIRA, Jéssica de Fátima (orgs). *Brasil, violação dos direitos humanos - Tribunal Russell II*. João Pessoa: Editora da UFPB, 2014, p.337.

Temos tido alguns problemas do Front, com companheiros de outros países. Trata-se, em suma, de diferenças em relação ao que fazer no Brasil. Há muito sectarismo e muita desconfiança no meio dos quadros brasileiros: a mentalidade pequeno-burguesa impera e cria dificuldades enormes.³⁷⁰

As divergências ocorriam nas seções e entre estas e o grupo de Argel, composto principalmente por Arraes, Bayard Boiteux e Yara Gouvêa. A seção que mais reclamava da centralidade das decisões no grupo de Argel era o Comitê de Denúncia da Repressão no Brasil (CDBR), grupo criado em 31 de janeiro de 1970. Este grupo já desenvolvia ações de denúncia antes de unir-se à FBI³⁷¹ e foi criado por José Serra, Almino Affonso e Ulrich Hoffmann, que foram engenheiro da SUDENE. Também participavam do grupo Plínio Sampaio e Francisco Whitaker Ferreira.

Em sua biografia, José Serra afirma que o grupo surgiu com o objetivo de produzir uma versão espanhola dos boletins do *Front* e que os boletins começaram a ser totalmente produzidos no Chile a partir de 1971. Os boletins foram produzidos até o golpe militar de 1973. O grupo também publicou um livro denunciando a repressão no Brasil intitulado “Brasil: Repressão e tortura”, assinado com o pseudônimo de Rodrigo Alarcón. Sobre a publicação e a obtenção de informações, Serra afirma:

O poeta Thiago de Mello encarregou-se da parte gráfica e da impressão (...) Thiago era adido cultural da Embaixada brasileira(...) Recebi vasto material de denúncias vindo do Brasil, trazido por Gladis Brun, sobrinha do general Ednardo D'Ávila Mello, um come - abelha que viria a ser comandante do Segundo Exército e chefe da repressão em São Paulo. Ela não era exilada, nem sequer militante ativa. Apenas estudava no Chile, mas valentemente trouxera o material em páginas de papel de seda escondidos num buraco dentro de um livro grosso. As pessoas que encaminharam o material ao Chile e Europa foram descobertas, acusadas de "denegrir a imagem do Brasil no exterior" e perseguidas. Uma delas, o diplomata Miguel Darcy, lotado em Genebra, foi demitido do serviço público. Outros organizadores do dossiê se exilaram.³⁷²

³⁷⁰ Carta a Antônio e Rina Tosini, representantes da FBI em Roma. 14 de março de 1972. Instituto Miguel Arraes. Série Exílio, Seção de Correspondências Expedidas, pasta 1, identificação: EXI_CE_0223_001.

³⁷¹ No Chile, este grupo veiculava o programa de rádio chamado “La Verdad em Brasil”, transmitido aos domingos, às 20; 30 horas através da rádio *Luis Emilio Recabarren*, pertencente ao Partido Comunista Chileno. Sumário do Comunismo internacional, abril de 1972, p. 103. Fundo DOPS, Arquivo Público do Estado de São Paulo. Sobre o CDRB, ver CRUZ, Fabio Lucas da. *Frente Brasileiro de Informaciones e Campanha: os jornais de brasileiros exilados no Chile e na França (1964-1979)*. Dissertação (Mestrado em História). 2010. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

³⁷² SERRA, José. *Cinquenta anos esta noite o golpe, a ditadura e o exílio*. Rio de Janeiro: Record, 2014, p.178-179. A expressão “come abelha” remete à frase do escritor Millôr Fernandes: “Machão não come mel, come abelha.”

O CDBR deixou de apenas traduzir a edição do *Front* em francês e começou um processo independente de produção do boletim. Quando Miguel Arraes cogitou enviar pra Santiago uma edição padronizada do boletim e indicar um líder para o grupo chileno, o CDRB quis romper relações com o grupo de Argel. O CDRB reclamava sobre o forte intervencionismo de Arraes. No início do CDBR, Marcio Moreira Alves estava no Chile e fazia a conexão do grupo com Arraes, dialogando de ambos os lados. Quando Marcio Moreira Alves foi para a França, este diálogo entre os grupos acabou.

Almino Affonso era o representante de Miguel Arraes no Chile após a partida de Marcio Moreira Alves para Paris em 1971. Era bastante criticado pelo CDRB e foi necessário que Arraes tentasse transferi-lo de função. A sua falta de autoridade era a principal reclamação, conforme descreve Miguel Arraes em carta à sua irmã:

Prevaleceu, porém, para o nosso amigo a contradição secundária: as dormidas de Almino depois do almoço, os seus atrasos, coisas que evidentemente chateiam e desgastam a fio (...). Isso deu a algumas pessoas que concluíram pela inexistência de autoridade, proclamada aliás, a ponto de pretenderem passar por cima de tudo. Isso me obrigou a intervir para restabelecer as coisas, recentemente. Dessa forma, em vez de contar com ajuda, tive que ficar acalmando brigas durante todo esse ano, com a angústia de ver Almino perdendo a moral e ele preocupado sobretudo com isso, enquanto os outros tiravam proveito da situação. Pois, os demais se preocupam sobretudo com o trabalho e, quando se trabalha tem-se o direito de reclamar, começa-se a adquirir autoridade moral para falar.³⁷³

Almino viajou para Argel e, em encontro com Miguel Arraes, decidiram mudar a representação no grupo do Chile. Em 11 de março de 1971, um integrante de nome Luis Felipe foi escolhido como novo representante do *Front* no Chile.³⁷⁴ Em carta a Marcio Moreira Alves, em 12 de novembro de 1971, Arraes também afirmava que os problemas no Chile poderiam ser resolvidos por meio de um trabalho conjunto com outro grupo de exilados de Santiago que era responsável pela publicação do boletim *Cartas Chilenas*.³⁷⁵

³⁷³ Carta a Violeta Arraes, 21 de setembro de 1971. *Instituto Miguel Arraes*, Recife. Série Exílio, Seção de Cartas Expedidas, pasta 1, identificação: EXI_CE_0125_002 e EXI_CE_0125_003.

³⁷⁴ *Instituto Miguel Arraes*, Recife. Série Exílio, Seção de Cartas Expedidas, pasta 1, identificação: EXI_CE_0157_001.

³⁷⁵ Em carta a Marcio Moreira Alves, em 12 de outubro de 1971, Arraes afirmou: “Recebi uma carta da pessoa que conversou aí com você transmitindo uma proposta do pessoal que edita *Cartas Chilenas*. Segundo ela, interessada na unificação dos trabalhos que são feitos nos diferentes lugares, o entendimento com o pessoal da Frente continuava impossível de ser feito. Havia, então, condições de entendimento com o pessoal de *Cartas Chilenas*, interessados em publicar matérias do boletim”. *Instituto Miguel Arraes*, Recife. Série Exílio, Seção de Cartas Expedidas, pasta 1, identificação: EXI_CE_0123_001.

Faziam parte daquele grupo o jornalista José Maria Rabêlo, o advogado Cícero Viana e Edmur Fonseca. *Cartas Chilenas* tinha uma linha de ação semelhante ao *Front*, ou seja, visava informar o que ocorria no Brasil sem defender “correntes ideológicas”. O acordo não prosseguiu.³⁷⁶ Em carta a Arraes, Marcio Moreira Alves descreveu toda essa situação:

A situação do Chile é, a meu ver, quase impossível de ser resolvida. Índio e (José) Serra se apropriaram do título, estão levando adiante um trabalho bastante bom, do ponto de vista meramente profissional, e temos conversado. Índio não respondeu às cartas que lhe escrevi e parece que usa uma gravação que lhe enviei de peito aberto para fazer fofoca. Por outro lado, temo que o pessoal de *Cartas Chilenas* não seja capaz-intelectual e materialmente- de enfrentar a concorrência. E não vejo vantagens maiores para a revolução em se multiplicarem em um mesmo lugar vários instrumentos de propaganda e denúncia. Recebi do Serra uma carta que não responderei sem a opinião de Bayard e tua, dizendo: "de forma nenhuma se recusou entrosamento com Alger, se é que foi proposto, o que desconheço. Se recusou a subordinação. Não consigo entender qual é o problema de se trocarem informações e materiais entre centros organizados de acordo com a realidade local. O contrário, consideramos fundamental um maior entrosamento..."³⁷⁷

Miguel Arraes esteve em Santiago em 1972 após convite de Claudio Lazo, chileno ligado ao MIR, para participação em uma conferência sobre o Nordeste na Universidade do Chile. A viagem de Miguel Arraes ao Chile também serviu para a estruturação de uma seção latino-americana do Tribunal Bertrand Russell II, articular a FBI na Argentina, Peru e México. Nesta passagem por Santiago, Miguel Arraes também se encontrou com o presidente chileno, Salvador Allende.³⁷⁸

Reuniões no Chile e em Paris procuraram resolver a crise por meio da concessão de mais autonomia às seções. Em carta a Almino Affonso em 30 de outubro de 1972, Miguel Arraes debateu o problema das seções do *Front*. Ficava evidente as divisões do movimento com relação às propostas de centralização ou autonomia dos grupos de exilados de cada país. Arraes avaliava a questão da seguinte forma:

³⁷⁶ O boletim *Cartas Chilenas* teve apenas sete números entre 1971 e 1972, com uma tiragem aproximada de 300 exemplares por edição.

³⁷⁷ Carta de Marcio Moreira Alves a Miguel Arraes. Paris, 23 de setembro de 1971. *Instituto Miguel Arraes*, Recife. Série Exílio, Seção de Cartas Recebidas e Expedidas, pasta 13, identificação: EXI_CREP_0191_004 e EXI_CREP_0191_005.

³⁷⁸ Confirmação de Luis Arraes, filho do ex-governador. Cf. ARRAES, Luís. *Todo diálogo é possível: conversas com meu pai, Miguel Arraes*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2009, p.108.

Havia uma discussão entre o que se poderia chamar de seções do f.[*Front*] a respeito do grau de autonomia de que cada uma podia o devia gozar. As seções têm composição diferente, como procurei explicar na reunião feita aí com vocês. Em certos lugares, há apenas uma ou duas pessoas, pois, em alguns países, residem poucos brasileiros.

Por isso mesmo, a eficiência e a representatividade política de cada seção são extremamente variáveis. Para que alguns pudessem funcionar melhor alguém tinha que ir de fora solicitar apoios, suprindo as deficiências locais, para isso que justificava a existência de uma coordenação internacional.

Por diversos motivos, sobretudo pela diferença de ótica dos diversos grupos e pessoas, não se chegava a estabelecer, com precisão, as atribuições, nem a resolver aquilo que se poderia chamar a contradição entre a centralização e a descentralização. Mesmo aí, foi preciso dar explicações porque a tendência geral é para a democracia. (Assinale que a maior parte dos militantes marxistas - ou que assim se consideram- têm um conceito burguês de democracia).

Regressando daí, encontrei a mesma discussão sobre autonomia, democracia, etc. Propus, então, para acabar com o problema, que se desse não autonomia, mas independência às diversas seções.³⁷⁹

Além das exigências por mais liberdade regional, dois fatores contribuíram para aumentar as divergências entre os membros da FBI. O primeiro foi o fato de Marcio Moreira Alves deixar de ser o diretor internacional do movimento. Alegava a Arraes estar cansado e insatisfeito com as brigas entre as seções:³⁸⁰

(...) já se fez o que era possível. Aliás, tenho a intenção de propor, se estiveres de acordo, a minha substituição na direção internacional. Estou cansado, sem tempo e acho que já é época de inserimos algum sangue novo. Sugiro que o Antônio Expedito tome o meu lugar, embora não o tenha consultado a respeito. Continuará apenas como um colaborador em Paris. Peço que discuta o assunto com o Bayard e me diga o que pensa.³⁸¹

Embora Miguel Arraes pedisse para que permanecesse na *Frente*, Marcio Moreira Alves manteve sua decisão. O segundo fator que complicava as divergências entre as seções da FBI foi a publicação de textos em desacordo com a seção de Argel, ou seja, sem a anuência de Miguel Arraes.

Em agosto 1971, a FBI de Genebra publicou um especial sobre a tortura no Brasil que incluía um texto destinado aos grupos armados e que era assinado pela ALN e pelo

³⁷⁹ Instituto Miguel Arraes, Recife. Série Exílio, Seção de Correspondências Expedidas, pasta 1, identificação: EXI_CE_0178_002.

³⁸⁰ Carta de Miguel Arraes a Marcio Moreira Alves. 28 de dezembro de 1971. Instituto Miguel Arraes, Recife. Série Exílio, Seção de Correspondências Recebidas e Expedidas, pasta 13, identificação: EXI_CREP_0182_002.

³⁸¹ Instituto Miguel Arraes, Recife. Série Exílio, Seção de Correspondências Recebidas e Expedidas, pasta 13, identificação: EXI_CREP_0184_001. Carta sem identificação de data e localidade.

MR-8. Arraes viu a atitude como uso do boletim em benefício das facções da esquerda, contrariando as premissas do *Front*. Em carta enviada a Bayard Boiteux e Marcio Moreira Alves em 01 de setembro de 1971, Arraes expôs suas críticas àquela atitude:

Em outras palavras, a política preconizada para a Frente, a única aliás que aceitamos, importa na realização de um trabalho desligado de grupos e tendências. Nunca nos imiscuímos nas disputas entre eles e custa-nos a crer que se pretenda liquidar um instrumento através do qual se pretendia prestar serviços na luta contra a ditadura.

A disputa entre organizações vinha criando problemas que tratamos de superar através de amplo entendimento. Vemos, porém, que o processo agora utilizado em nada difere de velhos processos, muito nossos conhecidos, dos fatos consumados para a conquista de instrumentos e posições.

Declaramos aos prezados companheiros que não nos submetemos a tais processos. Caso não seja possível, como parecem mostrar os fatos acima citados, desenvolver uma política unitária em benefício da luta no Brasil, consideramos inútil o esforço que vem sendo feito.³⁸²

Depois de discutir a punição para o envolvido na publicação em cartas a Márcio e Bayard Boiteux, Arraes tomou a decisão de destituir o líder da FBI em Genebra³⁸³. Outro fato semelhante que desagradou o ex-governador foi quando “Jamil” (Ladislau Dowbor) publicou na Bélgica um conjunto de textos sobre a guerrilha urbana, chamados de “livrinhos verdes”. Tal medida fez com que Arraes organizasse em Paris um encontro para criar uma política de publicação.³⁸⁴

Apesar do encontro, as dificuldades prosseguiram. O *Front* recebia baixas doações, as assinaturas não rendiam o necessário para arcar com os gastos do boletim (DOCUMENTO 31) e havia falta de militantes, conforme reclamava Marcio Moreira Alves:

(...) Aqui na França, a parte financeira continua sem solução. Os dois primeiros números saíram do meu bolso. (...) A falta deles [militantes], mais que a minha bagunça e sobrecarga normais, nos tem impedido de

³⁸² Carta de Miguel Arraes a Marcio Moreira Alves. Argel, 01 de setembro de 1971. *Instituto Miguel Arraes*, Recife. Série Exílio, Seção de Correspondências Recebidas e Expedidas, pasta 13, identificação: EXI_CREP_0199_001.

³⁸³ Ibid.

³⁸⁴ Carta de Marcio Moreira Alves a Miguel Arraes. Paris, 12 de abril de 1972. *Instituto Miguel Arraes*, Recife. Série Exílio, Seção de Correspondências Recebidas e Expedidas, pasta 13, identificação: EXI_CREP_0237_002.

fazer muita coisa. Mas é o círculo vicioso- sem dinheiro não há quadro, sem quadro não há dinheiro.³⁸⁵

Em 1972, diante das divergências, Miguel Arraes, Márcio e Bayard Boiteux decidiram acabar com a direção internacional do *Front*. Propuseram que apenas os números de agosto e setembro daquele ano seriam remetidos às diversas seções e que, a partir daquele momento, cada seção elaboraria sua edição. Os três primeiros números elaborados pelas seções deveriam conter uma nota esclarecendo que a edição começava a ser feita sob sua responsabilidade e não envolvia mais as demais seções.

Yara Gouvêa, militante da VPR que trabalhou no *Front* entre março de 1971 e agosto de 1979, apresenta a seguinte avaliação do fim da FBI:

Alguns companheiros que estavam na Europa começaram a contestar o trabalho desenvolvido em Argel. Não só almejavam uma maior autonomia, como também almejavam descartar a equipe encarregada dos trabalhos em Argel. Arraes sabia que dando total autonomia, como era reivindicado, e descartando a pouca colaboração que tinha, o trabalho até então feito se desmantelaria – o que efetivamente aconteceu. A VPR apoiava a Frente Brasileira de Informação, mas a única pessoa a ter mantido uma colaboração frequente fui eu. É preciso se recordar também que a VPR, naquele momento, passava por uma decomposição total, que tem no episódio da queda dos companheiros traídos por Cabo Anselmo em Olinda seu último ato. A VPR naquele momento já não era mais nada e muito menos podia ter qualquer supremacia na Frente Brasileira de Informação (...)

A Frente Brasileira de Informação não era um movimento político, mas um instrumento informativo e de denúncia, portanto não tinha como conseguir ouvir as diferentes necessidades e vozes, sobretudo quando estas necessidades e vozes significavam o desmantelamento do que até então tinha sido, com esforço e dificuldade, edificado.³⁸⁶

Ao sair de Argel, Yara queimou todo o material do *Front*, como passaportes, carteiras de identidade, carteiras de motorista, carimbos e arquivos, dentre os quais os arquivos da VPR., mantendo o sigilo das ações políticas realizadas em clandestinidade.³⁸⁷ (DOCUMENTOS 32 e 33)

³⁸⁵ Carta de Marcio Moreira Alves a Miguel Arraes. Paris, 04 de setembro de 1971. *Instituto Miguel Arraes*, Recife. Série Exílio, Seção de Correspondências Recebidas e Expedidas, pasta 13, identificação: EXI_CREP_0197_002.

³⁸⁶ Depoimento de Yara Gouvêa por mensagem eletrônica em 16 de fevereiro de 2010.

³⁸⁷ GOUVÊA, Yara e BIRCK, Danielle. *Op. Cit.*, p. 83.

A FBI era um movimento político que usava a denúncia para mobilizar a opinião das comunidades nos locais de exílio contra a ditadura. A estratégia política adotada foi a tentativa de unificar os grupos de esquerda com posições teóricas muito diferentes: embora tal estratégia tenha inicialmente proporcionado a incorporação de mais integrantes e possibilitado à *Frente* agir em muitos países onde havia exilados, não houve a efetiva aglutinação das forças políticas. As divergências não foram suplantadas e apareceram com mais intensidade quatro anos após a criação do *Front*, contribuindo para o fim do movimento.

5- Aproximações com a realidade africana

Miguel Arraes auxiliou os brasileiros exilados que desejavam participar dos movimentos revolucionários africanos. Esta contribuição foi realizada por meio de cartas e encontros com líderes dos grupos africanos pela independência. Arraes também concedeu auxílio financeiro para que exilados viajassem até Argel e depois se deslocasse a outros países do continente. Numa carta destinada a Ângelo Pezutti, membro da VPR que estivera em Argel e depois se dirigira ao Chile e à França, Miguel Arraes mencionava seu interesse em contratar profissionais brasileiros para trabalhar em Argel e também destacava o objetivo de estreitar as relações entre os participantes do movimento de oposição brasileiro e a Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO):

A respeito dos companheiros interessados em Moçambique, posso informar que conversei com Marcelino, vice-presidente da FRELIMO, quando de sua última passagem por Argel. Eles irão precisar de quadros que deveriam sair, obviamente, das forças opostas ao regime, no nosso país. Vejo que v. e os companheiros estão vendo a importância de emprestamos uma colaboração às novas nações de língua portuguesa, com vistas a assegurar um relacionamento entre os companheiros que as dirigem e o movimento popular brasileiro, em geral. Para organizarmos o recrutamento desses quadros, teríamos que juntar currículos (profissionais e políticos) dos brasileiros, de modo a que possam ser examinados pela direção da FRELIMO. As propostas poderiam ser encaminhadas por meu intermédio ou, se for julgado preferível, à representação da FRELIMO em Alger - FRELIMO - 26, Rue de La Liberté.³⁸⁸

³⁸⁸ Instituto Miguel Arraes, Recife. Série Exílio, Seção de Correspondências Expedidas, pasta 3, identificação: EXI_CE_0494_001. A carta não foi datada. Arraes menciona neste documento ter recebido várias cartas de Ângelo nas quais ele mostrava o interesse de militantes da VPR em ir para Moçambique.

Jacinto Veloso teve importante papel na cooperação entre os militantes brasileiros e o governo de Moçambique. Antigo piloto do exército português, operando em Moçambique, Veloso desertara para aderir à luta anticolonial e representava a FRELIMO em Argel, onde ele conseguira também um emprego na empresa *Air Algérie* como encarregado de estudos para a compra de aviões e a manutenção. Segundo Luís Hildebrando Pereira, Veloso apresentou aos brasileiros exilados outros dirigentes da FRELIMO, como o advogado Oscar Monteiro e o poeta Marcelino dos Santos, e também alguns dirigentes do MPLA de Angola e da oposição portuguesa que dirigia a rádio *Voz de Portugal*, cujos programas eram transmitidos a partir de Argel.³⁸⁹

O grupo Arraes também auxiliou financeiramente grupos de libertação africanos. Um exemplo foi o auxílio mensal ao MPLA. Durante 45 meses, entre 1967 e 30 de setembro de 1970, foram repassados 112.500 dinares. Segundo o MPLA, "esta quantia foi utilizada para a manutenção e a movimentação de pessoas" da organização.³⁹⁰

Cartas entre Arraes e Veloso tratam do envio de currículos de brasileiros e por vezes latino-americanos ao governo moçambicano. Em 1970, ambos criaram em 1970 uma empresa chamada SUDHEMIS, que importava e exportava para a Argélia, Angola e Moçambique. Carlos Augusto, filho de Miguel Arraes, trabalhava na SUDHEMIS, instalada em Paris. A empresa prestava assessoria a vários países, como Angola e Moçambique, onde Arraes mantinha boas relações políticas e econômicas antes da independência. A SUDHEMIS também intermediava as exportações para a Argélia de empresas europeias nos setores de tecidos, aviação, gás e produtos agrícolas.³⁹¹

Entre as atividades da empresa, destacou-se o controle da construção de uma estrada na Mauritânia. A intervenção em obras na infraestrutura de países recém-independentes permitia a criação de postos de trabalho para muitos exilados³⁹². Numa carta de 11 de janeiro de 1976, por exemplo, Miguel Arraes pediu que Jacinto Veloso intervisse

³⁸⁹ PEREIRA, Luiz Hildebrando. *O fio da meada*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1990, p. 165.

³⁹⁰ Carta do MPLA para Miguel Arraes. Genebra, 2 de dezembro de 1970. Instituto Miguel Arraes, Recife. Série Exílio, Seção de documentos, pasta 5, identificação: EXI_DS_0010_001. As movimentações eram realizadas por meio de contas em Genebra.

³⁹¹ Eric Bourgeois era o responsável pelos negócios na Europa, América Latina e África. Em um documento voltado para orientações nos negócios, há a seguinte regra: "evitar intermediários que onerem as compras, em outros termos, evitar as negociatas. Você deve conseguir, sempre que possível, representações de produtores, figurando como seu distribuidor para a África. Instituto Miguel Arraes, Recife. Série Exílio, Seção de documentos, pasta 26, identificação: EXI_DTED_0003_001.

³⁹² Cf. VELOSO, Jacinto. *Memories at low altitude: the autobiography of a Mozambican security chef*. Random House Strik, 2012.

para que o governo de Moçambique aceitasse receber o pernambucano Renato Ribeiro da Costa, sua esposa e mais 12 chilenos que ainda enfrentavam a repressão no país; com apoio de um grupo da Resistência Chilena sediado em Argel, eles desejavam deixar o Chile e ir a Moçambique. Outras cartas do ex-governador contêm currículos de brasileiros e transcrição de seus depoimentos sobre as causas da escolha de Moçambique como local de trabalho. Segundo a arquiteta Sônia Correa, por exemplo, a compreensão da realidade do país implicaria na inserção plena em sua sociedade “Então, queremos conhecer Moçambique trabalhando em Moçambique, queremos falar com o homem moçambicano, não fazendo entrevistas, mas trocando ideias sobre um trabalho comum”.³⁹³

Questionado pelo jornalista Pedro Cavalcanti sobre a SUDHEMIS, Arraes negou enriquecimento por meio da empresa:

Veja — As especulações sobre sua situação financeira no exílio dizem que o senhor teria ganhado dinheiro com a empresa de importação e exportação SUDHEMIS, instalada em Paris. Qual sua verdadeira relação com ela?

Arraes — Tenho um filho que trabalha nessa empresa.

Veja — E o senhor não tem controle sobre ela?

Arraes — Tenho um outro (sic) filho que trabalha na ONU. Posso lhe assegurar também que não controlo a ONU. Gostaria ainda de notar que, apesar de pronto a dar todos os esclarecimentos sobre meus recursos, essa curiosidade causa alguma espécie. Pois, enquanto eu vivia no exílio, a corrupção corria solta no Brasil e seria interessante investigar como tanta gente enriqueceu da noite para o dia.³⁹⁴

O exílio de Almeri Bezerra de Mello é representativo da participação de brasileiros na África em ações diretamente ligadas aos novos governos. Almeri foi convidado para ser consultor do Ministério da Educação e ficou por dois meses em Luanda, capital angolana. A independência de Angola foi oficializada em 1975 com a liderança de Agostinho Neto, do MPLA. Pretendia instalar um serviço de alfabetização de adultos segundo o método Paulo Freire. No Recife, Almeri havia conhecido Freire quando este era professor da Escola de Serviço Social do Recife e teve contato com a prática o método de alfabetização de Freire.

³⁹³ Instituto Miguel Arraes, Recife. Série Exílio, Seção de documentos, pasta 26, identificação: EXI_DTED_0006_007.

³⁹⁴ CAVALCANTI, Pedro. As greves vão continuar. Revista *Veja*, 12 de setembro de 1979, p.6. Arquivo Ana Lagoa, São Carlos. Identificação: R09651. O filho de Arraes, Augusto, controlava as finanças e representava a posição do pai nas empresas.

Maria do Carmo Brito, que trabalhou no Instituto de Serviço Social Avançado de Angola, afirma que havia grande interesse dos militantes dos grupos brasileiros de luta armada em Argel, como a VPR e o MR-8, em se aproximar das realidades socioculturais dos países que tinham acabado de vencer guerras civis pela independência:

Cada um tinha sua preferência: Japa [Shizuo Ozawa, companheiro de Maria do Carmo] queria ir para Moçambique ou Angola, Maria do Carmo para Cabo Verde, pois achava o cabo-verdiano mais parecido com o brasileiro. Mas Cabo Verde, todos diziam, tinha uma seca constante e uma instabilidade econômica total. Moçambique era de um puritanismo terrível, uma linha pró-chinesa. Acabaram se decidindo por Angola, onde tinham muitos amigos, tanto angolanos quanto portugueses, gente que era do Movimento Popular de Libertação de Angola. Graças a estes contatos, conseguiram ir não como cooperantes - como em geral era o status dos estrangeiros que queriam colaborar - mas como militantes, que era o que desejavam.³⁹⁵

A aceitação de brasileiros exilados nos países recém-independentes estava atrelada também à necessidade de mão de obra especializada para a organização da infraestrutura e para o estímulo do desenvolvimento. Segundo Arraes, os saberes técnicos dos exilados que fossem para estes países deveriam também estar ligados à compreensão da situação política e econômica de tais lugares: “A ditadura no Brasil expulsou um grande número de quadros técnicos, que estão espalhados pelo exterior. Temos tentado juntar alguns na tentativa de organizarmos uma assistência técnica em que inclua alguma dose de compreensão política”.³⁹⁶ Na carta a Ângelo Pezzutti, também ressaltou:

Os companheiros devem ser avisados da pobreza desses novos países, no imediato, de modo a poderem ir preparados para as dificuldades que irão passar. Sei que já contam com isso, mas nunca é demais estar preparado e advertido.³⁹⁷

³⁹⁵ VIANNA, Martha. *Uma tempestade como a sua memória: a história de Lia, Maria do Carmo Brito*. Rio de Janeiro: Record, 2003. p.149.

³⁹⁶ Relatório do DOPS de 12 de agosto de 1980: Movimento comunista internacional (MCI) e a Frente Brasileira de Informação (FBI).

³⁹⁷ Carta a Ângelo Pezzutti (sem data e local). *Instituto Miguel Arraes*, Recife. Série Exílio, Seção de Correspondências Expedidas, pasta 3, identificação: EXI_CE_0494_001.

Em carta reservada a Amílcar Cabral, líder da independência da Guiné, Miguel Arraes pede o favor de conseguir treinamento de brasileiros que estavam em Argel e que já haviam participado da luta armada no país. A colaboração era justificada pela necessidade de aproximar os povos na luta anti-imperialista e colaborar com trocas de experiências para que a luta armada no Brasil fosse mais organizada frente a um contexto de fragmentação dos grupos devido à repressão:

Assim, desejaria poder contar com sua ajuda para a obtenção de um estágio de alguns poucos companheiros da Guiné, com a finalidade de aprenderem o manejo de armas, certas técnicas de guerrilha, o relacionamento da luta armada com a população, métodos de mobilização.

São pessoas de nível universitário, com preparação teórica razoável, com certa prática de luta atual no Brasil e que certamente poderiam melhor cumprir as suas tarefas com uma aprendizagem desse tipo.³⁹⁸

Posteriormente, Miguel Arraes negou qualquer envolvimento com movimentos de guerrilha. Em entrevista de 1979, em retorno ao Brasil, respondia:

Qual a sua participação, no exterior, na resistência ao regime que se instaurou depois de 1964? Houve envolvimento com os movimentos armados, subsequentes a 68?

Não, não é correta essa versão. Não estimei nenhum dos grupos armados que se formaram no Brasil. Como se sabe, surgiram só movimentos que apareceram depois da minha saída, através de pessoas com quem não mantinha contato. Apenas sabia do surgimento de variadas organizações e verificaria que esse caminho de tentar uma luta armada constituída de pequenos grupos era destinado ao fracasso, como tinha acontecido em outros países. E o próprio conhecimento da revolução argelina, onde uma luta de sete anos foi travada contra os franceses, mostra que essa só foi possível através de uma mobilização geral da população, através de uma politização generalizada do povo. Houve um fato concreto, que era a ocupação estrangeira, efetiva, diferente da sociedade muçulmana sobre a qual se exercia a dominação. Esses fatores que possibilitaram uma luta política na Argélia não existiam no Brasil. Portanto, a formação de pequenos grupos, distanciados de amplos movimentos populares nunca foi estimulador, porque essa não é a minha convicção. Confio na organização do povo, de amplas camadas da população, sem as quais a luta política é impossível e a luta armada, ineficaz.³⁹⁹

³⁹⁸ Carta de 20 de fevereiro de 1970. Disponível em: << Argélia, 20 de fevereiro de 1970. Disponível em: <<<http://www.diariodepernambuco.com.br/politica/arquivos/cartas.pdf>>>. Acesso: 1 de maio de 2010.

³⁹⁹ TAVARES, Cristina Pinheiro; MENDONÇA, Fernando. *Conversações com Arraes*. Belo Horizonte: Vega, 1979, p.101.

6- Cartas Internacionais

A *Frente* recebeu cartas com pedidos de envio dos boletins. Além de assinantes, estas cartas eram enviadas por livrarias, bibliotecas, fundos documentais e grupos solidários aos movimentos de oposição à ditadura no Brasil.⁴⁰⁰

Como representante da *Frente Brasileira de Informação*, Miguel Arraes também recebia cartas de exilados brasileiros que colaboravam com a organização no Chile, na França, no México, em Portugal, na Suécia e em Londres. Entre os principais remetentes, estavam Pierre Gervasseau⁴⁰¹, que lhe apresentava notícias dos seminários e publicações sobre o Brasil e ações de brasileiros exilados na França; o filho Carlos Augusto, que vivia na França e cuidava das finanças da *Frente* e das empresas;⁴⁰² a irmã Violeta Arraes⁴⁰³ e Marcio Moreira Alves, com os quais dialogava sobre os problemas da *Frente* e da política brasileira.

A maior parte das cartas escritas por Arraes não tinha identificação do destinatário, uma estratégia de defesa frente à investigação dos agentes políticos brasileiros. Além de Arraes, em nome da *Frente* e da empresa SERT, enviavam cartas Bayard Boiteux, Dirceu Mourthé e Arnaldo Mourthé. Quando o assunto se referia à empresa, o principal

⁴⁰⁰ Exemplos: Carta de Ivan Van Garse, da International Bibliographical System on Genocide, Crimes Against Humanity and War Crimes, 17 de junho de 1971, Bélgica. Pede exemplares do boletim. Afirma: "É muito importante que tenhamos as séries completas. Nossa biblioteca é consultada de todos os pontos do mundo pelas organizações governamentais e internamente pelas agências de imprensa, universidades etc." (Seção de Correspondências Internacionais Recebidas, pasta11, identificação: EXI_CRI_0398_001); Carta do Centro Intercultural de Información, documentación y difusión (CIIDD), Lima, 4 de outubro de 1971. Pede que enviem o boletim, informações sobre o Brasil os movimentos de oposição. Assinada por Juan Monet. (Seção de Correspondências Internacionais Recebidas, pasta11, identificação: EXI_CRI_0364_001); Carta de Jean de Tilly, representante do *Comitê de Solidariedade - Brasil* de Quebec, Canadá, escrita em Montreal, 17 de setembro de 1971. Aborda lançamento do livro *Tortures au Brésil* e pede exemplares da FBI. (Seção de Correspondências Internacionais Recebidas, pasta 11, identificação: EXI_CRI_0370_001); Carta de Roberto da seção italiana da FBI para M. Jean Paul Gravel, *Comitê de Solidariedade Quebec-Brasil*, oferecendo a coleção do boletim. Alger, 22 de julho de 1971. (Seção de Correspondências Internacionais Recebidas, pasta11, identificação: EXI_CRI_0387_001).

⁴⁰¹ Carta de Pierre Gervasseau para Miguel Arraes. Instituto Miguel Arraes, Recife. Série Exílio, Correspondências Recebidas, pasta 4, identificação: EXI.CR.0008.007. No documento, Pierre apresenta a situação de cada país quanto ao apoio político à oposição brasileira no exílio.

⁴⁰² Carta de Miguel Arraes a Augusto. Instituto Miguel Arraes. EXI.CE.0502.001. Augusto cuidava de pagamentos referentes às empresas e às compras de materiais e também pagamentos de trabalho prestado à *Frente*. Cartas e telefonemas entre pai e filho serviam para discutir os ganhos e gastos da empresa e direcionar pagamentos. Augusto também fazia assinaturas de revistas e jornais de diferentes países para amparar o trabalho da *Frente*. Instituto Miguel Arraes, Recife. Série Exílio, Correspondências Expeditas, pasta 3, identificação: EXI_CE_0508_001.

⁴⁰³ Carta a Violeta Arraes, escrita em Alger, 7 de abril de 1970. Apresenta lista de pessoas com respectivos endereços para envio de publicações do *Front*. Instituto Miguel Arraes, Recife. Série Exílio, Cartas Internacionais Recebidas, pasta 10, identificação: EXI_CRI_0200_001.

destinatário era o escritório Rochlitz⁴⁰⁴, responsável pela legalidade da empresa cadastrada em Londres.

Há cartas que detalham muitos convites para que Miguel Arraes participasse de eventos na Europa após a chegada em Argel⁴⁰⁵. Como exemplo, podemos citar a viagem de Arraes à Universidade de Cambridge em novembro de 1965 para abordar a cultura brasileira.⁴⁰⁶ Também foi convidado para produzir artigos sobre o Brasil e a América Latina.⁴⁰⁷

No acervo de cartas do Instituto Miguel Arraes, destacam-se também as missivas enviadas por diferentes seções europeias da Anistia Internacional. Grupos da Anistia Internacional na Suécia, na Alemanha, na Inglaterra e na Dinamarca enviaram pedidos de informação sobre presos políticos no Brasil. Como a *Frente* tinha um arquivo com nomes de presos, locais de tortura e agentes responsáveis, material que embasava suas publicações, os representantes das seções pediam auxílio sobre o paradeiro dos presos, já

⁴⁰⁴ Carta de Dr. I. M. Rochlitz, Genebra, 1 de outubro de 1971. Endereçada a Arnaldo de Assis Mourthé. Informa sobre a aprovação do registro da SERT em Londres em 7 de maio de 1971, seguindo as leis das sociedades empresariais inglesas, e confirma Arnaldo de Assis Mourthé como administrador da empresa. (Seção de Correspondências Internacionais Recebidas, pasta 11, identificação: EXI_CRI_0365_001). Carta de Dr. I. M. Rochlitz, de 14 de abril de 1971, afirmava que o Banco da Inglaterra concedeu o status de não-residente para a SERT para controle de negócios estrangeiros. (Seção de Correspondências Internacionais Recebidas, pasta 11, identificação: EXI_CRI_0424_001).

⁴⁰⁵ Na Série exílio, do Instituto Miguel Arraes, destacamos as seguintes cartas envolvendo convites para eventos: Carta com convite para participar de reunião para formação do Centro Internacional de Pesquisas Cooperativas (I.C) da *École des Hautes Études- Sciences Économiques et Sociales*. (Seção de Cartas Internacionais Recebidas, pasta 10, identificação: EXI_CRIU_0009_001); Convite para o seminário da *Ecole Pratique des Hautes Etudes* dedicado aos problemas sociais do nordeste brasileiro em carta de Alain Touraine a Miguel Arraes, escrita em Paris, 28 de março de 1966 (Seção de Cartas Internacionais Recebidas, pasta 10, identificação: EXI_CRI_0038_001); Carta de Frédéric MAURO a Miguel Arraes avisando sobre a exposição do trabalho "L'Economie Bresilienne et la politique internationale" apresentado por Arraes na Universidade de Toulouse no Groupe d'Aires Culturelles (Seção de Cartas Internacionais Recebidas, pasta 10, identificação: EXI_CRI.0039.001); Carta de Mario de Andrade de 23 de setembro de 1965, presidente do Conselho COLSULTATIF, convidando Arraes para a *Conferência das Organizações Nacionalistas das Colônias Portuguesas* (CONCP), realizada de 3 a 7 de outubro de 1965, em Dar es Salaam, capital da Tanzânia (Seção de Cartas Internacionais Recebidas, pasta 10, identificação: EXI.CRI.0236.001). Carta de convite do *Comitê de Iniciativa do Colóquio Europeu sobre o Brasil*. O colóquio fora organizado pelas seguintes organizações: Confédération Française Démocratique du Travail (CFDT), Confédération Generale du Travail (CGT), Fédération de l'éducation Nationale (FEN), Parti Communiste Français, Parti Socialiste, Mouvement de la Gauche Radicale Socialiste, Association Française des Juristes Démocrates, Ligue des Droits de l'Homme, Secrétariat des Juristes Catholiques. O evento foi realizado em Paris, entre 3 e 4 de novembro de 1973. Abordaria três grandes temas: o "milagre econômico" brasileiro, "expansionismo brasileiro: seus aspectos econômicos, políticos, militares e territoriais" e "violações dos direitos do homem e do cidadão, a repressão e a tortura". (Seção de Cartas Internacionais Recebidas, pasta 10, identificação: EXI.CRI.0298.001)

⁴⁰⁶ Carta de Robert Rowland (presidente da Cambridge University Latin American Society) para Miguel Arraes. Londres, 4 de novembro de 1965 (Seção de Cartas Recebidas, pasta 14, identificação: EXI_CR_0021_002); Carta de Robert Rowland, de 10 de dezembro de 1965, agradecendo a presença de Arraes em Cambridge (Seção de Cartas Internacionais Recebidas, pasta 11, identificação: EXI_CRI_0424_001).

⁴⁰⁷ Carta a Arraes em 24 de novembro de 1966 escrita por Felipe Pardinas convidando para produzir artigo para a revista *Comunidad: Cuadernos de Difusión Cultural*, publicada na *Universidad Iberoamericana* (México). Seção de Cartas Internacionais Recebidas, pasta 11, identificação: EXI_CRI_0023_001.

que tinham acesso apenas a dados de jornais e a informações de alguns familiares ou conhecidos dos prisioneiros ⁴⁰⁸ (conforme DOCUMENTOS 34 a 37).

A Anistia Internacional foi criada em 1961 pelo advogado Peter Benenson, do Partido Trabalhista Britânico, a partir de uma campanha contra as prisões arbitrárias e em defesa do direito a um julgamento justo. Com apoio de intelectuais ingleses e por meio de artigos escritos no jornal *The Observer*, Benenson criou um sistema de campanhas para auxiliar prisioneiros políticos que se tornou característica da Anistia Internacional:

(...) cada grupo deveria adotar três prisioneiros e trabalhar por sua libertação; um deles pertenceria a algum país socialista, outro a qualquer nação do Ocidente e o último ao Terceiro Mundo.⁴⁰⁹

Em março de 1964, a Anistia Internacional, para além da Grã-Bretanha, tinha grupos estabelecidos na Austrália, Bélgica, Canadá, Dinamarca, Alemanha, Irlanda, Luxemburgo, Noruega, Suécia, Suíça, Estados Unidos, Finlândia e Israel.

A Anistia concedeu maior atenção à tortura no Brasil no início da década de 70. A organização não teve permissão para visitar o Brasil para entrevistar os presos políticos e observar as denúncias. Por isso, também recorreu aos exilados. Em setembro de 1972, a Anistia Internacional publicou um relatório sobre as acusações de Tortura no Brasil e desenvolveu a “Campanha contra a Tortura”, promovendo palestras e conferências. O relatório concluiu que havia tortura sistematizada no Brasil.

⁴⁰⁸ Exemplos: Carta da seção alemã da Anistia Internacional endereçada a Miguel Arraes. Escrita por Johaness Brune, ressaltava um convite que já havia sido feito por telefone para encontro em 27 de novembro. Os gastos da viagem seriam financiados pela seção da anistia. (Seção de Cartas Internacionais Recebidas, pasta 11, identificação: EXI.CRI.0275.001); Carta da *FBI* para a *Amnesty Alemã* na qual se dispõe a enviar informações sobre presos políticos. (Seção de Cartas Internacionais Recebidas, pasta 11, identificação: EXI_CRI_0266_001); Carta de Elfriede Dieckvob, da seção alemã da Anistia, em 05 de dezembro de 1971. Aborda o caso de Jason Lopes de Faria, preso em 5 de julho de 1970 e condenado pelo Tribunal Militar de São João do Meriti com outros 15 prisioneiros (Seção de Cartas Internacionais Recebidas, pasta 11, identificação: EXI.CRI.0346.001); Carta de A.Z. Anderssohn da Anistia Internacional - seção britânica, escrita em Bristol, 7 de dezembro de 1971. Aborda a prisão de José Geraldo da Cruz, estudante de Belo Horizonte, em 28 de novembro de 1968. Fora acusado de subversão, solto em 1969 e preso novamente no ano seguinte. A Anistia desejava receber informações sobre seu julgamento e se ainda estava na prisão. (Seção de Cartas Internacionais Recebidas, pasta 11, identificação: EXI_CRI_0353_001 e EXI_CRI_0353_002); Carta de A. Agnsäter, do grupo 166 da seção sueca da Anistia, escrita em Estocolmo, no dia 17 de agosto de 1971. Pede informações sobre Lourival de Almeida, estudante de Fortaleza preso em 13 de maio de 1970 (Seção de Cartas Internacionais Recebidas, pasta 11, identificação: EXI_CRI_0379_001).

⁴⁰⁹ KONDER, Rodolfo. *Anistia Internacional: Uma porta para o futuro*. Campinas: Pontes, 1988, p.68. Para uma análise da história da Anistia Internacional, ver BOVO, Cassiano Ricardo Martines. *Anistia Internacional: roteiros da cidadania em construção*. São Paulo: Annablume: FAPESP, 2002.

Sobre os objetivos da organização e acerca da importância de informações oferecidas pelos exilados, uma carta de 27 de outubro de 1972 enviada à *Frente* em Argel pela seção de Estocolmo afirmava:

A Anistia Internacional, uma organização não política para a libertação e ajuda a prisioneiros políticos em todo o mundo, formou um grupo especial para o Brasil. Nosso objetivo é não apenas trabalhar para nossos casos brasileiros, mas também ampliar informação na Suécia sobre a situação do Brasil: tortura, repressão, aspectos jurídicos etc. Para podermos fazer isto nós apreciaríamos muito se vocês pudessem cooperar conosco. Nós esperamos que logo nos envie algum material que possa ser útil para nosso futuro trabalho.

Nós estamos procurando por uma cooperação frutífera e nós vos enviamos nossos cumprimentos.⁴¹⁰

A *Frente* colaborou com as seções enviando suas listas de prisioneiros e informações sobre a tortura. Numa das cartas enviadas à Anistia Internacional da Alemanha, afirmava-se:

Nós vos concedemos a autorização de publicar a lista de prisioneiros políticos sobre todas as formas de divulgação possíveis: exposição, panfletos de propaganda, livros etc.

Pedimos o favor de completar esta lista com os nomes de camaradas prisioneiros e que involuntariamente não estão inscritos nesta lista.

Agradecemos infinitamente por tudo que vocês fizeram pelos nossos camaradas na prisão.⁴¹¹

Muitas cartas foram trocadas entre a FBI e membros de seções da Anistia Internacional. Observemos um exemplo. Em 26 de novembro de 1971, o grupo número 25 da seção sueca enviou pedido de informação sobre Gerson Chenicharro. O grupo informava que, segundo notícias do jornal *O Estado de São Paulo* de 30 de maio de 1970,

⁴¹⁰*Instituto Miguel Arraes*. Recife. Série Exílio, seção de Cartas Internacionais Recebidas, pasta 11, identificação: EXI_CRI_0486_001.

⁴¹¹ Carta de 28 de outubro para a Anistia Internacional na Alemanha. *Instituto Miguel Arraes*. Recife. Série Exílio, seção de Cartas Internacionais Recebidas, pasta 11, identificação: EXI_CRI_0484_001.

Gerson fora condenado pelo Conselho de Justiça do Segundo Distrito Militar a quatro anos de prisão por exercer atividades de subversão durante o governo de João Goulart.⁴¹²

Em resposta, carta da FBI apontava que também não possuía informações sobre Gerson Chenicharro.⁴¹³ Hoje sabe-se que Gerson era presidente da Associação dos Lavradores de Santo Antônio, sediada em Duque de Caxias. Teria ligações com o deputado Federal Tenório Cavalcanti. Atuou como militante na região de Magé, numa área contestada pela empresa Companhia América Fabril e que foi tomada por trabalhadores rurais. Camponeses ligados ao Partido Comunista foram investigados pela polícia política e Gerson Chechinaro desapareceu da região em 1962.⁴¹⁴

Na maioria das vezes, as informações requisitadas não eram conseguidas pelos membros da Frente, que também enfrentavam dificuldades com a censura aos meios de comunicação e com a dificuldade de contatar pessoas no Brasil.

A chegada em Argel dos 40 brasileiros após a sequestro do embaixador alemão provocou um aumento no envio de cartas pedindo informações, pois as seções consideravam a hipótese de que os presos políticos recém-libertados tivessem informações sobre outros prisioneiros. Como exemplo, podemos citar a carta de enviada pelo grupo 150 de Heidenheim-Brens, República Federal da Alemanha, em 14 de abril de 1971. Escrita por Thomas Gräber, representante do grupo, era endereçada a Ladislau Dowbor, que estava no Centro Familiar Ben Aknoun. Pedia informações sobre Antônio Vieira, militante do Partido Comunista, preso em 5 de maio de 1970.⁴¹⁵ Em resposta, Ladislau se prontificou a fornecer informações sobre Antônio Oliveira, confirmando sua prisão.⁴¹⁶

Grupos solidários à campanha contra a ditadura no Brasil surgiram em vários países. Alguns destes grupos entraram em contato com Arraes. Um exemplo é o Grupo de Berkeley chamado *Friends of Brazil*, cuja meta era informar sobre o que ocorria no Brasil

⁴¹² Carta da seção sueca da Anistia pede informações sobre o caso de Garson Chenicharro. Carta assinada por Mr. Björn Ekman. *Instituto Miguel Arraes*. Recife. Série Exílio, seção de Cartas Internacionais Recebidas, pasta 11, identificação: EXI_CRI_0354_001.

⁴¹³ *Instituto Miguel Arraes*. Recife. Série Exílio, seção de Cartas Internacionais Recebidas, pasta 11, identificação: EXI_CRI_0343_001.

⁴¹⁴ Sobre o movimento de trabalhadores rurais e a participação de Gerson Chenicharro, ver RIBEIRO, Felipe Augusto dos Santos. “Quem é mais útil ao país: aquele que planta ou o que fica na cidade só comendo?: os trabalhadores rurais fluminenses e a luta por desapropriação de terras (1962-1963). *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 28, no 56, p. 305-322, julho-dezembro 2015.

⁴¹⁵ *Instituto Miguel Arraes*. Recife. Série Exílio, seção de Cartas Internacionais Recebidas, pasta 11, identificação: EXI_CRI_0425_001

⁴¹⁶ Carta de Ladislau Dowbor a Thomas Grasser, da Anistia Internacional, grupo 150 - Heidenheim-Brenz, Alemanha Federal, Argel, 26 de maio de 1971. *Instituto Miguel Arraes*. Recife. Série Exílio, seção de Cartas Internacionais Recebidas, pasta 11, identificação: EXI_CRI_405_001.

e a intervenção negativa dos EUA no país. Formado por brasileiros e norte-americanos, distribuía panfletos utilizando informações do FBI publicado na Argélia, no Chile, na Itália e na França. Por isso, pediam em carta o envio de informações sobre a tortura no Brasil no ano de 1970, pois já haviam recebido informações anteriores sobre esta época e havia pessoas, segundo a carta, que argumentavam que a tortura no Brasil já tinha acabado.⁴¹⁷

⁴¹⁷ Carta de 15 de janeiro de 1971. *Instituto Miguel Arraes*. Recife. Série Exílio, seção de Cartas Internacionais Recebidas, pasta 11, identificação: EXI.CRI.0462.001.

FRONT BRESILIEN D'INFORMATION

FBI N.º 3 ET 4

1971 : MARS - AVRIL AN III

DOCUMENTO 17: Capa da edição do *Front* com sátira à influência dos EUA na ditadura do Brasil. ACERVO ASMOB/CEDEM.

EXI-BIDD-0054

SOMMARIO - N. 3/1971

- 3 La dittatura ha pronunciato la prima condanna a morte contro un operaio di 19 anni
- 4 Dal Brasile: per i brasiliani all'estero
- 6 Arrais parla del Brasile
- 7 Queste notizie hanno forzato la censura dei generali
- 8 Analisi di un "boom" - Lo sviluppo economico del Brasile: un mito da abbattere
- 10 Joaquim Camara Ferreira "Toledo": come lo ricorda un italiano
- 11 La redazione del "Fronte Brasileiro d'informazione" a Ze' Bituca
- 11 L'ultimo messaggio di Joaquim Camara Ferreira
- 13 Valle della Ribeira - dopo la lotta anti-guerriglia, "la pacificazione"
- 13 L'arcivescovo denuncia la tortura di un prete italiano
- 14 E' svanito il sogno dell'integrazione latino-americana
- 15 La siccità nel Nordeste - Il governo si rallegra. . .

DOCUMENTO 18: Edição italiana do *Front* publicado em março de 1971.

Instituto Miguel Arraes, Recife. Série Exílio, Seção de boletins, pasta 15, identificação: EXI_BIDD_005_101.

DOCUMENTO 19: Edição holandesa do *Front* publicado em junho de 1972.

Instituto Miguel Arraes, Recife. Série Exílio, Seção de boletins, pasta 15, identificação: EXI_BIDD_006_017

DOCUMENTO 20: Edição especial do *Front* que apresentava um dossiê sobre a tortura no Brasil (outubro de 1971).

Instituto Miguel Arraes, Recife. Série Exílio, Seção de boletins, pasta 15, identificação: EXI_BIDD_007_058.

2

16/12
se-6

Fls. _____

SECRETO

ENDEREÇOS DA FRENTE BRASILEIRA DE
INFORMAÇÕES

1492

20 MAR 1973

FRANÇA:-a)4, VILA FLORA, 16 - PARIS

b) ELLEN DEAURIN
21, QUAI ST MICHEL, 75
PARIS

ARGELIA:- B-F 5 - PLAT AU SAULIERE
ALGER - ALGERIA

CHILE:- a) CAIXA POSTAL - 1073
SUCURSAL 35 - SANTIAGO

b) JULIO TAGLE P.
CAIXA POSTAL - 14763
SANTIAGO

c) RUA ROOT, 537
SANTIAGO

d) LIVRARIA PLA
RUA MAC IVER, 267
SANTIAGO

e) GRAFICA INDUSTRIA IMPORTADORA EIO-
BIO
RUA DAVILA, 734
SANTIAGO

20.000, VM-71

I. D. E.

NOTA - foi colocada cópia em seus arquivos Argélia, Chile e França.

DOCUMENTO 21: Endereços da *Frente Brasileira de Informação*.

Arquivo nacional. Documento de Informações n. 09360 de 28 de março de 1973. Arquivo Nacional, Brasília.

INDICATIONS DE SERVICE بيانات من المصلحة
EXI_CREP_0210_001

ALGER 26308 A PARIS F< 91211 RE

COL 7

20 -1 1971

105

701 رقم

L'Etat n'est soumis à aucune responsabilité à raison du service de la correspondance privée par la voie télégraphique

PARIS 063071 18 20 1515	التاريخ DATE	ساعة الايداع Heure de dépôt	بيانات من المصلحة MENTIONS DE SERVICE
FAOR ENVIAR EXPRES LISTA ENDERECOS			
BOLETIM ESTADOS UNIDOS LONDRES			
IMPOSSIBILITADA FAZER SERVICO PONTO MARCIO			

Voir au verso la signification des principales indications qui peuvent éventuellement figurer en tête de l'adresse.

ALGER 26308 A PARIS F< 91211 RE

EXI_CREP_0210_001

REPUBLICQUE ALGERIENNE
DEMOCRATIQUE ET POPULAIRE
Postes et Télécommunications

Le facteur doit délivrer un récépissé à souche lorsqu'il est chargé de recouvrer une taxe

LE PORT EST GRATUIT.

RECEPTE : Remettre même la nuit
Nuit : Remettre même la nuit
JOUR : Ne remettre que le jour

FS : Faire suivre
DP : Délivrer
JOUR : Jour
Nuit : Nuit

Signification des principales indications qui peuvent éventuellement figurer en tête de l'adresse

PC : Accusé de réception
Rfx : Réponse payée x dinars
TC : Télégramme
TELEPHONE : A l'arrivée
TELEPHONE : A l'arrivée

DOCUMENTO 22: Mensagem de Marcio Moreira Alves a Arraes pedindo lista de endereços para distribuição de boletins nos Estados Unidos e Londres.

Instituto Miguel Arraes, Recife. Série Exílio, Seção de Correspondências Expedidas, pasta 13, identificação: EXI_CREP_0210_001.

DOCUMENTO 23: Capa do *Front Bresilién d'Information* em setembro de 1971 que expunha a visão da luta armada de grupos exilados.

Instituto Miguel Arraes. Série Exílio, Seção de boletins, pasta 15, identificação: EXI. BIFBI.0001.

FRENTE

BRASILEÑO DE INFORMACIONES
COMITE DE DENUNCIA A LA REPRESION EN BRASIL

EJERCITO BRASILEÑO
PREPARA INVASION DE
PAISES VECINOS PARA
"REDEMOCRATIZARLOS"

Pag. 3

FEBRERO / MARZO 73

Nº 20

Parte Tribunal B. Russell

Dictadura será enjuiciada

DOCUMENTO 24: Edição chilena da Frente Brasileira de Informação, fevereiro e março de 1973.

Arquivo ASMOB/ CEDEM, identificação: EM.65.

DOCUMENTO 25: Edição do *Front* dedicada à morte de Carlos Lamarca. Os textos desta edição destacavam a importância do líder da VPR, faziam críticas à violência da polícia política e consideravam que a esquerda não deveria se desvanecer e traçar estratégias para fortalecer a luta contra a ditadura.

ASMOB/ CEDEM, identificação: EM 0.72

DOCUMENTO 26: A imagem retrata a “Reunião de solidariedade com o Povo Brasileiro”, realizada em 15 de janeiro de 1970. Uma grande faixa com a imagem de Carlos Marighella foi colocada ao fundo da bancada onde estavam figuras ilustres, como Jean Paul Sartre Michel de Certeau, e o ex-governador de Pernambuco, Miguel Arraes.

Front Brésilien d'Information. Instituto Miguel Arraes, Recife. Série Exílio, Seção de Boletins, pasta 15, identificação: EXI_BIFBI_002_154.

BERTRAND RUSSELL TRIBUNAL – INVESTIGATION ON TORTURE

The Bertrand Russell War Crimes Tribunal for the Investigation of the American War Crimes in Vietnam has opened the preliminary investigation of the crimes of torture against political prisoners in Brazil, as shown by a letter to Jean Paul Sartre, the Executive President of the Bertrand Russell Tribunal, from Vladimir Dedijer, the President of Sessions of the Bertrand Russell Tribunal.

The contents of the letter which has been released to the public in connection with the visit of Brazil's dictator Medici to the United States read as follows:

"Dear Sartre,

The news from Brazil confirm that tortures of political prisoners go on there at an ever increasing scale.

It seems to me that you are in the complete agreement that our Tribunal should intervene

urgently and judge the crimes of the Brazilian dictatorship and its protectors.

Prima facie documentation points out that Brazil has been transformed into the key basis for the most aggressive U.S. imperialistic venture in South America and Caribbean and is already threatening the whole area.

The rapporteur and member of our Tribunal, Professor Lelio Basso, during his last visit to Latin America, has already opened preliminary investigation, gathering many proofs of the criminal behavior of the Brazilian dictatorship.

With comradely greetings,

/sgn Vladimir Dedijer
Tyr Revolucije 1
61000 Ljubljana
Yugoslavia

December 4, 1971."

DOCUMENTO 27: Divulgação das ações do Tribunal Bertrand Russell na edição inglesa da FBI. Apud. *Brazilian Information Bulletin*, fevereiro de 1972, p.8.

Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. BR_RJ_APERJ.XX JMW.0.DH.2/15

TRIBUNALE RUSSELL II'

PER LA REPRESSIONE IN
BRASILE, CILE E AMERICA LATINA

SEGRETERIA GENERALE: VIA DELLA DOGANA VECCHIA, 5
TELEFONI: 659953 - 653529 - 00186 ROMA

Rome, le 3-5-1974

Chers amis du Comité *de Algérie*

Nous sommes en train de reprendre en main le travail et nous voulons tout d'abord vous remercier pour l'apport que vous avez donné à la réussite de la première session et vous mettre au courant de nos activités.

1) Nous sommes en ce moment en train de nous dédier à la compilation des dos siers avec le matériel recueilli tout d'abord pour les maisons éditrices, aux quelles nous envoyons tout ce qui a été lu et dit au cours des séances, étant donné que tout a été enregistré. Nous avons quatre demandes en Italie pour l'examen du matériel et d'autres à l'étranger.

Si quelque comité jugera opportun de prendre contact en ce sens dans son propre pays, il fera chose utile et nous lui en serons gré. Nous sommes aussi en train de préparer de petites publications en italien pour la divulgation des résultats, outre la compilation du traditionnel bulletin. Si tout cela vous intéresse pour la mobilisation de vos bases, écrivez-nous. Pour vous donner une idée de l'intérêt suscité vous trouverez ci-inclus la copie de quelques messages récemment reçus.

2) La seconde activité qui nous occupe intensément en ce moment est d'exploiter le succès politique obtenu en Italie. Nous voulons augmenter l'action du comité italien qui est en train de programmer (et il commencera aussitôt après le référendum du 12 mai) une série intense d'activités à Rome et dans les provinces. C'est incroyable comme ici la presse et la télévision continuent à diffuser les compte-rendus et les considérations rétrospectives sur la première session. Nous sommes submergés par la télévision qui désire des interviews (même une trans mission télévisive pour jeunes de 9 à 11 ans) et par les journalistes. Entre autre nous espérons que ces initiatives nous aideront, à liquider les fortes det tes que nous devons encore payer. Nous vous fournissons ces informations comme stimulant, en espérant d'en recevoir de votre part d'autres encore plus stimu lantes.

3) La deuxième session, comme beaucoup le savent déjà, a été fixée au mois de janvier 1975 (11-18). Le Secrétariat international, qui heureusement cette fois ci n'a pas à sa charge l'organisation de la session, a adopté des mesures de coordination pour que les contenus soient préparés à temps selon des critères extrêmement rigoureux. Vous savez que certaines universités travaillent déjà avec nous, mais à Rome en outre nous avons constitué un sécretariat scientifique, qui coordonnera les contenus; les différents groupes de recherche devront nous présenter avant le mois de juillet non seulement le plan complet mais aussi les parties déjà complétées; nous avons l'intention de convoquer pour octobre une réunion des rapporteurs; nous sommes en train de prendre contact directement, au cours du mois de mai, avec tous les groupes qui travaillent déjà.

DOCUMENTO 28 (página 1): Carta de Lelio Basso à seção da Argélia. Apresenta informações sobre a organização das próximas seções do Tribunal Bertrand Russell II.

Instituto Miguel Arraes, Recife. Série Exílio, Seção de Cartas Internacionais Recebidas, pasta 11, identificação: EXI_CRI_0589_001.

TRIBUNALE RUSSELL II'

PER LA REPRESSIONE IN
BRASILE, CILE E AMERICA LATINA

SEGRETERIA GENERALE: VIA DELLA DOGANA VECCHIA, 5
TELEFONI: 659953 - 653529 - 00186 ROMA

Nous donnons une importance particulière aux contacts avec les syndicats nationaux et internationaux. En outre nous tâchons d'organiser, et nous avons déjà commencé, des groupes latino-américains permanents de consultation (brésiliens, chiliens, uruguayens, boliviens) pour qu'ils préparent dès maintenant les différents témoignages et apports pour la IIème session, du moment que nous ne pourrons faire un symposium strictement scientifique composé seulement de rapports, mais nous devons trouver les instruments nécessaires pour animer et stimuler l'opinion publique.

Nous vous envoyons tout ces détails du paragraphe 3 non seulement à titre d'information mais aussi parce que, dans la mesure où chaque comité national pourra nous aider en ce secteur, la structure complexe que nous devons organiser en sera renforcée.

4) Quelques mots sur le lieu de la session. Le jury, dans la réunion du 6 avril à Rome, après la lecture de la sentence, avait donné la préférence à Bruxelles, pour une série de considérations (il y avait entre autre de précises indications de la part du comité allemand).

Le prof. Rigaux avait accepté l'hypothèse, en se réservant de consulter les syndicats belges, sans l'appui desquels l'entreprise aurait été supérieure aux forces du comité qui est à ses débuts.

François Rigaux est passé par Rome il y a quelques jours et il nous a confirmé l'adhésion des principaux syndicats: nous pouvons donc considérer presque sûr que la IIème session se tiendra à Bruxelles. Le lieu nous semble aussi en syntonie avec le sujet que nous traiterons.

5) Enfin, conscients du succès mais aussi des limites du travail accompli, nous nous excusons auprès de tout les amis des comités étrangers qui d'une façon ou d'une autre n'ont pas été satisfaits de ce qui a été réalisé. Nous sommes prêts à recevoir toutes les critiques constructives et les conseils et nous vous prions de bien vouloir continuer avec nous dans cette longue et difficile entreprise à peine commencée. Un remerciement tout particulier aux amis qui nous ont encouragé avec leur approbation.

Fraternellement, encore merci,

Lelio Basso
Lelio Basso

P.S. Nous savons que quelques comités nationaux ont des difficultés à recueillir des fonds même pour leurs propres exigences. Sans vouloir avoir la prétension de donner des leçons, mais parce que nous avons pu presque complètement résoudre le problème, nous sommes à disposition de quiconque désire connaître les nombreux systèmes dont nous nous sommes servis avec succès pour alimenter le travail du secrétariat international et de la première session.

DOCUMENTO 28 (página 2): Carta de Lelio Basso à seção da Argélia. Apresenta informações sobre a organização das próximas seções do Tribunal Bertrand Russell II.

Instituto Miguel Arraes, Recife. Série Exílio, Seção de Cartas Internacionais Recebidas, pasta 11, identificação: EXI_CRI_0589_002.

TRIBUNALE RUSSELL II'

PER LA REPRESSIONE IN
BRASILE, CILE E AMERICA LATINA

SEGRETERIA GENERALE: VIA DELLA DOGANA VECCHIA, 5
TELEFONI: 659953 - 653529 - 00186 ROMA

Roma, 3-1-74

Carissimo amigo Miguel,

rispondo às pressas à sua carta de 22-12-73.
No entanto espero tenha recebido a nossa carta com o convite para
Paris, e a notícia exata da famosa importância. Se não nos encontramos
em Paris eis as últimas notícias:

APOIOS

Italia

PCI (direção e mais que metade dos parlamentares)

PSI (idem)

FGCI em peso

FGSI em peso

Intern. Democrazia cristiana

ANPI (resistência na última guerra)

ARCI

Liga das cooperativas

Metalurgicos (FLM, os três)

Sindicatos (CGIL, CISL, UIL)

PDUP

20 bispos

2 cardeais

10.000 (!) católicos

O PCI destacou um deputado para trabalhar conosco na secretaria.

Pelo que se refere aos outros países estamos na base do "parece que", "di-
zem que" (fora os JUSOS que estão firmes) mas saberemos tudo certo na
reuniao dos comitês nacionais no dia 13 em Paris, 15 rue Gay Lussac-9, 30
da manhã, como já lhe escrevi.

Depois de Paris, direi os detalhes.

Espero que na reuniao dos juristas, no dia 14, apareça alguém de Alger.

Basso retribue as recomendações e aprendeu também a enviar "um grande
abraço", como o meu. Recomendações à valiosa Madalena (mais conheço exi-
lados, mais apreço certas esposas!)

Linda
Linda

DOCUMENTO 29: Carta de Linda Bimbi a Miguel Arraes informando sobre os grupos
que apoiariam o Tribunal Bertrand Russell II.

Instituto Miguel Arraes, Recife. Série Exílio, Seção de Cartas Internacionais Recebidas, pasta 11,
identificação: EXI_CRI_0593_001.

DOCUMENTO 30: Carta de François Rigoux sobre a confirmação da presença de Miguel Arraes na sessão do Tribunal Bertrand Russell II em Bruxelas, entre 11 e 18 de janeiro. À esquerda do documento, estão listados os nomes dos intelectuais e políticos envolvidos com o Tribunal.

Instituto Miguel Arraes, Recife. Série Exílio, Seção de Cartas Internacionais Recebidas, pasta 11, identificação: EXI_CRI_0574_001.

Alger, 14/10/71

EXI_CREP_0187_001

Ref. 056

Amigo Marcio

Um abraço

Envio-lhe o balancete de Setembro. As vacas estão magras. Necessitam de vitaminas de alta qualidade. Neste mês precisamos um cobre mais alto.

No que diz respeito aos fichários estão quase prontos. Penso que daqui um mês funcionaremos 100%. Temos dois ou três companheiros dando um bom trabalho na sua organização.

Sempre que você puder envie material para nosso Boletim.

Com todo amizade
do

Bayard

DOCUMENTO 31. Carta de Bayard Boiteux a Marcio Moreira Alves avisando sobre as dificuldades financeiras e os balancetes do grupo.

Instituto Miguel Arraes, Recife. Série Exílio, Seção de Cartas Recebidas e Expedidas, pasta 13, identificação: EXI_CREP_0187_001.

DOCUMENTO 32: Arraes discursa na primeira seção do Tribunal Bertrand Russell II.

Memorial da Anistia. Fundo Tribunal Bertrand Russell. Identificação: ITA_FLLB_TBRII_05_001_0013

DOCUMENTO 32: Lelio Basso (primeiro à esquerda) discursa na sessão do Tribunal Bertrand Russell II Miguel Arraes é o sétimo dentre as personalidades frente à mesa.

Memorial da Anistia. Fundo Tribunal Bertrand Russell. Identificação: ITA_FLLB_TBRII_05_006_0046

DOCUMENTO 33: Primeira Sessão do Tribunal Bertrand Russell.

Memorial da Anistia, identificação: ITA_FLLB_TBRII_05_006_0036.

REF. 233

EXI.CRI_0363_001

amnesty international

Group 171

swedish section

~~Kristianstad~~ Kristianstad

5. Oct. 1971

Front Brésilien d'Information
Boite Postale 5
Plateau Saulière
Alger

Je suis membre du groupe suédois d'Amnistie International qui a un "cas d'adoption" au Brésil.

Guilem da Silva, demeurant actuellement à Lund, m'a donné votre adresse et conseille de vous demander quelques informations.

"Notre" prisonnier Antonio Liberato Jeremias appartient à un groupe d'environ dix personnes, dont, entre autres, deux prêtres de "Young Christian Workers", qui furent arrêtés à Volta Redonda entre le 2 et 5 nov. 1970, puis emprisonnés dans "Barracks of Tank Battalion" à Barra Mansa.

Par le Secrétariat de Young Christian Workers à Bruxelles nous avons appris qu'ils ont été mis en accusation et attendent le début du procès.

L'avocat de la défense est Prof. Fragoso, Trav. do Paco 23, Rio de Janeiro. Nous nous sommes adressés à lui, mais n'avons obtenu aucune réponse.

Le bruit court que certains membres du groupe auraient été libérés, tandis que d'autres seraient encore emprisonnés. Un évêque, Waldhyr Calheiros serait aussi accusé.

En ce qui concerne "notre" prisonnier, Antonio Jeremias, nous ne savons rien si ce n'est son nom et ce que je vous ai mentionné ci-dessus.

Votre organisation connaît-elle quelques informations de ce groupe?
Pourez-vous nous proposer une action?

Nous sommes bien conscients des difficultés énormes du Brésil et du grand nombre de prisonniers.

Je vous remercie bien et vous envoie mes salutations cordiales.

Inga Laurin-Willén

Inga Laurin-Willén
Smedjegatan 7

S 29100 Kristianstad

Suède

DOCUMENTO 34: Carta de Inga Laurin Willén, escrita em Kristianstad, representando o Grupo 171 da seção sueca da Anistia Internacional, datada de 05 de outubro de 1971. Pedre informações e sugestões de ação para o caso de Antônio Liberato Jeremias, preso em Volta Redonda entre 2 e 5 de novembro de 1970.

Instituto Miguel Arraes, Recife. Série Exílio, Seção de Cartas Internacionais Recebidas, pasta 11, identificação: EXI_CRI_0363_001.

Ref. 263 *EXI*
EXI.CRI.0516.001

amnesty international
groupe spécialiste pour brésil
peter klein
5 köln 1
mainzer str 24
allemagne

front brésilien
d'information
boite postale 5
plateau saulier
alger algerien

cologne 4.5.72 pk

chers amis

nous avons reçu le ' front brésilien d'information ' pendant l'année
passée de paris (de annina de carvalho) et quelques fois l'edition
allemande (du republikanischer club düsseldorf)
mais ces sources ne travaillent pas r egulièrement !

pour cette raison: s.v.p., envoyez le ' front '
regulièrement à mon adresse
si c'est possible, commencent le
janvier 1972 (depuis janvier nous n'avons pas
reçu le f ront de paris)

ecrivez, s.v.p., combien ça coute pour un demi-an ou un an ?
nous allons payer toute suite !

avez vous des informations sur le travail des groupes revolutionnaires
en brésil ?
moi, je doit faire un report sur les groupes revolutionnaires pour un
' back-ground-paper '(qu'on va publier en grand nombre)
j'ai déjà reçu beaucoup d'informations sur la pcbr (de la pcbr en allemagne-
lucia- en allemand et français) et s ur quelques autres groupes
pendant une voyage à paris (nous avons parlé avec beaucoup des brésiliens
exilés)
il me manque des reports actuels !

nous avons des bons contacts avec la presse (par exemple nous etions les
premiers, qui ont publiés le 3 comdamnations à mort au mois de novembre
dans des journaux allemands)
nous avons besoin des informations ac tuelles - c'est la seule chance pour
denoncer le régime brésilien en allemagne, denoncer la torture, le
decret secret, l'imperialisme brésilien en latinamerique

nous allons payer le port et les prix d'autres documents

meilleures salutations
peter klein

Pravdicado
em 10/5/72
2007

DOCUMENTO 35: Carta de Peter Klein, representante da Anistia Internacional em Colômbia, Alemanha, em 4 de maio de 1972.

Instituto Miguel Arraes, Recife. Série Exílio, Seção de Cartas Internacionais Recebidas, pasta 11, identificação: EXI.CRI.0516.001.

Alger, le 23 octobre 1972.

Chers Camarades de l'Amnesty International,

Nous vous accordons l'autorisation de publier la liste de prisonniers politiques sous toutes les formes de divulgation possible: exposition, brochures de propagande, livres, etc...

Nous vous prions de bien vouloir compléter cette liste avec les noms de camarades emprisonnés et qui involontairement ne sont pas inscrits sur elle.

Nous vous remercions infiniment pour tout ce que vous avez fait vis à vis de nos camarades en prison.

Veuillez recevoir nos sentiments respectueux,

Pour le F.B.I.

DOCUMENTO 36: Carta do FBI agradecendo as ações da Anistia e concedendo autorização para publicação de listas de prisioneiros políticos elaboradas pelo grupo. Argel, 23 de outubro de 1972.

Instituto Miguel Arraes, Recife. Série Exílio, Seção de Cartas Internacionais Recebidas, pasta 11, identificação: EXI_CRI_0481_001.

AMNESTY INTERNATIONAL

Having Consultative Status with the UNITED NATIONS (E.C.O.S.O.C.) and with the COUNCIL OF EUROPE

President: PETER BENENSON

BRITISH SECTION

MRS. SYLVIA LEIGH.
48. RATCLIFFE ROAD.
LEICESTER
ENGLAND.

Dear Sir,

I wonder if you could give any information to the above organization, concerning prisoners of conscience, as you no doubt have heard of our work, there have been some recent army tribunals if you can put us in touch with the places where the prisoners are, and length of sentences, perhaps we may be able to write to some of them & help their families.

Yours Sincerely

Mr. S. Leigh Resp -

7/10/68

TRUSTEES OF THE PRISONERS OF CONSCIENCE FUND:

The Right Rev. The Bishop of Birmingham · Professor Ritchie Calder · Ian Gilmour, M.P. · The Rev. Dr. I. Grunfeld
Dr. Ernest Payne · The Most Rev. Archbishop Roberts, S.J. · Lord Sainsbury · Jeremy Thorpe, M.P.

Documento 37: Carta de Sylvia Leigh, da seção britânica da Anistia Internacional. Pede informações sobre prisioneiros políticos brasileiros.

Instituto Miguel Arraes, Recife. Série Exílio, Seção de Cartas Internacionais Recebidas, pasta 11, identificação: EXI_CRI_0481_001.

Capítulo VI - A militância política transnacional dos exilados na Argélia

Mário Sznajder e Luis Roniger destacam em seus estudos sobre o exílio que este assumiu uma característica bastante diferente no século XX. Além da “estrutura triádica”, ou seja, a interdependência entre o exilado, seu país de origem e os países de destino, o exílio adquiriu uma nova característica: a dinâmica transnacional.⁴¹⁸ A transnacionalidade da condição do exílio foi se desenvolvendo a partir da intensificação das campanhas mundiais de solidariedade organizadas por associações não governamentais e que falavam em nome dos “direitos humanos”, ou seja, colocavam-se como representantes de qualquer indivíduo.⁴¹⁹

Diante de milhares de latino-americanos obrigados a deixar seus países na segunda metade do século XX e da progressiva organização das legislações internacionais desde o fim da Segunda Guerra, os exilados brasileiros obtiveram respaldo para criticar a violência do Estado Nacional empregada contra seus próprios cidadãos. Organizações como a Anistia Internacional e o Tribunal Bertrand Russell II exemplificam o apoio aos latino-americanos em seus projetos de denuncia das arbitrariedades cometidas pelos regimes ditatoriais na América Latina. Embora muito diversos em suas concepções políticas, os exilados conseguiram maior mobilização social utilizando um discurso comum: a defesa dos direitos humanos. De acordo com Roniger e Sznajder:

Finalmente, comunidades de exilados conseguiram diferentes locais para seu pró-ativismo político, dependendo da atitude do governante que os recebeu; das redes de solidariedade na parte internacional, transnacional, e organizações políticas, sociais e profissionais locais; e maior extensão para que o tema do exílio ganhasse uma presença de prestígio na esfera pública. (...) Na Guerra Fria, o exilado político agiu em uma polarização entre Leste e Oeste, Esquerda e Direita, Comunismo e Capitalismo.⁴²⁰

Dois exemplos demonstram a transnacionalidade da militância política dos exilados brasileiros em Argel: a *Frente Brasileira de Informação* e a participação no Tribunal Bertrand Russell II. Ambos alicerçaram suas ações nas acusações de violações aos direitos humanos, das ações imperialistas e da desigualdade social no Brasil.

⁴¹⁸ SZNAJDER, Mario; RONIGER, Luis. *The politics of exile in Latin America*. New York: Cambridge University Press, 2009. Edição digital, capítulo 5, p. 14.

⁴¹⁹ SZNAJDER, Mario; RONIGER, Luis. *Op.Cit.* Capítulo 6, p. 43.

⁴²⁰ Ibid.

A *Frente Brasileira de Informação* funcionou efetivamente entre 1969 e 1974. Miguel Arraes, Marcio Moreira Alves, Violeta Arraes, Pierre Gervasseau e Bayard Boiteux foram essenciais para manter o diálogo entre as diferentes seções que compunham o movimento. O objetivo principal do movimento era denunciar a ditadura apresentando informações sobre a tortura, negar o “Milagre brasileiro” e apresentar outras informações que não eram divulgadas pela mídia brasileira devido à censura. Esta complexa ação de denúncia envolvia diferentes seções (conforme DOCUMENTO 38).

A proposta da *Frente* era aglutinar forças políticas diferentes para conseguir cada vez mais colaboradores para obter e disseminar informações sobre o Brasil. Podemos observar este objetivo no seguinte trecho de um artigo de Miguel Arraes publicado no boletim italiano da Frente Brasileira de Informação:

Os trabalhadores, camponeses, estudantes, padres, cristãos, marxistas, todos são a expressão de um movimento profundo que está tomando forma entre as pessoas. O nosso dever é trabalhar para consolidar esta força para torná-lo invencível. Nosso dever é garantir que as forças populares se organizem para lutar na batalha. (...). As forças populares brasileiras devem ter uma linguagem comum, que corresponda à posição exata de nosso país e aos deveres que ela impõe (...). Esta grande tarefa compete a todos nós, se estamos dentro ou fora do país, brasileiros e não brasileiros. Democratas e internacionalista na Europa e em outros lugares estão conscientes de suas responsabilidades. (...) A todos, faço um apelo: juntos vamos cumprir nosso dever. ⁴²¹

A efetiva publicação de diferentes boletins no Chile, na França, na Inglaterra, na Suécia e na Itália demonstra que esta união de forças aconteceu pelo menos por algum tempo. As seções eram formadas por brasileiros e naturais dos países de exílio que tinham simpatia pelo movimento de oposição à ditadura, eram apoiadas por assinantes dos boletins e também promoviam seminários e exposições artísticas sobre a cultura e a política brasileiras⁴²². Além de divulgarem informações, também contribuíam para a coleta de informação. Cartas endereçadas a Argel continham informações sobre o Brasil ou sobre a

⁴²¹ *Fronte Brasiliano d'Informazione*. Março de 1971, p.1. Instituto Miguel Arraes, Recife. Série Exílio, Seção de Boletins, pasta 15, identificação: EW_BIDD_006_116.

⁴²² Exemplo de exposições artísticas foram apresentadas pelos integrantes da FBI na Itália. As exposições de fotografias ou pinturas brasileiras e a venda de quadros tinha o objetivo de obter dinheiro para as ações da FBI e mostrar para comunidades de Roma as características socioculturais do Brasil. Cf. Carta de Antônio a Madalena em 16 de julho de 1972. Instituto Miguel Arraes, Série Exílio, Seção de Cartas Internacionais recebidas, pasta 11, identificação: EXI_CRI_0504_001.

situação dos exilados em países nos quais havia seções do *Front*. De Argel, as informações recebidas eram retransmitidas, compondo uma rede efetiva de militância política contra a ditadura.

A grande lista de nomes de torturados e agentes policiais responsáveis pela violência contra presos políticos produzida pelos membros da *Frente* em Argel é produto da informação que os exilados conseguiram obter e demonstra como a denúncia da tortura transformou-se na estratégia que mais trouxe apoio e legitimidade à *Frente*. São representativas desta legitimidade as contínuas cartas recebidas pelos membros de Argel vindas de seções da Anistia Internacional pedindo auxílio nas informações sobre prisioneiros políticos brasileiros.

Embora a ideia de unir forças diferentes no exílio tenha desencadeado um trabalho positivo da *Frente*, o de divulgar internacionalmente as informações que contradiziam o governo brasileiro, esta mesma ideia gerou um problema: o grupo da Frente colocava-se como vanguarda na defesa do “povo brasileiro”. Progressivamente, representantes da VPR, da ALN e do MR-8 em Santiago e Paris questionaram a centralização da oposição dos exilados nas ações do *Front*. Miguel Arraes constatou, em sua avaliação das ações do *Front*, que os melhores resultados foram alcançados nos locais onde as divergências da esquerda brasileira não tinham tanta interferência:

É evidente que nem tudo foi feito em vão. Durante algum tempo, a ditadura foi considerada como símbolo da tortura, graças ao trabalho desenvolvido em vários países. Passada essa fase, porém, a relativa e precária conjugação de esforços que se obteve, desapareceu. Não se conseguiu conservar a audiência que havia sido conquistada através de um trabalho de vários anos. Ao contrário, forçoso é constatar que paradoxalmente essa audiência foi conservada, em parte, nalguns países onde não há quase brasileiros, quando seria de esperar exatamente o oposto.⁴²³

Entre as ações da *Frente*, destaca-se a importância do apoio ao Tribunal Bertrand Russell II. Integrantes da *Frente* no Chile auxiliaram a convencer Lelio Basso sobre a importância de se realizar um tribunal para julgar os crimes da ditadura brasileira, diversas seções do *Front* contribuíram com informações e mobilizaram as comunidades de exilados para dar suporte financeiro ao Tribunal (DOCUMENTO 39). Cartas trocadas entre Miguel

⁴²³ Instituto Miguel Arraes. Recife. Série Exílio, Seção de Cartas Expedidas, pasta3, EXI_CE_0507_001.

Arraes, Lelio Basso (presidente do Tribunal) e Linda Bimbi (Secretária do Tribunal) e François Rigaux (Vice-Presidente do Tribunal) demonstram o contínuo apoio do ex-governador para o sucesso do Tribunal.

O Tribunal julgou os crimes cometidos pelas ditaduras na América Latina e obteve expressivo apoio de intelectuais de esquerda americanos e europeus. Os relatórios produzidos nas três sessões do Tribunal destacaram a ausência de democracia, o desrespeito aos direitos humanos em práticas institucionalizadas de tortura e o imperialismo na América Latina. O imperialismo era concebido como a ameaça dos EUA sobre a soberania dos países por meio de intervenção em seus regimes políticos e de acordos comerciais que promoviam a dependência econômica e o favorecimento dos mais ricos.

O Tribunal obteve destaque na imprensa internacional, mas foi pouco valorizado pelos países que eram objeto de sua acusação. Foram estabelecidas diversas seções do Tribunal em vários países, que realizaram muitos inquéritos dirigidos a governantes dos países investigados (EUA, Chile, Brasil, Argentina etc.). As respostas dos governos aos documentos enviados pelas comissões do Tribunal foram dúbias, preponderou o desprezo ao evento e a propagação do discurso negando as acusações que eram divulgadas pelo empreendimento presidido por Lelio Basso. A maior parte das informações colhidas foram apresentadas pelos grupos de esquerda da América Latina, que viram o movimento como uma grande oportunidade de externar suas ideias e as informações censuradas pela mídia e pelos governos.

Portanto, o Tribunal representou a colaboração dos grupos de esquerda de diferentes países da América Latina e uma oportunidade de discussão dos problemas do continente em suas similaridades, utilizando como base os princípios universais dos direitos humanos. Entretanto, concordamos com a historiadora Denise Rollemberg quando afirma:

Os históricos apresentados no Tribunal parecem esquecer a participação e o apoio de diversos setores organizados da sociedade nos regimes. O Estado e os governos surgem completamente desvinculados do “povo”, entidade homogênea e sensível aos ideais democráticos. As interferências externas, sobretudo americanas, são superdimensionadas. Passivo, o “povo” é a eterna vítima das decisões e orientações da política econômica mundial. Esta interpretação, de certa forma, minimizou as responsabilidades dos governos locais ante a interferência todo-poderosa

dos EUA e dicotomizou as experiências ditatoriais entre governo e povo.⁴²⁴

Devemos ressaltar que o Tribunal obteve resultados positivos ao divulgar informações sobre a tortura com amplitude e embasada em testemunhos de prisioneiros políticos, como por exemplo, os depoimentos prestados pelos brasileiros na primeira seção em Roma: Fernando Gabeira, Marco Antônio Moro, Dulce Maria, o cineasta Wellington Diniz, Carmela Pezzutti, Rolando Fratti e René de Carvalho. Além disso, os dados do Tribunal enfatizavam os dados do relatório sobre a tortura no Brasil apresentado pela Anistia Internacional, fortalecendo as acusações contra o governo brasileiro.

A Comissão de Paz e Justiça do Arcebispo de São Paulo divulgou em fevereiro de 1978 que aproximadamente 10 mil brasileiros estavam exilados. O governo brasileiro contestou esta estimativa afirmando que não existiam exilados, pois os brasileiros que estavam no exterior eram expatriados e tinham saído do país por vontade própria. Ao contrário do que afirmava o governo brasileiro, a maioria deixou o país forçada pelas legislações nas quais se estabeleceu a cassação de mandatos políticos, a supressão do direito de defesa nos inquéritos políticos e militares e o estabelecimento da pena de banimento. O Alto Comissário das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) contabilizou um número menor de exilados brasileiros: cinco mil, dos quais apenas 1800 obtiveram asilo diplomático. A maioria dos exilados não teve direito à documentação que comprovava sua cidadania.

Viver na clandestinidade foi a alternativa para muitos exilados para fugir das investigações empreendidas no exterior pelos funcionários das embaixadas, do Centro de Investigações do Exterior e dos demais organismos de investigação. O uso de pseudônimos, a falsificação de documentos, a solidariedade entre militantes das organizações políticas brasileiras e dos países de exílio foram fundamentais para a sobrevivência no exílio e para os projetos de militância política.

Devido à clandestinidade, uma pesquisa sobre o exílio dificilmente consegue quantificar os exilados em cada país. Mas estimativas são possíveis a partir dos documentos oficiais dos órgãos de investigação e dos depoimentos dos exilados. Nossa pesquisa conseguiu identificar mais de 70 brasileiros exilados que estiveram na Argélia entre 1964 e 1979. Dentre estes brasileiros, poucos ficaram no país africano por muito

⁴²⁴ *Exílio: entre raízes e rades*. Rio de Janeiro: Record, 1999, p.244.

tempo. Como indicamos anteriormente, Miguel Arraes permaneceu em Argel até a promulgação da Lei da Anistia. Dos quarenta banidos que foram trocados pelo embaixador alemão, a maioria retornou à América, principalmente para Cuba, com o intuito de realizar treinamento guerrilheiro oferecido pelo regime castrista⁴²⁵.

Houve exilados que foram a Argel em busca de oportunidade de trabalho. Podemos apontar como exemplos os brasileiros ligados às construções da Universidade de Argel e dos edifícios do governo argelino planejados por Oscar Niemeyer, como Luís Hildebrando Pereira e Herón de Alencar.

Os exilados que mais tempo permaneceram no país estavam ligados a empreendimentos de Arraes, como a SERT, empresa dedicada ao oferecimento de cursos e profissionais qualificados para o Ministério da Indústria da Argélia, e o *Front*, organização que produzia boletins denunciando a ditadura no Brasil. Entre os brasileiros com maior permanência em Argel, podemos citar os irmãos Arnaldo e Dirceu Mourthé, Almeri Bezerra de Melo, o professor Bayard Boiteux e a militante da VPR, Yara Gouvêa (DOCUMENTOS 40 a 42).

Podemos afirmar que o exílio em Argel foi transitório para a maioria dos brasileiros. Apesar de transitório, transformou-se num importante momento para a militância política dos exilados. Os participantes da *Frente Brasileira de Informação* no Chile, na França, na Suécia, na Inglaterra e na Itália mantinham contatos por cartas com a direção do movimento em Argel. Influentes personalidades brasileiras como Marcio Moreira Alves e Violeta Arraes mantinham constantes contatos com Miguel Arraes e realizaram contatos com organizações não governamentais, com políticos europeus e americanos que apoiaram os seminários, boletins, livros e a resistência política brasileira. Além disso, a proximidade com lideranças de diversos grupos revolucionários defensores da independência das colônias africanas em Argel resultou em posterior ida de brasileiros para trabalhar nos países recém-criados, como ocorreu com Almeri Bezerra de Mello e Maria do Carmo Brito em Angola e Ladislau Dowbor na Guiné,

⁴²⁵ ROLLEMBERG, Denise. *O apoio de Cuba à luta armada no Brasil: o treinamento guerrilheiro*. Rio de Janeiro: Mauad, 2001, p. 14. Segundo a autora, o apoio de Cuba ocorreu em três períodos: antes do golpe militar, prevalecendo contatos com as Ligas Camponesas; após o golpe, por meio da aproximação de lideranças políticas como Leonel Brizola; e a partir de 1967, auxiliando no treinamento de grupos guerrilheiros como a ALN de Carlos Marighella. Até 1970, guerrilheiros da ALN, da VPR e do MR-8 realizaram treinamento em Cuba. A opção de Carlos Marighella pela luta armada foi oficializada a partir da OLAS (Organização Latino Americana de Solidariedade) entre julho e agosto de 1967.

Quando abordamos a militância política dos exilados em Argel, devemos considerar que ela se realizou de modo diversificado. Outra importante característica desta militância foi a transnacionalidade, ou seja, os exilados mantiveram relações com pessoas na América, na Europa e na África. Brasileiros exilados em outros países, exilados de outras nacionalidades, políticos, intelectuais e organizações como a Anistia Internacional compuseram uma complexa teia de relações que, embora marcada por contradições, foi fundamental para a crítica à repressão no Brasil em âmbito internacional.

1- Reflexões sobre a liderança política de Miguel Arraes

Mario Sznajder chama de “exilado notável” aquele personagem político famoso que é mais visado pelos agentes de investigação dos governos ditatoriais devido à sua capacidade de mobilização. Segundo o autor, o “exilado notável” tem mais facilidade que o “exilado anônimo” para conseguir asilo político ou trocar a localidade de refúgio no exílio.⁴²⁶ Entre os “exilados notáveis” brasileiros podemos destacar os ex-presidentes, como Juscelino Kubitschek e João Goulart, deputados e ex-governadores, como Leonel Brizola e Miguel Arraes.⁴²⁷

Dentre os políticos brasileiros “notáveis”, Arraes foi o único a residir em um país africano e permanecer neste local durante todo o período de exílio. Podemos questionar: Podemos considerá-lo uma liderança política no exílio brasileiro? Qual era sua efetiva capacidade de mobilização das forças de oposição no exílio? A leitura dos documentos produzidos pelo SNI indica que sempre fora visto como um dos mais expressivos membros da oposição brasileira no exterior. Os agentes de investigação buscavam informações sobre suas constantes viagens à Europa, onde se encontrava com intelectuais e políticos influentes e tinha apoio da irmã, Violeta Arraes, e do cunhado, Pierre Gervasseau; tentavam compreender o apoio que recebia do governo da Argélia; e acompanhavam sua participação na Frente Brasileira de Informação e na publicação de textos críticos à ditadura.

⁴²⁶ Os exílios latino-americanos. In: QUADRAT, Samantha Viz (org.). *Caminhos cruzados: História e memória dos exílios latino-americanos no século XX*. Rio de Janeiro: FGV, 2011, p.97.

⁴²⁷ Os países sul-americanos, especialmente o Uruguai, foram os locais que receberam tais personalidades. Outros destaques da esquerda foram para o México, como o líder das Ligas Camponesas, Francisco Julião. Com relação ao potencial mobilizador destas personalidades, Leonel Brizola é um bom exemplo de liderança política no exílio. Além da organização da guerrilha do Caparaó, organizou em Portugal uma conferência para recriar o Partido Trabalhista Brasileiro.

Segundo o sociólogo Norbert Elias, “os indivíduos sempre aparecem em configurações e as configurações de indivíduos são irreduzíveis”⁴²⁸. Não é possível entender o indivíduo sem suas relações mútuas. Quando abordamos a ideia de líder político, devemos considerar os grupos nos quais está inserido ou está relacionado para entender como consegue destaque.

Pierre Bourdier também apresenta uma importante contribuição para compreender a liderança política: o líder tem um peso político, ou seja, está ou esteve ligado à força de mobilização relativa a uma organização (partido, sindicato), “detentora de um capital político acumulado no decurso das lutas passadas, e primeiro em forma de postos — no aparelho ou fora do aparelho — e de militantes *ligados* a esses postos”. O líder também tem um “capital pessoal”, ou seja, é “*conhecido*” e “*reconhecido*”.⁴²⁹

Chamado de “Doutor” por grande parte dos exilados, Miguel Arraes de fato exerceu uma importante liderança no exílio. Sua influência decorria tanto de seu passado como ex-governador, quanto de sua habilidade em conseguir apoio político na Argélia. Consequia, desta forma, reconhecimento e peso político.

Arraes foi deputado estadual pelo PST em 1954, depois foi prefeito do Recife, onde realizou obras sociais que lhe renderam grande apoio popular (redes de esgoto, ampliação da iluminação, urbanização de áreas carentes e apoio ao Movimento de Cultura Popular). Eleito governador de Pernambuco em 1963, promoveu medidas de concessão de crédito e salário mínimo aos camponeses, fornecimento de remédios, estímulo ao processo de alfabetização de adultos etc. Após o golpe e a destituição dos governadores eleitos, negou-se a deixar o cargo e a responder ao inquérito policial militar. Ficou preso durante onze meses. Partiu para o exílio depois de um *habeas corpus* e com apoio de um país recém-criado e com um modelo de governo baseado no socialismo revolucionário. Em 1967, fora condenado a 27 anos de prisão por crimes ligados à “subversão”.

O suporte financeiro e político dado a Miguel Arraes pelo governo argelino demonstram o reconhecimento de seu papel de líder popular e de oposição. Todas as despesas do ex-governador foram pagas pelo Estado e este manteve contato com importantes lideranças da FLN, como Djelloul Malaika (DOCUMENTO 43), Abdelaziz Bouteflika, Tayebi Larbi e Hafid Keramane. Cartas de Arraes para o Ministério dos Negócios Estrangeiros descrevendo nomes de brasileiros com as respectivas datas de

⁴²⁸ ELIAS, Norbert Elias; SCOTSON, John L. *Os Estabelecidos e os Outsiders*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000. Edição digital, Conclusão, p.12.

⁴²⁹ BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel, p. 190.

entradas e saídas indicam que era tomado como representante revolucionário brasileiro num país que recebia e apoiava diversos grupos revolucionários. Se considerarmos as empresas criadas por Arraes para intermediar exportações e oferecer mão de obra especializada e serviços ao governo argelino, como a INTRADE e a SERT, podemos afirmar também que Arraes conseguiu movimentar dinheiro e postos de trabalho que beneficiaram brasileiros exilados e ações de oposição, como as publicações da Frente Brasileira de Informação.

O “grupo Arraes” logrou tornar-se referência para a militância política exilada, principalmente por meio da Frente Brasileira de Informação e do auxílio a exilados na obtenção de empregos, documentos e passagens aéreas. Tal grupo era formado por exilados em Argel, como Almeri Bezerra de Melo, Arnaldo Mourthé, Dirceu Mourthé, Bayard Boiteux e Everardo Norões, e por exilados na França, como a irmã Violeta Arraes, Pierre Gervasseau e Marcio Moreira Alves.

Arraes conseguiu reconhecimento político no exterior. Tinha habilidade para estabelecer contato com muitos intelectuais europeus, publicou livros e artigos sobre o Brasil (como o livro *Brasil: O povo e o poder*, publicado em 1969). Representante do Brasil no Tribunal Bertrand Russell II, Arraes apresentou em seu discurso na primeira sessão do evento as mesmas ideias defendidas em suas publicações. Entre as propostas para o Brasil, defendia a união de forças políticas para acabar com o regime repressivo que promovia um desenvolvimento econômico desigual.⁴³⁰

O ex-governador encontrou-se e trocou correspondências com importantes personalidades da esquerda brasileira exilada. Por exemplo, reuniu-se em Argel com Francisco Julião, líder das Ligas Camponesas⁴³¹ e exilado no México (DOCUMENTO 44 e 45); recebeu o jornalista Arthur Poerner, jornalista exilado na Alemanha⁴³²

⁴³⁰ Este mesmo discurso de união das forças políticas preponderou às vésperas da anistia no Brasil. Em 27 de julho de 1979, Arraes escreveu um manifesto no qual criticava a política de Anistia, criticando a concepção de terrorismo imposta aos grupos de esquerda, a criação de partidos variados e a ausência de unidade política e valorização da participação popular. “Embora a solidariedade internacional possa ser importante, importante o aprendizado que se faz fora do país, a tarefa principal reside em unir internamente os diferenciados setores sociais face ao modelo econômico concentrador e marginaliza dor que esfomeia nosso povo.”. Instituto Miguel Arraes. Recife. Série Exílio, Seção de Documentos, pasta 21, identificação: EXI_DSBC_0004_008.

⁴³¹ As Ligas Camponesas surgiram ainda na década de 40 e foi um movimento de defesa da reforma agrária e demais direitos dos trabalhadores rurais. As associações de camponeses obtiveram destaque em Pernambuco sob liderança de Francisco Julião.

⁴³² Antes do exílio em 1970, Poerner produziu o livro: *Argélia: o caminho da independência*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

(DOCUMENTO 46); e participou em 1978 de uma conferência em Lisboa após convite de Brizola.⁴³³

Arraes tentou aproximar-se de lideranças dos grupos de guerrilha no exílio. Muitos militantes da VPR e do MR-8 foram participantes das seções da *Frente* ou colaboraram enviando informações para Argel (DOCUMENTO 47). Também receberam apoio do ex-governador para as viagens, inclusive para Cuba, onde se realizava treinamento guerrilheiro. No entanto, destas organizações partiram as mais severas críticas à sua liderança.

Depoimentos de ex-exilados demonstram como as opiniões sobre a personalidade política do ex-governador eram divergentes. O jornalista Chizuo Ozawa, líder da VPR e conhecido como Mario Japa, descreveu seu convívio com Arraes da seguinte forma:

Em Argel convivi mais ainda com os exilados brasileiros que se agrupavam em torno de Miguel Arraes, derrubado e preso pelos militares em 1964, quando governava Pernambuco, e exilado na Argélia de 1965 a 1979. As longas conversas com Arraes foram um diálogo de surdos como ele próprio definia. Na nossa petulância de jovens revolucionários, rejeitávamos os “velhos” políticos, mesmo os de esquerda, que desqualificávamos como reformistas, incapazes de resistir ao golpe, de armar o povo. Mas aprendi muito com Arraes. Pela primeira vez conversava com alguém que, sem os nossos chavões marxistas, conhecia as forças sociais, como elas se movem, os efeitos políticos de cada gesto, as conexões entre política e economia, entre política e cultura. Ele me contou muito de quando foi prefeito de Recife, nos três anos anteriores à sua eleição para governador de Pernambuco em fins de 1962. Foi o período mais criativo, em que a mobilização social e a valorização da cultura popular fez de Pernambuco, de Recife em particular, o berço de movimentos que sacudiram o Brasil na época.⁴³⁴

Entretanto, os conflitos com Silvio Lins devido às finanças das empresas nas quais Arraes era sócio e as críticas às suas decisões na *Frente* apresentadas pelos exilados no Chile vão de encontro com a imagem do político compreensivo e aberto ao diálogo e exemplificam os conflitos políticos entre os brasileiros exilados.

⁴³³ A Conferência voltava-se para a reestruturação do movimento trabalhista do PTB (Partido Trabalhista Brasileiro) com a participação de exilados. Cf. BRIGAGÃO, Clóvis; RIBEIRO, Trajano. *Brizola*. São Paulo: Record, 2015.

⁴³⁴ Apud. FERRER, Eliete (org.). *68 a geração que queria mudar o mundo: relatos*. Brasília: Ministério da Justiça, Comissão de Anistia, 201, p.252-253.

2- Conflitos e discursos de poder no exílio

O sociólogo Norbert Elias apontava que o poder decorre das interações entre os indivíduos e se manifesta de formas diferentes nos campos cultural, político, social e econômico. Em seu estudo sobre as comunidades de Winston Parva, Elias mostrou que um grupo estabelecido atribuía a seus membros características humanas superiores; excluía todos os membros do outro grupo do contato social não profissional com seus próprios membros e utiliza “focas elogiosas” ou “depreciativas” para controlar a participação social dos *outsiders*.⁴³⁵

Na situação analisada por Elias, o estigma social imposto pelo grupo mais poderoso ao menos poderoso tem a capacidade de manter o poder de uns e subjugar os demais. No entanto, este mesmo processo de estigmatização do outro como inferior pode estimular a retaliação dos *outsiders*, que podem apelar para a contra-estigmatização. A dinâmica das relações entre os grupos permite mudanças de papéis.⁴³⁶

Se consideramos estas observações de Elias no caso dos exilados em Argel, podemos observar como o discurso de estigmatização foi fundamental para a oposição “ditadura x exilados” e para os conflitos entre os diferentes grupos de exilados.

Em carta a sua irmã, Violeta, Miguel Arraes exemplifica a disputa entre a ditadura e os militantes políticos. Descrevendo este processo como uma guerra, Arraes afirmava que o governo da ditadura executava “sistematicamente” um plano que visava neutralizar os ataques que pudessem afetar a sua “imagem”:

(...) pouco a pouco, os agentes do regime foram entrando em ofensiva e conquistando posições aqui fora. Aproximaram-se da imprensa: jornais que mantinham uma reserva total passaram a aceitar um certo diálogo com o regime. Em Paris, esse esforço constante de convencimento data dos tempos de Bilac Pinto.

Em compensação, a ação em sentido oposto quase desapareceu. Daqui [Argel] tentamos alimentar alguns “dossiês” de entidades que se interessam pelo Brasil. Outros fazem a mesma coisa, mas também isolada e precariamente, devendo-se reconhecer as grandes limitações desse trabalho face aos meios de que dispõe a ditadura.⁴³⁷

⁴³⁵ ELIAS, Norbert Elias; SCOTSON, John L. *Op. Cit.* Edição digital, Capítulo 7, p.1-8.

⁴³⁶ Para Norbert Elias, o equilíbrio de poder “constitui um elemento integral de todas as relações humanas.” Edição digital, Cf. ELIAS, Norbert. *Introdução à Sociologia*. Braga: Edições 70, 1980, p.80.

⁴³⁷ Instituto Miguel Arraes. Série Exílio, Seção de Cartas Expedidas, pasta 3, identificação: EXI_CE_0501_001.

Para os agentes de investigação e repressão da ditadura, os exilados faziam parte de uma rede comunista internacional que difamava o governo brasileiro. Num discurso que distorcia a heterogeneidade dos exilados, todos eles eram classificados como agentes subversivos, ligados ora a Cuba, ora à URSS. Entre os exilados, os banidos eram denominados “terroristas”, indignos da nacionalidade brasileira. Em contraponto, a imagem que o governo desejava transmitir era a de um país em pleno desenvolvimento econômico, cujo governo teria a capacidade de evitar as divergências internas em prol do desenvolvimento com segurança.

O discurso empregado pelos exilados para criticar a ditadura também era ligado a uma imagem idealizada da realidade brasileira. Embora as denúncias de tortura e dos desaparecimentos políticos fossem essenciais para aumentar a pressão internacional contra a violência da polícia política, o viés do imperialismo e a abordagem dos exilados ou da esquerda como vanguarda reduziam a compreensão da complexidade da sociedade brasileira e transformavam o povo brasileiro num personagem passivo e à espera da libertação. Em grande parte, esta imagem distorcida da realidade estava atrelada às teorias marxista-leninistas dos grupos de esquerda e à pouca informação obtida no exterior sobre os conflitos sociais no âmbito interno do país. Segundo Luis Roniger,

Na natureza do ativismo político do exílio, nós podemos encontrar também versões exacerbadas do ativismo político regular. Para alguns exilados, seu ativismo é contextualizado dentro de um subtexto sugerindo imagens de uma “idade de ouro” e um “paraíso perdido” que será trazido de volta. Para outros, o “lar” se torna um inferno político que requer análises sérias e ações políticas engrenadas para as mudanças pessoais e coletivas. Alguns exilados idealizam imagens de tempo e espaço e criam exageros aproximando-se de míticas proporções.⁴³⁸

No caso dos brasileiros exilados, o jogo da acusação contra a ditadura funcionou com o discurso da defesa dos direitos humanos. No discurso da ditadura, a promessa da investigação dos casos de tortura e da progressiva democratização a partir do governo de Ernesto Geisel (1974-1979) mostrou uma lenta disposição em incorporar as transformações exigidas pelos opositores.

É importante destacar que os exilados obtiveram êxito no discurso em defesa dos direitos humanos em sua conexão com comissões do Senado norte americano, grupos da

⁴³⁸ SZNAJDER, Mario; RONIGER, Luis. *Op. Cit.* Edição Digital, capítulo1, página 15.

imprensa internacional, comitês de Anistia, representantes da OEA, membros da Comissão Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), integrantes da OAB etc.

Apesar das relações com os grupos de defesa da Anistia e de defesa dos direitos humanos no Brasil, houve diferenças políticas e conflitos entre os exilados. Ao estudar os exilados brasileiros, Roniger afirma:

Estas diferenças são especialmente importantes para entender a dinâmica interna das comunidades de exílio. O exílio brasileiro reproduziu as características, as classes e as distinções étnicas da sociedade natal. Quando as diferenças sociais são amplas e as concepções sociais permanecem proeminentes, como era o caso nos brasileiros no exterior, a amálgama dos exilados em uma comunidade com estratégias de uma clara linha política é mais difícil.⁴³⁹

Na Argélia, ainda no início da década de 70, os integrantes do MR-8, da VPR e da ALN mantiveram-se em suas premissas de montar as bases do treinamento de guerrilhas na América, retornando ao Brasil para a luta. A maioria não permaneceu na Argélia e poucos deles aderiram à *Frente* criada pelo grupo Arraes. Na *Frente*, as divergências entre as seções provocaram seu esfacelamento em 1974. Como mostramos nos capítulos anteriores, havia discordâncias em relação ao grande poder de decisão do grupo de Argel, e Arraes não conseguiu manter unidos os grupos nos demais países.

Em vários países, as comunidades de exilados brasileiros criaram comissões e promoveram eventos políticos contra a ditadura. A Comissão de Brasileiros no México, com Francisco Julião e Herbert de Souza, o Comitê de Denúncia da Repressão no Brasil criado no Chile e o Comitê Brasileiro de Anistia em Paris exemplificam estas ações locais.

3- A importância de Argel para o exílio brasileiro

Argel foi importante para o exílio brasileiro pois se transformou em centro de uma rede de divulgação de críticas à ditadura brasileira: a *Frente Brasileira de Informação*. A proximidade com a Europa, principalmente Paris, permitiu que brasileiros que ali estavam

⁴³⁹ SZNAJDER, Mario; RONIGER, Luis. *Op. Cit.* Edição digital, capítulo 6, p.8.

conseguissem se relacionar com intelectuais na Europa e angariar apoio à oposição ao governo brasileiro.

Além disso, diferentes organizações políticas de oposição conviveram na capital Argelina. Exilados a partir de 1964 e banidos do país na década de 70 puderam estabelecer relações de parceria política. Para a maioria dos exilados que chegaram na década de 70, majoritariamente pertencentes aos grupos de guerrilha urbana, Argel foi um importante trampolim para Cuba, onde realizavam treinamento. O governo argelino, por intermédio de Arraes, apoiou as viagens de muitos deles para treinamento na Ilha e lhes deu o suporte necessário depois do sequestro do embaixador alemão. Quando desembarcaram em Argel com a esperança de fugir da repressão política brasileira, os exilados puderam apresentar seus testemunhos à imprensa, receberam moradia, assistência médica e apoio político do governo Boumediene.

Outra importância de Argel para o exílio brasileiro foi a oferta de postos de trabalho os brasileiros exilados. A Argélia precisava de mão de obra especializada para desenvolver a infraestrutura do país. Por isso, foi o momento favorável para os empreendimentos da SERT e o grupo de trabalho do arquiteto Oscar Niemeyer, além de ter possibilitado o sucesso das empresas da família Arraes.

Os brasileiros que passaram pela Argélia tiveram a oportunidade de observar o regime socialista implementado por Boumediene: o modelo de um único partido e de repressão à oposição política interna. Os brasileiros em Argel também puderam manter contato com líderes da guerra de independência de muitas nações africanas, principalmente as ex-colônias portuguesas. Devido a esta proximidade, alguns brasileiros tiveram a oportunidade de viajar para Angola, Moçambique e Guiné-Bissau, contribuindo para a construção destas jovens nações.

Podemos afirmar que Argel ampliou a visão dos exilados sobre a África, sobre o continente americano e sobre o próprio Brasil. O distanciamento em relação à terra natal, os movimentos de oposição em defesa dos direitos humanos na América Latina e a aproximação com a cultura e a política africana proporcionaram experiências individuais que marcaram profundamente estes brasileiros. E as marcas do exílio estavam presentes quando estes exilados retornaram e participaram do processo de redemocratização do Brasil; e ainda se fazem presentes ao se discutir as memórias e as versões da história recente do país.

DOCUMENTO 38: Esquema de funcionamento da Frente Brasileira de Informação envolvendo seções em diferentes países.

Instituto Miguel Arraes. Série Exílio, pasta13, identificação: EXI_DFBI_0385_004.

**THE BERTRAND RUSSELL TRIBUNAL on REPRESSION
in BRAZIL, CHILE and LATIN AMERICA**

information of up-to-date support & future participation...

NAME OF INDIVIDUAL: _____ NAME OF ORGANIZATION: _____

ADDRESS: _____ TELEPHONE NO: _____

LIST TO DATE CONTRIBUTIONS (POLITICAL & MONETARY) YOU OR YOUR ORGANIZATION HAVE MADE TO THE BRT?

HOW DO YOU PROPOSE TO UTILIZE THE INFORMATION OF THE BRT?

WHAT FUTURE ACTIONS CAN YOU COMMIT IN SUPPORT OF THE BRT? Organizing a support group; Distributing literature; Fundraising; Contributing research for the Investigation Committee; and other commitments.

THE FINANCIAL BURDEN OF THE BERTRAND RUSSELL TRIBUNAL HAS THUS FAR BEEN CARRIED MAINLY BY ITALY, ALONE. FUNDS ARE URGENTLY NEEDED FOR THE WORK IN ROME TO CONTINUE AND FOR A SUCCESSFUL TRIBUNAL. DO YOU ENDORSE THE FIRST ROME PUBLIC SESSION OF MARCH 31 AND APRIL 7, 1974? _____

AND PLEDGE \$ _____ IN SUPPORT OF THE BRT?

(signature)

DOCUMENTO 39: Formulário de contribuição financeira para o Tribunal Russell Bertrand II.

Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. BR_RJAPERJ_XX JMW.0.DH.2/15.

211

Recebido em

Paris, 21 de setembro, 1971

23/9/71

EXI_CREP_0193_001

Meu caro Bayard,

Muito obrigado pelo balancete. Vejo que também aí a situação é negra e a vaca leiteira uma só. Como tenho informado, nós devemos esperar nada de Paris durante um certo tempo. O apêlo que lançamos em agosto rendeu 183 f. Vamos ver se a reunião é mais generosa. Temo que a morte do Lemaire ajude a desbundar que já estava andando de banda, caso de unites por aqui.

Espero que me mantenhas informado das atividades argelinas, como havíamos combinado e começastes a fazer.

Um grande abraço de

Marcel

DOCUMENTO 40: Carta de Marcio Moreira Alves a Bayard Boiteux agradecendo o balancete enviado, pedindo informações sobre as ações da *Frente* na Argélia e descrevendo as dificuldades financeiras do grupo.

Instituto Miguel Arraes, Recife. Série Exílio, Seção de Correspondências Expedidas e Recebidas, pasta 13, identificação: EXI_CREP_0193_001).

DOCUMENTOS 41 e 42: Escritório da FBI em Argel. À direita, Yara Gouvêa produzindo um dos boletins.

GOUVEA, Yara; BIRK, Daniele. *Duas Vozes*, p. 102-103.

Alger, 20 août 1974.

M. Djelloul Malaika
Responsable des Mouvements de Libération
F L N - Alger

Monsieur,

Je soumetts à votre décision le cas du camarade Manoel Messias da Silva, brésilien, qui travaille avec nous depuis 1959 et qui était responsable politique d'une région dans l'Etat de Pernambuco.

Arrêté au moment du coup militaire, il a été violemment torturé. Ses déclarations devant les militaires ont été une des premières protestations contre les méthodes employées par la répression au Brésil.

Libéré après plus d'un an de prison, il a été à nouveau arrêté et torturé, puisqu'il se trouvait dans la clandestinité depuis quelques années. En 1972, il a pu être à nouveau libéré par l'intervention des avocats et des institutions internationales.

À ce moment là son état de santé ne le permettait plus de rester dans la clandestinité et il a dû sortir du Brésil pour se faire soigner. Les interventions militaires dans les pays de l'Amérique du Sud (Uruguay, Bolivie, Chili...) lui ont chassé vers le Canada où il a trouvé les moyens de s'hospitaliser et de travailler ensuite.

Les médecins au Canada sont d'avis qu'il ne peut pas rester à cause du climat extrêmement froid du pays, malgré qu'il se soit récupéré. Nous devons donc prendre des mesures pour le faire sortir du Canada, mais il ne dispose pas de document pour se déplacer vers une autre destination.

Les autorités canadiennes sont disposées à lui remettre un document qui le permettrait de se rendre en Algérie (voir lettre ci-joint) mais à condition qu'il aie une déclaration préa-

DOCUMENTO 43: Primeira página de carta de Arraes a Djelloul Malaika na qual o ex-governador pede auxílio para que Manoel Messias conseguisse visto para ir viver em Argel.

Disponível em: Disponível em: <<http://www.diariodepernambuco.com.br/politica/arquivos/cartas.pdf>> Acesso: 01 mai. 2011.

DOCUMENTO 44: Na Argélia, Miguel Arraes encontra-se com Francisco Julião, líder das Ligas Camponesas em Pernambuco, em novembro de 1977.

Fonte: Acervo do Instituto Miguel Arraes. Disponível em:

<<<https://www.flickr.com/photos/121351248@N03/13401830134/in/album-72157642896686323/>>>

7C7C FAL787 ITF609 INC699
AL HL MEMX DF6
MEXICO DF 56 15

EXI-CREP-0076-001

SR MIGUEL ARRAES
SUITE CHAMIN SHAKESPEARE
PRIMERO ANDAR APTO 615
ARGELARGELIA

SUPPLICATE INTERVENIR MINISTERIO RELACIONES EXTERIORES
ARGELIA TRANSITO INMEDIATO SOLICITUD ASILO POLITICO DOCTOR
CECILIO FUNES FRANCO SU ESPOSA ISABEL CARRIZO PENALOZA
INFORMOTE ALTO COMISIONADO NACIONES UNIDADES REFUGIADOS
ROBERTO MULLER Y ENBAJADOR ARGELINO MEXICO YA CABLEGRAFIARON
GOBIERNO ARGELIA AL RESPECTO RECIBI CARTA DOCUMENTOS
ABLAZOS

FRANCISCO JULIAO

COL MULLER

0402-12-1976
ALGERIA

مصلحة التليغرس
مصلحة التليغرس
مصلحة التليغرس

DOCUMENTO 45: Telegrama de Francisco Julião, exilado no México, a Miguel Arraes pedindo auxílio para a entrada de exilados mexicanos na Argélia.

Acervo do Instituto Miguel Arraes, Recife. Série exílio, Seção de Cartas Expedidas e Recebidas, pasta 12, identificação: EXI_CREP_0076_001

DOCUMENTO 46: Miguel Arraes e Arthur Poerner em Oran, Argélia, agosto de 1965.
GOUVEA, Yara; BIRK, Daniele. *Duas Vozes*, p.101.

Havana, 10 de Janeiro de 1970

Caro Miguel

Aproveitando a passagem do jornalista Aquino de Bragança por aqui estou te escrevendo este bilhete, pois as chances de uma comunicação frequente estão cada vez mais difíceis. Troquei uma carta com o Márcio Moreira Alves, pedindo a ele que te consultasse e exibisse a carta pois veio de Paris um mundo de problemas.

Estamos aqui lutando para romper com a incomunicabilidade e que está cada vez mais difícil. Preciso saber se a encomenda que te mandei, o último número de Pensamento Crítico, chegou por aí. Até o momento não recebi nenhuma indicação de que tinha chegado e estamos, há quase dois meses, muito preocupados com o destino da remessa. As novas remessas foram canceladas pois o governo argelino está colocando o problema e recusando-se a mandá-las. E elas têm toda a documentação legal, os impostos de remessa pagos, etc.

Por favor, mande notícias o mais rápido possível. Se o veículo normal não servir, escreva para a Casa das Américas, esquina de Chânes terceira e XX G, Havana. ~~XXXX~~ Peca também ao seu panheiro que você conhece para dar um sinal de vida, caso ele esteja por aí.

Espere que todas estas complicações com Paris estejam já resolvidas. Queremos nos meter o mínimo possível nelas. A experiência da carta do novico já dá uma bem uma ideia de como é liberal e desorganizado esse mundo na França.

Seguirá uma carta mais detalhada, assim que conseguirmos liberar os novos exemplares da revista.

um grande abraço de
gabeira

Yosina
PS: O endereço da Yosina também é bom para cartas

DOCUMENTO 47: Carta de Fernando Gabeira, em Cuba, para Miguel Arraes (Havana, 10 de janeiro de 1970). Observa-se a dificuldade de comunicação entre os brasileiros exilados, mas ao mesmo tempo a tentativa de manter a colaboração para troca de informações e publicações.

Instituto Miguel Arraes. Série Exílio, Seção de Correspondências Recebidas e Expedidas, pasta 13, identificação: EXI-CREP_0120_001.

Considerações finais

Para compreender o exílio, é necessário analisar as relações entre os países e entre grupos políticos, pois os deslocados são obrigados a tecer rede de diálogos com setores sociais das nações que os recebem. No caso aqui analisado, o diálogo ocorreu entre compatriotas que vivenciavam a mesma experiência exilar; entre defensores dos direitos humanos e intelectuais interessados nas causas defendidas pelos exilados; e entre exilados vindos de um mesmo continente, como ocorreu com os latino-americanos, que se tornaram mais próximos em colônias de exilados concentradas principalmente na Europa.

A análise das experiências de exílio em Argel permite afirmar que os exilados brasileiros conseguiram estabelecer relações de solidariedade e colaboração, mesmo que possuíssem projetos políticos diferentes. A criação da *Frente Brasileira de Informação* representa a grande capacidade de mobilização de exilados em torno da ideia de denunciar a ditadura e conseguiu a adesão de políticos, intelectuais, sindicatos e partidos de esquerda na América e na Europa.

A transnacionalidade da militância é observada, por exemplo, na capacidade de obter e divulgar informações entre as diferentes seções da *Frente* em países europeus e americanos e na mobilização destas seções na promoção do Tribunal Bertrand Russell II, que lograva denunciar a repressão na ditadura brasileira. Essa capacidade de união de exilados em diferentes países também é visível nas ações de grupos defensores da luta armada, como MR-8 e VPR, que estabeleceram núcleos de ação no exterior para, principalmente, auxiliar no deslocamento dos exilados para treinamento e organização de guerrilha.

A maioria dos grupos de esquerda armada viveu um exílio transitório em Argel, destinando-se a Cuba, França, Portugal, Alemanha e URSS. Aqueles que lá permaneceram buscaram agir em colaboração com a Frente Brasileira de Formação, cujo núcleo dirigente era constituído por políticos e exilados que estavam há mais tempo no país.

No caso do exílio de brasileiros na Argélia, Miguel Arraes teve papel fundamental como mediador entre os brasileiros e o governo argelino. Foi o primeiro asilado, escolhido pelo governo de Boumediene como representante político da oposição brasileira, e conseguiu apoio para realizar ações empresariais e projetos vinculados à perspectiva de consolidar sua imagem de líder político.

Nomes dos principais brasileiros exilados em Argel

Aderval Alves Coqueiro – Militante da Ala Vermelha, do MRT, do PCB e do PC do B. Foi preso em 29 de maio de 1969. Banido no caso do sequestro do embaixador alemão, deslocou-se da Argélia para Cuba e depois retornou ao Rio de Janeiro em 31 de janeiro de 1971. Foi localizado e assassinado por agentes do DOI-CODI em 6 de fevereiro de 1971.

Aécio Gomes de Matos – Estudante da Escola de Engenharia da Universidade Federal de Pernambuco. Filiado ao PCB, presidiu o Diretório da Faculdade. Ficou preso durante um ano e meio. Condenado a mais dois anos de prisão, viveu em clandestinidade até deixar o país. Foi para a Holanda e depois para a Argélia. Permaneceu na Argélia por dois anos auxiliando na publicação dos boletins da *Frente Trabalho* com Niemeyer nos empreendimentos em Argel e voltou ao Brasil entre 1973 e 1974. Novamente deixou o país em 1976 para estudar Psicologia em Paris.

Almeri Bezerra de Mello - Padre pernambucano, estudou Teologia em Roma, envolveu-se com movimentos operários na Bélgica, na Alemanha e na França. Retornou ao Brasil em 1951, foi professor, participou da JUC e do Movimento de Educação de Base inspirado na pedagogia de Paulo Freire. Exilou-se em Paris em 1964, depois foi ao México em 1966 e, depois de três meses, dirigiu-se à Argélia. Trabalhou no Ministério da Agricultura e desenvolveu programas de alfabetização na Argélia, em Angola e no Senegal. Escreveu dois livros sobre seu exílio: *Para além dos verdes mares* e *Oropa, França e Bahias...*

Almir Dutton Ferreira – Médico, militante da VPR e banido para a Argélia no caso do sequestro do embaixador alemão.

Altair Luchesi Campos - Tenente preso por suas ligações com a VPR, integrante do grupo dos 40 banidos para a Argélia em 1970.

Ângelo Pezzuti da Silva – Estudante de Medicina na Universidade Federal de Minas Gerais. Foi militante da COLINA, da POLOP e da VPR. Foi preso pelo DOPS em 13 de janeiro de 1969. Sofreu tortura nas prisões de Belo Horizonte e Rio de Janeiro. Banido para a Argélia no caso do sequestro do embaixador alemão, foi para o Chile em 1971, onde encontrou a mãe e o irmão, Carmela Pezzuti e Murilo, e casou-se com Maria do Carmo Brito. Também foi preso em Santiago e deixou o Chile após o golpe de 1973. Conseguiu seguir para Paris, onde concluiu os estudos como Psiquiatra. Atuou no exterior para divulgar informações sobre a tortura no Brasil. Morreu em um acidente de motocicleta em 1975. Maurício Paiva apresentou a biografia de Ângelo, seu irmão, Murilo, e sua mãe,

Carmela Pezzuti, no livro *Companheira Carmela: a história da luta de Carmela Pezzuti e seus dois filhos*.

Apolo Heringer Lisboa – Vice-presidente da UNE entre 1965 e 1966. Exilou-se em 1973 e viveu nos seguintes países: Chile, Argentina, Argélia, França e Bélgica. Foi médico do Hospital Universitário de Argel e dedicou-se à Clínica de Pneumologia.

Apolônio de Carvalho – Tenente do exército, perdeu a patente ao integrar-se à Ação Nacional Libertadora (ANL) em 1935. Ficou preso até 1937, filiou-se ao PCB e viajou para a Espanha para participar da Guerra Civil contra o ditador Francisco Franco. Também atuou na resistência francesa contra os nazistas. Retornou ao Brasil em 1946, viveu na clandestinidade por ser integrante do Partido Comunista. Residiu na União Soviética entre 1954 e 1957. De volta ao Brasil, fundou o PCBR. Foi preso e torturado em 1969. Banido para a Argélia em troca do embaixador alemão, Apolônio concedeu entrevistas e participou de eventos para criticar a ditadura. Exilou-se na França até 1979. Retornou ao Brasil e participou da fundação do Partido dos Trabalhadores. Sua autobiografia é intitulada *Vale a pena sonhar*.

Arnaldo Assis Mourthé – Engenheiro e um dos dirigentes da POLOP, foi preso em 1964. Exilou-se em 1969, viveu na Argélia e na Itália. Na Argélia, foi um dos dirigentes da SERT, empresa que oferecia cursos profissionalizantes em parceria com o governo argelino. Retornou ao Brasil em 1979 e foi um dos fundadores do PDT.

Bayard Demaria Boiteux – Foi professor de Matemática no Colégio Pedro II entre 1953 e 1964, quando foi demitido em decorrência do AI-1. Foi preso em 1967 por participar do planejamento da Guerrilha do Caparaó. Condenado a dez anos de prisão, conseguiu redução de pena e deixou a prisão em 1970. Exilou-se na Argélia e em Portugal com a esposa e o filho. Na Argélia, trabalhou nas ações da *Frente Brasileira de Informação* e foi professor universitário. Trabalhou cinco anos na Universidade de Argel e quatro anos na Faculdade de Economia e no Instituto de Serviços Sociais do Porto, em Portugal.

Carlos Eduardo Fayal de Lira – Estudante, participou do Congresso de estudantes da UNE e foi preso por ações ligadas à ALN. Foi banido do território nacional do caso do sequestro do embaixador alemão. Permaneceu um mês na Argélia e residiu em Portugal a maior parte do exílio.

Carlos Eduardo Pires Fleury – Estudante de Filosofia na Universidade de São Paulo e de Direito na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Militante da

MOLIPO, também integrou o Grupo Tático Armado da ALN e foi preso em 30 de setembro de 1969. Torturado na OBAN, somente foi libertado ao ser incluso na lista dos prisioneiros políticos que seriam trocados pelo embaixador alemão, sequestrado em 11 de junho de 1970. Da Argélia, dirigiu-se para Cuba, onde realizou treinamento de guerrilha. Voltou ao Brasil clandestinamente em 1971, engajado no MOLIPO, e foi assassinado no Rio de Janeiro em 10 de dezembro daquele ano por agentes da polícia política.

Carlos Henrique Knapp – Publicitário, integrante da ALN, viveu em vários países durante o exílio: Uruguai, França, Itália, Alemanha, Argélia e Inglaterra. Em Argel, trabalhou na *Frente Brasileira de Informação* e depois participou do projeto de construção da Universidade de Constantine com a equipe de Oscar Niemeyer. Revelou suas experiências no exílio em livro autobiográfico intitulado *Minha vida de Terrorista*.

Carlos Minc Baumfeld – Integrante da VAR-Palmares, foi preso em 1969 e libertado dentre os 40 banidos para Argel. Da Argélia, seguiu para Cuba, Chile, França e Portugal. Em retorno ao país, foi fundador do Partido Verde, integrante do PT, Ministro de Estado do Meio Ambiente no governo de Luís Inácio Lula da Silva e eleito deputado estadual pelo Rio de Janeiro por consecutivas vezes.

Célia Garcia – Foi para o Chile para encontrar-se com o marido, José Carlos Bona Garcia, militante da VPR banido no caso do sequestro do embaixador suíço. Após o golpe de 1973 no Chile, ano de nascimento de seu filho, Rodrigo, conseguiram abrigo na embaixada da Argélia e apoio de Miguel Arraes para seguirem para a Argélia. Em 1974, foi para a França, onde atuou no Comitê Brasileiro para a Anistia. Retornou ao Brasil em 1974. Sua história foi utilizada como inspiração do filme “Em teu nome”, de Paulo Nascimento.

Cid de Queiroz Benjamin – Líder estudantil e membro da VPR, foi um dos idealizadores do sequestro do embaixador norte-americano, Charles Elbrick. Preso em 1970, deixou o país com o grupo que foi trocado pelo embaixador alemão, Ehrenfried Von Holleben. Depois da Argélia, seguiu para França, Cuba e Suécia. Retornou ao Brasil em 1979, foi um dos fundadores do PT e depois ligou-se ao PSOL. Escreveu *Gracias a la vida: memórias de um militante*.

Daniel Aarão Reis – Foi presidente da União Metropolitana dos Estudantes em 1967. Atuava na Frente Operária da DI-GB em abril de 1969. Militava no MR-8 e participou do sequestro do embaixador norte-americano. Ficou preso entre março e julho de 1970 e foi libertado com mais 39 brasileiros após o sequestro do embaixador alemão pela VPR e pela

ALN. Da Argélia, foi para o Chile e depois Paris. Graduou-se e fez mestrado em História na capital francesa. Entre 1976 e 1979, foi professor na Universidade Eduardo Modlane, em Moçambique. Dirigiu o Departamento de História daquela universidade. Participou da fundação do PT e atualmente é professor da Universidade Federal Fluminense e realiza estudos sobre a ditadura e a esquerda no Brasil Contemporâneo.

Darcy Rodrigues – Era sargento e abandonou o exército para se unir a Carlos Lamarca na VPR. Foi preso e torturado, banido para a Argélia no caso do sequestro do embaixador alemão. Da Argélia, seguiu para Cuba, onde permaneceu por 10 anos. Sua biografia foi escrita por Antônio Pedroso Junior e tem como título *Sargento Darcy, Lugar Tenente de Lamarca*.

Dirceu Assis Mourthé – Irmão de Arnaldo Assis Mourthé, atuou na FBI e participou das empresas ligadas a Arraes. Exilou-se na Argélia em 1969.

Domingos Fernandes – Fotógrafo carioca, integrante da ALN, foi banido no caso do sequestro do embaixador alemão. Após sua passagem pela Argélia, viveu em Cuba, Itália, Chile, Argentina e Portugal. Em Portugal colaborou com o Comitê Português Pró-Anistia Geral no Brasil

Dulce de Souza Maia – Militante da VPR, foi presa em janeiro de 1969 e banida do país dentre os quarenta presos políticos libertados em troca da liberdade do embaixador alemão, Von Holleben. Viajou da Argélia para Cuba à procura de tratamento médico para as sequelas deixadas pela tortura nas prisões brasileiras. Depois foi para Chile, para o México e para a Bélgica. Em 1975, foi viver em Portugal, depois seguiu para Guiné Bissau, onde viveu até 1979.

Edmauro Gopfert – Foi preso no Vale da Ribeira em maio de 1970, quando realizava ações guerrilheiras sob comando de Carlos Lamarca, líder da VPR. Estava entre os quarenta brasileiros que foram banidos para a Argélia. Seguiu depois para Cuba, onde realizou treinamento guerrilheiro.

Edmundo Nahas – Banido para a Argélia em troca da libertação do embaixador alemão, sequestrado por elementos da ALN e da VPR.

Eudaldo Gomes da Silva – Estudante de Agronomia na Universidade Federal da Bahia, deixou o curso para militar na VPR. Foi preso no Rio de Janeiro e torturado. Participou do plano de sequestro do embaixador da Alemanha, Von Holleben. Mesmo após ser preso em 20 de maio de 1970, a VPR deu continuidade ao plano de sequestro e incluiu o nome de

Eudaldo entre os presos políticos que seriam trocados pelo embaixador. Da Argélia, seguir para Cuba, onde fez treinamento militar. Foi para o Chile e depois retornou ao Brasil. Foi preso em Pernambuco e, numa operação com apoio do DOPS paulista, foi assassinado em 11 de janeiro pelos agentes do DOI-CODI, no município de Paulista (PE). A esposa de Eudaldo, a tcheca Pauline Reichstul, também foi assassinada na emboscada planejada pela polícia política.

Euvaldo Matos – Médico psiquiatra baiano, estava exilado em Paris e estagiava no Hospital Sainte Anne. A convite de Heron de Alencar, foi para a Argélia participar da construção da Universidade de Constantine, planejada por Oscar Niemeyer.

Fausto Machado Freire – Ex-assistente da Divisão de Planejamento do Ministério da Educação, participou das ações do grupo COLINA, foi preso em 28 de maio de 1969 e banido em 15 de junho de 1970 em troca do embaixador alemão. Dirigiu-se à Cuba para realizar treinamento de guerrilha.

Fernando Paulo Nagle Gabeira – Jornalista, militante do MR-8, participou da organização e execução do sequestro do embaixador alemão, Charles Elbrick. Foi preso em 1970 e libertado entre quarenta banidos para Argel no caso do sequestro do embaixador alemão. Viveu dez anos no exílio. Depois da Argélia, fez treinamento guerrilheiro em Cuba, foi para o Chile e viveu a maioria do seu exílio na Suécia, onde trabalhou como jornalista e formou-se em Antropologia. Sobre sua militância política no período da ditadura, escreveu *O que é isso Companheiro*, *O crepúsculo do Macho* e *Onde está tudo aquilo agora?*.

Flávio Roberto de Souza – Militante da VPR, foi banido para a Argélia no caso do sequestro do embaixador alemão.

Frank Algot Eugen Svensson – Ingressou no PCB em 1959, trabalhou como arquiteto na SUDENE e foi proibido de continuar lecionando na UnB em 1973. Exilado na França, foi professor em Estrasburgo e Nancy. Também militou no Partido Comunista Francês. Entre 1974 e 1975, trabalhou com a equipe de Oscar Niemeyer na Argélia. Em seguida, foi professor na Suécia. Entre 1980 e 1982, foi assessor do governo de Angola no curso de Arquitetura e Urbanismo na Universidade Agostinho Neto. Voltou ao Brasil em 1988 e retomou a função de professor na UnB.

Hermano Alves – Jornalista, eleito deputado pelo MDB em 1967, deixou o Brasil após a promulgação do AI-5 e de ter os direitos políticos cassados. Conseguiu asilo no Consulado

do México e depois conseguiu asilo político na Argélia. Também viveu na França, na Inglaterra (onde trabalhou como professor universitário e jornalista da BBC) e só regressou ao Brasil em 1984. Faleceu em 1º de junho de 2010.

Ieda dos Reis Chaves – Militante da VPR, era responsável pela disponibilização de moradias, carros e documentos para os integrantes da organização que eram perseguidos pela polícia. Foi presa no Rio de Janeiro em abril de 1970 e fez parte do grupo de quarenta presos políticos banidos para a Argélia.

Jeová Assis Gomes – Estudante da Universidade de São Paulo, participou da MOLIPO e depois uniu-se à ALN. Foi preso em 12 de novembro de 1969. As torturas na prisão causaram fraturas nas duas pernas. Banido para a Argélia no caso do sequestro do embaixador alemão, retornou ao Brasil em 1971 de pois de fazer treinamento de guerrilha na Argélia. Foi morto a tiros em Guará (Goiás) em 12 de janeiro de 1972. Seu corpo não foi entregue aos familiares e, por isso, está incluso na lista de desaparecidos políticos.

João Carlos Bona Garcia – Foi militante do Partido Comunista Brasileiro (PCB), do Partido Operário Comunista (POC) e da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR). Preso em abril de 1970, em Porto Alegre, foi banido do país em 1971 após negociações pela libertação do embaixador suíço. Exilou-se no Chile, conseguiu apoio de Arraes para conseguir ir da Argentina para a Argélia e depois viveu o resto de seu exílio na França. Retornou ao Brasil em 1979. Com Júlio Posenato, escreveu suas memórias no livro *Verás que um filho teu não foge à luta*, que foi base do roteiro do filme *Em teu nome*, de Paulo Nascimento.

Joaquim Pires Cerveira – Era major, foi militante da Frente de Libertação Nacional (FLN). Preso em 21 de outubro de 1965, solto em 1967 e novamente preso em 1970. Vítima de tortura, conseguiu a liberdade ao ser banido no caso do sequestro do embaixador alemão. Retornou à América e foi preso em Buenos Aires em 11 de dezembro de 1973. Assassinado por membros do DOI -CODI, seu nome está incluso na lista de desaparecidos políticos durante da ditadura.

Jorge Raimundo Nahas – Médico e ex-militante do COLINA. Foi para a Argélia entre os quarenta brasileiros banidos no caso do sequestro do embaixador alemão.

José Araújo de Nóbrega – Capitão, membro do MNR (Movimento Nacionalista Revolucionário) e depois da VPR. Foi preso por participar de ações guerrilheiras lideradas por Carlos Lamarca. Solto com os quarenta banidos para a Argélia em 1970, dirigiu-se ao

Chile, onde também foi preso e torturado após o golpe de Estado de 1973. Depois foi viver na Suécia, retornando após a promulgação da Lei de Anistia.

José Everardo Arraes de Alencar Norões – Poeta, exilou-se na França e depois residiu na Argélia entre 1970 e 1977. Viveu em Moçambique até o retorno ao Brasil, em 1979. Na Argélia, contribuiu com a empresa SERT, que oferecia serviços para cursos profissionalizantes.

José Lavechia – Sapateiro, integrante da VPR, participou das ações de guerrilha no Vale do Ribeira e foi preso em 07 de maio de 1970. Foi banido do Brasil no caso do sequestro do embaixador alemão. Retornou à América e foi assassinado em 01 de julho de 1974 na fronteira entre Brasil e Argentina. Seu nome está na lista dos desaparecidos políticos.

José Luís Del Roio – Antigo membro do PCB, deixou o partido e foi um dos fundadores da ALN. Na década de 70, exilou-se no Peru e no Chile. Após a deposição de Salvador Allende, foi residir na Argélia. Em 1975, seguiu para a URSS, onde encontrou Luís Carlos Prestes. Viveu na Itália e lá organizou o ASMOB, com documentos do PCB e demais organizações de esquerda. Foi eleito senador italiano.

José Maria Crispim – Eleito deputado estadual em 1945 e antigo membro do PCB, foi condenado a 24 anos de prisão após o golpe de 1964. Conseguiu asilo no México, depois viveu na Argélia, na França, no Chile, na Argentina, em Portugal e na Itália. No exílio, integrou-se com a ALN, promovendo reuniões entre militantes deste grupo e a VPR com o intuito de realizar ações conjuntas de oposição à ditadura.

José Ronaldo Tavares de Lira e Silva – Era sargento e ligou-se aos membros da VPR liderados por Carlos Lamarca. Preso devido às ações armadas realizadas pelo grupo, foi para a Argélia entre os banidos no caso do sequestro do embaixador alemão.

Ladislau Dowbor – Militante da VPR, participou do sequestro do cônsul japonês, Nobuo Okuchi, ação que propiciou a negociação com o governo para libertar 5 presos políticos em 1970. Foi preso e torturado por agentes do DOPS, ganhou liberdade ao ter o nome inserido na lista de 40 brasileiros banidos do país em troca do embaixador alemão. Atuou como uma das lideranças do MR-8 no exílio. Residiu por três anos na Polônia, onde realizou estudos em Economia. Depois foi professor na Universidade de Coimbra (Portugal), em seguida foi coordenador técnico do Ministério do Planejamento da Guiné Bissau. Ao retornar ao Brasil, destacou-se como professor universitário e pesquisador na área de

Economia. Momentos de sua militância política são apresentados no livro *O Mosaico Partido*.

Liszt Benjamin Vieira – Advogado e estudante de Ciências Sociais. Participou do movimento estudantil e fez parte da COLINA, VAR-Palmares e VPR. Participou da organização do sequestro do cônsul japonês, Nobuo Okuchi. Foi preso em 21 de abril de 1970, torturado e banido para a Argélia no caso do sequestro do embaixador alemão. Em seus dez anos de exílio, viveu nos seguintes países: Cuba, Chile, Argentina e França. Escreveu uma autobiografia intitulada *A Busca: memórias da resistência*.

Luís Hildebrando Pereira – Importante médico e pesquisador das doenças tropicais, era docente da USP e teve o cargo cassado em 1964. Partiu para a França e trabalhou como pesquisador do Instituto Pasteur. Retornou ao Brasil em 1968, foi Professor da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto. Mas retornou à França após ser novamente proibido de exercer o cargo. Permaneceu na França até o fim do exílio. Foi convidado por Oscar Niemeyer para participar dos projetos de construção do centro de governo da Argélia e da Universidade de Constantine. Em retorno à França, participou do Comitê Brasileiro de Anistia em Paris. Escreveu suas experiências de exílio em *O fio da meada*.

Luiz Eduardo Prado de Oliveira – Participante da Dissidência Universitária, integrou-se ao MR-8. Saiu do Brasil em 1969, passou por Inglaterra, Argélia e se estabeleceu em Paris, onde atuou como professor universitário

Manuel Messias – Membro do Partido Comunista Brasileiro em 1964, foi preso e torturado pela polícia política de Caruaru (Pernambuco). Após conseguir *habeas corpus*, mudou para o Rio de Janeiro. Participou da criação do PCBR, exilou-se no Uruguai, no Chile, em Portugal, no Canadá, na Argélia e na França. Auxiliou nos trabalhos de denúncia da repressão no Brasil enquanto esteve na Argélia.

Marco Antônio Azevedo Meyer – Militante do COLINA, participou de ações de guerrilha armada e foi preso em 1969 e banido para a Argélia no caso do sequestro do embaixador alemão.

Maria Augusta Carneiro Ribeiro – Militante do movimento estudantil no Rio de Janeiro, foi presa em 1969 e deixou o país em direção ao México na troca de presos políticos pelo embaixador americano. Realizou treinamento de guerrilha em Cuba, foi para Chile, Itália, Argélia e Suécia, onde graduou-se em Pedagogia. Regressou ao Brasil em 1979.

Maria do Carmo Brito – Militou no PCB, na POLOP, no COLINA e na VAR - Palmares. Posteriormente, obteve destaque na direção da VPR. Viajou para a Argélia com mais 39 brasileiros trocados pelo embaixador alemão. Depois morou no Chile, Panamá, Angola e Portugal. Viúva de Juarez Guimarães de Brito e de Ângelo Pezzuti da Silva. Também foi casada com Chizuo Osawa. Trabalhou como socióloga e tradutora em seu retorno ao Brasil. Sua biografia foi escrita por Martha Viana e recebeu o título: *Uma tempestade como sua memória: a história de Lia, Maria do Carmo Brito*.

Maria José Carvalho Nahas – Estudante de medicina da Universidade Federal de Minas Gerais, ingressou no COLINA e foi presa em 29 de janeiro de 1969. Foi levada ao DOPS e torturada. Após 5 meses de prisão, exilou-se na Argélia após exigências dos sequestradores do embaixador alemão para que 40 presos políticos fossem libertados. Depois da Argélia, viveu em Cuba e terminou o curso de Medicina.

Maurício Vieira Paiva – Era estudante de engenharia em Minas Gerais quando ocorreu o golpe de 1964. Envolvido com o movimento estudantil e depois com a VPR, ficou preso durante um ano e meio, até ser banido para a Argélia após pedido dos sequestradores do embaixador alemão. Realizou treinamento de guerrilha em Cuba, seguiu para o Chile e trabalhou como professor universitário em Portugal até 1979. Sua autobiografia é intitulada *O Sonho Exilado*.

Maurílio Ferreira Lima – Era deputado e foi cassado em 30 de dezembro de 1968. Viveu dez anos na Argélia. Retornou ao Brasil e foi deputado federal em quatro legislaturas.

Melcides Porcino da Costa – Militante da VPR detido em 1970, foi banido para a Argélia no caso do sequestrador alemão. Viveu no Chile até 1973, depois seguiu para a Suécia. Voltou ao Brasil em 1980.

Miguel Arraes de Alencar – Advogado e economista, foi deposto do cargo de governador de Pernambuco após o golpe de 1964. Foi viver na Argélia após meses de prisão em quartéis do Recife e na Ilha de Fernando de Noronha. Viveu na Argélia até 1979. Sua esposa, Maria Madalena Fiúza Arraes de Alencar, e sua mãe, Maria Benigna Arraes de Alencar, também viveram no país africano. Os filhos de seu primeiro casamento com Célia de Souza Leão também foram para a capital argelina: José Almino, Ana Lúcia, Carlos Augusto, Guel Arraes, Marcos, Maurício, Carmen e Luís Cláudio. Com Madalena Arraes, teve dois filhos: Mariana (era ainda bebê quando os pais se exilaram) e Pedro (que nasceu no exílio). Após retornar ao Brasil em 1979, foi eleito governador e deputado federal pelo

PMDB. Filou-se ao Partido Socialista Brasileiro em 1990, foi novamente governador e três vezes deputado federal. Faleceu em 2005.

Miguel Nilton Arraes de Alencar – Psiquiatra, fora presidente do Movimento de Cultura Popular, projeto do governo estadual de Miguel Arraes e da Prefeitura do Recife que objetivava oferecer atividades educativas e culturais, incentivar artesãos e grupos folclóricos, e apoiar o Teatro de Cultura Popular. Segundo o jornal *O Estado de São Paulo* de 29 de setembro de 1964, teve sua prisão decretada junto com mais 6 apoiadores do governo de Arraes (Violeta Arraes, Paulo Freire, Aluísio Falcão, Silvio Lins e Ari Vasconcelos).

Murilo Pinto da Silva – Irmão de Ângelo Pezzuti, era militante do COLINA e foi preso em 29 de janeiro de 1969. Seu nome estava na lista dos 40 brasileiros banidos para a Argélia, assim como o irmão, Ângelo. Foi para Cuba realizar treinamento de guerrilha. Sua mãe, Carmela Pezzuti, foi presa e torturada por envolvimento na guerrilha urbana. Foi para o Chile no grupo dos setenta banidos após o sequestro do embaixador suíço. Mãe e filhos encontraram-se em Santiago. Com o golpe de Estado de 1973, procuraram asilo nas embaixadas. Carmela foi para a Itália, Ângelo foi para a França e Murilo conseguiu asilo na embaixada do Panamá. Murilo seguiu para a Bélgica posteriormente e retornou ao Brasil após a Lei de Anistia. Desenvolveu atividades políticas no Mato Grosso com grupos do Movimento dos Sem Terra. Suicidou-se em março de 1990.

Nailton Santos – Irmão do geógrafo Milton Santos, foi diretor de Recursos Humanos da SUDENE na década de 60. Colaborou ativamente com a Frente Brasileira de Informação em Argel. Ao retornar ao Brasil, foi secretário de Miguel Arraes.

Neiva Moreira – Jornalista maranhense, foi deputado estadual e federal. Destacou-se como um dos fundadores do PCB. Após ter seu mandato de deputado federal cassado em 1964, exilou-se na Bolívia. Após o golpe que instituiu o governo de Rene Barrientos naquele país, foi para o Uruguai, onde realizou ações políticas com Leonel Brizola. Trabalhou no jornal *Ahora* e foi para Argel “cobrir” a realização da *IV Conferência de Cúpula dos Países Não-Alinhados*. Exilou-se no Peru e no México, participou da edição de *Cadernos do Terceiro Mundo*, publicação realizada em inglês, espanhol e português, com ampla distribuição na América Latina, Estados Unidos, Portugal e África. Regressou ao Brasil em 1980 e exerceu consecutivos mandatos de deputado federal. Faleceu em 10 de maio de 2012.

Onofre Pinto – Ex-sargento e fundador da VPR, foi banido do Brasil para o México em 6 de setembro de 1969, com mais 14 presos políticos libertados por exigência dos sequestradores do embaixador dos Estados Unidos Charles Burke Elbrick. Exilou-se em Cuba, no Chile e na Argentina, sempre atuando como uma das principais lideranças da VPR. Segundo documentos do SNI, viajou para a Argélia com o objetivo de discutir novas propostas para a direção da VPR. Retornou ao Brasil em primeiro de julho de 1974. Foi assassinado por agentes da polícia política na fronteira do Brasil com a Argentina. Seu nome está na lista de desaparecidos políticos durante a ditadura.

Oswaldo Antônio dos Santos – Integrante da VPR, estava na lista dos quarenta banidos para Argel no caso do sequestro do embaixador alemão. No final de 1970, seguiu para Cuba, onde realizou treinamento guerrilheiro até 1971.

Oswaldo Soares – Ex-sargento, membro da VPR, foi preso devido à sua participação no sequestro do cônsul japonês Nobuo Okushi. Foi banido para a Argélia no caso do sequestro do embaixador alemão.

Pedro Lobo de Oliveira – Ex-sargento, militou pelo PCB e depois participou da VPR a partir de 1968. Preso em 1969, sofreu severas torturas. Foi banido para a Argélia no caso do sequestro do embaixador alemão. Viveu em Cuba, no Chile, na Argentina e na Alemanha Oriental. Em 1979, retornou ao Brasil e foi reintegrado à Força Pública da qual tinha sido expulso em 1964. Sua biografia foi escrita por João Roberto Laque e é intitulada *Pedro e os lobos: os anos de chumbo na trajetória de um guerrilheiro urbano*.

Ronaldo Dutra Machado – Guerrilheiro da Ação Libertadora Nacional, coordenou ações do grupo em Pernambuco e foi preso na cidade de Recife em março de 1970. Foi banido para a Argélia no caso do sequestro do embaixador alemão. Seguiu para Cuba e Chile. No Chile, envolveu-se com o MIR. Após a deposição de Salvador Allende, seguiu para Panamá e Portugal. Em 1974, participou do congresso de fundação do Partido Democrático Trabalhista em Portugal, evento organizado por Leonel Brizola. Retornou ao Brasil em 1980.

Tânia Rodrigues Fernandes – Integrante da ALN, foi banida para a Argélia no caso do sequestro do embaixador alemão.

Tercina Dias de Oliveira – Tornou-se militante da VPR por intermédio de seu filho, Manoel Dias do Nascimento. Foi presa no Vale do Ribeira, onde o grupo de Carlos Lamarca mantinha treinamentos militares. Foi banida para a Argélia no caso do sequestro

do embaixador alemão. Viveu em Cuba a maior parte de seu exílio. Quando foi banida, tinha 55 anos. Tercina foi responsável por acompanhar seus netos na viagem para Argel: Ernesto Carlos dias do Nascimento (2 anos), Zuleide Aparecida do Nascimento (4 anos); Luiz Carlos (seis anos) e Samuel (nove anos). Desde sua prisão, as crianças tinham vivido numa casa para menores. Cresceram em Cuba e só retornaram ao país 15 anos depois.

Ubirajara Brito – Físico pesquisador do Centro de Energia Atômica da França, participou com Niemeyer da construção da Universidade de Constantine e coordenou com Luís Hildebrando Pereira, Heron de Alencar e Darci Ribeiro um programa de reforma do Ensino Superior na Argélia.

Vera Sílvia Araújo Magalhães – Militante do MR-8, participou do sequestro do embaixador americano, Charles Elbrick, em 1979. Foi presa em 1970. Viúva de José Roberto Spigner, assassinado por agentes da polícia política em São Paulo, o nome de Vera estava na lista dos 40 presos políticos libertados no caso do sequestro do embaixador alemão. Deixou o país em cadeira de rodas após três meses de tortura na prisão nas dependências do DOI-CODI do Rio de Janeiro. Morou em Argel, Cuba, Alemanha, Chile, Argentina, Suécia e França. Retornou ao Brasil em 1979.

Vladimir Palmeira – Estudante de Direito no Rio de Janeiro, um dos líderes do movimento estudantil, foi preso no Congresso da UNE realizado em Ibiúna. Foi libertado dez meses depois por exigência dos sequestradores do embaixador alemão. Foi para o México, viveu em Cuba e na Argélia. Seguiu para o Chile e, após o golpe de 1973 naquele país, foi para a Bélgica, onde estudou Economia. Ao retornar ao Brasil, participou da criação do Partido dos Trabalhadores e foi eleito deputado federal em 1986.

Yara Gouvêa – Militante estudantil, foi presa em São Paulo e deixou o Brasil em 1968 para viver na Suíça. De Genebra, seguiu para a Argel, onde permaneceu trabalhando na elaboração e publicação de boletins da FBI. Em parceria com Daniele Birck, escreveu o livro *Duas Vozes*, no qual descreve as experiências de exílio.

Observação: Esta lista não especifica todas as informações dos exilados. Também não apresenta todos aqueles que estiveram em Argel. Não foram apresentados, por exemplo, nomes de familiares que acompanharam os exilados políticos ou nomes que não aparecem na documentação consultada para este trabalho.

Referências Bibliográficas

- ABREU, Alzira Alves et al. (Coord.) *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930*. Rio de Janeiro: Editora FGV; CPDOC, 2001.
- ABREU, Maira Luísa Gonçalves de. *Feminismo no exílio: o Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris e o Grupo Latino-Americano de Mulheres em Paris*. 2010. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Campinas.
- AFFONSO, Almino. *Da tribuna ao exílio*. São Paulo: Letras & Letras, 2003.
- AJCHENBAUM, Yves Marc (org.). *La guerre d'Algerie (1954-1962) - Documentos*. Libro / Le Mond, 2013.
- ALMEIDA, Dinoráh Lopes Rubim. *A guerrilha esquecida: Memórias do Caparaó (1966-1967), o primeiro foco guerrilheiro contra a Ditadura Militar no Brasil*. Dissertação (Mestrado em História). 2014. Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo.
- ALMEIDA, Paulo Roberto de. Do alinhamento recalcitrante à colaboração relutante: o Itamaraty em tempos de AI-5. In: FILHO, Oswaldo Munteal; FREIXO, Adriano de; VENTAPANE, Jacqueline Freitas (orgs.). *Tempo Negro, temperatura sufocante: Estado e Sociedade no Brasil do AI-5*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio. Contraponto, 2008.
- ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Bauru: EDUSC, 2005.
- ALVES. *68 mudou o mundo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.
- ANACER, Abi – Ackel. *A saga do exilado e a Guerra de Independência da Argélia*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2004.
- ARANTES, Marco Antônio. Sartre e o humanismo racista europeu: uma leitura sartriana de Frantz Fanon. *Sociologias* vol.13 no.27 Porto Alegre: maio-agosto de 2011.
- ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. *A utopia fragmentada: as novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de 1970*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.
- Arquidiocese de São Paulo. *Brasil: Nunca Mais*. 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 1985.

- ARRAES, Luiz. *Todo diálogo é possível: conversas com meu pai, Miguel Arraes*. Rio de Janeiro: Sete Letras, 2009.
- ARRAES, Miguel. *O jogo do poder no Brasil*. Rio de Janeiro: Língua Geral, 2010.
- ARTIGAS, José del Pozo. *Exiliados, emigrados y retornados: chilenos en América y Europa (1973-2004)*. Santiago: RIL Editores, 2006.
- ASEFF, Marlon. *Retratos do exílio: Solidariedade e resistência na fronteira*. Santa Cruz do Sul. EDUNISC, 2009.
- AZEVEDO, Desirée de Lemos. *Os melhores anos de nossas vidas: narrativas, trajetórias e trajetos de exilados brasileiros, que se tornaram cooperantes na República Popular de Moçambique*. 2011. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas.
- _____. Trajetórias militantes: do Brasil a Moçambique nas redes da esquerda internacional. *Etnográfica*, outubro de 2012, v. 16, p. 461-486.
- AZEVEDO, Ricardo. *Por um triz: memórias de um militante da AP*. São Paulo: Plena, 2010.
- BOUDJEDRA, Rachid. *A vida cotidiana na Argélia na época contemporânea*. Lisboa: Edição Livros do Brasil, s/d.
- BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *Brasil, Argentina e Estados Unidos: Conflito e integração na América do Sul – Da Tríplice Aliança ao Mercosul (1870-2003)*. 2ªed. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2003.
- BARROS, Adirson de. *Ascensão e queda de Miguel Arraes*. Rio de Janeiro: Equador, 1995.
- BENJAMIN, Cid. *Gracias a la vida: memórias de um militante*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2014.
- BERTA, Sandra Letícia. *O exílio: vicissitudes do luto, reflexões sobre o exílio político dos argentinos (1976-1983)*. 2007. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica). Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo.
- BICUDO, Hélio Pereira. *Meu depoimento sobre o Esquadrão da Morte*. São Paulo: Martins Fontes / Pontifícia Comissão de Justiça, 1976.

- BOITEUX, Bayard Demaria. *A guerrilha de Caparaó e outros relatos*. Rio de Janeiro: Inverta, 1998.
- BOLZMAN, Claudio. Los exiliados del Cono Sur dos décadas más tarde. In: *Nueva Sociedad*, nº12, setembro-outubro, 1993, p.126-135.
- BOUMEDIENE, Houari. *Para onde vai a Argélia*. Rio de Janeiro: Paralelo, 1970, p. 37-84.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel.
- _____. *Esboço de auto-análise*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- BOVO, Cassiano Ricardo Martines. *Anistia Internacional: roteiros da cidadania em construção*. São Paulo: Annablume: FAPESP, 2002.
- BRASIL. *Relatório da Comissão Nacional da Verdade*. v.1. Brasília: CNV, 2014.
- BRIGAGÃO, Clóvis; RIBEIRO, Trajano. *Brizola*. São Paulo: Record, 2015.
- BRONFMAN, Ana Vasquez. La malédiction d'Ulysse. *Hermès*, n. 10, 1991, p. 213-224.
- CALDWELL, Robert G. Exile as an Institution. *Political Science Quarterly*, V. 58, No. 2, jun. 1943, p.239. Disponível em:< <http://www.jstor.org/stable/2144917>>. Acesso em 15 nov. 2013.
- CAMPOS, Antônio. *A Comissão Nacional da Verdade e a Operação Condor*. Recife: Carpe Diem, 2012.
- CAMUS, Albert. *O estrangeiro*. Rio de Janeiro: Record, 1997.
- CAPIBERIBE, João. *Florestas do meu exílio*. São Paulo: Terceiro Nome, 2013.
- CARDOSO, Tom. *O cofre do Dr. Rui*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.
- CARVALHO, Apolônio de. *Vale a pena sonhar*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.
- CASSOL, Gisele. *Prisão e tortura em terra estrangeira: a colaboração repressiva entre Brasil e Uruguai (1964-1985)*. Dissertação (Mestrado em Integração Latino-americana). 2008. Centro de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Federal de Santa Maria.
- CASTRO, Paulo de. *Argélia: a terra e o homem*. Rio de Janeiro: Forum, 1971.
- CAVALCANTI, Lailson de Holanda Cavalcanti; COLARES, Valda. *Madalena Arraes: A dama da História*. Recife: Cepe, 2015.

- CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. *História da Política Exterior do Brasil*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2002.
- CHIRIO, Maud. *Les trajectoires intellectuelles et politiques des exilés brésiliens pendant le régime militaire' (1964-1979)*. DEA Histoire contemporaine des mondes étrangers et des relations internationales. Université Paris I Panthéon Sorbonne (Memoire de DEA), 2004.
- CLEAVER, Eldridge. *Soul in Ice*. New York: Delta, 1999.
- CLÉMENT, Dominique. *Canada's Rights Revolution: Social Movements and Social Change (1937-1982)*. Vancouver: University of British Columbia Press, 2008.
- CORTEZ, Lucili Grangeiro. *O Drama Barroco dos exilados do Nordeste*. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Pernambuco: Recife, 2003.
- COSTA, Albertina de Oliveira. *Memórias das mulheres do exílio*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
- COSTA, Bernardo. Arthur Poerner: O mais jovem dos cassados pela Ditadura. *Jornal da ABI*. n. 337, janeiro de 2009, p.15-19. Disponível em: <http://issuu.com/abi1908/docs/2009_337_janeiro/15>. Acesso em: 10 nov. 2013.
- COSTA, Evaldo (org.). *Cartas de Agosto: o adeus a Miguel Arraes em sites, jornais e revistas*. Brasília: Fundação João Mangabeira, 2007.
- COSTA, José Caldas da. *Caparaó: a primeira guerrilha contra a ditadura*. São Paulo: Boitempo, 2007.
- COUTO, Ronaldo Costa. *História indiscreta da ditadura e da abertura. Brasil: 1964-1985*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.
- CRUZ, Fabio Lucas da. *Frente Brasileiro de Informaciones e Campanha: os jornais de brasileiros exilados no Chile e na França (1964-1979)*. Dissertação (Mestrado em História). 2010. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
- CYTRYNOWICZ, Roney. O silêncio do sobrevivente: Diálogo e rupturas entre memória e história do Holocausto. In: SELINGMANN-SILVA, Márcio. (org.) *História, memória, literatura*. Campinas: Ed. Unicamp, 2003, p.59-88.

- DA-RIN, Sílvio. *Hércules 56: o sequestro do embaixador americano em 1969*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.
- DEFFARGE, Claude ; TROELLER, Gordian. Alger, capitale des révolutionnaires en exil. *Le Monde Diplomatique*. Alger, capitale des révolutionnaires en exil. Agosto de 1972. Disponível em: <[<http://www.mondediplomatique.fr/mav/121/DEFFARGE/47325>](http://www.mondediplomatique.fr/mav/121/DEFFARGE/47325)>. Acesso : 06 nov. 2012.
- DOCKHORN, Gilvan Veiga. *Quando a ordem é segurança e o progresso é desenvolvimento (1964-1974)*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.
- DOWBOR, Ladislau. *O mosaico partido (a economia além das equações)*. São Paulo: Vozes, 2000.
- DREIFUS, René. *1964: a conquista do Estado*. Rio de Janeiro: Vozes, 1981.
- DUFOIX, Stéphane. *Politiques d'exil*. Paris : Presses Universitaires de France, 2002, p. 28.
- ELIAS, Norbert Elias. SCOTSON, John L. *Os Estabelecidos e os Outsiders*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000
- FANON, Frantz. *Os Condenados da Terra*. Rio De Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- FAUSTINO, Deivison Mendes. Colonialismo, racismo e luta de classes: a atualidade de Frantz Fanon. In: *Anais do V Simpósio Internacional Lutas Sociais na América Latina. "Revoluções nas Américas: passado, presente e futuro"*. 10 a 13 de setembro de 2013. Disponível em: http://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/v16_deivison_GI.pdf. Acesso em: 12 jul. 2013.
- FERNANDES, Ananda Simões. *Quando o inimigo ultrapassa a fronteira : as conexões repressivas entre a ditadura civil-militar brasileira e o Uruguai (1964-1973)*. 2009. Dissertação (Mestrado em História), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- FERREIRA, Jorge; REIS FILHO, Daniel Aarão (Org.). *As esquerdas no Brasil. Revolução e democracia (1964...)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v.1, 2007.
- FERREIRA, Jorge Luiz; DELGADO, Lucilia A. Neves (orgs.). *O Brasil Republicano- O tempo da Ditadura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 4, 2003.
- FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína (orgs.). *Usos e abusos da História Oral*. 6ª ed. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2005.

- FICO, Carlos. *Além do golpe: a tomada do poder em 31 de março de 1964 e a ditadura militar*. Rio de Janeiro: Record, 2004.
- _____. *Como eles agiam - Os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política*. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- _____. Contribuição à história da esquerda brasileira, 1960-1979. *Em Tempo*, s n. São Paulo, 1979.
- FICO, Carlos et al. *Ditadura e democracia na América Latina: Balanço histórico e perspectivas*. Rio de Janeiro: FGV, 2008.
- FILIPPI, Alberto. O legado de Lelio Basso na América do Sul e seus arquivos de Roma: as particularidades históricas das transições democráticas e a constitucionalização de novos direitos. In: *Revista Anistia Política e Justiça de Transição*, nº 08, Ministério da Justiça, 2º semestre 2012, p. 94-129.
- FRANCISCO, Alberto André Carvalho. *A política externa de Angola durante a Guerra Fria (1975-1992)*. 2013. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais). Instituto de Relações internacionais da Universidade de Brasília.
- FREI BETTO. *Batismo de sangue: os dominicanos e a morte de Carlos Marighella*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.
- FREUD, Sigmund. “O estranho”. In: *Freud. Obras completas*. Edição Standard Brasileira V. XVII. Rio de Janeiro: Imago, 1986, p. 237-269.
- GABEIRA, Fernando. *O crepúsculo do macho*. 11ª ed. Rio de Janeiro: Codecri, 1980.
- _____. *O que é isto companheiro?* 7ª ed. Rio de Janeiro: Codecri, 1979.
- GARCIA, Marco Aurélio; VIEIRA, Maria Alice (orgs.). *Rebeldes e Contestadores: 1968, Brasil, França, Alemanha*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2008.
- GARCIA, José C.; POSENATO, José. *Verás que um filho teu não foge à luta*. Porto Alegre: Editora Posenato Arte & Cultura, 1989.
- GASPARI, Elio. *A Ditadura Envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- _____. *A Ditadura Escancarada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- GIANNOTT, Vito. *História das lutas dos trabalhadores no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

- GLEIJESES, Piero. *Conflicting Missions: Havana, Washington and Africa, 1959-1976*. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 2002.
- _____. *Cuba's First Venture in Africa: Algeria, 1961-1965*. *Journal of Latin American Studies*, Vol. 28, nº1, fevereiro de 1996, p. 160.
- GOENDER, Jacob. *Combate nas trevas: a esquerda brasileira das ilusões perdidas à luta armada*. 4ª ed., São Paulo: Ática, 1990.
- GRINBERG, León. *Psicoanálisis de la migración y del exilio*. Madrid: Alianza Editorial, 1984.
- GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. A recepção de Fanon no Brasil e a identidade negra *Novos estudos – CEBRAP*, n.81, São Paulo: julho de 2008.
- GODOY, Ivan. *Argélia: tradição e modernidade*. São Paulo: Editora Alfa-Ômega, 2004.
- GOUVÊA, Yara e BIRCK, Danielle. *Duas Vozes*. São Paulo: Editora de Cultura, 2007.
- GREEN, James N. *Apesar de vocês: Oposição à ditadura brasileira nos Estados Unidos (1964-1985)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- GUERRA, Jacinto. *JK: triunfo e exílio: um estadista brasileiro em Portugal*. Brasília: Thesaurus, 1988.
- GULLAR, Ferreira. *Rabo de foguete*. Revan: 2ª ed., 1998.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006, p.29-111.
- HERNANDEZ, Leila Leite. *A África na sala de aula: visita à História Contemporânea*. 2ªed. São Paulo: Selo Negro, 2008.
- HOBBSMAWM, Eric. *Era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- JONES, Charles Earl. *The Black Panther Party (reconsidered)*. Baltimore: Black Classic Press, 1998.
- JUREMA, Abelardo. *Exílio*. João Pessoa: Acauã, 1979.
- KAY, Adamson. *Algeria: A Study in Competing Ideologies*. London: Continuum International Publishing Group, 1998.
- KRISTEVA, Julia. *Estrangeiros para nós mesmos*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

- KUCINSKI, Bernardo. *Jornalistas e revolucionários: Nos tempos da imprensa alternativa*. São Paulo: EDUSP, 2ª ed., 2003.
- KNAPP, Carlos Henrique. *Minha vida de terrorista*. São Paulo: Prumo, 2013.
- KONDER, Rodolfo. *Anistia Internacional: Uma porta para o futuro*. Campinas: Pontes, 1988.
- LA CAPRA, Dominik. *Representar el Holocausto: história, teoria, trauma*. Buenos Aires: Prometeo, 2008, p.59-82.
- LAMEIRINHA, Cristianne Aparecida de Brito. O sentido do exílio em “La Peste” de Albert Camus. 2006. Tese (Doutorado em Literatura). Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo.
- LAQUE, João Roberto. *Pedro e os lobos*. São Paulo: Veja Editora, 2010.
- LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas, SP Editora da UNICAMP, 1990.
- LESSA, Antônio Carlos. "Os 'relacionamentos excludentes' e o universalismo na política exterior do Brasil (de 1967 aos nossos dias). In: BRANCATO, Sandra Maria Lubisco; MENEZES, Albene Mirian F., KOTHE, Mercedes G. (orgs). III Simpósio Internacional: Estados Americanos: Relações Continentais e Intercontinentais- 500 anos de História. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000.
- MACHADO, Cristina Pinheiro. *Os exilados: Cinco mil brasileiros à espera de anistia*. São Paulo: Editora Alfa-Ômega, 1979.
- MARANHÃO, Djalma. *Cartas de um exilado*. Natal: Clima, 1984.
- MARQUES, Teresa Cristina Schneider. *Ditadura, exílio e oposição: os exilados brasileiros no Uruguai (1964-1967)*. 2006. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2006.
-
- _____. *Militância política e solidariedades transnacionais: a trajetória política dos exilados brasileiros no Chile e na França (1968-1979)*. 2010. Tese (Doutorado em Ciência Política). Departamento de Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

- MARIANO, Nilson. *As Garras do condor: Como as Ditaduras militares da Argentina, do Chile, do Uruguai, do Brasil, da Bolívia e do Paraguai se associaram para eliminar adversários políticos*. Petrópolis: Vozes, 2003.
- MASSENA, Andréia Prestes. *Exílio em Moçambique: as experiências vividas em terra estrangeira durante a Ditadura Militar no Brasil*. 2005. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- MAUÉS, Flamarion; AZEVEDO, Ricardo (orgs.). *Rememória: entrevistas sobre o Brasil do século XX*. São Paulo: Perseu Abramo, 1997, p. 248.
- MCGOWAN, Patrícia. *Misérias do Exílio. Os últimos meses de Humberto Delgado*. Lisboa, Contra-Regra, 1998.
- MAKLOUF, Luís. *Mulheres que foram à luta armada*. Rio de Janeiro: Editora Globo, 1994.
- MEGILL, Allan. *Historical Knowledge, historical error*. Chicago: Chicago University Press, 2007, p.17-59.
- MEIHY, José Carlos Sebe B.; HOLANDA, Fabíola. *História oral: como fazer, como pensar*. São Paulo: Contexto, 2007.
- MELLO, Almeri Bezerra de. *Para além dos verdes mares*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2006.
- _____. *Oropa, França e Bahias...* Rio de Janeiro: Editora Mourthé, 2015.
- MELNIK, Constantin. *De Gaulle, les services secrets et l'Algérie*. Paris: Nouveau Monde, 2012.
- MENEZES, Albene Mirian F., KOTHE, Mercedes G. (orgs.). III Simpósio Internacional: Estados Americanos: Relações Continentais e Intercontinentais- 500 anos de História. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000.
- METZGER, Fábio. *Pluralismo X Radicalismo: A integração do Islã político em algumas sociedades muçulmanas: os casos do Egito, Turquia e Argélia*. 2008. Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo.

- MAZRUI, Ali A.; WONDJI, C. (Orgs). *História Geral da África – África desde 1935*. Brasília: UNESCO/ MEC, 2010.
- MEISEL, John. ROCHER, Guy. SILVER, A. *As I recall: historical perspectives*. Montreal: The Institute for Research on Public Policy, 1999.
- MIR, Luís. *A revolução impossível*. São Paulo: Best Seller, 1994.
- MONTAÑÉZ, Amanda Perez. *Vozes do exílio e suas manifestações nas narrativas de Júlio Cortázar e Marta Traba*. Londrina: Eduel, 2013.
- MORRIS, Katherine. *Sartre*. Paris: J. L'Harmattan, 2013.
- MULAS, Andrea. “Las relaciones político-jurídicas entre Lelio Basso y el CEREN en los años de gobierno de la Unidad Popular”. *Revista Universum*, n° 20, vol. 1, Universidad de Talca, 2005, p. 80-87.
- NAPOLITANO, Marcos. 1964: *História do Regime Militar Brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2014.
- NETO, Geneton Moraes. *Dossiê Gabeira*. Rio de Janeiro: Editora Globo, 2009.
- NORA, Pierre. Entre memória e História - A problemática dos lugares. *Projeto História*. São Paulo, 10 de dezembro de 1993, p.7-28.
- NORÕES, Everardo. Arraes no Palácio do Povo. *Jornal do Commercio*, 9 de setembro de 2005. Disponível em: <<<http://autoreselivros.wordpress.com/2013/05/23/arraes-no-palacio-do-povo-everardo-noroies/>>>. Acesso em: 08 jan. 2013.
- _____. *Entre moscas*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Confraria do Vento, 2015.
- O'DONNELL, Guillermo. *Reflexões sobre os Estados burocrático-autoritários*. São Paulo, Vértice, 1987.
- ODOY, Ivan. *Argélia: tradição e modernidade*. São Paulo: Editora Alfa-ômega, 2004.
- OLIVEIRA, Lucas Monteiro de. *As dinâmicas da luta pela anistia na transição política*. 2014. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Filosofia, letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo
- PAIVA, Maurício. *O sonho exilado*. Rio de Janeiro: Mauad, 2004.
- _____. *Companheira Carmela: a história da Luta de Carmela Pezzuti e seus dois filhos na resistência ao regime militar e no exílio*. Rio de Janeiro: Mauad, 1996.

- PAIVA, Tatiana Moreira Campos. *Herdeiros do exílio: memórias de filhos de exilados brasileiros da Ditadura Militar*. 2004. Dissertação (Mestrado em História). Departamento de História do Centro de Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.
- PALMAR, Aluizio. *Onde foi que vocês enterraram nossos mortos?* Curitiba: Travessa dos editores, 2005.
- PAZ, Carlos Eugênio. *Viagem à luta armada: memórias da guerrilha*. Rio de Janeiro: Bestbolso, 2008.
- PENNA FILHO, Pio. O Itamaraty nos anos de chumbo: o Centro de Informações do Exterior (CIEEX) e a repressão no Cone Sul (1966-1979). *Rev. Bras. Polít. Int.*. 2009, vol.52, n.2, p. 43-62.
- PEREIRA, Jair et. Al. (orgs.) *Miguel Arraes: Pensamento e ação Política*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997, p.65-130.
- PEREIRA, Luiz Hildebrando. *O fio da meada*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1990.
- PINHEIRO, Andrea. O Arquivo do Exílio. *Diário de Pernambuco*. 16 de setembro de 2009.
- PIRES, Yolanda Avena. *Exílio: testemunho de vida*. São Paulo: Casa Amarela, 2001.
- POERNER, Arthur José. *Argélia: o caminho da independência*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.
- POLLAK, Michael. Memória, Esquecimentos e Silêncio. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: CPDOC/ FGV/ Edições Vértice, vol. 3, 1989.
- QUADRAT, Samantha Viz (org.). *Caminhos Cruzados: História dos exílios latino-americanos no século XX*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011, p.76.
- QUANDT, William B. "Algeria: Yes". *Foreign Policy*, n7, 1972. P. 108-131.
- QUEIROZ, Maria José. *Os males da ausência, ou A literatura do exílio*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1998.
- RABELO, José Maria, RABELO, Tereza. *Diáspora: os longos caminhos do exílio*. São Paulo: Geração Editorial, 2001.
- RAMA, Angel. La riesgosa navegación del escritor exiliado. In: *Nueva Sociedad*. n. 35, março - abril 1978, p. 5-15.

- RAMOS, Dircêo Torrecillas et. al. *Direito Militar*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.
- RAMOS, Madalena. *Sou daqui e sou de lá; autobiografia do exílio*. São Paulo: Ágora, 2007.
- REICH, Bernard. WESTPORT, Conn. *Political Leaders of the Contemporary Middle East and North Africa: A Biographical Dictionary*. Editors Greenwood, 1990.
- REIS, Daniel Aarão et. al. *Versões e ficções: o sequestro da história*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1997
- REIS FILHO, Daniel Aarão. *A revolução faltou ao encontro: os comunistas no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- _____. Ditadura, anistia e reconciliação. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 23, n. 45, p.171-186, janeiro-junho de 2010.
- _____. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- REIS FILHO, Daniel Aarão e SÁ & Jair Ferreira (orgs.). *Imagens da revolução: documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961-1971*. 2ª ed., São Paulo: Expressão Popular, 2006.
- REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs.). *O golpe e a Ditadura Militar: quarenta anos depois (1964 - 2004)*. Bauru, SP: Edusc, 2004.
- RIBEIRO, Darcy. *Confissões*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- _____. *Golpe e Exílio*. Rio de Janeiro: Editora UnB, 2010.
- _____. *Tempos de turbilhão: relatos do golpe de 1964*. São Paulo: Global, 2014.
- RIBEIRO, Maria Cláudia Badan. As redes políticas de solidariedade na América Latina. *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, v.8, n.17, p.311 - 349, jan. /abr. 2016.
- RICOUER, Paul. *Tempo e Narrativa*. Vol.1. Campinas: Papirus, 1994, p.15-131.
- _____. *Memória, História, Esquecimento*. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.
- RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: UNESP, 1996.

- _____. “Ecos de Trotsky na esquerda armada brasileira (1964-1974). *Estudos de Sociologia*, v.2, nº 2, 1997, p. 93-95.
- RIDENTI, Marcelo; REIS FILHO, Daniel Aarão. *História do Marxismo no Brasil: Partidos e movimentos após os anos 1960*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2007.
- ROCHA, Rossana Reis; MOREIRA, Julia Bertino. Regime Internacional para Refugiados: Mudanças e Desafios. *Revista de Sociologia Política*, Curitiba, v. 18, n. 37, out. 2010, p. 17-30.
- ROMANELLI, Antônio Ribeiro. *1964: Minhas histórias do cárcere e do exílio*. Belo Horizonte: Mazza, 1994
- RONIGER, Luis; GREEN, James N. Exile and the politics of exclusion in Latin America. In: *Latin American Perspectives*, v. 34, n. 4, julho de 2007, p. 3-6.
- RONIGER, Luis. Exílio massivo, inclusão e exclusão política no século XX. *Dados-Revista de Ciências Sociais*, v.53, n.1, 2010, p.91-123.
- _____. “Reflexões sobre o exílio como tema de investigação”. In: QUADRAT, Samantha Viz (org.). *Caminhos Cruzados: História dos exílios latino-americanos no século XX*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.
- ROLLEMBERG, Denise. *A ideia de revolução: da luta armada ao fim do exílio (1961-1979)*. Dissertação (Mestrado em História). 1992. Universidade Federal Fluminense, Niterói.
- _____. A ideia de Revolução: Da luta armada ao fim do exílio (1961-1979). In: *Que história é essa? Novos temas e novos problemas em História*. Rio de Janeiro, Relume Dumará, 1994, p. 111-130.
- _____. A imprensa no exílio. In: CARNEIRO, Maria Luíza Tucci (org). *Minorias silenciadas: História da censura no Brasil*. São Paulo: EDUSP, 2002.
- _____. Cultura política brasileira e redefinição no exílio. *Hispanic Research Journal*, junho de 2006, p.169.
- _____. *Exílio: entre raízes e radares*. Rio de Janeiro: Record, 1999.
- _____. *O apoio de Cuba à luta armada no Brasil: o treinamento guerrilheiro*. Rio de Janeiro: Mauad, 2001.

- _____. The Brazilian exile experience: Remaking identities. In: *Latin American Perspectives*, v. 34, n. 4, julho de 2007, p. 81-105.
- ROZOWYKWIAT, Tereza. *Arraes*. São Paulo: Iluminuras, 2006.
- RYFF, Beatriz Bandeira. *A resistência (anotações do exílio em Belgrado)*. Editora Europa: Rio de Janeiro, 1990.
- SADER, Emir. *Cuba, Chile, Nicarágua: Socialismo na América Latina*. 2ª ed. São Paulo: Atual, 1992.
- SALES, Jean Rodrigues. *A luta armada contra a ditadura militar: a esquerda brasileira e a influência da revolução cubana*. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2007.
- SANTOS, Idelette Muzart Fonseca; ROLLAND, Denis. *L'Exil brésilien en France: Histoire et imaginaire*. Paris: L'Harmattan, 2008.
- _____. *Le Brésil des gouvernements militaires et l'Exil (1964-1985)*. Paris : L'Harmattan, 2008.
- SAID, Edward. *Reflexões sobre o exílio e outros ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. Do pós-moderno a o pós-colonial. E para além de um e de outro, *Conferência de Abertura do VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais*. Coimbra: 16 a 18 de setembro. Disponível em: <http://www.ces.uc.pt/misc/Dopos-moderno_ao_pos-colonial.pdf>. Acesso em: 01 fev. 2013.
- SANTOS, Júlio Antônio Bonatti. *Intelectuais e Política: A Trajetória do Tribunal Internacional de Crimes de Guerra (1966-1967)*. 2013. Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Franca.
- SARLO, Beatriz. *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. São Paulo, Companhia das Letras, 2007.
- SEIXAS, Jacy Alves de. Percurso de memórias em terras de história: problemáticas atuais. In: BRESCIANI, Maria Stella; NAXARA, Márcia (orgs.). *Memória e (Res) Sentimento: Indagações sobre uma questão sensível*. Campinas: Unicamp, 2004, p.37-58.

- SELINGMANN-SILVA, Márcio. Reflexões sobre a memória, a história e o esquecimento. In: SELINGMANN-SILVA, Márcio. (Org.) *História, memória, literatura*. Campinas: Ed. Unicamp, 2003, p.59-88.
- SERBIN, Kenneth P. *Diálogos na sombra: Bispos e militares, tortura e justiça social na Ditadura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- SERRA, José. *Cinquenta anos esta noite o golpe, a ditadura e o exílio*. Rio de Janeiro: Record, 2014.
- SILVA, Cátia Cristina Almeida. *Resistência no exterior: os exilados brasileiros no Chile (1969-1973)*. Usos do passado: XII Encontro regional de História, ANPUH. Rio de Janeiro, 2006.
- SILVA, Helenice Rodrigues da. Os exílios dos intelectuais brasileiros e chilenos, na França, durante as Ditaduras militares: uma "história cruzada". *Nuevo Mundo — Mundos Nuevos*. Número 7, 20. Disponível em: <<nuevomundo.revues.org/document5791.html>>. Acesso em: 10 jan. 2013.
- SILVA, Mário Augusto Medeiros da. *Prelúdios e Noturnos: ficções, revisões e trajetórias de um projeto político*. Dissertação (Mestrado em Sociologia). 2006. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Campinas.
- SILVEIRA, Lorena Burjack da. *Ditadura e desterro: trajetórias de exilados brasileiros do golpe de 1964 nos Estados Unidos (1964-1979)*. 2011. Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de História da Universidade Federal de Goiânia, Goiânia.
- SMITH, Jennifer B. *An international History of Black Panther Party*. New York: Garland Publishing Company, 1999.
- SIRINELLI, Jean François. “Os intelectuais”. In. REMOND, René. *Por uma história política*. 2. ed., Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, p. 231-269.
- _____. Génération et histoire politique. *Vingtième Siècle. Revue d'histoire*. n. 22, abril-junho de 1989, p. 67-80.
- SIRKIS, Alfredo. *Roleta Chilena*. Rio de Janeiro: Editora Record, 1982.
- _____. *Os carbonários: Memórias da guerrilha perdida*. São Paulo: Global, 1980.

- SOARES, Glaucio Ary Dillon; D'ARAUJO, Maria Celina; CASTRO, Celso. *A volta aos quartéis: a memória militar sobre a abertura*. Rio de Janeiro: Relume – Dumará, 1995, p. 7-41.
- SOLNIK, Alex. *O cofre do Adhemar: a iniciação política de Dilma Rousseff e outros segredos da luta armada*. São Paulo: Jaboticaba, 2011.
- STEPAN, Alfred. *Os militares: da abertura à Nova República*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- _____. (Org.). *Democratizando o Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 1988.
- STONE, Martin. *The Agony of Algeria*. New York: Columbia University Press, 1997.
- SZNAJDER Mario; RONIGER, Luis. Political exile in Latin America. In: *Latin American Perspectives*, v. 34, n. 4, julho de 2007, p. 7-30.
- TAVARES, Cristina Pinheiro; MENDONÇA, Fernando. *Conversações com Arraes*. Belo Horizonte: Vega, 1979.
- TAVARES, Flávio. *Memórias do esquecimento*. Rio de Janeiro: Record, 2005
- TELLES, Janaína (org.). *Mortos e desaparecidos políticos: reparação ou impunidade?* São Paulo: Editora Humanitas/ FFLCH/ USP, 2ª ed., 2001.
- TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva; ANDREOLA, Baldeino Antônio. *Freire e Fiori no exílio: um projeto pedagógico-político no Chile*. Porto Alegre: Editora Ritter dos Reis, 2001.
- UCHÔA CAVALCANTI, Pedro Celso; RAMOS, Jovelino (orgs.). *Memórias do Exílio: Brasil — (1964-19??). De muitos caminhos*. vol.1, São Paulo: Livraria Livramento, 1976.
- VASQUEZ, Ana; ARAUJO, Ana Maria. *Exils latino-américains. La Malédiction d'Ulysse*. Paris: CIEMI, L'Harmattan, 1988.
- VELOSO, Jacinto. *Memories at low altitude: the autobiography of a mozambican security chef*. Random House Strik, 2012.
- VENTURA, Zuenir. *1968: o ano que não terminou*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1988.
- VIANNA, Martha. *Uma tempestade como a sua memória: a história de Lia, Maria do Carmo Brito*. Rio de Janeiro: Record, 2003.

- VICENZI, Roberta Aragoni Nogueira. *Nacionalismo árabe: apogeu e declínio*. Tese (Doutorado em Ciência Política). 2007. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
- VIDAL, Paloma. *A História em seus restos: Literatura e exílio no Cone Sul*. São Paulo: Annablume, 2004.
- VIEIRA, Liszt. *A busca: Memórias da Resistência*. São Paulo: Hucitec, 2008.
- VINÃR, Marcelo; VINÃR, Maren. *Exílio e tortura*. São Paulo: Escuta, 1992.
- WASSERMAN, Claudia. Transição ao socialismo e transição democrática: exilados brasileiros no Chile. *História Unisinos*, n. 16., janeiro -abril 2012, p.82-92.
- WEIL, Simone. *O enraizamento*. Tradução de Maria Leonor Loureiro. Bauru: EDUSC, 2001.
- WEINBERG, Kurt. The Theme of Exile. *Yale French Studies*, n. 25, p. 33-40. Disponível em: <<<http://www.jstor.org/stable/2928898>>>. Acesso em: 11 nov. 2013.
- YAZBEK, Mustafá. *Argélia: a guerra e a independência*. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- _____. *A revolução argelina*. São Paulo: Ed. UNESP, 2010.
- ZERUBAVEL, Eviatar. *Time Maps: Collective Memory and the Social Shape of the past*. University of Chicago Press, 2003, p.02-36.

Arquivos

- *Fundo ASMOB*. Centro de Documentação e Memória da UNESP (São Paulo).
- *Fundo DEOPS*. Arquivo Público do Estado de São Paulo.
- *Fundo Exílio*. Instituto Miguel Arraes (Recife)
- *Fundo Secretaria de Segurança Pública de Pernambuco*. Arquivo Público Estadual João Emerenciano (Recife).
- *Fundo Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Justiça; Fundo do Centro de Investigações do Exterior; Fundo da Divisão de Segurança e Informações do Ministério das Relações Exteriores; Fundo do Serviço Nacional de Informações, Comissão Geral de Investigações e Conselho de Segurança Nacional*.

Coordenação-Regional do Arquivo Nacional no Distrito Federal (Arquivo Nacional, Brasília).

- Arquivo Histórico do Itamaraty (Brasília).

Acervos digitais

Projeto Armazém memória. Disponível em: << <http://armazemmemoria.com.br/>>>.

Arquivo Ana Lagoa. Disponível em: << <http://www.arqanalagoa.ufscar.br/>>>.

Arquivo Lelio Basso. Disponível em: << <http://memorialanistia.org.br/arquivo-lelio-basso/>>>.

Arquivo Público Mineiro. Disponível em:<< <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/>>>.

Brasil Nunca Mais. Disponível em: << <http://bnmdigital.mpf.mp.br/>>>.

Fundação Mario Soares. Disponível em:<< <http://www.fmsoares.pt/aeb/arquivo>>>.

Freedom of Information Act Electronic Reading Room - CIA (Central Inteligency Agency). Disponível em:<< <http://www.foia.cia.gov/>>>.

Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: <<<http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>>>.

U.S Department of State - Office of the Historian. Disponível em: <<<https://history.state.gov/>>>.

Projeto Memória Política e resistência (Arquivo Público do Estado de São Paulo). Disponível em: <<<http://www.arquivoestado.sp.gov.br/memoriapolitica/index.php>>>.

Projeto Memórias Reveladas. Disponível em: << <http://www.an.gov.br/mr/Seguranca/Principal.asp>>>.

Projeto Opening the Archives (programa das instituições: *Brown University, National Archives and Records Administration, Universidade Estadual de Maringá e o Arquivo Nacional*). Disponível em: <<https://repository.library.brown.edu/studio/collections/id_644/>>.

Depoimentos:

Daniel Aarão Reis Filho (concedido em mensagem eletrônica de 17 de janeiro de 2016).

Everardo Norões (concedido em mensagem eletrônica de 14 de setembro de 2015).

José Maria Rabêlo (entrevista concedida em Belo Horizonte, em 19 de janeiro de 2010).

Luís Eduardo Prado Oliveira (concedido em mensagem eletrônica de 23 de setembro de 2015).

Yara Gouvêa (concedido em mensagem eletrônica de 16 de fevereiro de 2010).